

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Comunicação e Informação  
Científica e Tecnológica em Saúde

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE – PPGICS  
ICICT/ FIOCRUZ**

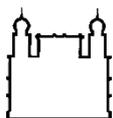
**DANIELA SAVAGET BARBOSA REZENDE**

**A PRODUÇÃO SIMBÓLICA DA MISÉRIA E DOS  
MISERÁVEIS: ESTADO, MÍDIA E POPULAÇÃO**

**ORIENTADORA**

**INESITA SOARES DE ARAUJO**

Rio de Janeiro  
2019



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**



**ICICT**  
Instituto de Comunicação e Informação  
Científica e Tecnológica em Saúde

**DANIELA SAVAGET BARBOSA REZENDE**

# **A PRODUÇÃO SIMBÓLICA DA MISÉRIA E DOS MISERÁVEIS: ESTADO, MÍDIA E POPULAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (PPGICS/Icict/Fiocruz), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências.

**Orientadora:** Profa. Dra. Inesita Soares de Araujo

**Coorientadora:** Profa. Dra. Katia Lerner

Rio de Janeiro  
2019

Rezende, Daniela Savaget Barbosa.

A Produção Simbólica da Miséria e dos Miseráveis: Estado, Mídia e População / Daniela Savaget Barbosa Rezende. - Rio de Janeiro, 2019.  
208 f.; il.

Tese (Doutorado) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, 2019.

Orientadora: Inesita Soares de Araujo.

Co-orientadora: Katia Lerner.

Bibliografia: f. 201-205

1. Comunicação e Saúde. 2. Desigualdade Social. 3. Miséria. 4. Pobreza.  
I. Título.

# FOLHA DE APROVAÇÃO

**DANIELA SAVAGET BARBOSA REZENDE**

**A PRODUÇÃO SIMBÓLICA DA MISÉRIA E DOS MISERÁVEIS:  
ESTADO, MÍDIA E POPULAÇÃO**

Tese apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciências pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), sob a orientação da Profa. Dra. Inesita Soares de Araujo e coorientação da Profa. Dra. Katia Lerner.

Banca examinadora

Profa. Dra. Inesita Soares de Araujo (Orientadora)

Prof. Dr. José Roberto Pereira Novaes

Profa. Dra. Tania Cremonini de Araujo-Jorge

Prof. Dr. Valdir de Castro Oliveira

Prof. Dr. Wilson Couto Borges

Data da defesa: 21 de fevereiro de 2019

Para Levy,  
que pelas ruas da Savassi  
- bairro nobre da Zona Sul Belo Horizontina -,  
me permitiu ver que a pobreza existe e,  
mais do que isso,  
me fez entender que existem muitas  
e diferentes  
pobrezas no Brasil...

Levy,  
que veio se despedir e foi -  
me deixando assim, 'à flor da pele' -  
rumo aos seus 45 dias à pé,  
de Minas Gerais para o Espírito Santo.

## AGRADECIMENTOS

À minha avó, **Aparecida Savaget** (*in memorian*), que audaciosa vestiu *calça comprida* e foi para o mundo estudar, mesmo com três filhos pequenos. Com quem aprendi que estudar é sempre o (melhor) caminho.

À minha mãe, **Edna Savaget**, que me apresentou o Sistema Único de Saúde, o SUS, seus princípios e diretrizes. Que incansável em sua luta por ele, me mostrou as histórias que o cercam e me ensinou o que é o cuidado na perspectiva da saúde pública.

Ao meu amor, **Fabiano Osorio**, por essa longa, mas sempre renovada caminhada que nos cerca. Por continuar acreditando.

À tia **Cláudia Savaget**, por deixar sua casa sempre disponível para muitos suspiros, respiros e sorrisos.

À minha orientadora, **Inesita Araujo**, porque uma vez conhecido o SUS, ainda era preciso passar pela reconversão do meu olhar sobre o campo da comunicação e saúde. Sem os seus conhecimentos tão valiosos, isso não seria possível.

À minha coorientadora, **Katia Lerner**, pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos.

À **Fiocruz**, por me acolher como aluna e como profissional. Pelo lugar incrível de resistência que representa.

Aos **professores do PPGICS**, pelos *insights* e incentivo.

Aos **colegas do PPGICS**, que dividiram conhecimentos e aflições.

À equipe de **Gestão Acadêmica do PPGICS**, pela disponibilidade em tratar/atender diferentes questões durante esses quatro anos.

Aos trabalhadores e também aos frequentadores do **Centro Pop-Sul**, que me receberam com afeto e generosidade.

Aos **moradores da Comunidade do Coque**, que (r)existem.

*O olho vê.  
A lembrança revê  
E a imaginação transvê.  
É preciso transver o mundo.*

Manuel de Barros

## RESUMO

Responsável por afetar milhares de pessoas em todo o mundo, a pobreza e a sua forma extremada, a miséria, tem sido temática recorrente entre estudiosos das ciências sociais e econômicas no Brasil e objeto de políticas públicas específicas. Tendo o Campo da Comunicação e Saúde como ponto de ancoragem e partindo do pressuposto de que o cenário nacional da miséria tem uma forte determinação econômica e social, mas também uma forte dimensão simbólica que passa pela construção social dos sentidos, estabelecemos como objetivo para nossa pesquisa “estabelecer e qualificar a relação da dimensão simbólica da miséria com as desigualdades sociais e iniquidades em saúde”. Para tanto, analisamos discursos de três núcleos importantes produtores de sentidos nessa temática: o Estado, a Mídia e a própria população que vivencia a miséria ou a pobreza extremada em suas vidas. No núcleo Estado, analisamos documentos governamentais vinculados à Estratégia Fome Zero e ao Plano Brasil Sem Miséria. No núcleo Mídia, foram analisadas matérias dos jornais Estado de Minas e Diário de Pernambuco referentes à temática da pobreza. Quanto ao núcleo População, a metodologia foi concretizada por meio de um trabalho de campo em Belo Horizonte/Minas Gerais – com pessoas em situação de rua – e em Recife/Pernambuco – com moradores de um bairro de periferia. Os procedimentos incluíram observação (do ambiente e dos sujeitos da pesquisa), conversação/mobilização dos sentidos (com os sujeitos da pesquisa, abordando histórias de vida, contextos e percepções do tema da pobreza) e registro dessa percepção em fotografias pelos próprios participantes. Para a análise dos textos (escritos e imagéticos) foram adotados princípios da análise de discursos pela ótica de Milton Pinto, potencializando o uso do conceito operacional de palavras plenas e instrumentais, de Dominique Maingueneau e das formas do silêncio, de Eni Orlandi. Os resultados apontam que os discursos se constituem entremeados uns aos outros, circulando em configurações assemelhadas nos diferentes núcleos, constituindo redes de vozes e silêncios sobre a temática. Nos três núcleos foi observada forte presença da abordagem da pobreza por meio dos aspectos sociais, com temáticas transversais, como trabalho, moradia, alimentação, saúde e educação. O quesito renda, entretanto, ficou restrito aos documentos do governo e matérias jornalísticas, nos quais assume destaque. Foram produzidos quatro mapas representando as redes de sentidos em cada núcleo *per se* e no conjunto dos núcleos estudados. Como pontos de chegada, podemos dizer que a pobreza e a miséria, de forma coerente com sua natureza discursiva, são concepções que resultam de negociações de vozes na disputa simbólica sobre o tema e que se atualizam constantemente na prática social, refletindo interesses e relações de poder. Essas relações e interesses foram evidenciados nos textos a respeito produzidos pelos campos das políticas públicas, dos mídias e pela própria população. Nessa disputa de sentidos, a voz autorizada é a do Estado, sendo a Mídia o componente que imprime visibilidade aos seus discursos para maior número de pessoas, embora seus dispositivos também operem sobre a produção dos sentidos. As vozes do núcleo discursivo formado por moradores da periferia urbana não são ouvidas e sua visibilidade é “domesticada” pela Mídia e pelo Estado.

**Palavras-Chave:** Comunicação e Saúde – Desigualdade social – Miséria – Pobreza.

## ABSTRACT

Responsible for affecting thousands of people around the world, poverty and its extreme form, misery, has been a recurring theme among researchers of social and economic sciences in Brazil and object of specific public policies with the field of Communication and Health as a reference and assuming that the national scenario of misery has a strong economic and social determination, but also a strong symbolic dimension, that passes through the social construction of the senses, we establish as objective for our research "to establish and qualify the relationship of the symbolic dimension of the misery with the social inequalities and health inequities". In order to do so, we analyze discourses of three important nucleus producers of meanings in this theme: the State, the Media and the population itself experiencing extreme poverty or poverty in their lives. At the State nucleus, we analyzed government documents linked with the Zero Hunger Strategy (*Estratégia Fome Zero*) and the Brazil Without Poverty Plan (*Plano Brasil Sem Miséria*). At the Media nucleus, we analyzed articles from the Estado de Minas and Diário de Pernambuco newspapers mentioning the theme of poverty. As for the Population nucleus, the methodology was qualitative, accomplished through a fieldwork in Belo Horizonte/Minas Gerais and Recife/Pernambuco. The procedures included observation (of the environment and research subjects), conversation (with the subjects of the research, addressing life histories, contexts and perceptions of the theme of poverty) and self-registration of this perception in photographs. For the analysis of texts (written and imagery), principles of discourse analysis were adopted from Milton Pinto's point of view, enhancing the use of Dominique Maingueneau's concept of full and instrumental words and the forms of silence by Eni Orlandi. The results indicate that the discourses are intermingled with each other, circulating in similar configurations in the different nuclei, forming networks of voices and silences on the theme. In the three nuclei, we observed a strong presence of the poverty approach through social aspects, with cross-cutting themes such as work, housing, food, health and education. However, the matter of income was restricted to the government documents and journalistic publications. Four maps representing the sense networks were produced in each nucleus per se and in the set of nuclei studied. As points of arrival, we can say that poverty and misery, coherent with their discursive nature, are conceptions that result from the negotiation of voices in the symbolic contest on the subject and that are constantly updated in social practice, reflecting interests and relations of power. These relationships and interests were evidenced in the texts produced by the fields of public policies, the media and by the population itself. In this dispute of meanings, the authoritative voice is that of the State, the Media being the component that gives visibility to its discourses for more people, although its devices also operate on the production of the senses. The voices of the discursive nucleus formed by residents of the urban periphery are not heard and their visibility is "domesticated" by the Media and the State.

**Keywords:** Communication and Health – Social inequality – Misery – Poverty.

## RESUMEN

Responsable por afectar a miles de personas en todo el mundo, la pobreza y su forma extremada, la miseria, ha sido temática recurrente entre estudiosos de las ciencias sociales y económicas en Brasil y objeto de políticas públicas específicas. Con el campo de la comunicación y de la Salud como una referencia y partiendo del supuesto de que el escenario nacional de la miseria tiene una fuerte determinación económica y social, pero también una fuerte dimensión simbólica, que pasa por la construcción social de los sentidos, establecemos como objetivo para nuestra investigación "establecer y calificar la relación de la dimensión simbólica de la miseria con las desigualdades sociales e inequidades en salud". Para ello, analizamos discursos de tres núcleos importantes productores de sentidos en esta temática: el Estado, los Medios y la propia población que vive la miseria o la pobreza extrema en sus vidas. En el núcleo Estado, analizamos documentos gubernamentales asociados a la Estrategia Hambre Cero (*Estratégia Fome Zero*) y al Plan Brasil Sin Miseria (*Plano Brasil Sem Miséria*). En el núcleo Medios, se analizaron materias de los periódicos Estado de Minas y Diario de Pernambuco referentes a la temática de la pobreza. Cuanto al núcleo de la población, optamos por una metodología cualitativa, concretada por medio de un trabajo de campo en Belo Horizonte / Minas Gerais - con personas en situación de calle - y en Recife / Pernambuco - con moradores de un barrio de periferia. La metodología incluyó observación (del ambiente y de los sujetos de la investigación), conversación / movilización de los sentidos (con los sujetos de la investigación, abordando historias de vida, contextos y percepciones del tema de la pobreza) y registro de esa percepción en fotografías por los propios participantes. Para el análisis de los textos (escritos e imagéticos) se adoptaron principios del análisis de discursos por la óptica de Milton Pinto, potenciando el uso del concepto operacional de palabras plenas e instrumentales, de Dominique Maingueneau y de las formas del silencio, de Eni Orlandi. Los resultados apuntan que los discursos se constituyen entremezclados unos a otros, circulando en configuraciones semejantes en los diferentes núcleos, constituyendo redes circulares de voces y silencios sobre la temática. En los tres núcleos se observó una fuerte presencia del abordaje de la pobreza por medio de los aspectos sociales, con temáticas transversales, como trabajo, vivienda, alimentación, salud y educación. El ingreso, sin embargo, quedó restringido al análisis hecho de los documentos del gobierno y materias periodísticas, en los que asume destaque. Se produjeron cuatro mapas representando las redes de sentidos en cada núcleo per se y en el conjunto de los núcleos estudiados. Como puntos de llegada, podemos decir que la pobreza y la miseria, de forma coherente con su naturaleza discursiva, son concepciones que resultan de negociaciones de voces en la disputa simbólica sobre el tema y que se actualizan constantemente en la práctica social, reflejando intereses y relaciones de género el poder. Estas relaciones e intereses se evidenciaron en los textos al respecto producidos por los campos de las políticas públicas, de los medios y de la propia población. En esta disputa de sentidos, la voz autorizada es la del Estado, siendo los Medios el componente que imprime visibilidad a sus discursos para mayor número de personas, aunque sus dispositivos también operan sobre la producción de los sentidos. Las voces del núcleo discursivo formado por moradores de la periferia urbana no son escuchadas y su visibilidad es "domesticada" por los Medios y el Estado.

**Palabras-Clave:** Comunicación y Salud – Desigualdad Social – Miseria – Pobreza.

## SUMÁRIO

<b>1 CENÁRIOS.....</b>	<b>19</b>
<b>2 CONTEXTOS.....</b>	<b>34</b>
2.1 Miséria: aspectos históricos e sociais.....	37
2.2 Pobreza no Brasil.....	43
2.3 <i>País Rico é País Sem Pobreza</i> .....	45
2.4 Linhas de extrema pobreza.....	54
2.5 Perspectiva social.....	55
2.6 Centro e Periferia.....	59
2.7 A relação entre comunicação, saúde e pobreza.....	62
<b>3 FUNDAMENTOS E METODOLOGIA.....</b>	<b>64</b>
3.1 O que é saúde?.....	65
3.2 Centro e Periferia da comunicação.....	68
3.3 Caminhos de pesquisa.....	69
3.4 Etapas de pesquisa.....	71
3.4.1 Estado.....	71
3.4.2 Mídia.....	72
3.4.3 População.....	74
3.5 Análise de dados.....	76
<b>4 DISCURSOS.....</b>	<b>81</b>
Parte I - Estado.....	82
Parte II - Mídia.....	109
Parte III População.....	135

**5 RECENARIZANDO.....190**

**6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....201**

## LISTA DE IMAGENS

### Tabelas

Tabela 1 - Resgate Cronológico dos Sentidos da Pobreza no Mundo - Principais Perspectivas.	43
Tabela 2 - IBGE - Universo Preliminar do Censo Demográfico 2010.....	51
Tabela 3 - Resgate Cronológico dos Sentidos da Pobreza no Brasil - Principais Perspectivas...	53
Tabela 4 - Aspectos Formais dos Textos.....	87
Tabela 5 - O Círculo Vicioso da Fome.....	94
Tabela 6 - Notícias Analisadas – Etapa 1.....	116
Tabela 7 - Notícias Analisadas Estado de Minas – Etapa 2.....	117
Tabela 8 - Notícias Analisadas Diário de Pernambuco – Etapa 2.....	118
Tabela 9 - Total de Notícias Analisadas.....	119
Tabela 10 - Centro Pop Sul.....	138
Tabela 11 - Distribuição das Câmeras.....	153

### Mapas

Mapa 1 - Insuficiência de Renda e Carência de Serviços Públicos no País.....	60
Mapa 2 - Mapa Temático - Estado.....	108
Mapa 3 - Mapa Temático - Mídia.....	134
Mapa 4 - Localização do Centro Pop Sul.....	139
Mapa 5 - Localização da Comunidade do Coque – Ilha Joana Bezerra.....	140
Mapa 6 - Mapa Temático - População.....	188
Mapa 7 - Mapa Temático – Três Núcleos.....	189

### Figuras

Figura 1 - Linha do Tempo.....	86
Figura 2 - Serviços - Brasil Sem Miséria.....	91
Figura 3 - Ícones Brasil Sem Miséria, 2011, p. 1.....	104
Figura 4 - O que é Saúde?.....	198
Figura 5 - O que é Pobreza?.....	198

## Fotos

Foto 1 - Fome-Zero – Uma História Brasileira, 2010, p.149.....	97
Foto 2 - Fome-Zero – Uma História Brasileira, 2010, p. 172.....	98
Foto 3 - Fome-Zero – Uma História Brasileira, 2010, p. 173.....	98
Foto 4 - Fome-Zero – Uma História Brasileira, 2010, p. 71.....	99
Foto 5 - Fome-Zero – Uma História Brasileira, 2010, p.125.....	100
Foto 6 - Estado de Minas, 06/01/2013.....	124
Foto 7 - Diário de Pernambuco, 03/05/2015.....	125
Foto 8 - Estado de Minas, 20/07/2018.....	126
Foto 9 - Estado de Minas, 31/07/2018.....	127
Foto 10 - Estado de Minas, 20/07/2018.....	127
Foto 11 - Foto Fachada Centro Pop-Sul I.....	154
Foto 12 - Foto Fachada Centro Pop-Sul II.....	154
Foto 13 - Restaurante Popular - Entrada I.....	155
Foto 14 - Restaurante Popular - Interior.....	155
Foto 15 – Restaurante Popular - Lateral.....	156
Foto 16 - Restaurante Popular - Entrada II.....	156
Foto 17 - Restaurante Popular - Fachada I.....	157
Foto 18 - Centro Pop - Pátio I.....	158
Foto 19 - Centro Pop - Pátio II.....	158
Foto 20 - Centro Pop - Pátio III.....	159
Foto 21 - Centro Pop - Pátio IV.....	159
Foto 22 - Trabalho I.....	161
Foto 23 - Trabalho II.....	161
Foto 24 - Pessoas em Situação de Rua I.....	163
Foto 25 - Pessoas em Situação de Rua II.....	163
Foto 26 - Pichação.....	165
Foto 27 - Lixo I.....	165
Foto 28 - Centro de Saúde.....	166
Foto 29 - Febre Amarela.....	166
Foto 30 - Alimentação.....	168
Foto 31 - Água Tratada.....	168
Foto 32 - Centro Pop Interior I.....	170

Foto 33 - Centro Pop Interior II.....	170
Foto 34 - Corpo de Bombeiros I.....	171
Foto 35 - Corpo de Bombeiros II.....	172
Foto 36 - Restaurante Popular - Fachada.....	172
Foto 37 - Rodoviária - Fachada.....	173
Foto 38 - Estação.....	173
Foto 39 - Belo Horizonte - Viaduto Santa Tereza.....	174
Foto 40 - Moradia.....	175
Foto 41 - Comunidade I.....	176
Foto 42 – Comunidade II.....	176
Foto 43 – Comunidade III.....	177
Foto 44 - Trabalho I.....	178
Foto 45 - Trabalho II.....	178
Foto 46 - Trabalho III.....	179
Foto 47 - Trabalho IV.....	179
Foto 48 - Lixo II.....	180
Foto 49 - Lixo III.....	180
Foto 50 - Lixo IV.....	181
Foto 51 - Saneamento.....	181
Foto 52 - Saúde.....	182

## LISTA DE SIGLAS

AD.....	Análise de Discurso
AIDS.....	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ASA.....	Articulação Semiárido Brasileiro
BSM.....	Brasil Sem Miséria
CAPES.....	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENTRO POP.....	Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua de Belo Horizonte/Minas Gerais
CEPAL.....	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPI-DSS.....	Centro de Estudos, Políticas e Informação em Determinantes Sociais da Saúde
CNDSS.....	Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde
CONSEA.....	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CPLP.....	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CREAS.....	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CRIS.....	Centro de Relações Internacionais em Saúde
BH.....	Belo Horizonte
DP.....	Jornal O Diário de Pernambuco
DNDI.....	Drugs for Neglected Diseases Initiative
DSS.....	Determinantes Sociais em Saúde
EJA.....	Educação de Jovens e Adultos
EM.....	Jornal O Estado de Minas
ENSP.....	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
FAO.....	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FGV.....	Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ.....	Fundação Oswaldo Cruz
FINEP.....	Financiadora de Estudos e Projetos
FMUSP.....	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
HPS.....	Hospital Pronto Socorro
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICICT.....	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
IETS.....	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade

IFF...	Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira
IOC.....	Instituto Oswaldo Cruz
LIS.....	Laboratório de Informação em Saúde
MDS.....	Ministério de Desenvolvimento Social
NIH.....	Institutos Nacionais de Saúde
NTD.....	Neglected Tropical Diseases
ODM.....	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS.....	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG.....	Organização Não Governamental
ONU.....	Organização das Nações Unidas
PBSM.....	Plano Brasil Sem Miséria
PCFM.....	Plano de Combate à Fome e à Miséria
PDC.....	Partido da Democracia Cristã
PDS.....	Partido Democrático Social
PE.....	Pernambuco
PL.....	Partido Liberal
PMDB.....	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD.....	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS.....	Política Nacional de Assistência Social
POF.....	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPGICS.....	Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde
PRM.....	Partido Republicano Mineiro
PSD.....	Partido Social Democrático
PSL.....	Partido Social Liberal
PT.....	Partido dos Trabalhadores
SAMU.....	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEASDH.....	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos
SMASAC.....	Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Direitos de Cidadania /Belo Horizonte-Minas Gerais
SNES.....	Serviço Nacional de Educação Sanitária
SUAS.....	Sistema de Assistência Social
SUS.....	Sistema Único de Saúde
UDN.....	União Democrática Nacional
UEC.....	Universidade Estadual de Campinas

UERJ.....Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UFF.....Universidade Federal Fluminense  
UFRJ.....Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UNASUL.....União de Nações Sul-Americanas  
UNICAMP.....Universidade Estadual de Campinas

# 1 CENÁRIOS

*“Um livro é como uma casa. Tem fachada, jardim, sala de visitas, quartos, dependência de empregada e até mesmo cozinha e porão. Suas páginas iniciais, como aquelas conversas cerimoniais que antigamente eram regadas a guaraná geladinho e biscoito champanhe, servem solenemente para dizer ao leitor (esse fantasma que nos chega da rua) o que se diz a uma visita de consideração. Que não repare nos móveis, que o dono da morada é modesto e bem-intencionado, que não houve muito tempo para limpar direito a sala ou arrumar os quartos. Que vá, enfim, ficando à vontade e desculpando alguma coisa...”*

*Roberto DaMatta, em A Casa & a Rua, 1997*

*“Vi todas as coisas e maravilhei-me de tudo  
Mas tudo ou sobrou ou foi pouco, não sei qual, e eu sofri.  
Eu vivi todas as emoções, todos os pensamentos, todos os gestos.  
E fiquei tão triste como se tivesse querido vivê-los e não conseguisse.  
Amei e odiei toda gente.”*

*Álvaro de Campos*

Início esta tese<sup>1</sup>, assim como iniciei o meu projeto de qualificação (quando este, produto que hoje se oferece aos seus olhos, leitor, ainda era apenas um projeto de pesquisa, uma intenção de estudo): pedindo licença a Roberto DaMatta (1997) para utilizar a relação metafórica que descreve entre uma casa e um livro, na abertura do clássico da antropologia intitulado “A Casa & a Rua”. Neste caso, não se trata de um livro, mas acredito que uma tese também pode ser descrita como uma casa, a partir da mesma interface proposta pelo autor.

Em outras palavras, o que quero dizer é que a proposição que tenho e busco defender, possui fachada, sala de visitas, cozinha, quartos, dependência de empregada e até mesmo porão.

---

<sup>1</sup> Para esta introdução utilizo a primeira pessoa do singular, já que narro experiências e histórias pessoais que me trouxeram até a construção desta pesquisa. A partir do Capítulo I, faço uso da primeira pessoa do plural (mais comum em trabalhos acadêmicos), tendo em vista que a construção do pensamento apresentado, apesar de singular, se dá junto à orientadora e também à coorientadora. Logo, é um ato compartilhado.

Minha proposição possui pressupostos, metodologias, objetivos, justificativas, teorias e histórias... Muitas e diversas (e confesso que encantadoras) histórias.

Aqui, nesta tese intitulada “A Produção Simbólica da Miséria e dos Miseráveis: Estado, Mídia e População”, apresento a você, leitor, a minha casa: as histórias que me trouxeram até o interesse que possuo pela temática da pobreza extrema/miséria na sociedade brasileira e como espaços e instituições, mais especificamente três diferentes núcleos - o Estado, a Mídia e a População -, constroem sentidos sobre a miséria. Aqui, apresento os caminhos e também os métodos escolhidos para este estudo, os objetivos pretendidos e os autores que me auxiliaram no meu percurso acadêmico/científico, além dos muitos e distintos questionamentos e das repostas que busquei trazer ao longo destas páginas.

### **Fachada**

Para iniciar a descrição desta minha casa, posso dizer que a sua fachada tem, em si mesma, muito da narrativa que compõe seus propósitos de construção. A ideia deste estudo teve início a partir de uma conversa com minha orientadora pelos corredores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) sobre a temática da pobreza e da miséria brasileira. Era 2011, eu estava caminhando para minha defesa de mestrado na mesma instituição e o país havia lançado, no mesmo ano, o chamado Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), com o objetivo de retirar da situação de pobreza extrema (miséria) 16,2 milhões de pessoas que viviam com menos de 70 reais por mês. A temática da pobreza estava na ordem do dia e despertou uma imensa curiosidade em mim.

Algumas perguntas se faziam presentes: quem eram, de fato, os pobres e os extremamente pobres brasileiros? Como definir a pobreza? Quais taxonomias eram utilizadas ao tratar da temática? Por que essas construções simbólicas e não outras? O que diziam os pobres sobre eles mesmos? E o Estado? E a mídia brasileira? De que modo a mídia do país agia sobre o tema? Que imagens e representações permeavam os nossos imaginários sobre a temática?

Com foco no campo da comunicação e saúde, perguntas nessa interface também se faziam presentes no meu dia a dia: como podíamos relacionar a saúde ao tema da pobreza e da miséria? A relação saúde-miséria era de bi-causalidade? A saúde podia (e devia) ser vista como produtora e/ou perpetuadora da miséria? Era possível tê-la como consequência e/ou causa da miséria? E como a miséria repercutia ideias na saúde, enquanto campo?

Logo após a defesa de minha dissertação, intitulada “Mulheres e aids: silêncio e silenciamento” (com foco em outro tema de pesquisa – Comunicação e Síndrome da

Imunodeficiência Adquirida - Aids), reuni todas essas questões e fiz, então, o primeiro esboço do que pretendia trabalhar como projeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS). Não foi naquele momento, entretanto, que iniciei meu percurso nessa direção. Uma oportunidade de trabalho na própria Fiocruz me fez adiar a decisão da caminhada.

Trabalhei por três anos na Fiocruz, tendo atuado no departamento de comunicação do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF) e no setor de comunicação (interna) da Presidência da Instituição. Cobri e organizei eventos e diferentes campanhas na área, fiz planos de comunicação para setores diversos da instituição, participei de projetos inovadores na época, como a TV corporativa (denominada Web TV Fiocruz), e outras iniciativas, como o jornal institucional da Fiocruz (intitulado Jornal Linha Direta).

Jornalista de formação, especialista em Comunicação e Saúde e, na época, recém mestre na área de Informação e Comunicação em Saúde (Mestre em Ciências), pude colocar em prática (ou ao menos tentar) muito daquilo que defendi a partir da teoria sobre a interface dos campos da comunicação e da saúde. Aprendi bastante. Senti, então, que deveria retomar as minhas perguntas formuladas em 2011, que ainda se mostravam vivas e se ampliavam cada dia mais.

Retornei à vida acadêmica exatamente no mês de março de 2015, com os mesmos questionamentos em mente - somados a outros que foram nascendo durante o trabalho na própria Fiocruz - com o objetivo de estabelecer e qualificar a relação da dimensão simbólica da miséria com as desigualdades sociais e as iniquidades em saúde. Em outros termos, com o objetivo de compreender como se dá a relação dialética entre a miséria (ou pobreza extrema) e a sua produção simbólica, tendo em pauta questões referentes aos campos da saúde e da comunicação.

Já aluna do PPGICS, vieram novas construções e narrativas sobre o tema da miséria. Porém, o que mais me despertou a atenção ao longo do primeiro ano de doutorado (2015) foi perceber que, embora tenha mudado o foco de estudo do mestrado (mulheres vivendo com HIV e aids), os interesses que me moviam (e aqueles que me movem ainda) permaneceram os mesmos durante o curso: a relação intrínseca entre a comunicação e as desigualdades sociais em saúde; a visibilidade e, principalmente, a invisibilidade dessa relação; a construção pública dos discursos sobre desigualdades na/da/em saúde; o negligenciamento visto como um problema de saúde e também como um problema de comunicação; por fim, a forte convicção de que o direito à saúde do cidadão compreende, também, o direito à comunicação.

Todas questões que esbarram, diretamente, nas produções simbólicas que envolvem a temática da pobreza e também das pessoas em situação de pobreza no Brasil. O pobre pode ser a expressão máxima do negligenciamento, da invisibilidade e da privação de direitos à comunicação e à saúde.

Essa primeira etapa de construção do projeto de pesquisa também me despertou fortemente para o Outro, para a sociologia das ausências e emergências, que Boaventura de Sousa Santos (2004) propõe, com destaque para a escuta profunda e a sua correlação com a lógica das temporalidades. Santos formulou um pensamento denominado “Epistemologias do Sul”, no qual enfatiza que os domínios dos modelos de desenvolvimento passam pela ciência, que serve para reforçar a invisibilidade que muitas populações sofrem. Como uma das propostas para romper com essa situação, está a ecologia de saberes.

Santos propõe mais quatro ecologias que, junto com a dos saberes, se contrapõem a cinco modos de produção de não-existência. As ecologias dão relevo e valorizam outros saberes e modos de existência produzidos pelos invisibilizados numa sociedade majoritariamente ordenada pelo capitalismo, o patriarcalismo e o racismo. As ecologias dos saberes, das temporalidades, dos reconhecimentos, das trans-escalas e das produtividades, ao chamar atenção para uma outra forma possível de convivência em sociedade, ajudam a perceber sentidos que são clandestinizados por força de processos discriminatórios. Por esta sua potência foram incluídas na pesquisa.

Especificamente elegemos as ecologias das temporalidades e dos reconhecimentos. Sobre as temporalidades, Santos nos lembra que a compreensão do mundo e a forma como o poder é por ele criado possui relação direta com o tempo e com a própria temporalidade. Para o autor, a concepção ocidental de racionalidade se produz por vários mecanismos, sendo um deles, por um lado, contrair o presente e, por outro, expandir o futuro. O autor nos faz ver que esse processo, entretanto, torna invisível a imensa diversidade de experiências do mundo e no mundo, torna invisíveis populações e assim lhes nega reconhecimento como cidadãos. Diante disso, ele propõe uma trajetória inversa: é preciso expandir o presente e contrair o futuro.

Santos propõe confrontar a “exclusão abissal” por meio do abandono da concepção linear da história. No contraponto de sua sociologia das ausências, que permite a identificação dos mecanismos de invisibilização da sociedade, oferece uma sociologia das emergências, que valoriza as experiências humanas ditas “pequenas”, mas com significativas capacidades e possibilidades de provocarem grandes transformações na sociedade.

A ecologia dos reconhecimentos propõe uma nova articulação entre os princípios da igualdade e da diferença, abrindo espaço para possibilidades de reconhecimento do Outro e de

reconhecimento recíproco, que respeitem o direito de ser igual quando ser diferente é razão para a inferiorização e direito de ser diferente quando a igualdade descaracteriza e leva a ignorar as especificidades contextuais e culturais.<sup>2</sup>

É pela lógica da naturalização das diferenças, que com outras estrutura a colonialidade da epistemologia dominante no mundo capitalista moderno, que se produz a invisibilidade ou a desqualificação de alguns sujeitos sociais, impedindo seu protagonismo nos processos que lhes dizem respeito. A ecologia das diferenças, produzindo reconhecimentos recíprocos, fala dessa possibilidade. (SANTOS, 2004).

Para compreender os sentidos da pobreza através dos que nela vivem, percebi que precisaria relativizar o tempo linear e valorizar outras temporalidades que, como afirma Santos (2004), com ele se articulam ou se conflitam. Percebi, a partir das ecologias das temporalidades e dos reconhecimentos, que, para escutar de fato o Outro (e reconhecer suas diferenças), precisaria me empenhar em uma metodologia que abrangesse a percepção e vivência do tempo dos diferentes sujeitos participantes da pesquisa. A importância de se considerar as lógicas das temporalidades pode ser exemplificada e reforçada por meio de uma história que vivi.

No primeiro ano do curso de doutorado, ao caminhar em direção à minha casa, sempre cumprimentava um rapaz em situação de rua, que ficava em frente a um supermercado. Em um ano, eu nunca havia recebido nenhuma resposta e sempre refletia sobre os sentidos daquele silêncio, fazendo recurso da perspectiva de Orlandi (2007): os silêncios são constitutivos da linguagem - e vice-versa - e possuem sentidos diversos nos discursos que se apresentam. O silêncio, diz Orlandi, “é fundante” (2007, p. 29).

Um dia, como outro qualquer e como de costume, falei boa tarde e continuei caminhando, sem olhar muito para o rapaz. Naquele dia, porém, para a minha surpresa, ele respondeu:

— Eu te amo!

Paralisei. Após um ano, ele resolveu responder que me amava! E eu? O que eu deveria responder? Orlandi (2007) também afirma que um sentido pode esconder outro. Estava claro, para mim, qual era o sentido do amor expresso naquela frase, antecedida de dias silenciosos: o amor da gratidão pelo reconhecimento de sua existência. É justamente isso que me fascina

---

<sup>2</sup> A citação completa a respeito é: “Temos o **direito de ser** iguais quando a nossa **diferença** nos **inferioriza**; e temos o **direito de ser** diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as **diferenças** e de uma **diferença** que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.” (SANTOS, 2003, p.56)

quando penso nos sujeitos de minha pesquisa. E é também o que me faz refletir sobre a lógica do tempo e das temporalidades em que vivemos.

A concepção do mundo e as formas de legitimação dos poderes em nossa sociedade têm sólidos esteios na temporalidade dominante, na perspectiva que induz à contração do presente e expansão do futuro. Isso faz com que a riqueza das experiências seja desperdiçada. Essa reflexão se soma às anteriores, reforçando a importância de incluir no cenário que objetivei estudar os modos de relação entre as diferentes lógicas temporais.

Após um ano de trocas aparentemente vazias, eu não respondi que amava aquele rapaz, embora pudesse ter dito isso, considerando o que nos ensina Orlandi. Fiquei tão surpresa com a resposta que ele me deu, que não me vi preparada para a escuta. Olhei e sorri. Ele agradeceu e eu segui.

Mais tarde, já no trabalho de campo, também vivi situações que reforçaram essas reflexões. Antecipo um dos depoimentos recebidos:

Há quanto tempo estou nas ruas? Desde muito tempo... Vou ficando. Lá fora vai ficando tudo diferente, né? Então, eu vou ficando... Há quanto tempo estou assim? Ah... Desde muito tempo... Uns anos, dois, três... Muitos... (Lucas)

O depoimento de Lucas é curto, mas extremamente significativo para a perspectiva que pauta as reflexões sobre a lógica temporal diferenciada entre as populações e a inversão proposta por Santos: expandir o presente e contrair o futuro.

Outra situação vivida durante este período de produção acadêmica reforça tal perspectiva. Levy, que caminha, se alimenta e dorme pelas ruas da Savassi em Belo Horizonte (a quem dedico este meu trabalho) veio se despedir, pois iria buscar alguns documentos no Espírito Santo, por isso precisaria viajar e ficar “distante” por uns tempos, conforme ele mesmo destaca:

Não precisa preocupar. Vou sumir por um tempinho. Uns dias. Preciso ir ao Espírito Santo localizar uns documentos para poder aposentar. Vou à pé. Então, são uns 45 dias... Por aí, eu acho. (Levy)

Essa lógica temporal também reafirma a existência de um silêncio recorrente nos discursos desta população específica, que remete à dor/sofrimento como evidência de negações dadas pela Rua. Muitas vezes, essas falas são entremeadas de silêncios muito significativos do ponto de vista da relação metafórica entre a casa e a rua e do próprio estudo de uma forma geral.

Assim, posso dizer que a situação vivida no início do curso e também os depoimentos recebidos mais tarde na pesquisa de campo, apenas reafirmaram o que eu tinha como percepção após concluir meu primeiro ano de doutorado, com leituras, olhares e vivências atentos ao campo: a percepção e afirmação da importância de determinadas categorias (como a própria temporalidade) para a pesquisa proposta. É difícil não observar a relação entre tais categorias que organizam minha percepção - visibilidade/invisibilidade, comunicação, silêncio/silenciamento, negligenciamento, desigualdades sociais, temporalidades, equidade/iniquidade - e determinadas nomeações referentes à temática – fome, medo, frio, amor, dor, revolta...

É impossível, também, não fazer associações entre as nomeações apontadas e o imaginário (naturalizado) coletivo sobre a pobreza. Quando, de uma maneira geral, se fala da temática da pobreza, certas dicotomias parecem estar sempre em pauta: saúde-doença, casa-rua, trabalhador-mendigo... Essas imagens - produções simbólicas - compõem fortemente o elenco de fatores que consolidam e perpetuam as diferenciações sociais e os modos de produção das visibilidades e invisibilidades.

É dessas produções simbólicas que minha tese trata. Meu principal interesse de pesquisa recai sobre os sentidos produzidos sobre a miséria e o miserável no Brasil. Faço uso do termo miserável para designar aquele que se encontra - vive - em situação de miséria, de pobreza extrema; desprovido de recursos, de condições básicas para uma vida minimamente saudável (no sentido amplo de saúde). Estou consciente da carga semântica que essa palavra carrega e dos muitos intertextos que desperta e a opção por mantê-la se vincula à necessidade de não ocultar as realidades designadas. No entanto, em muitos momentos usarei o termo “pobre” para designar as mesmas pessoas em sua condição de extrema pobreza.

Esse grande tema de pesquisa, a produção simbólica da miséria e do miserável, encontra lugar em uma preocupação de pesquisa maior: as desigualdades sociais em comunicação e em saúde. Entendo que as desigualdades nos ajudam a localizar a pobreza e os sentidos que deste tema emanam. Os sentidos movem a sociedade e são eles que revelam lutas que constroem convergências ou não de saberes distintos. Esses sentidos são formulados em diferentes espaços, a partir de fortes enunciadores, como no âmbito governamental a partir de políticas públicas, ou da própria mídia. São, ainda, formulados por aqueles que, pelas políticas públicas se encontram em situação de miséria, os pobres.

Decidi, então, trabalhar sobre os sentidos de miséria e miserável em sua interface com as desigualdades sociais a partir de três núcleos discursivos: Estado (executa e promove leis – voz legalmente autorizada), Mídia (legítima ou contesta sentidos legalmente autorizados do

Estado – voz legitimamente autorizada) e População (pessoas que vivem em miséria/pobreza extrema – voz dos ditos miseráveis, pode concordar, articular ou concorrer com as demais vozes expostas).

Com essa convicção, defini para a tese como objetivo geral “estabelecer e qualificar a relação da dimensão simbólica da miséria com as desigualdades sociais e iniquidades em saúde”. Como objetivos específicos, a tese visa, tendo como referência concreta as desigualdades sociais no campo da saúde:

1. Compreender como são constituídos os discursos sobre a miséria e o miserável no Brasil;
2. Identificar relações de concorrência e colaboração entre as representações e discursos produzidos pela Mídia, o Estado e a População sobre a temática miséria;
3. Compreender quem são os sujeitos implicados na prática discursiva sobre a miséria (as fontes e as vozes privilegiadas), como enunciam os interesses desses sujeitos e como eles se constituem.
4. Possibilitar a emergência e amplificar a voz de pessoas periféricas sobre o tema da pobreza.

### **Hall de entrada**

Esses objetivos foram definidos logo no início do curso, quando também defini meu interesse de pesquisa e absorvi tudo que aprendi sobre as ecologias das temporalidades e dos reconhecimentos. Segui, nos anos seguintes, refletindo sobre a construção metodológica da pesquisa que, tendo dois núcleos formados por documentos (políticas e noticiário), tinha um terceiro que direcionava para um processo de interlocução, que eu entendia me demandar um tempo específico, nem sempre o do pesquisador, mas sim um tempo que é do Outro.

Nesse sentido, me apropriei de uma metodologia – o hall da entrada desta minha casa – que acredito ter sido capaz de me aproximar de uma lógica temporal “diferente” e da escuta profunda que ela demanda. Uma metodologia que requer a participação dos ditos invisíveis do processo, como contraponto do olhar sobre o tratamento dado a essa população pela mídia e pelo Estado brasileiro.

Passando então da fachada para o hall de entrada da casa, determinei que trabalharia buscando radicalizar uma abordagem qualitativa, que seria aplicada em um trabalho de campo: decidi que iria até onde – aparentemente – o fenômeno da pobreza e miséria ocorre, e deixaria os sujeitos livres para apontar os seus pontos de vista sobre os assuntos relacionados com o

objeto de estudo e que eles próprios escolheriam caminhos a serem seguidos. Trabalharíamos (e trabalhamos) juntos – em campo – definindo percursos e fronteiras a serem ultrapassadas.

Outras definições metodológicas foram referentes ao recurso à análise de discursos, como forma de aprofundar a compreensão dos sentidos em produção e circulação nos cenários estudados e a abarcar, além da análise dos textos produzidos por esses sujeitos, os documentos do campo governamental e os textos produzidos pelo campo das mídias (mais especificamente o campo jornalístico).

Para tanto, foi fundamental trabalhar com a perspectiva de Pinto (1999), pela qual a análise de discursos procura e interpreta vestígios para a contextualização nos seguintes níveis: contexto situacional imediato, contexto institucional e contexto sociocultural. A análise de discursos, por esta via, se interessa pelo como e porque o texto diz e mostra, pelos modos de dizer do texto, considerando também as imagens como textos. Segundo Pinto, qualquer imagem, mesmo isolada, deve ser sempre considerada como texto, portanto lugar onde discursos se manifestam e se constituem, e assim tomada no processo analítico, na maioria das vezes em relação com outros textos.

### **Sala e quartos**

Assim, delinee a minha fachada (interesses e questionamentos que me levaram a este estudo) e o hall de entrada de minha casa (meus objetivos de pesquisa e outros questionamentos). Para dar conta dos objetivos propostos, envolvi minha sala com uma metodologia que buscou contemplar os três núcleos enfocados na pesquisa, os três quartos da minha casa. Em outras palavras, a pesquisa englobou a análise de discursos sobre a miséria/pobreza de textos produzidos em três diferentes núcleos: Estado, Mídia e População. Para cada um desses núcleos desenvolvi recortes e técnicas específicas que resultaram em três diferentes análises a serem comparadas entre si.

Para as análises tive como base conceitos da Semiologia dos Discursos Sociais, de Milton José Pinto. Também contei com o aporte teórico de Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Eni Orlandi, Boaventura Santos, Zygmunt Bauman, Patrick Declerck, Eliseo Véron, Dominique Maingueneau, Inesita Araujo, entre outros autores que tratam, de alguma forma, da linguagem em sua natureza modeladora da visão de mundo. Conte, ainda, com autores que trabalham a temática das desigualdades sociais em saúde, como Rita Barata e dos territórios (sejam eles em saúde ou não), como Milton Santos, aporte teórico que assumiu de certa forma valor metodológico nas minhas lides analíticas. Descrevo, a seguir, um pouco mais dos procedimentos utilizados em cada um dos núcleos analisados.

## Quarto 1: O Estado

A análise discursiva de documentos oficiais referentes ao tema me permitiu discutir e produzir um olhar sobre a miséria a partir dos sentidos da chamada voz autorizada sobre o assunto.

Após uma revisão prévia dos documentos institucionais sobre a pobreza, selecionei aqueles que se mostraram mais diretamente relacionados à temática (da própria pobreza e da pobreza extrema - miséria) no campo de políticas públicas no Brasil. Os documentos foram referentes a dois programas sociais de governo, a Estratégia Fome Zero (inicialmente denominado Projeto Fome Zero) e o Plano Brasil Sem Miséria.

- INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Fome Zero - documento síntese**. Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Fome Zero – A Experiência Brasileira**. Brasília, DF: MDA, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil Sem Miséria**. Brasília: DF: MDS, 2011.

Incluí também a página da Internet do Plano Brasil Sem Miséria, por ser um lugar de importante circulação discursiva.

## Quarto 2: A Mídia

Para a análise discursiva no campo midiático, optei por jornais da grande imprensa, com edição impressa e *on-line*, considerando que, apesar das mudanças recentes da configuração do cenário midiático, eles ainda são importantes núcleos produtores dos sentidos sociais. A ideia foi trabalhar com jornais que representassem cada uma das cidades em que residem os grupos dos sujeitos de pesquisa (conforme será descrito a seguir), visando assim uma aproximação e comparação melhores referentes ao campo estudado. Escolhi os jornais O Estado de Minas (Belo Horizonte/Minas Gerais) e O Diário de Pernambuco (Recife/Pernambuco).

O levantamento das notícias foi realizado em duas fases. Inicialmente, defini que seriam analisadas notícias publicadas referentes ao Plano Brasil Sem Miséria e à Estratégia Fome Zero, já que ambos os documentos foram enfocados na análise no núcleo Estado. Em seguida, foram analisadas também notícias envolvendo a temática da pobreza no mês de julho de 2018, a partir da definição de palavras-chave (como pobreza, desigualdade, miséria, fome etc.). O período escolhido justifica-se por buscar um contraponto mais atual de produção e circulação de notícias

sobre a pobreza no Brasil. Julho foi definido por ser um mês próximo ao início do período de eleições no Brasil (no qual poderiam surgir notícias relativas ao tema) e por ser considerado, ainda, um período viável para a produção da tese.

### **Quarto 3: A População**

Por fim, para a análise discursiva desse núcleo, trabalhei com textos produzidos por grupos de pessoas que apresentam condições consideradas, à primeira vista, de pobreza extrema. Optei por um grupo de pessoas que moram em Belo Horizonte e um em Recife, consideradas em situação social extremamente vulnerável e privadas parcial ou totalmente de determinados direitos humanos (por exemplo, moradia, alimentação e saneamento).

Os grupos sociais escolhidos como sujeitos da pesquisa foram:

- Pessoas em situação de rua de Belo Horizonte/Minas Gerais, que utilizam o espaço do Centro de Referência às Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), localizado na Região Centro-Sul da cidade;
- Moradores da Comunidade do Coque, em Recife/Pernambuco, Região Centro da cidade.

Trata-se de grupos enquadrados em critérios multidimensionais da pobreza, mas com vivências distintas: o Coque, antiga invasão de uma área nobre de Recife, que constantemente sofre ameaças de remoção; e as pessoas em situação de rua de uma capital do Sudeste, tida como uma das regiões mais desenvolvidas economicamente do país. Além disso, os grupos abarcam representantes das duas regiões com maior concentração de pessoas em situação de extrema pobreza na época do lançamento do Plano Brasil Sem Miséria: Nordeste, totalizando 9,61 milhões de pessoas (59,1%), seguido pelo Sudeste (2,72 milhões) (BRASIL, 2011).

Aqui, neste terceiro quarto – que abriga as histórias desses sujeitos – posso afirmar que se encontra a alma desta pesquisa. Foi um processo intenso de imersão nessas realidades, um processo de olhar a sociedade e construir ou desconstruir algumas definições e tipologias, a minha verdadeira “reconversão do olhar” sobre a pobreza, como no título do livro escrito por minha orientadora (ARAÚJO, 2000).

Foi aqui que, como na outra epígrafe de Álvaro de Campos que também inicia este capítulo: “Vi todas as coisas e maravilhei-me de tudo. Mas tudo ou sobrou ou foi pouco, não sei qual, e eu sofri”. Sofri e maravilhei-me, ao mesmo tempo, ao falar da população, dos seres humanos que a contornam e suas diversas histórias, dispostas nos planos físico, moral e também social.

Percebi que esses sujeitos de pesquisa são únicos, mas como pontos em comum têm o fato de viverem em lugares (sejam eles as ruas ou uma comunidade) marcados por ramificações singulares e distinções entre o Centro e a Periferia da sociedade. Muitos relataram que os espaços que ocupam e nos quais se encontram como cidadãos - o Centro Pop e a Comunidade do Coque -, são os únicos inclusivos da sociedade, pois como o espaço da casa, descrito por DaMatta (1997), promovem aconchego aos que eles abrigam.

São espaços de movimento, lazer, luta e individualidades que se movem em um fluxo de pessoas que têm muitas relações entre si. Funcionam, muitas vezes, como um grupo articulado de indivíduos que povoam as cidades, remetendo à ideia de cidadania.

Mais uma vez, gostaria de ilustrar essa perspectiva com uma história. Vivi muitos desses sentimentos, de sofrimento e paixão, em minha primeira visita ao Centro Pop. Ansiosa, acionei um dos aplicativos de serviço de transporte para me dirigir ao local, conhecido pelos carros que passam com os vidros fechados por medo da região, tida como “perigosa”.

Mesmo frente à ansiedade, vesti meus interesses de pesquisa, carreguei meu diário de campo e fui. Chegando lá, me coloquei disposta na fila de atendimento. Fui surpreendida por um atendimento muito peculiar. Eu – pele e olhos claros, roupa combinando e acessórios – totalmente fora dos padrões imagináveis da população que ali frequenta esse espaço – fui recebida com um:

— Boa tarde.

— Boa tarde.

— Qual o seu nome?

— Daniela.

— Daniela, você é migrante?

Somente naquele momento entendi que eu estava também passando por um atendimento de uma mulher em situação de rua. Sim, eu seria migrante, se fosse o caso de continuar a conversa para esse lado. E fiquei pensando, também, como seria direcionada dali para a frente aquela conversa.

O que quero ressaltar com a descrição dessa conversa, entretanto, é que um olhar tão especial daquele que não me julgou pela aparência (reversa ao que naturalmente poderia aparentar), me deixou ainda mais inquietações relativas à temática. Uma outra multiplicidade de vozes e sentidos reveladores de todo um contexto político e social se fez presente. Vi naquele momento que o espaço do Centro Pop poderia mesmo ser visto como o espaço da casa para aquelas pessoas, do aconchego do lar, do acolhimento, da segurança, qualquer que seja a

história ou rosto que aqueles que a têm narram. Na fila, eu era mais uma em busca de atendimento, sem restrições naturalizadas sobre as faces da pobreza e do seu reverso.

Naquele momento, recomecei a desconstruir meus saberes, minhas vivências e reconstruir histórias, narrativas sobre a dimensão simbólica da pobreza. Percebi, de fato, que os discursos são produtos da articulação de diferentes contextos e que muitas vezes formam os discursos. Conhecer no campo as vozes muitas vezes silenciadas, foi uma experiência definitiva para o que hoje apresento como tese.

### **Por que insistir no tema?**

Vale ressaltar que um conjunto de justificativas, algumas já descritas nas entrelinhas das páginas anteriores, compõem este estudo. A mais simples delas é que a desigualdade social e a pobreza são problemas sociais que afetam a maioria dos países na atualidade, mas especialmente afetam o Brasil: favelização, falta de saneamento básico, desemprego e má alimentação são apenas alguns dos problemas que acometem o país nesse cenário.

Além disso, o tema está alinhado aos estudos globais sobre a temática das desigualdades sociais em saúde. Reconhecendo que a erradicação da pobreza em todas as suas formas é o maior desafio global hoje existente para garantir o desenvolvimento sustentável, a Organização das Nações Unidas (ONU) pretende, até o ano de 2030 “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 1) e, ainda, “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição” (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 2).

A Organização estima que existam 800 milhões de pessoas vivendo na pobreza e passando fome em todo o mundo. Ainda segundo a ONU, o número de pessoas que vivem na pobreza extrema, com menos de US\$1,25 por dia, é de 836 milhões. Esses números estão disponíveis no Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ONU, 2015), uma avaliação anual do progresso global e regional em direção aos Objetivos, que reflete os dados compilados por 28 agências das Nações Unidas.

O Brasil, especificamente, aderiu aos Objetivos desde a primeira etapa do plano e também criou metas próprias para a superação da pobreza extrema e da fome, que incluem programas de transferência de renda. Apesar de existirem diferentes maneiras de tratar a temática e distintas linhas de pobreza, a renda é hoje o indicador mais utilizado no País para mensurar a pobreza, inclusive para a inclusão ou não de um beneficiário em um Programa como o Bolsa Família ou o próprio Brasil Sem Miséria, já citado aqui anteriormente.

A demanda por estudos sobre a pobreza sob o prisma das ciências sociais e humanas também justifica a investigação. Além disso, a pobreza ainda é pouco explorada na perspectiva comunicacional, mais especificamente da Produção Social dos Sentidos.

Postulo, assim, que compreender a dinâmica da pobreza sob essa perspectiva e com os recursos metodológicos que ela pode nos proporcionar, pode contribuir para iniciativas, ações e até mesmo políticas públicas que propiciem maior equidade em relação aos segmentos mais desprivilegiados da sociedade, inclusive e fortemente no âmbito da saúde.

### **Porão**

Como afirmei no início do capítulo, esta tese também possui um porão, aquele quatinho escuro – mas ainda assim integrante da casa – em que guardei todas as limitações de uma produção acadêmica deste nível. Uma das grandes limitações desta tese diz respeito ao seu próprio recorte geográfico-temporal (com a opção em trabalhar com pessoas em situação de rua em Belo Horizonte e moradores do Coque em Recife). Existem muitas pobrezas no país e a aqui retratada revela apenas uma de suas inumeráveis faces. Assim sendo, não podemos generalizar os resultados obtidos para outras realidades brasileiras, sejam regiões, sejam grupos sociais.

Além disto, o fato de morar atualmente em Belo Horizonte e não em Recife, me permitiu ter mais contato com um dos grupos do núcleo população: as pessoas em situação de rua. Em decorrência, tive como interlocutores mais pessoas desse grupo, sendo contemplada com mais interações com elas, o que, por consequência, repercute em resultados mais robustos para esse grupo.

Outra limitação importante é que os textos referentes aos núcleos Estado e Mídia correspondem a tempos já passados, enquanto as conversações e outros procedimentos com as pessoas ocorreram durante o desenvolvimento da tese. Do ponto de vista discursivo, são condições temporais de produção muito diferentes, meus interlocutores não viveram o que narram no momento em que os outros discursos analisados circularam. Voltarei, porém, a falar um pouco mais sobre os “objetos” que guardei no porão desta casa nas conclusões.

### **Seja bem-vindo!**

Por fim, para encerrar esta introdução, apresento-lhes a estrutura da tese, que está dividida em três capítulos e uma conclusão:

- **Capítulo 1 – Contextos** (perspectiva histórica e revisão bibliográfica produzida para a tese);

- **Capítulo 2 – Fundamentos e Metodologia** (definições sobre pobreza, saúde e comunicação; disposição das diversas etapas da pesquisa e apresentação da metodologia utilizada);
- **Capítulo 3 – Discursos** (análise de discursos dos textos produzidos nos três núcleos de pesquisa: Estado, Mídia e População).
- **Recenarizando** (conclusões da pesquisa, com consolidação dos resultados da análise dos núcleos, numa perspectiva correlacional),

Foi fundamental, para mim, deixar claro tal caminho, para situar também quem fala nesta tese e de onde fala e lembrar que conto com limitações. Assim como destaca DaMatta (1997) em “A Casa & A Rua”, quem escreve sobre a sociedade e suas relações não constrói palácios, mas sim cabanas e casebres muito simples, porém repletos de amor:

Moradas feitas de grandes espaços abertos destinados à boa comida e à nobre cerveja com os amigos, dentro daquelas conversações onde se ama o que se fala e se desculpa toda a veemência que acompanha uma eventual descoberta de algum aspecto da sociedade e da cultura onde se vive. (DAMATTA, 1997, p. 12)

O que quero evidenciar, a partir dessa fala, é que esta será, para sempre, uma casa em construção. Minha casa tem sim, um daqueles porões pequenos, mas repletos de inquietações que não foram possíveis expor neste espaço. Novas descobertas podem ser feitas a qualquer momento, assim como novas questões provavelmente virão à tona.

**Seja muito bem-vinda e muito bem-vindo à minha casa em construção!**

## 2 CONTEXTOS

*“A riqueza e a pobreza são convenções.”*

*Victor Hugo*

*“A história é um profeta com o olhar voltado para trás:  
pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será.”*

*Eduardo Galeano*

O escritor francês Victor Hugo tem como uma de suas principais e mais (re) conhecidas obras, *Les Misérables* (Os Miseráveis), publicada em 1862. A narrativa passa-se na França do século XIX, e conta com o protagonista Jean Valjean, que testemunhou - junto a outros personagens que dão títulos aos diferentes volumes da obra - a miséria daquele século.

Jean era irmão de Jeanne, filho de Jeanne Mathieu e de Jean Valjean. Filho, irmã, mãe e pai com o mesmo nome e um sobrenome que, possivelmente, apenas registrava uma demanda tradicional: mesmo o mais simples homem deveria contar com uma origem familiar. Pobre e passando por dificuldades econômicas (e sociais), aos 25 anos Jean roubou um pão para alimentar os sobrinhos. Foi condenado a cinco anos no cárcere e se tornou o prisioneiro número 24.601, como trabalhador nas galés.

Jean foi duramente castigado por roubar pão para a família faminta. Ou será duplamente castigado por ser pobre? Terá sido forçado a roubar pela pobreza? Era pobre por sentir fome? Sentia fome por ser pobre? E o que lhe coube, em relação à justiça?

Após cumprir 19 anos de prisão devido ao roubo cometido, tendo a pena aumentada pelas inúmeras tentativas de fuga, Jean Valjean recebeu liberdade condicional. Nas ruas, entretanto, foi hostilizado pela sociedade, passando de um homem pobre (antes do cárcere), a um homem miserável. Mais tarde, após muitas andanças pelas ruas, foi acolhido por um bispo,

que lhe deu comida e abrigo. Com a convivência com o religioso, Jean tornou-se um novo homem, passando a ser percebido como justo e honesto.

A descrição da conturbada formação social francesa pós-revolução, em “Os Miseráveis”, revela a paupérrima sobrevivida nas ruelas das cidades por parte de uma população excluída pelo Estado e pela própria sociedade em geral. A história serve de pano de fundo para uma crítica ao materialismo da sociedade em sua relação com a exclusão social, às crenças da época, pelas quais os pobres estavam condenados à marginalidade, já que não possuíam instrução, nem bens materiais ou culturais. Apesar da obra ser datada do século XIX vê-se que ainda hoje serve como uma espécie de espelho para personagens reais: nas mais distintas cidades brasileiras, muitos têm na rua sua casa e atravessam longas jornadas repletas de pobreza, conflitos familiares, alcoolismo, drogas...

A recuperação da história de Victor Hugo aqui justifica-se pelos inúmeros sentidos que evoca na produção simbólica da pobreza ao longo dos tempos, incluindo a própria realidade brasileira. Mais de 150 anos após a sua publicação, a obra ganhou interpretações em musicais e no cinema e continua a evocar diferentes sentidos sobre a pobreza e suas interfaces, naturalizadas ao longo dos anos, como: pobreza-fome; pobreza-rua; pobreza-marginalidade; pobreza-roubo e pobreza-prisão. Convoca, ainda, diferentes vozes institucionais em suas correlações com a pobreza e o seu reverso - a riqueza e a benevolência -, como as do Estado e as da Igreja. A exclusão social e a marginalidade, enfocadas nesse cenário, são temáticas ainda pulsantes quando tratamos da pobreza de uma forma geral e da sua naturalização em diversas sociedades.

Apesar de ser uma obra de ficção, a história de Victor Hugo é resultado de seu próprio testemunho e vivência em um dos mais conhecidos presídios da França na época, a Colônia Penal de Toulon. Tal prisão era conhecida por fornecer trabalho forçado nas galés. Ficção e realidade misturam-se, assim, em narrações sobre a figura do homem pobre na França daquele período.

Ao longo dos séculos, seja na França, ou no mundo em geral, diferentes conjunturas históricas, econômicas, políticas e sociais colocaram em cena um número variável de agentes sociais e instituições que construíram (e constroem) sentidos – e realidades – sobre o pobre e a pobreza por meio dos discursos, estando no centro das relações de poder. Muito antes do século XIX, da consagrada história de Victor Hugo, a pobreza e a miséria já figuravam como uma construção social.

É sobre essa perspectiva histórica e social da pobreza e da miséria que este primeiro capítulo da tese trata, partindo da premissa discursiva de que nenhum discurso é produzido sem

sólidas ancoragens em outros que lhe antecederam e que formaram uma rede de sentidos que se atualizam e se reconfiguram permanentemente em outros cenários e tempos históricos.

Nosso objetivo foi mapear elementos históricos e sociais da pobreza e da miséria desde a Idade Média até chegar à realidade atual brasileira, com programas específicos para sua superação. Com foco nessa realidade brasileira, buscamos discutir as interfaces entre a temática da pobreza e da miséria com o campo da saúde, buscando entender essa relação: que consequências concretas a ideia e o debate público sobre a pobreza e a miséria acarretam para as pesquisas e ações no campo da saúde?

Vale ressaltar que a pobreza já existia mesmo antes da Idade Média, mesmo na Antiguidade. O recorte da Idade Média justifica-se por ter sido naquele período que a ideia de pobreza começou a ser problematizada politicamente enquanto categoria social, assim como a sua superação passou a ser tema debatido pela sociedade. Foi também naquele momento que a Igreja tomou para si a problemática da pobreza e a tentativa de superá-la.

Porém, o objeto da pesquisa não está centrado na relação entre a saúde e a miséria pelo ângulo da medida em que a saúde é causa e/ou consequência da miséria. O que nos interessa estudar é a dimensão simbólica dessa relação, mais especificamente, essa relação segundo a própria população em situação de miséria, o Estado e a mídia brasileiros.

Como afirma o geógrafo Milton Santos: “A pobreza existe em toda parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade” (1978, p. 9). No nosso caso, a sociedade brasileira. Assim, centramos nossa atenção na questão da miséria no contexto particular do Brasil e, quando falamos da população, mais especificamente dos sujeitos da nossa pesquisa, focamos a análise em discursos produzidos e circulantes do Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua de Belo Horizonte/Minas Gerais (Centro POP – BH/MG) e na Comunidade do Coque, em Recife/Pernambuco, conforme veremos nos demais capítulos, tendo em mente questões específicas relativas à saúde e à comunicação e saúde.

Para o percurso proposto para este capítulo, contamos com o auxílio de autores de diferentes áreas e formações, alguns deles já citados por nós. São eles, segundo suas temáticas:

### **1) Contextos histórico e social da pobreza e miséria e designações dos termos**

**Autores:** Bronislaw Geremek, Lícia Valladares, Maurício Romão, Michel Foucault, Michel Mollat, Milton Santos, Patrick Declerck, Pierre Bourdieu, Ricardo Henriques, Ricardo Paes de Barros, Rosane Mendonça, Sara Escorel, Simon Schwartzman, Sonia Rocha, Victor Hugo e Zygmunt Bauman.

## **2) Contexto atual brasileiro, programas de superação à pobreza e extrema pobreza**

**Autores:** Ana Maria Peliano, Luis Fernando de Lara **Resende**, Nathalie **Beghin** Paulo Jannuzzi, Rômulo Paes-Souza.

## **3) Interfaces entre comunicação e saúde; desigualdades sociais e saúde; comunicação e pobreza**

**Autores:** Adriano Moreira, Alberto Pellegrini Filho, André Nunes, Boaventura de Souza Santos. Luiz Carlos Morel, Inesita Araujo, Organização Mundial da Saúde (OMS), Paulo Buss, Raquel Aguiar, Rita Barata e Vera Telles.

Essa divisão é apenas para fins de entendimento da lógica que presidiu as escolhas bibliográficas, porque o movimento das ideias ocorre na maioria das vezes de forma entremeada. Temos consciência, ainda, que a recuperação bibliográfica apresentada está longe de ser completa. Os títulos que reunimos, contudo, nos permitiram situar a problemática da miséria diante das diversas informações produzidas em todo o mundo sobre a temática.

Da mesma forma, sabemos que obras importantes sobre o tema desta pesquisa escaparam de nossas leituras, mas as que aqui se fazem presentes foram fundamentais para a construção do que chamamos de contextos histórico e social referente à miséria no mundo e no Brasil, e às diversas imbricações que tais contextos apresentam com os campos da saúde e da comunicação e saúde. Entendemos que a elaboração teórica do tema pobreza por parte dos autores citados assume papel primordial para o nosso entendimento sobre a questão e suas múltiplas discursividades.

### **2.1 Miséria: aspectos históricos e sociais**

Vamos iniciar a discussão com um olhar atento à origem da palavra pobreza. Ao estudarmos o termo, observamos que ele vem do latim *paupertas* e *pauper*. Essas palavras foram enriquecendo-se com outras línguas (como as germânicas) e passando por derivações, até chegar em pobreza e pobre.

Conforme demonstra o historiador Michel Mollat (1989), a Idade Média (V- XV) foi a precursora da construção social do que se entende atualmente pela figura do homem denominado pobre. Observamos, nessa época, que em um primeiro momento a pobreza é relacionada a uma prática da caridade necessária (para “abrir as portas do céu” era preciso doar esmolas e dedicar tempo e cuidado aos pobres). Em um segundo momento, a pobreza passou a ser associada à ideia de indigência e, posteriormente, a condição de pobreza provocou a revolta dos pobres, que explodiu em uma série de rebeliões (MOLLAT, 1989).

Na Idade Média, o papel de assistente dos pobres era desempenhado pela diaconia<sup>3</sup> e a visão da pobreza como carência foi permanente, conforme reforça o historiador:

Jamais se pensou em suprimi-la, desde as sequelas do pauperismo antigo e da regressão social e econômica dos tempos bárbaros, até o momento em que os contemporâneos da Renascença e da Reforma desenvolveram um sentimento de vergonha diante de um estado indigno do homem. (MOLLAT, 1989, p. 1)

A expressão pobre (*pauper*), entretanto, sofreu uma mudança significativa: “Tanto quanto os testemunhos da perenidade da pobreza, o vocabulário que exprime a diversidade de seus aspectos revela as atitudes e os sentimentos que ela suscita” (MOLLAT, 1989, p. 1).

Originalmente, o pobre tinha um sentido qualitativo, designando pessoas pertencentes a categorias sociais distintas, atingidas por uma carência: um homem pobre, um camponês pobre ou um clérigo pobre. Com o tempo, adquiriu um valor substantivo: a pessoa torna-se “um pobre” e seu emprego no plural passou a traduzir, quantitativamente, um grupo social. Ou seja, a palavra “pobre” passou a designar uma categoria social específica.

Nas palavras do historiador:

A função qualitativa das palavras precedeu seu emprego substantivo. Uma pessoa é pobre; fica sendo “um pobre”. A pobreza designa inicialmente a qualidade, depois a condição de uma pessoa de qualquer estado social atingida por uma carência. Fala-se de um homem pobre, de uma mulher pobre, de um camponês pobre, de um servo pobre, de um clérigo pobre, de um cavalheiro pobre, de um companheiro pobre, pertencentes a “ordens sociais” distintas eles eram todos atingidos por uma inferioridade em relação à condição normal de seu estado. Desse modo revelam-se as desigualdades no seio de uma pobreza que, não obstante é partilhada. Mas a pobreza é relativa entre os homens e percebe-se grande dose de ambiguidade no emprego das mesmas palavras. Somos sempre mais ou menos pobres que outros. (MOLLAT, 1989, p. 2)

Assim, durante um longo período da Idade Média, a pobreza era tida como uma condição de nascença, praticamente incontornável. Aos pobres, restava a caridade estimulada pelo cristianismo. Podemos observar, aqui, apesar da diferença temporal histórica, a forte presença da diaconia no universo daqueles considerados pobres, conforme observado também na história de Victor Hugo.

Já nos séculos XIII e XIV surgiu a figura do denominado “pobre laborioso”, ou seja, o camponês que buscava sobreviver pelo seu próprio trabalho, mas com precárias condições de

---

<sup>3</sup> Diaconia é um termo cristão que significa servir ao próximo. É uma palavra utilizada muitas vezes na Bíblia como substantivo diáconos (quem serve).

trabalho e de vida como um todo. A pobreza existente nesta época estava fortemente ligada a uma baixa alimentação dos indivíduos, falta de vitaminas para suprir seu organismo dos males infecciosos e desnutrição, questões que garantiam adoecimento e vida curta aos pobres. A fome e a saúde (mais propriamente a doença) aparecem, assim, claramente relacionadas ao universo da pobreza.

No final da Idade Média, os pobres passaram a ser confundidos com os marginalizados e delinquentes. Os cabarés eram, ao mesmo tempo, frequentados por pobres e criminosos e tornaram-se, assim, local de transição do pobre, que passou de mendigo a “malandro” (MOLLAT, 1989).

Foi nesse período que emergiu a figura do excluído social, segundo o também historiador Bronislaw Geremek (1995). Geremek lembra que, com a saída do homem do campo, o número de pobres aumentou consideravelmente. A cidade não era capaz de absorver a demanda de trabalho vinda do meio rural e o camponês raramente se adaptava às demandas e à própria realidade da cidade. Assim, os pobres que antes eram vistos com um olhar carinhoso e piedoso por parte da sociedade, como uma forma de garantir o perdão e o “reino dos céus”, tornaram-se um peso para esta mesma sociedade.

Fato é que os relatos dos historiadores citados, Mollat e Geremek, mostram que as sociedades antigas sofriam com a peste, a fome e as guerras. Entretanto, essas não eram questões produzidas pelas estruturas sociais. Ou seja, a pobreza era tida como flagelo e castigo (de Deus), de uma forma naturalizada.

Os pobres eram aqueles considerados incapazes de prover seu próprio sustento devido a uma designação divina: os doentes, as viúvas e os órfãos que encontravam dificuldades de sobrevivência devido às suas perdas, os camponeses “fugidos” da servidão... Todos eram considerados pobres e não era necessário que “lutassem” contra tal fato. A pobreza era uma condição para caracterizar o outro como caridoso. Não existia, assim, nenhum tipo de entendimento referente à desigualdade e iniquidade e o termo miséria ainda era desconhecido da população.

A partir de uma retrospectiva histórica que inicia com as questões apontadas, Mollat (1989) procura identificar o ponto de ruptura por meio do qual a precariedade se transforma em miséria. Para isso, o autor aponta três limiares. Ao ultrapassá-los, segundo Mollat, a pessoa encontra-se em situação de pobreza extrema, ou seja, de miséria.

- 1) **O limiar biológico** - ultrapassado quando não se possui condições mínimas de saúde e de sobrevivência como um todo. Aqui, a pobreza encontra forte relação com a ausência de saúde, porém ainda sem a presença de discussões sobre o próprio

significado de saúde (e muito relacionada a questões de higiene, nutrição e doenças de uma forma geral).

- 2) O **limiar econômico** - centrado nas possibilidades de abastecimento, está fortemente relacionado com a troca, com a compra e com o valor real da moeda. Segundo o autor, esse limiar liga-se diretamente com a demanda fiscal, incapaz de poupar os pobres de seus tributos;
- 3) O **limiar sociológico** - cria a desclassificação, ou seja, destaca-se quando a pessoa não tem os recursos materiais necessários para exercer seu ofício. Está ligado a mudanças repentinas, como um camponês artesão expulso de suas terras.

Conforme definido pelo estudioso, a miséria é uma extensão da pobreza, no momento em que a mesma ultrapassa limites relacionados à saúde, ao poder de compra e ao trabalho de forma ainda mais potencializada. Com o advento da Idade Moderna e do Capitalismo, as explicações sobre a pobreza sofreram transformações. A partir dos séculos XVI e XVII, conhecidos pela consolidação do Capitalismo como forma de Governo e pela Revolução Industrial, um novo mundo se fez diante dos pobres e, em seguida, dos miseráveis.

O período fomentou a migração e provocou uma grande demanda de pessoas, superior ao número de empregos. Estava em pauta o limiar sociológico de Mollat: o subemprego (mais tarde emprego informal), a marginalização e a pobreza, que evolui para a miséria. O imaginário social passou, pouco a pouco, a responsabilizar o indivíduo pela sua condição de pobreza.

Esse pensamento coincide com o surgimento do liberalismo. O indivíduo como responsável por suas condições de vida é essencialmente reflexo do pensamento liberal, um conjunto de princípios que apresenta como ponto principal a defesa da liberdade política e econômica. Os liberais eram, assim, contrários ao forte controle do Estado na economia e na vida das pessoas. Defendiam a propriedade privada, a liberdade econômica (livre mercado), a mínima participação do Estado nos assuntos econômicos da nação (governo limitado) e a igualdade perante a lei.

Nos séculos XVIII e XIX, a ideia de eliminar a pobreza começou, aos poucos, a se fazer presente. Com o lançamento do Manifesto Comunista (1848), surgiu a crença de que era possível, sim, ter uma sociedade mais igualitária. Cresce, assim, em diversos países do mundo, especialmente na Europa, a noção de que todas as pessoas têm direitos iguais.

A pobreza e a miséria, essa última como uma extensão da primeira, figuravam como problemas agravados pelo Capitalismo, por ser um sistema que amplia desigualdades, portanto estando diretamente relacionado com o crescimento da pobreza, quando não associado a políticas sociais protetivas. Nesse período, vemos ainda a passagem do pobre ou miserável,

antes visto com olhos de compaixão pelos ricos, para o pobre ou miserável tido como preguiçoso e malandro, os pobres condenados à marginalidade, descritos e problematizados por Victor Hugo. Figura aqui o limiar econômico, conforme estabeleceu Mollat, centrado no poder de compra do indivíduo e, em alguns casos, o limiar sociológico, focado em rupturas que levam à condição de pobreza, como o desemprego.

Ainda no século XVIII, temos um período marcado pelo nascimento do hospital como instrumento terapêutico. Até então o hospital era, basicamente, uma instituição de acolhimento dos pobres:

O personagem ideal do hospital, até o século XVIII, não é o doente que é preciso curar, mas o pobre que está morrendo. É alguém que deve ser assistido material e espiritualmente, alguém a quem se deve dar os últimos cuidados e o último sacramento. Esta é a função essencial do hospital. Dizia-se correntemente, nesta época, que o hospital era um morredouro, um lugar onde morrer. E o pessoal hospitalar não era fundamentalmente destinado a realizar a cura do doente, mas a conseguir sua própria salvação. Era um pessoal caritativo – religioso ou leigo – que estava no hospital para fazer uma obra de caridade que lhe assegurasse a salvação eterna. (FOUCAULT, 2011, p.57)

Foucault também explica essa passagem:

A consciência de que o hospital pode e deve ser um instrumento destinado a curar aparece claramente em torno de 1780 e é assinalada por uma nova prática: a visita e a observação sistemática e comparada dos hospitais. Houve na Europa uma série de viagens, entre as quais podemos destacar a de Howard, inglês que percorreu hospitais, prisões e lazaretos da Europa, entre 1775/1780 e a do francês Tenon, a pedido da Academia de Ciências, no momento em que se colocava o problema da reconstrução do Hotel-Dieu de Paris. (FOUCAULT, 2011, p.57)

Caminhando para o século XX, o auge de demandas sobre direitos e igualdade nascidas com o Manifesto Comunista passou por transformações e a sociedade viveu o chamado Estado de Bem-Estar Social. A nova forma de organização social parecia reduzir a pobreza sem afetar a riqueza dos burgueses e capitalistas. Ainda neste período, observamos que as discussões referentes à temática se valem de conceitos da pobreza como juízo de valor, pobreza relativa e pobreza absoluta (ROMÃO, 1982).

A pobreza como juízo de valor refere-se a uma visão subjetiva, acerca do que seria um grau suficiente de satisfação de necessidades. A percepção da pobreza como conceito relativo e absoluto é uma abordagem de cunho macroeconômico.

A pobreza relativa tem relação com a desigualdade na distribuição de renda. É possível perceber a interface entre pobreza e desigualdade, mas ainda centrada num viés economicista.

“A pobreza é interpretada em relação ao padrão de vida na sociedade: os pobres são os que se situam na camada inferior da distribuição de renda em comparação com os membros melhor aquinhoados da sociedade nessa distribuição” (ROMÃO, 1982, p. 358).

Bourdieu (1997) também observa a pobreza com essa perspectiva, porém sem utilizar os mesmos termos. Em “A Miséria do Mundo”, o sociólogo torna pública a questão das desigualdades na França, analisando as desigualdades em sua dimensão social. Por meio de conversas com os considerados pobres franceses, o autor demonstra que, a partir dos anos de 1980, a percepção social geral era de que as desigualdades sociais aumentavam e, numa relação bi-causal, a pobreza se disseminava.

A obra traz, assim, de um lado, as “misérias de posição” – misérias causadas no ser humano a partir de uma espécie de queda de estatuto social –; e de outro, as misérias dos “excluídos do interior” – aqueles homens e mulheres que ocupam uma posição dominada e subalterna dentro do mundo social e são considerados, assim, excluídos do sistema social em que vivem.

Quanto ao conceito de pobreza relativa, ele refere-se à situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos em relação a algum atributo desejado, seja renda, emprego ou poder. Assim, uma linha de pobreza relativa pode ser definida, por exemplo, calculando a renda *per capita* de parte da população.

Já a pobreza absoluta “se propõe quando são fixados padrões para o nível ‘mínimo’ ou ‘suficiente’ de necessidade - também conhecido como a *linha* ou limite da pobreza” (ROMÃO, 1982, p. 360). Em geral, o padrão de vida é avaliado segundo preços relevantes e a renda necessária para custeá-los é calculada. “Como se pode ver por essa definição, a pobreza absoluta expressada na opinião coletiva é derivada da convicção de que cada pessoa tem o direito de viver em condições decentes e condizentes com a dignidade humana” (ROMÃO, 1982, p. 360).

Podemos visualizar o histórico mobilizado na tabela a seguir:

<b>Resgate Cronológico dos Sentidos da Pobreza no Mundo Principais Perspectivas</b>			
<b>Período (Séculos)</b>	<b>Principais momentos históricos</b>	<b>Acontecimentos/ Construções simbólicas principais</b>	<b>Presenças Institucionais/Instâncias/ Vozes autorizadas principais</b>
<b>Idade Média (séculos V- XV)</b>	Nascimento da figura do homem pobre	Divididos em três etapas: 1) Pobreza relacionada à caridade 2) Pobreza como indignância e figura do “pobre laborioso” 3) Condição de pobreza gera rebeliões (causa de revoltas dos pobres) *Miséria relacionada à saúde, poder de compra e trabalho	- Igreja (ligada à caridade – resgate dos homens aos céus por meio da ajuda aos pobres) - Trabalho
<b>Séculos XVI e XVII</b>	Consolidação do Capitalismo como forma de Governo e Revolução Industrial	- Industrialização - Burguesia - Revolução Industrial - Indivíduo responsabilizado por sua pobreza	- Trabalho
<b>Séculos XVIII e XIX</b>	Ideia de eliminação da pobreza – Igualdade entre os homens	- Nascimento do hospital – para loucos e pobres - Manifesto comunista (coloca em pauta a temática da igualdade)	- Igreja - Trabalho - Saúde - Estado
<b>Século XX</b>	Pobreza como juízo de valor	- Pobreza relativa - Pobreza absoluta	- Igreja - Trabalho - Saúde - Estado

*\*Tabela 1 – Resgate Cronológico dos Sentidos da Pobreza no Mundo - Principais Perspectivas  
Elaboração: própria autora*

## **2.2 Pobreza no Brasil**

O Brasil do século XX foi marcado por uma sociedade e uma economia que mantinham ainda a mentalidade escravagista como um importante componente. A identificação do Brasil como um país pobre e atingido pela fome é muito recente na história. Foi apenas com o final da República Velha (1930) que a ideia de que algo deveria ser feito com a pobreza e a miséria em que viviam grande parte da população brasileira começou a ganhar força, conforme nos aponta o sociólogo brasileiro Simon Schwartzman:

Para os positivistas, que participaram da campanha republicana e conseguiram entronizar seu lema da "Ordem e Progresso" na bandeira, o país necessitava de um governo forte, centralizado, que fizesse uso dos conhecimentos científicos para educar o proletariado, planejar a economia. e livrar o país da ignorância e da superstição das elites tradicionais. Esta ideologia autoritária e modernizadora fascinava os estudantes, intelectuais e os militares, ainda que não tivesse muito sucesso entre os outros e mais importantes parceiros do movimento republicano, as oligarquias que comandavam o Partido Republicano Paulista e Mineiro. Em outros círculos intelectuais, prevalecia a

noção de que os problemas do país tinham a ver com as características raciais e culturais da população brasileira, que impediam que a população desenvolvesse hábitos adequados de higiene e trabalho. Tratar das doenças tropicais, primeiro; estabelecer políticas eugênicas que pudessem assegurar, depois, o progressivo "branqueamento" da população; e, ao mesmo tempo, ajustar as instituições políticas e sociais do país às características culturais e sociais de seu povo, eram as maneiras de ir reduzindo os problemas do país, sem, naturalmente, esperar que a pobreza e da miséria desaparecessem de um dia para outro. (SCHWARTZMAN, 2001, s/p.)

O final desse período trouxe, também, uma das publicações mais reconhecidas quando pensamos na temática da miséria no Brasil. Assim como na França “Os Miseráveis” foi um grande ícone do pensamento e discussão sobre a pobreza no país, o lançamento de “Vida Secas” em 1938, o quarto romance do escritor brasileiro Graciliano Ramos, trouxe 13 capítulos que apresentam a pobreza e a miséria no Brasil ao próprio Brasil.

Ficção e realidade se misturam na narração, já que a obra foi inspirada em histórias que Graciliano acompanhou na infância sobre os retirantes. Nela, é contada a saga do vaqueiro Fabiano, de sua esposa Sinhá Vitória, de seus dois filhos - o “mais novo” e o “mais velho” -, e da cachorra Baleia. Com esses personagens, a narrativa reflete a aridez do sertão e a miséria do homem brasileiro: o sertanejo. Mais do que a seca, entretanto, o que impele a família de Fabiano são as relações dominantes (de poder) estabelecidas pelos homens, especialmente nas perspectivas do componente trabalho.

A saga da família de retirantes do sertão brasileiro, condicionada a problemas sociais como a seca, a pobreza e a fome, reflete um imaginário social vinculado a pobreza ainda nos dias de hoje: o sertanejo e migrante representado por Fabiano, um trabalhador que vai tendo sua vida perdida, passando a um patamar no qual nem mesmo os filhos têm nome (são o “mais novo” e o “mais velho”).

Cada um dos sertões, suas pequenas cidades e vilarejos, tornaram-se bons exemplos do tamanho da pobreza e da fome a partir de Vidas Secas. Imagens e representações sobre o sertão e o sertanejo têm sido disseminadas por diferentes discursos que terminam por construir simbolicamente essa região e seus filhos como o Outro subalternizado, excluído da vida nacional porque não tem importância econômica, não é produtivo, apenas representa um problema para o país. O sertão é o lugar da pobreza, da seca, da migração, do coronelismo, de uma terra sem lei... O sertanejo é o Outro negligenciado, invisibilizado por uma lógica de naturalização das diferenças e das exclusões.

Mas, se os discursos sobre o sertão constroem e desconstroem sentidos dessa região como território da pobreza, mais que isso, da miséria, em outras regiões do país passa a emergir

outra representação. Se *Vidas Secas* trouxe consigo a ênfase ao sertão e sertanejo como expressão máxima da miséria brasileira, mais tarde, a região sudeste do país viria a construir outras perspectivas. Valladares (1991) nos lembra que foi no processo de transição para o sistema capitalista e suas relações sociais e de uma grande urbanização no Rio de Janeiro que teve origem a preocupação brasileira para com a pobreza, nesta época muito concentrada em garantir a saúde e a higienização da cidade.

Embora saibamos hoje que já estava atingido o limiar biológico, quando a pobreza se torna miséria à medida que o indivíduo não possui condições básicas de saúde e sobrevivência, os parâmetros da época não permitiam que isso fosse percebido. Da mesma forma, não havia sido estabelecida, ainda, a relação entre pobreza e saúde pelo viés da determinação social da saúde, que só veio a ocorrer nos anos 1970 - e mais fortemente em 1980 -, nem estava presente a ideia de fenômenos sociais para explicar condições de saúde. O que existia, apenas, era uma relação de pobreza como consequência da (ausência) da saúde.

Somente nos anos 50 e 60, segundo Valladares (1991), observamos a eclosão da pobreza e seu reconhecimento enquanto questão social. A partir desse novo entendimento, os pobres não são mais tidos como ociosos, mas sim como pessoas que foram excluídas do sistema econômico. Na região sudeste a pobreza ganha, assim, sua expressão máxima na favela e ser “favelado” passa a ser sinônimo de ser pobre. Em outras regiões do país, essa conformação se especifica nas particularidades históricas e culturais.

A partir dos anos 70, passamos a poder observar a evolução da pobreza e da indigência no Brasil por meio da análise das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nessa época, registrava-se grande tensão entre a pobreza com a informalidade trabalhista e os subempregos. Nesse período, ao analisarem o fenômeno da pobreza, os pesquisadores brasileiros recorriam na maioria das vezes à noção de marginalidade (VALLADARES, 1991).

De uma maneira geral, observamos que no século XX brasileiro, especialmente na sua segunda metade, o debate sobre o desenvolvimento foi muito direcionado pela ideia de que ele seria a saída para melhorar as condições de vida da população pobre. Historicamente, as desigualdades se mostraram marcantes no sistema econômico brasileiro e a pobreza tornou-se imagem de um país pouco desenvolvido e doente.

### ***2.3 País Rico é País Sem Pobreza***

Uma forte mudança nesse cenário está centrada nos anos 2000, que foram notavelmente marcados, não só no Brasil, como em todo o mundo, pelas metas do milênio, estabelecidas pela

Organização das Nações Unidas (ONU). Em setembro de 2000, diferentes países – Estados – Membros da ONU se comprometeram a uma parceria global para reduzir a pobreza extrema – miséria – estabelecendo oito objetivos, conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com 18 metas e 48 indicadores de progresso, com um prazo para o seu alcance em 2015. O combate à pobreza adquiriu destaque e foi redimensionado internacionalmente.

Numa perspectiva de continuidade dessa proposta, no dia 25 de setembro de 2015 foi aprovada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que contém 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas relacionadas. Os ODS foram construídos a partir das bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Morel (2002) lembra que o primeiro objetivo definido visava a erradicação da pobreza extrema e da fome, com a meta de reduzir à metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população vivendo com menos de um dólar por dia e de crianças até 5 anos de idade com peso abaixo do normal.

Segundo o autor, atingir objetivos como esse não é uma tarefa simples, em especial para países, como o Brasil, que convive com a realidade das doenças negligenciadas. Segundo as próprias palavras do pesquisador: "Tornam-se, portanto, essenciais e prioritários a pesquisa e o desenvolvimento de novas ou melhores intervenções e sua incorporação às políticas e ações de saúde sem as quais as metas e objetivos do milênio dificilmente poderão ser alcançados" (MOREL, 2002, p.263).

Em artigo publicado no Jornal Valor Econômico, Morel (2011), relembra a trajetória do termo, proposto em 1970 por um programa da Fundação Rockefeller como “The Great Neglected Diseases”. Ken Warren, então diretor do programa, definiu que doenças como esquistossomose e malária eram negligenciadas porque não recebiam recursos para a pesquisa biomédica, o que produzia a precariedade de informações para o desenvolvimento de vacinas, medicamentos e diagnósticos. Já em 1999, ao ganharem o Nobel da Paz, a organização Médicos Sem Fronteiras investiu recursos na entidade Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi, ou Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas).

Mais tarde, a Neglected Tropical Diseases (NTD), revista editada pelos Institutos Nacionais de Saúde (NIH) nos Estados Unidos, definiu que as doenças negligenciadas são promotoras da pobreza: adultos doentes não conseguem trabalhar, gerando problemas financeiros e as crianças, quando sobreviventes, apresentam baixo rendimento escolar e atrasos significativos no crescimento (MOREL, 2011).

Existem diversas abordagens sobre as doenças negligenciadas, sendo este também um campo de disputa de construção de sentidos. Isso revela-se pelas taxonomias – formas de

nomeações - utilizadas para o termo, que é tratado tanto como doenças negligenciadas, como doenças da pobreza em diferentes instituições. Enquanto a OMS utiliza o termo negligenciadas, o periódico *Infectious Disease Poverty* por exemplo, traz a nomeação *Doenças Infecciosas da Pobreza* para tratar das publicações de periódicos revisados por pares, de acesso aberto, que abordam questões essenciais de saúde pública relacionadas a doenças que geram pobreza e intensificam os quadros de miséria. A terminologia decorre da própria caracterização destas doenças como causadas por agentes infecciosos ou parasitas, consideradas ainda endêmicas em populações consideradas pobres.

Araujo, Moreira & Aguiar (2013, s/p), por outra perspectiva, tratam essas doenças pelo prisma da comunicação. Lembram, nesse sentido, que “a comunicação é evidência e fator determinante do negligenciamento, devendo estar entre os indicadores que caracterizam uma doença negligenciada”.

[...] a comunicação, pela sua ausência ou pelo modo como é tratada na saúde é, tanto quanto a pesquisa, os serviços, o desenvolvimento tecnológico e de produtos, ao mesmo tempo fator, produto e – em decorrência – indicador de negligenciamento (no seu reverso, de cuidado). Este entendimento é ocultado pela perspectiva instrumental com que ela é considerada e que ainda reina quase absoluta nos domínios da saúde. (ARAUJO, MOREIRA & AGUIAR, 2013, s/p)

O Brasil criou metas próprias para a superação da pobreza que contam, inclusive, com uma abordagem referente às doenças negligenciadas. Em 2 de junho de 2011, o Governo Federal – sob o slogan “País Rico é País Sem Pobreza” – lançou o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), com o objetivo de superar a extrema pobreza até o final de 2014. A iniciativa, que continuou como um marco de atuação também no segundo mandato do governo da presidente Dilma Rousseff (até 2016), foi coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – criado em 2004 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva sob a égide desses objetivos – e contou com diferentes articulações ministeriais para a sua efetivação.

A perspectiva de enfrentamento da miséria no Brasil não teve início, entretanto, com o lançamento do PBSM. Ao analisarmos os caminhos percorridos sobre a temática entre os diferentes governos brasileiros, percebemos que o Plano Brasil Sem Miséria busca incrementar políticas de proteção social existentes entre 2003 e 2010 (período de gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva), como a Estratégia Fome Zero, inicialmente denominada Programa Fome Zero. A própria chegada de Lula à Presidência foi um marco importante na produção simbólica sobre a pobreza. A ascendência ao poder de um ex-retirante, que havia sido submetido a condições de vida de muita pobreza repercutiu em diversos discursos sobre a temática pobreza

no país. O passado de pobreza de Lula foi acionado diferentes vezes, por distintas vozes e instituições (como a própria mídia), para deslegitimar seu novo lugar de poder, assim como compôs argumentos favoráveis de diversos setores pelo grande feito obtido, sendo um dos motes de sua campanha presidencial.

Anterior ao Programa Fome Zero tivemos o Programa Comunidade Solidária, que fora instituído pelo Decreto nº. 1.366, de 12 de janeiro de 1995, durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso. Fazia parte da chamada Rede de Proteção Social, que consistiu na junção de diferentes programas de cunho social voltados à assistência das classes brasileiras mais carentes, condição definida a partir de parâmetros de renda e constituição familiar. O programa foi encerrado em dezembro de 2002.

Segundo Peliano, Resende & Beghin (1995), o Programa Comunidade Solidária não visava a implantação de novos programas de ataque à fome e à miséria, mas sim a alteração da forma de gerenciamento dos programas já existentes. Para tanto, buscava a participação mais intensa da sociedade civil e integração entre o governo federal, os estados e os municípios. Os autores relembram:

O Comunidade Solidária nasce, cresce e amadurece a partir de uma experiência brasileira e inédita que emergiu no início de 1993 com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar — CONSEA. O CONSEA inaugurou uma nova era colocando na agenda do presidente da República a questão do combate à fome e à miséria como prioridade nacional. (PELIANO, RESENDE & BEGHIN, 1995, p. 20)

Peres (2005) ressalta, ainda, que o CONSEA havia surgido a partir do Plano de Combate à Fome e à Miséria (PCFM), criado em abril de 1993 por Itamar Franco. O objetivo era propor um projeto emergencial de combate à fome e à miséria, articulando, para isso, as três instâncias de governo (municipal, estadual e federal) e a sociedade civil (através dos representantes dos movimentos sociais e ONGs).

Segundo a autora:

As diretrizes e as ações do PCFM ficaram então sob a responsabilidade do CONSEA que contava com o apoio técnico-administrativo do IPEA, para estabelecer parâmetros institucionais para a gerência de novos programas que deveriam ter como critérios a participação popular e a transparência na implementação das políticas públicas. (PERES, 2005, p. 110)

Fome Zero e Comunidade Solidária estavam alinhados, ainda, à chamada Ação Cidadania Contra a Fome, Miséria e pela Vida, fundada em 1993 pelo sociólogo Herbert de Souza (o Betinho), a partir do Movimento pela Ética na Política. O objetivo era – e ainda é –

mobilizar todos os segmentos da sociedade brasileira na busca de soluções para a fome e a miséria, por meio do estímulo à participação cidadã na elaboração e melhoria das políticas públicas sociais. O movimento atua por meio de comitês locais formados por cidadãos interessados na causa. Todos os estados brasileiros têm comitês e promovem ações integradas pela coordenação nacional, que tem sede no Rio de Janeiro.

Se considerarmos as iniciativas em torno do enfrentamento da pobreza e da fome nos últimos 25 anos, temos então:

1993 – Ação Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida

Plano de Combate à Fome e à Miséria (Governo Itamar Franco)

Criação do CONSEA (Governo Itamar Franco)

1995 – Comunidade Solidária (Governo Fernando Henrique Cardoso)

2003 – Estratégia / Programa Fome Zero (Governo Luís Inácio Lula da Silva)

2004 – Criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
(Governo Luís Inácio Lula da Silva)

2011 – Plano Brasil Sem Miséria (Governo Dilma Rousseff)

As iniciativas anteriores ao lançamento do Fome Zero e ao PBSM são fundadoras destes por sinergia e acúmulo, tanto discursivo como em ações sociais concretas. Do ponto de vista legal, os esforços estão relacionados a um processo de estruturação da política de seguridade social brasileira, inaugurada em 1988, com a promulgação da Constituição Federal no Brasil. A Constituição representou um significativo marco histórico ao inaugurar o sistema de seguridade social que se consolidou com políticas de saúde, previdência e assistência social.

O empenho estava alinhado a uma preocupação internacional com as temáticas da miséria e da fome. Em 1990, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) elaborou um estudo denominado O Mapa da Fome, reunindo e analisando dados sobre a situação da segurança alimentar da população. Desde esse período, o mapa traz os países em que há parte significativa da população ingerindo uma quantidade diária de calorias inferior ao recomendado. Assim, o mapa analisa dados sobre a situação da segurança alimentar da população mundial, produzindo diagnósticos segundo regiões e países.

Para sair do mapa o país deve alcançar menos de 5% da população ingerindo menos calorias do que o recomendado. O Brasil permaneceu acima do índice até 2013. Em 2014 registrou um índice de 3%. Porém, um relatório elaborado por entidades da sociedade civil e apresentado em 2017 indica que o país pode voltar ao mapa da fome. Corroborando para esta perspectiva a extinção do CONSEA, em 2019.

Para aprofundar tal questão, entretanto, é importante termos em pauta o histórico de lançamento do Plano Brasil Sem Miséria. Paes-Sousa (2013) lembra que, no início de 2011, ano de seu lançamento, o Brasil já se encontrava em expansão de cobertura de serviços de assistência social. Segundo o autor, “duas grandes iniciativas orientaram esse processo: a implementação do Sistema Único da Assistência Social (Suas) e a cobertura plena do Programa Bolsa Família, que transfere renda com condicionalidades nas áreas de educação, saúde e assistência social” (PAES-SOUSA, 2013, p. 4).

O Suas é um sistema público que, ainda hoje, organiza os serviços de assistência social no país – vale lembrar que o objetivo da assistência social é garantir a proteção social aos cidadãos em geral, no enfrentamento de suas diferentes dificuldades –, a partir de um modelo de gestão participativa, que articula os três níveis do governo (níveis municipal, estadual e federal), para a execução e também para o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Ainda de acordo com Paes-Sousa, a maior parte das políticas de proteção social brasileiras já estavam sob gestão do MDS no período relativo ao nascimento do Suas: "Criado em 2004, o Ministério era então responsável pela implementação das políticas de proteção e desenvolvimento social, operadas por meio de 21 programas, nas áreas de transferência de renda, assistência social e segurança alimentar" (PAES-SOUSA, 2013, p. 4).

O Plano Brasil Sem Miséria propriamente dito foi instituído pelo Decreto n.º. 7.492, de 2 de junho de 2011, que estabelece como finalidade “superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional” (BRASIL, 2011a, p.6). Para efeito do decreto, foi considerada em extrema pobreza a família cuja renda *per capita* mensal fosse de, no máximo, R\$ 70. Esse valor foi alterado pelo Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014, e, desde então, passou para R\$ 77.

Assim, qualquer pessoa residente em domicílios com rendimento menor ou igual a esse valor é classificado como extremamente pobre. Para a formulação do Plano foram utilizadas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que identificou um conjunto da população que se encontra em situação de extrema pobreza segundo os dados do Censo Demográfico de 2010.

De acordo com o IBGE, o país possuía, na data de lançamento do Plano, 16,27 milhões de pessoas em extrema pobreza (8,5% da população total), concentrados principalmente na região Nordeste, totalizando 9,61 milhões de pessoas (59,1%), em seguida no Sudeste (2,72 milhões) e no Norte (2,65 milhões), ambos com 17%. As informações e números estão descritos mais detalhadamente na tabela a seguir:

População Total						
	Total	Urbano	Rural	% Total	% Urbano	% Rural
Brasil	190.755.799	160.925.792	29.830.007	100	84,4	15,6
Norte	15.864.454	11.664.509	4.199.945	100	73,5	26,5
Nordeste	53.081.950	38.821.246	14.260.704	100	73,1	26,9
Sudeste	80.364.410	74.696.178	5.668.232	100	92,9	7,1
Sul	27.386.891	23.260.896	4.125.995	100	84,9	15,1
Centro-Oeste	14.058.094	12.482.963	1.575.131	100	88,8	11,2
População em extrema pobreza						
	Total	Urbano	Rural	% Total	% Urbano	% Rural
Brasil	16.267.197	8.673.845	7.593.352	100	53,3	46,7
Norte	2.658.452	1.158.501	1.499.951	100	43,6	56,4
Nordeste	9.609.803	4.560.486	5.049.317	100	47,5	52,5
Sudeste	2.725.532	2.144.624	580.908	100	78,7	21,3
Sul	715.961	437.346	278.615	100	61,1	38,9
Centro-Oeste	557.449	372.888	184.561	100	66,9	33,1

*\*Tabela 2 – IBGE – Universo Preliminar do Censo Demográfico 2010  
Fonte: Plano Brasil Sem Miséria – MDS*

Especialmente no que diz respeito às doenças negligenciadas, o Instituto Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), recomendou, por meio de Nota Técnica (2011), que o tema “doenças da pobreza” fosse contemplado no documento oficial referente ao Plano Brasil Sem Miséria e que a educação popular fosse inserida nas ações desenvolvidas na área, visando prevenir e controlar essas doenças. A nota afirmava que, para combater a miséria conforme propunha-se em documento, agentes governamentais precisariam alinhar seus objetivos com questões referentes ao campo da saúde, incluindo o controle das doenças que promovem a pobreza.

O PBSM aderiu à indicação do IOC e fez diferentes informes em seu site, relatando estratégias de atuação frente a tais doenças. Já em 2013, foi lançada uma chamada pública de edital de bolsas de doutorado e pós-doutorado do Convênio Fiocruz/Capes - Brasil sem Miséria, visando apoiar projetos que contribuíssem para o enfrentamento dos problemas relacionados ao Plano Brasil Sem Miséria.

Sobre o BSM, é possível afirmar que ele não foi extinto, formalmente, da agenda política brasileira ainda na produção desta tese. Porém, as mudanças políticas ocorridas no país nos últimos anos, incluindo o afastamento de Dilma Rousseff (PT) - no dia 12 de maio de 2016 - e

a ascensão do vice Michel Temer (PMDB) à presidência da República, deram início a uma nova abordagem política às pautas na área.

Do ponto de vista econômico, o BSM ficou adormecido. No site <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria>, o último resultado apontado data de 2014. Além disso, o veículo não conta com atualizações de notícias e as agendas/eventos foram atualizadas pela última vez em 2017.

Em contrapartida, em 2017 e mais fortemente ainda em 2018, muitas matérias sobre o aumento da pobreza e da pobreza extrema no Brasil foram publicadas em diferentes jornais e publicações nacionais. Em 2017, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida retomou a campanha Natal Sem Fome; e já em 2018, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) do IBGE, divulgada no mês de abril, apontou um crescimento da extrema pobreza no país de 11,2% de 2016 para 2017. A pesquisa é feita por amostra probabilística de domicílios, de abrangência nacional, e visa produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país e permitir a investigação contínua de indicadores sobre trabalho e rendimento. Apesar dos índices, não foram divulgadas, porém, avaliações mais específicas centradas no cenário político, econômico e o social, e sobre o aumento da pobreza no Brasil.

Um mês antes, em março de 2018, uma campanha criada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) foi divulgada retomando a fome como um tema de preocupação da ONU. Na mensagem, o velocista jamaicano Usain Bolt convidava: "Vamos correr juntos por um mundo sem fome. Sistema alimentar saudável, dieta saudável, vida saudável. Corra com isso!". A campanha foi pauta de jornais e de pesquisadores receosos pela volta do Brasil ao mapa da fome, considerando-se os cortes em programas sociais, que excluíram do Programa Bolsa Família 1,1 milhão de famílias (4,3 milhões de pessoas). Com o aprofundamento da crise pela política econômica cresceu, ainda, o desemprego.

O tema foi destaque em março de 2018 na revista Radis Comunicação e Saúde. Em o *Ronco da Fome* é reforçado o fato de o Brasil ser um dos maiores produtores de alimentos por sua extensão territorial e capacidade agrícola, mas ao mesmo tempo, um contingente estimado pelo IBGE em 3% da população não tem o suficiente para sua nutrição. O retorno do Brasil ao Mapa da Fome também foi tema de aula inaugural realizada em março de 2018, pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz). Segundo os participantes, de 2014 a 2016, o número de pessoas em miséria no país saltou de 5.162.737 para 9.972.090.

No quadro a seguir, resumimos os sentidos da pobreza no Brasil, assim como feito no âmbito mundial. Incluímos períodos já citados e novos para fim de localização cronológica.

<b>Resgate Cronológico dos Sentidos da Pobreza no Brasil Principais Perspectivas</b>			
<b>Período (Séculos)</b>	<b>Principais momentos históricos</b>	<b>Acontecimentos/ Construções simbólicas principais</b>	<b>Presenças Institucionais/ Instâncias/ Vozes autorizadas principais</b>
<b>Brasil Colônia (1530-1815) / Independência (1822) / Primeiro Reinado (1822-1831)</b>	Escravidão	- Importante papel dos negros na economia - Naturalização da desigualdade - Ausência de discussão sobre a pobreza	- Igreja (ligada à caridade e evangelização) - Trabalho (papel do negro na economia)
<b>Segundo Reinado (1840-1889) / Primeira República (1889-1930)</b>	Abolição da Escravidão	- Nascia um país “livre e igual” - Manteve-se a mentalidade escravista (desigualdade enraizada na cultura)	- Igreja - Trabalho
<b>Era Vargas (1930-1945)</b>	- Vargas, “pai dos pobres” - programa populista – direito dos trabalhadores amparados/higienização	- Pobreza relacionada às condições de trabalho - Pobreza relacionada a má condições de alimentação e higiene - Figura do homem pobre como o sertanejo (Vidas Secas)	- Igreja - Trabalho - Saúde - Estado
<b>Anos 50 aos 70</b>	- Ditadura - Urbanização	- Reconhecimento da pobreza enquanto questão social - Pobres como excluídos do sistema econômico - No sudeste: ideia de favela vinda com a urbanização (pobre como o favelado, marginalização)	- Igreja - Trabalho - Saúde - Estado - Mídia
<b>Anos 70 aos 90</b>	- Redemocratização - Constituição de 1988 - Plano de Combate à Fome e a Miséria (Itamar Franco) - Comunidade Solidária (Fernando Henrique Cardoso)	- Preocupação com os registros da evolução da pobreza (PNAD e IBGE) - Pobreza relacionada ao subemprego - Marginalidade - Direitos previstos em Constituição (saúde, por exemplo)	- Igreja - Trabalho - Saúde - Estado - Instituições de Pesquisa - Mídia
<b>Anos 90 e 2000</b>	- Ação Cidadania Contra a Fome Fome Zero (Luiz Inácio Lula da Silva) - Brasil Sem Miséria (Dilma Rousseff)	- Fome como Pobreza - Pobreza multidimensional - Desigualdades Sociais em interface com a pobreza	- Igreja - Trabalho - Saúde - Estado - Instituições de Pesquisa - Mídia

*\*Tabela 3 – Resgate Cronológico dos Sentidos da Pobreza no Brasil - Principais Perspectivas  
Elaboração: própria autora*

## 2.4 Linhas de extrema pobreza

De uma maneira ampla, podemos dizer que o Estado, quando passa a focalizar suas ações no PBSM, adota uma abordagem multidimensional da pobreza, já que cita a importância de outras questões além da renda para a sua constituição. Porém, a renda ainda é o indicador utilizado para a inclusão ou não de um beneficiário no PBSM.

Reiteramos que a linha demarcadora da extrema pobreza definida pelo Banco Mundial foi adotada pelo Governo Federal brasileiro como critério das políticas de combate e superação à extrema pobreza, entendendo como extremamente pobres as famílias cujo rendimento mensal *per capita* seja igual ou inferior a R\$ 77. O cálculo do Banco Mundial baseou-se, por sua vez, no indicador de extrema pobreza adotado pela ONU, pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A problemática amplia-se porque, tanto no mundo, quanto no Brasil, especificamente, existem outros indicadores relacionados à extrema pobreza. Instituições utilizam diferentes metodologias para definir aqueles considerados como pobres ou miseráveis. A metodologia da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Ipeadata, por exemplo, adotam 24 linhas regionais e utilizam a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 1987/1988 do IBGE para a composição de cesta básica, segundo requerimentos calóricos e variantes regionais de preços (o indicador adotado pelo PBSM não leva em conta diferenças regionais).

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) utiliza, para medir a pobreza, um critério baseado em uma cesta de alimentos e serviços, que leva em conta as diferenças regionais e o custo de vida. O Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), por sua vez, adota 25 linhas regionais também com base na POF de 1987/1988. Em artigo sobre o tema, Januzzi *et al* (2014) lembram que, neste caso, para uma mesma área – Nordeste rural, por exemplo – os valores das linhas apresentam expressiva diferença: R\$ 111 pela Cepal e R\$ 59 pelo IETS.

A diferença pode ser notada em outras áreas. No Rio de Janeiro, por exemplo, existe um Plano Estadual de Superação da Pobreza Extrema do Brasil, criado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), que considera como extremamente pobres as famílias que vivem com renda *per capita* inferior a R\$100. A metodologia do plano considera a renda *per capita* presumida, a partir das informações constantes do Cadastro Único: configuração física da moradia; acesso aos serviços públicos (água, esgoto, luz); nível de escolaridade das pessoas na família; inserção no mercado de trabalho; e presença de grupos vulneráveis (pessoas com deficiência, idosos e crianças). Outros estados do país também

possuem programas próprios relacionados à miséria, com suas próprias metodologias para definir a pobreza extrema.

Porém, apesar dos problemas em torno da definição da pobreza em si, possuímos avanços na área, conforme nos relata Jannuzzi em publicação sobre os indicadores em saúde: “os indicadores de pobreza (no sentido de carência de rendimentos), só vieram a ser regularmente produzidos quando programas e ações focalizados em grupos mais vulneráveis entraram na agenda da política social, a partir dos anos 1980” (JANNUZZI, 2005, p.139). O autor nos lembra, ainda, que não existem abordagens conceituais ou medidas consideradas necessariamente certas ou erradas e melhores ou piores quando o assunto é a pobreza.

São esses indicadores que vão, em última análise, apontar as necessidades da população, embasar o controle e avaliação das ações e serviços e fundamentar a formulação de políticas públicas na área. Se existem tantos indicadores sobre a pobreza, como proceder? (JANNUZZI, 2005).

Acrescentando outros elementos a esse cenário, recuperamos uma série jornalística realizada pelo jornal O Globo em 2016, denominada “Os Miseráveis”. A série recebeu o mesmo nome da tão conhecida obra do escritor francês Victor Hugo, *Les Misérables* (“Os Miseráveis”), publicada em 1862 e à qual nos dedicamos no início deste capítulo. O fato do título da série de reportagens ser o mesmo da obra de Victor Hugo, nos leva a uma reflexão sobre a memória, o saber discursivo que torna possível todo dizer.

A memória, neste caso, nos permite refletir sobre a presença do interdiscurso do jornal O Globo, identificando como os sentidos da miséria foram sendo produzidos com base nos dizeres já construídos sobre a pobreza. Assim, novos sentidos vão sendo produzidos tendo como referente intertextual os já existentes (que remetem à relação entre pobreza e caridade, pobreza e indignância etc.), por meio de um processo discursivo que atualiza essas remissões em novos contextos.

Nesse sentido, as reportagens do periódico carioca relatam como e onde vivem pessoas que se encontram abaixo da linha da extrema pobreza no Estado do Rio de Janeiro, ao longo desse percurso mobilizam dados e informações, como a de que, para o Rio Sem Miséria, o estado conta com 283 mil miseráveis e pela estimativa do IETS, este número sobe para 584.452.

## **2.5 Perspectiva social**

Percebemos, com o que foi até então apresentado, que em cada momento histórico, tanto no mundo, quanto no Brasil, a pobreza agregou distintas perspectivas na representação social. Os sentidos sobre a pobreza e o pobre não são, assim, naturalmente dados, mas histórica e

socialmente construídos: “A pobreza existe em toda parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade. Estamos lidando com uma noção historicamente determinada” (SANTOS, 1978, p. 9).

Milton Santos acentua que um fenômeno tão complexo como a pobreza não pode ser entendido de maneira isolada: “somente um exame do contexto, responsável num dado momento por determinada combinação, pode ser de alguma ajuda para uma construção de uma teoria coerente e capaz de servir como base de ação” (SANTOS, 1978, p. 10).

Além disso, Santos faz ver que existem diferentes tipos de pobreza, tanto internacionalmente, como em cada país. “Por isso, não tem sentido buscar uma definição matemática e estatística” (SANTOS, 1978, p. 10). O termo pobreza, diz ele, carrega consigo um estado de privação e um modo de vida que remete a um conjunto de relações e instituições.

A condição de pobreza não pode, assim, ser definida de forma única, mas refere-se a situações nas quais os indivíduos não conseguem manter um padrão de vida condizente com o que é estabelecido socialmente em cada contexto histórico (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2001). Para além da renda, muitos estudiosos defendem que as definições de pobreza e as discussões que dela vêm subentendem que ela se relaciona à condição de cidadania (ROCHA, 2006, p. 9).

A existência do homem pobre e da pobreza, dessa forma caracterizada, em muito correlaciona-se com o campo da saúde. Para além da relação bi-causal entre pobreza e doenças negligenciadas, muitos pesquisadores estendem essa relação pautados por uma visão macro da saúde, acreditando que um baixo nível de renda causa saúde precária e essa, por sua vez, tende a causar um baixo nível de renda, criando um círculo vicioso: a armadilha saúde-pobreza. Nesse sentido, não nos surpreende que a pobreza e os problemas que ela implica - nas áreas da educação, de moradia, de nutrição, entre outras - tenha um impacto direto na saúde das pessoas.

Acima e para além da renda, percebemos que são as desigualdades sociais que estão na origem da pobreza. Em países mais igualitários, a saúde da população tende a ser melhor - e o contrário também é verdadeiro. Ou seja, os melhores níveis de saúde não se concentram nas sociedades mais ricas, e sim nas sociedades mais igualitárias e com elevada coesão social (BUSS & PELLEGRINI FILHO, 2007).

Existem diferentes formas de desigualdades sociais. Em saúde, elas podem, segundo Barata (2009), serem vistas como as diferenças no estado de saúde entre determinados grupos, segundo características sociais. Nunes *et. al.* (2001) lembram que a Constituição brasileira adota o conceito de igualdade, baseado na ideia de cidadania, logo, diminuir as desigualdades deveria ser o foco de toda política pública.

Os autores destacam, entretanto, que igualdade não é o mesmo que equidade: “O princípio da equidade reconhece que os indivíduos são diferentes entre si e, portanto, merecem tratamento diferenciado, de modo a eliminar/reduzir as desigualdades existentes” (NUNES *ET AL.*, 2001, p. 16).

Dessa forma, a análise das desigualdades em saúde refere-se a inúmeras dimensões, sendo que:

Uma delas é a situação de saúde coletiva expressa pelos perfis epidemiológicos dos diferentes grupos sociais. Tais perfis compreendem, de um lado, o conjunto de determinantes da saúde e da doença [...] e, de outro, o padrão de morbi-mortalidade, isto é, o conjunto de doenças e agravos à saúde, correspondentes àqueles determinantes. (NUNES *ET AL.*, 2001, p. 39)

É possível discutir, assim, aspectos da pobreza para além da variável renda, conforme alerta Milton Santos:

(...) um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais. A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social. (SANTOS, 1978, p.10)

Ainda de acordo com o autor, o contexto em que determinada sociedade se insere dentro de formações territoriais específicas fazem com que as leituras estatísticas possam distorcer os verdadeiros significados da pobreza, ou seja, tornar oculta as suas dimensões política e geográfica. Entendemos, assim, que um homem que vive em Recife/Pernambuco terá uma dimensão política e social em interface com a sua pobreza completamente diferente de um homem que vive em Belo Horizonte/Minas Gerais. E, mais do que isso, um homem que vive na Comunidade do Coque terá especificidades frente ao seu território diferentes de um homem que vive em qualquer outro bairro da cidade de Recife, mesmo que dentro do mesmo município.

Essa perspectiva inclui a figura do excluído social. A pesquisadora Sarah Escorel (1999) lembra que o termo tem origem francesa e evidencia a divisão entre ricos e pobres. Ainda segundo Escorel, o termo é muito utilizado popularmente para designar aqueles que, de alguma forma, não estão incluídos em parâmetros impostos pela sociedade. Seja porque não moram em um lugar considerado adequado (como é o caso das pessoas em situação de rua ou moradoras de comunidades extremamente pobres), ou por não ter dinheiro, por sua raça, conhecimento, entre outros motivos.

Evocamos, aqui, o conceito de redundantes, cunhado por Zygmunt Bauman (2005). Segundo o autor:

Ser declarado redundante significa ter sido dispensado pelo fato de ser dispensável – tal como a garrafa de plástico vazia e não-retornável, ou a seringa usada, uma mercadoria desprovida de atração e de compradores, ou um produto abaixo do padrão, ou manchado, sem utilidade, retirado da linha de montagem pelos inspetores de qualidade. (BAUMAN, 2005, p.20)

Bauman nos faz ver que os redundantes são geralmente pessoas que precisam ser providas de condições de sobrevivência permanentemente. O psicanalista e antropólogo Patrick Declerck (2006) chama essas pessoas, que vivem à margem da sociedade, de náufragos. Do outro lado da margem, vive o sujeito na miséria, e diríamos que mais que isso: vive o sujeito ausente do vínculo social e da possibilidade de voz (não só de falar, mas também de ser ouvido e levado em consideração)

A exclusão social encontra, assim, aporte teórico na noção de inexistência desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos (2004). O autor nos mostra que aquilo que “não existe” em nossa sociedade, na verdade foi intencionalmente produzido para manter-se assim – ocultado, ignorado –, através de relações sociais injustas. A inexistência social permite que as desigualdades entre indivíduos “mais qualificados” e a população “desqualificada” sejam naturalizadas. Entendemos que o processo de pobreza vinculado à exclusão social, visto a partir da perspectiva histórica, é capaz de nos ajudar a compreender quais são as estruturas sociais que impõem modos de ver e de subjetivação da temática. A sociologia das ausências constitui-se em um procedimento investigativo que busca demonstrar que aquilo que parece não existir em determinada sociedade teve essa invisibilidade ativamente produzida por relações sociais injustas e predatórias. Ainda para o autor, existem formas específicas de produzir não-existências por meio de práticas sociais.

Segundo Santos (2004), as lógicas de produção das não-existências constituem-se como monoculturas em cinco dimensões:

- 1) **Epistemológica** (a monocultura do saber considera a ciência moderna e a alta cultura como padrões únicos de verdade);
- 2) **Temporal** (a monocultura do tempo linear se constitui na perspectiva hegemônica da temporalidade ocidental, rumo ao progresso);
- 3) **De Classificação Social** (cria categorias sociais que naturalizam hierarquias, desigualdades e injustiças);

- 4) **Escalar** (a lógica da escala dominante tem o neoliberalismo como a escala de excelência);
- 5) **Produtiva** (percebe o crescimento econômico como um objetivo racional inquestionável).

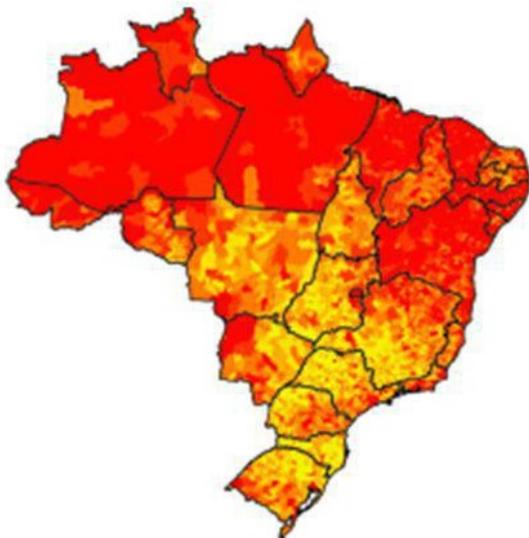
## 2.6 Centro e Periferia

As formas de inexistência propostas por Santos nos levam a crer que a pobreza integra, além de um modelo socioeconômico, um modelo temporal e espacial. Milton Santos resume essa perspectiva teórica (especialmente a perspectiva espacial) ao afirmar que a temática da pobreza tem presença garantida entre pesquisadores porque, além de atingir todos os países, a urbanização desenfreada fez e faz crescer e expandir a pobreza. Para o autor, a cidade como relação social torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico existente, como pela própria estrutura física das cidades, que faz com que os habitantes das periferias sejam os mais pobres.

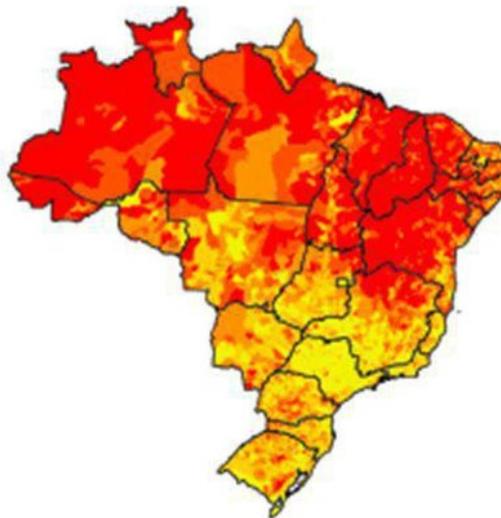
Rocha (1999) informa que, em 1999, as áreas metropolitanas participavam com 32,1% no total da população pobre no Brasil. Aproximadamente 17,5 milhões de pessoas pobres viviam nas 10 principais regiões metropolitanas brasileiras. Trata-se de um modelo espacial que promove as ausências, naturalizando a pobreza em espaços distantes dos centros das cidades, ou seja, permitindo que os indivíduos mais desqualificados (pelas lógicas dominantes) estejam à margem da estrutura física da sociedade, em periferias.

Se observamos alguns dos mapas disponíveis no Plano Brasil Sem Miséria, que demonstram a *Insuficiência de renda e Carência de serviços públicos no País* (quanto mais vermelho o mapa, maior é a insuficiência e a carência), podemos constatar tal situação:

## Insuficiência de renda



## Carência de serviços públicos



*\*Mapa 1 – Insuficiência de Renda e Carência de Serviços Públicos no País  
Fonte: Plano Brasil Sem Miséria - MDS*

Na imagem observamos que as regiões mais afastadas do centro do país são as que apresentam maior número de indivíduos vivendo em situações de pobreza e pobreza extrema. A socióloga Vera Telles também reforça tal perspectiva, ao lembrar que a pobreza é colocada, na sociedade brasileira, como algo pertencente a paisagem urbana de forma natural – não problematizamos a questão de acordo com as relações entre centro e periferia e território, por exemplo – tendo sido incorporada e aceita no cotidiano dos cidadãos brasileiros. Conforme afirma a pesquisadora:

Como paisagem, essa pobreza pode provocar a compaixão, mas não a indignação moral diante de uma regra de justiça que tenha sido violada. Transformada em paisagem, a pobreza é trivializada e banalizada, dado com o qual se convive – com um certo desconforto, é verdade -, mas que não se interpela responsabilidades individuais e coletivas. (TELLES, 2001, p. 32)

Um dos modos de compreender essas ausências é, então, conhecer os territórios nos quais os diversos públicos (no caso desta pesquisa, pessoas em situação de rua e de periferia) estão inseridos, considerando a influência dos aspectos culturais, educacionais e socioeconômicos nas suas possibilidades de obter saúde.

O homem socialmente considerado pobre (e isso não quer dizer que ele se veja assim) ocupa e interage de diferentes formas nos lugares por onde passa. Na calçada de um município com muitos habitantes, ele faz parte, para além de uma fotografia, de uma imagem em movimento (um homem com uma rotina nas ruas), que se configura em meio a relações de

poder entre Centro e Periferia. Se pensarmos na imagem, por exemplo, de uma pessoa em situação de rua, veremos que ela entorna na teoria e na prática de campo do pesquisador uma série de correlações naturalizadas com as ruas: histórias de pobreza.

Para entendermos algumas dimensões da pobreza partimos, assim, da ideia de território conforme Milton Santos (2002; 2006), para quem o território é uma categoria central que engloba as características físicas de uma dada área e as marcas produzidas pelo homem. É formado, assim, pelo conjunto do substrato físico – natural ou artificial – e mais o seu uso, ou, em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais.

Porém, em tempos nos quais as políticas sociais – ainda que esforçadas por apresentar visões multidimensionais da pobreza –, enfocam quase exclusivamente a renda, pensar a pobreza pela perspectiva territorial é um grande desafio. É preciso reconhecer as condições dos territórios, tendo em mente que o território não deve ser reconhecido somente como um espaço exclusivamente físico ou administrativo de divisão geográfica. O território embute as minúcias da realidade, que “não podem ser apenas encaradas como heranças físico-territoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas” (SANTOS, 2002, p.43).

Assim, os territórios são dimensões que podem (re)significar o conceito e a promoção da equidade em saúde. O campo da saúde precisaria, então, considerá-los como organizadores de seus fluxos, pois eles resguardam especificidades sem as quais é impossível pensar em uma perspectiva integral de oferta de saúde em seus diferentes dispositivos, sejam eles físicos ou simbólicos.<sup>4</sup>

Se considerarmos o homem que tem na rua a sua casa – uma forte expressão simbólica e naturalizada da pobreza – temos a configuração de uma invasão de um território que não condiz com a condição de vida que tal homem possui, um território que não é controlado. Trata-se de um território “contaminado” por esse homem, que não compartilha os mesmos signos dos demais que ali vivem, tornando-se muitas vezes invisível ou o seu reverso. O território expressa, assim, a produção e a reprodução das relações socioeconômicas, políticas e culturais, presentes na sociedade que ele abriga. Está claro, nesse sentido, que o território não deriva somente de sua estrutura física e econômica, mas também da simbologia que os atores que o compõem cria em torno de si.

---

<sup>4</sup> Atualmente, já existem várias áreas da saúde que trabalham com a noção de território de forma a ressignificar o próprio conceito de saúde.

## **2.7 A relação entre comunicação, saúde e pobreza**

A relação entre comunicação, saúde e pobreza se dá a partir de vários aspectos e também de muitas formas. A principal delas, considerando nossos interesses específicos de pesquisa, ocorre por meio da produção da invisibilidade e das formas de visibilidade, que se relacionam estreitamente com as formas de produção da (in)existência de que nos fala Boaventura Santos (2004) e com as formas do silêncio de que nos fala Orlandi (2007). A invisibilidade de pessoas e grupos e o concomitante silenciamento de suas vozes, sendo ao mesmo tempo causa e consequência da pobreza, deve ser incluído entre as determinações sociais da saúde, ao mesmo tempo em que é um tema adstrito ao campo da saúde, pois são processos comunicacionais que concedem, modalizam ou negam as identidades e os lugares de interlocução.

Isto posto, voltamos à visibilidade/invisibilidade, que é um tema do campo comunicacional e cujos efeitos incidem diretamente sobre a saúde. A pobreza no espaço urbano brasileiro é perpassada amplamente pelos dois campos, em suas articulações. Existem diferentes modos de produção do fenômeno de visibilidade/invisibilidade, mas entendemos que todas elas têm uma forte dimensão política, cultural e comunicacional, repercutindo no planejamento, efetivação e avaliação das políticas de saúde da população.

Consideramos o termo visibilidade sob uma perspectiva social, pela qual a invisibilidade reflete diferentes manifestações de um sofrimento político e refere-se, por vezes, a práticas instrumentais de comunicação que contribuem para o negligenciamento em saúde de populações pobres. Segundo Araujo, Moreira e Aguiar:

Para os indivíduos, a condição invisível representaria impeditivo para que pudessem agir e se manifestar publicamente, serem considerados sujeitos singulares, não exclusivamente tipos ou exemplares de uma espécie. A visibilidade, por outro lado, estaria associada à capacidade de se enxergar e enxergar-se no outro – um reconhecimento da alteridade, fortemente associada às condições contextuais do sujeito e de seu(s) interlocutores. (ARAUJO, MOREIRA & AGUIAR, 2013, s/p)

Para entender tal questão, temos em mente que a comunicação é um processo social que estrutura outros processos. Logo, compreendemos que a comunicação constitui os processos sociais referentes às desigualdades e iniquidades em saúde. Assim, a maneira com que a comunicação é tratada muitas vezes (comunicação como mera transmissora e reprodutora de informações de um polo emissor a um polo receptor), acentua o processo de negligenciamento (ARAUJO, MOREIRA & AGUIAR, 2013). Para os autores: “As ações de comunicação mais

comuns na saúde são voltadas para informar e recomendar a adoção de procedimentos que em tese evitarão doenças” (ARAUJO, MOREIRA & AGUIAR, 2013, s/p).

Retomando o pensamento territorial, entendemos que a relação entre centro e periferia também envolve, além de uma questão espacial, as diferentes formas nas quais os interlocutores desses espaços discutem e agem diante da pobreza e extrema pobreza, as formas como tornam visíveis ou invisíveis a si e suas pautas, a forma como é estabelecido o poder de fala de cada um e o poder de ser ouvido e levado em consideração. Pessoas em situação de rua e moradores de periferia de cidades brasileiras estão inseridos no mercado de produção simbólica de discursos sobre a pobreza e têm o poder de produzir e fazer circular seus discursos desigualmente distribuídos. Essa desigualdade na distribuição faz com que as percepções e os sentidos dominantes sobre a pobreza sejam os das vozes tradicionalmente qualificadas no espaço público, como as da Mídia e do Estado.

Percebemos, assim, que a pobreza e as desigualdades são produções simbólicas correlacionadas entre si, também o campo da comunicação e saúde se imbrica com a noção de pobreza e de miséria em diferentes potencialidades. Como tais, estão inerentemente vinculadas à comunicação. Mas, nosso objetivo principal não se restringe a estabelecer as relações entre comunicação, saúde e miséria /pobreza, embora isto esteja sim no nosso propósito. Nem só a compreender os dispositivos discursivos da Mídia e do Estado sobre esse tema, através da análise dos seus textos, embora também a tarefa seja estruturante da tese. Mais que isso, é entender e delinear alguns contornos da produção simbólica sobre a miséria e a pobreza entre os grupos sociais que vivem essa realidade, o que nos demanda – considerando nossas premissas expostas acima – uma metodologia que possa fazer emergir os sentidos onde eles foram silenciados, pela forma excludente de visibilidade que a sociedade imprime a esses grupos.

### 3 FUNDAMENTOS E METODOLOGIA

*"(...) eu acho que nós somos feitos de histórias, tal qual somos feitos de células, e precisamos resgatar nossa propensão genética à imaginação narrativa. Temos que assumir essa tarefa, que não é apenas dos escritores. A tarefa de reencantar o mundo por via das histórias é algo que compete a todos nós, senão mostraremos aos nossos filhos que o mundo está desertificado, mas não do ponto de vista da biodiversidade, e sim do ponto de vista do encantamento. Podemos morrer de alguém sim e podemos ainda mais morrer de ninguém. E isso é ainda pior."*

*Mia Couto  
Abertura do Seminário Internacional Determinantes Sociais da Saúde,  
Intersectorialidade e Equidade Social na América Latina,  
que aconteceu em novembro de 2015,  
no campus da Fundação Oswaldo Cruz, em Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ*

*"A teoria ajuda-nos a suportar a nossa ignorância dos fatos."*

*George Santayana*

Esta tese se apoia teoricamente numa visão ampliada do campo da saúde. O termo já fez parte das nossas discussões no primeiro capítulo, porém, inicialmente foi apresentado de uma forma muito centrada numa visão biomédica - como ausência de doenças -, especialmente quando vimos a pobreza em sua interface direta com a falta de alimentação adequada e a falta de higiene, que resultavam em doenças diversas, segundo observado por historiadores no decorrer dos anos. Porém, ao longo do capítulo anterior, também foi possível desdobrar a saúde em sua visão ampliada, relacionando a pobreza às condições de saúde das populações, como parte de um contexto amplo.

Essa visão é fundamental para a concepção teórica que nos orienta. Assim, entendemos a saúde numa perspectiva ampliada, a partir da condução e implementação do Sistema Único

de Saúde (SUS), dos seus princípios e diretrizes enquanto resultado da convergência e mediação de interesses e conflitos diversos. Com esse entendimento nos apoiamos, também, na visão de comunicação e saúde, entendida como a junção dos campos da comunicação e da saúde.

Nesse sentido, ressaltamos neste capítulo os conceitos que apoiam nossa perspectiva teórica sobre a saúde e a comunicação e saúde. Em seguida, desenvolvemos a ideia de Produção Social dos Sentidos. Ela orienta todo nosso modo de ver as questões que nos ocupam – e julgamos ser a mais completa para nos auxiliar no percurso metodológico proposto. Por fim, descrevemos todos os passos envolvidos na metodologia aplicada, que se relaciona diretamente com nossos modos de ver os campos apontados.

Para o campo da saúde, utilizamos conceitos de Baptista (2007), Buss (2000) e Buss & Pellegrini Filho (2007). Para comunicação e saúde, retomamos conceitos de Araujo & Cardoso (2007) e, para a Produção Social dos Sentidos, recuperamos Araujo (2000; 2002; 2004) e Pinto (1994; 1999). Outros autores se fazem presentes, como Orlandi (2007) – que nos ajudou a analisar o que está silenciado nos textos dos três núcleos – e Maingueneau (1997) – que nos auxiliou na análise das palavras plenas e instrumentais. Com Araujo, Pinto, Orlandi e Maingueneau, empreendemos a tarefa de correlacionar os textos com os contextos, visando identificar as vozes que se fazem presentes na disputa de sentidos sobre a miséria, e seu modo pelo qual classificam e qualificam não só a própria miséria, como as pessoas que a vivenciam.

### **3.1 O que é saúde?**

Em 1986 o Ministério da Saúde convocou usuários, técnicos e gestores para participar de uma discussão sobre a reforma do sistema de saúde, por meio da VIII Conferência Nacional de Saúde, um marco na história nacional por contar, pela primeira vez, com a participação social na discussão política sobre o tema. “A Conferência reuniu cerca de 4.000 pessoas nos debates e aprovou, por unanimidade, a diretriz da universalização da saúde com relação às práticas de saúde estabelecidas” (BAPTISTA, 2007, p.49).

Aprovada sua adoção pelos delegados da Conferência, o conceito ampliado da saúde, instituído pela OMS, inclui alimentação, habitação, renda, meio ambiente, lazer, emprego, liberdade, transporte, acesso à terra e aos serviços de saúde; todas condições necessárias para se garantir a saúde. Logo viria a garantia do direito à saúde e uma política abrangente de proteção social em saúde (BAPTISTA, 2007).

O SUS foi legalizado, com princípios e diretrizes regidos pela Constituição Brasileira de 1988. O Estado assumiu a saúde como um direito de todos e um dever do próprio Estado que deveria, a partir daquele momento, garantir acesso igualitário às ações e serviços de saúde.

Foi ainda no bojo de todas essas discussões que ocorreu a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, no Canadá, que resultou na Carta de Ottawa (1986), um dos documentos fundadores da promoção da saúde atual, um marco na história da saúde mundial.

O documento define a promoção da saúde como: “Processo de capacitação da população para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo” (OMS, 1986). A Carta de Otawa assume ainda que “a saúde é o maior recurso para o desenvolvimento social, econômico e pessoal, assim como uma importante dimensão da qualidade de vida” (OMS, 1986, s/p).

A promoção da saúde passou a ser entendida como um conjunto de valores, como vida, solidariedade, equidade, democracia, cidadania, participação e parceria; e de ambientes, como o lazer, o lar e a cidade. Refere-se, ainda, a um conjunto de estratégias que reúnem ações do Estado, dos indivíduos, da comunidade, do sistema de saúde e de parcerias intersetoriais. Hoje, quando falamos em promoção da saúde, nos remetemos a uma importante estratégia para o enfrentamento dos múltiplos problemas de saúde que afetam a população como um todo (Buss, 2000).

Ainda sobre o conceito de saúde, Paulo Buss e Alberto Pellegrini Filho (2007) analisam as relações entre saúde e seus determinantes sociais. Segundo os autores, as diferentes definições de determinantes sociais da saúde (DSS) expressam, de forma geral, as condições de vida e trabalho dos indivíduos e grupos da população no que se refere à saúde.

Para a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), os DSS são os “fatores” (sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais) capazes de influenciar a ocorrência de problemas de saúde e fatores de risco na população (BUSS & PELLEGRINI FILHO, 2007). Já a comissão homônima da Organização Mundial da Saúde (OMS) define os DSS como “as condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham” (BUSS & PELLEGRINI FILHO, 2007, p.78).

Buss e Pellegrini Filho (2007) ressaltam, ainda, que nas últimas décadas do século XX observamos um importante avanço dos estudos que estabelecem relações entre a saúde de uma população e a forma com que ela se organiza. Esse avanço é marcante nos estudos referentes às iniquidades em saúde, classificadas por Whitehead (2000) como as desigualdades de saúde entre grupos populacionais que, além de sistemáticas e relevantes, são também evitáveis, injustas e desnecessárias.

Citando Nalcy Adler (2006), os autores identificam as três gerações de estudos sobre as iniquidades em saúde. A primeira se dedicou a descrever as relações entre pobreza e saúde; a segunda, a descrever os gradientes de saúde de acordo com os critérios de estratificação

socioeconômica; e a terceira e atual geração está dedicada aos estudos dos mecanismos de produção das iniquidades. A partir dessa perspectiva, Buss e Pellegrini Filho abordam os diferentes estudos e visões por meio dos quais os DSS provocam iniquidades.

A primeira delas se dá a partir do privilégio dos “aspectos físico-materiais” na produção da saúde e da doença. Entende, assim, que as diferenças de renda influenciam a saúde. Outra perspectiva privilegia os fatores psicossociais, tendo como base a ideia de que as percepções e as experiências de pessoas em sociedades desiguais provocam prejuízos à saúde.

Já os chamados “enfoques ecossociais” e “enfoques multiníveis” buscam integrar as abordagens individuais e grupais, sociais e biológicas numa perspectiva dinâmica, histórica e ecológica. Por fim, encontram-se os enfoques que buscam analisar as relações entre saúde das populações, as desigualdades nas condições de vida e as associações entre indivíduos e grupos.

Muitas críticas têm sido estabelecidas, entretanto, especialmente por meio de debates da saúde coletiva e da medicina social latino-americana, ao redor da diferenciação entre determinantes sociais da saúde e a determinação. A perspectiva dos DSS vem passando por algumas revisões críticas, sendo a principal delas evitar o termo “fatores” (condições de vida, de trabalho, de moradia, de educação etc.), como algo que insere uma relação muito causal; e preconizar a ideia de determinação social da saúde.

Breilh (2013) afirma que a perspectiva de abordagem a partir da ideia de “fatores” é reducionista, pois nega categorias analíticas de peso dentro das ciências sociais (como reprodução social e modos de produção), tornando difícil um pensamento crítico sobre a organização da sociedade de mercado e do regime de acumulação capitalista, por meio dos processos de geração da exploração humana e as suas consequências na saúde. Assim, nessa abordagem, as causas estruturais das desigualdades sociais em saúde ainda aparecem esvaziadas de conteúdo crítico.

Ainda existe um caminho a ser também percorrido quando pensamos na interface entre os DSS e o campo da comunicação. Apesar do reconhecimento de que a saúde possui relação direta com a forma de organização da sociedade e da convicção de que um modelo biológico não vai responder a questões sociais, a comunicação ainda é pouco percebida como componente desse cenário.

Entendendo a comunicação em sua perspectiva ampliada (longe de ser somente uma transmissão de informação), visualizamos que ela é componente fundamental para a produção das desigualdades ou para a sua redução. As tendências da situação de saúde, destacando as desigualdades de saúde, podem ser analisadas, assim, segundo variáveis não só de estratificação socioeconômica – como renda, escolaridade e local de moradia –, mas também de comunicação

– acesso à comunicação e possibilidades de comunicação, com o reconhecimento do direito à voz, de ser ouvido e levado em consideração.

É importante considerar a relação entre a comunicação e as desigualdades sociais, por meio do entendimento da comunicação como um direito humano. Conforme destacam Araujo, Moreira e Aguiar: (2013) é pela falta ou excesso da comunicação que se ampliam ou se fortalecem as desigualdades.

Nesta tese, estamos operando num campo de ampla abrangência, o da Comunicação e Saúde, que tem no horizonte a comunicação como um direito. A palavra comunicação vem do latim, *communicare*, que quer dizer tornar comum. Em diferentes dicionários a palavra é usada para determinar a ação de transmitir mensagens de um polo a outro, a informação transmitida. Aqui, entendemos a comunicação também em seu sentido ampliado, mais do que um processo de transmissão de informações, um processo que envolve troca, interação, diferentes contextos, signos e significações, caracterizando-se como lugar de produção dos sentidos sociais.

Procuramos fugir, assim, da comunicação como é vista, muitas vezes, no campo da saúde: de modo instrumental e desvinculada da perspectiva social que produz relações de saber e de poder (ARAUJO & CARDOSO, 2007).

### **3.2 Centro e Periferia da comunicação**

Para entendermos algumas das dimensões do que estamos denominando Centro e Periferia, partimos da ideia de território, recorrendo, mais uma vez, a Milton Santos (1997; 2002; 2014). Para o autor, o território é uma categoria que engloba as características físicas de uma área e as marcas produzidas pelo homem. É formado pelo conjunto do substrato físico – natural ou artificial – e mais o seu uso: as práticas sociais.

Os territórios não devem ser percebidos, assim, somente como espaços exclusivamente físicos ou administrativos de divisão geográfica. Eles expressam a produção e a reprodução das relações socioeconômicas, políticas e culturais presentes na sociedade que eles abrigam e também o rompimento das linhas instituídas por ela. O território de uma pessoa em situação de rua, por exemplo, engloba diferentes segmentos populacionais vivendo em condições de vida diversas, causadas pela própria disputa pela delimitação do território, sendo sua configuração irregular e moldada historicamente.

Como simbologia dos atores que o compõem, os territórios também são constituídos por sentidos construídos sobre Centro e Periferia. Um território é construído e desconstruído por relações de poder que articulam atores que territorializam suas ações e temporalidades. Ou seja, nesse território se concretizam as relações sociais dos sujeitos e as relações de poder.

O poder de produzir e de fazer circular os discursos é desigualmente distribuído num determinado território. Conforme propõe Araujo (2002; 2004), existem um Centro e uma Periferia discursivos, posições máximas e mínimas de poder na comunicação. Cada um dos que habitam um dado território localizam-se em um ponto dessa escala de poder.

Araujo (2002; 2004) nos lembra, ainda, que essa escala é sempre situacional, envolvendo estratégias de aproximação ou afastamento em relação aos polos. Este movimento pode ser observado nos territórios de nossa pesquisa, nos quais se percebe estratégias de obtenção de uma melhor posição discursiva, com melhores condições de falar e ser ouvido sobre os temas que lhes dizem respeito e são de seu interesse. Essas pessoas estão, porém, muito distante desse Centro, se considerarmos instâncias sociais que detêm a prerrogativa da posição central, como a Mídia e as instituições governamentais.

No entanto, geograficamente, essas populações estão dispostas em territórios considerados Centro (“Zona Centro-Sul” de Belo Horizonte e de Recife), situação que se, em alguma medida, os fortalece numa disputa simbólica, também os torna vulneráveis pela cobiça do seu território por quem detém outra ordem de poder: o econômico.

A situação periférica dos participantes da pesquisa – tanto social quanto simbólica – faz com que eles sejam sempre objetos do discurso alheio, são sujeitos falados (Pinto, 1999), sua voz é mediada, não são protagonistas de suas próprias existências. Essa constatação e a decisão de contribuir – um pouco que seja – para mudar isto, estão na base das nossas escolhas metodológicas.

### **3.3 Caminhos de pesquisa**

Os fundamentos teóricos-conceituais da comunicação e saúde que mobilizamos conduzem organicamente a uma pesquisa de base qualitativa. Mais do que isso, o caminho que nos levou à pesquisa e a natureza dos desafios que os objetivos nos põem foram concomitantemente conformando uma visão sobre os modos de se fazer e viver uma pesquisa. Nos demandaram escolhas capazes de levar em consideração novas formas de sentir, entender e perceber os sujeitos de pesquisa como sujeitos de fato, como protagonistas, e não como meros objetos de estudo.

Nossos sujeitos de pesquisa foram, além de parte de uma escolha da pesquisadora de forma não aleatória, bases da construção e decisão dos rumos da pesquisa em si. Com isso queremos dizer que foram os nossos sujeitos de pesquisa que nos ajudaram a definir os caminhos e percursos da própria realização do estudo aqui proposto.

Subvertemos o sentido da pesquisa como uma via de mão única e buscamos ser conduzidos pelos encontros e falas de nossos sujeitos. Fomos, assim, fortalecendo novas possibilidades de pesquisa e novas narrativas conforme o que vivíamos no momento em que estávamos com nossos sujeitos. Estudamos com eles. Buscamos fazer juntos. Por isso mesmo, nem sempre nossos caminhos foram formados por linhas retas. Por vezes, foi preciso retomar algumas estradas escolhidas, buscar desvios – todos eles, entretanto, sempre apontando para particularidades dos nossos objetivos de pesquisa. Tudo isso só foi possível graças ao trabalho de campo desenvolvido.

Com essa abordagem qualitativa buscamos dar conta não apenas do núcleo população (no qual nos encontramos com os nossos sujeitos de pesquisa de fato), mas também dos dois outros núcleos que compõem este estudo: Estado e Mídia. Sendo assim, para cada um dos três núcleos desenvolvemos recortes e técnicas específicas que, posteriormente, resultaram em três diferentes análises.

Para as análises dos discursos dos três núcleos estudados, tomamos como base conceitos da Produção Social dos Sentidos, mais especificamente elementos teórico-metodológicos da Análise de Discursos, de Milton José Pinto, que sistematizou a teoria disponível naquele momento em três postulados (Pinto,1994). O da semiose infinita dispõe que tudo significa sempre e sem cessar, em sucessivos acionamentos de intertextos. O postulado da heterogeneidade enunciativa põe em cena a pluralidade de enunciadore e vozes que compõem cada texto. O postulado da economia política do significante faz ver que os sentidos são resultado de um processo de produção, circulação e consumo de bens simbólicos.

Esses postulados têm implicações metodológicas para nossa pesquisa. Por serem lugar de expressão de múltiplas vozes (heterogeneidade), “um discurso jamais produz um único efeito: desenha, ao contrário, um campo de efeitos possíveis” Véron (2004, p.83) (semiose infinita). Também de acordo com Verón (1981), cada comunicação resulta de “marcas” deixadas nos discursos por condições específicas de produção, circulação e consumo de um objeto significante. A partir dessas marcas é que o analista de discursos pode acessar suas condições de produção.

No cerne dessas marcas encontra-se a discussão sobre contextos, fundamental para quem trabalha com análise de discursos, uma perspectiva que tem a contextualização como conceito central, tomado como sinônimo de condição de produção dos sentidos sociais (PINTO, 1999). Os contextos são condições que possibilitam a existência de um texto, mantendo com ele uma relação intrínseca.

Araujo (2000), a partir dos estudos de Pinto, nos lembra que as realidades são percebidas como produtos de vários contextos, cuja articulação promove um efeito de unidade. A autora destaca quatro tipos de contextos relevantes para a compreensão dos processos de produção dos sentidos. São eles:

1. **Contexto textual** (ou co-texto): diz respeito à relação de proximidade entre textos na mesma superfície espacial ou temporal.
2. **Contexto intertextual**: constituído pelas relações entre textos, mas não dependem da proximidade física. Seu efeito se dá pela memória discursiva, pela rede de semiose acionada a cada enunciação,
3. **Contexto existencial**: refere a posição dos interlocutores como pessoas no mundo, situados num tempo e num espaço particular: histórias de vida, classe, idade etc.
4. **Contexto situacional**: referencia o lugar social do e no qual os interlocutores desenvolvem suas relações comunicativas e participam da disputa de sentidos.

Nossa perspectiva metodológica tem a ideia de contextos como fio condutor, que foi fundamental para os desvios necessários ao longo de nossa caminhada. A partir da visão sobre os contextos como espaços e tempos de formação da Produção Social dos Sentidos, descrevemos, a seguir, um pouco mais dos procedimentos a serem utilizados em cada um dos núcleos discursivos que constituem metodologicamente esta pesquisa.

### 3.4 Etapas de pesquisa

#### 3.4.1 Estado

A análise discursiva de documentos oficiais permitiu uma aproximação ao tema da miséria a partir dos sentidos da chamada voz autorizada sobre o assunto. Tratam-se dos enunciadores que são considerados legítimos para se expressarem sobre algum tema. Há a voz autorizada por legalidade (caso dos órgãos governamentais) e as por legitimidade, e essas são conquistadas no caso dos meios de comunicação.

Para a composição deste segmento do *corpus* analítico, realizamos uma revisão prévia dos documentos institucionais referentes à pobreza extrema/miséria e selecionamos aqueles mais diretamente relacionados à temática no campo das políticas públicas no Brasil: Estratégia Fome Zero (inicialmente denominado Projeto Fome Zero) e Plano Brasil Sem Miséria.

Foram analisados discursivamente cinco documentos oficiais e uma página da Internet referente à temática. Especificamente:

- INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Fome Zero - documento síntese**. Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Fome Zero – A Experiência Brasileira**. Brasília, DF: MDA, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil Sem Miséria**. Brasília: DF: MDS, 2011.
- *Site* Plano Brasil Sem Miséria.

Outros documentos também se mostraram importantes para nossa pesquisa. Dentre outros, destacamos o Memorial descritivo de Tereza Campello, ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome produzido em 2017 e o livro Brasil Sem Miséria, que teve sua primeira edição publicada em 2014 (também conta com artigo de Campello). O Memorial trata-se de um documento apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Saúde da Escola Fiocruz de Governo como requisito para obtenção do título de Notório Saber em Políticas Públicas em Saúde. Já o livro foi uma tentativa de concentrar e deixar registrado tudo sobre o PBSM, num texto em formato distinto de um Plano de Governo. Ambas as publicações reforçam as conquistas do Plano Brasil Sem Miséria, a partir de distintas fontes, que muitas vezes evocam vozes autorizadas, porém sempre do próprio núcleo Estado. Retomam, assim, muitos discursos presentes no Plano e no próprio Fome Zero, como o acesso a água e a serviços públicos como educação e inclusão produtiva. Apesar de serem relativos ao objeto de estudo, a necessidade de privilegiar alguns documentos nos levou a optar pelos documentos oficiais dos planos e projetos estudados.

A fim de avaliar possíveis mudanças na política e economia do país no que se refere à pobreza, acompanhamos a produção e publicação de documentos oficiais sobre o tema também no ano de 2017 e no primeiro semestre de 2018. Porém, não ocorreram publicações relevantes referentes ao tema nesse período.

### 3.4.2 Mídia

Para a análise discursiva no campo midiático, optamos por jornais da grande imprensa, com edição impressa e disponíveis em plataforma *on-line* (nos próprios sites dos jornais), considerando que apesar das mudanças recentes da configuração do cenário midiático, ainda são importantes núcleos produtores dos sentidos sociais. Entendemos que a mídia dá a conhecer

os sentidos do núcleo Estado e pode tornar visível a fala das pessoas do terceiro núcleo, moradores da periferia.

Normalmente, não é facultado a essas pessoas algum lugar de fala, mas isso pode, sim, ocorrer. Apesar da descentralização, os jornais ainda fazem circular notícias locais, que envolvem discursividades específicas. Assim, eventualmente a fala de pessoas em situação de rua ou de periferias urbanas podem ter acesso a alguma reportagem.

Escolhemos os jornais O Estado de Minas (Belo Horizonte/Minas Gerais) e O Diário de Pernambuco (Recife/Pernambuco). Nossos critérios foram:

- A) Jornais cuja circulação e importância regional o façam relevante na Produção Social dos Sentidos.
- B) Jornais das mesmas regiões/cidades dos grupos de pessoas incluídos na pesquisa (mesma região incluída no núcleo população);
- C) Acesso a arquivos *on-line*.

A escolha das regiões em que se encontram as publicações seguiu o mesmo padrão utilizado no núcleo discursivo população. Recife foi guiada pelo critério de principal cidade da região mais pobre do país. Buscamos o contraponto com o Sudeste, região, porém, que ocupa pelas estatísticas o segundo lugar em número de habitantes em pobreza extrema. Belo Horizonte foi escolhida pelo critério de conveniência, uma vez que é a cidade onde encontramos residência. De acordo com o IBGE, o país possui 16,27 milhões de pessoas em extrema pobreza (8,5% da população total), concentrados principalmente na região Nordeste, totalizando 9,61 milhões de pessoas (59,1%), em seguida no Sudeste (2,72 milhões).

Inicialmente, o projeto de pesquisa previa trabalhar com matérias jornalísticas publicadas nas mesmas datas de lançamento do Fome Zero e Brasil Sem Miséria, de forma a acompanhar o impacto discursivo produzido naquele momento. Entretanto, o acesso aos arquivos desse período foi impossível, tanto por vias virtuais como em visitas e tratativas diretamente nas sedes de cada órgão. Como a pesquisa já estava em curso, a solução encontrada foi trabalhar com os mesmos jornais, porém com matérias que pudessem ser relativas à pobreza, à miséria, à fome, além de diretamente vinculadas aos planos incluídos no corpus de análise.

A localização das matérias nos jornais ocorreu por buscas nos títulos e conteúdos das matérias.

- 1) Matérias envolvendo a temática Fome Zero e Plano Brasil Sem Miséria disponíveis também na versão *on-line* dos jornais citados (busca pelos termos “Fome Zero” e “Brasil Sem Miséria”).

- 2) Matérias envolvendo as seguintes palavras-chave no mês de julho de 2018: Miséria; Pobreza; Desigualdade; Favela; Fome; e População em Situação de Rua. O mês de julho e ano de 2018 foram escolhidos de forma a cobrir um período mais atual sobre as reportagens (incluindo período pré-eleitoral) visando a possibilidade de comparação num eventual retorno ao tema.

### **3.4.3 População**

Para a análise discursiva deste núcleo, trabalhamos com textos produzidos por grupos de pessoas que apresentam – em uma primeira aproximação – condições consideradas de pobreza extrema. Optamos por um grupo de pessoas que moram em Belo Horizonte e um em Recife, consideradas em situação social extremamente vulnerável e privadas de direitos e, mais que isso, pessoas que poderiam se encaixar no perfil dos beneficiários do Brasil Sem Miséria, ou seja, que possuem menos de R\$ 77/mês.

O trabalho de campo incluiu a observação do ambiente e da relação das pessoas com o mesmo; a conversação, que consistiu em uma série de conversas, individuais e em grupos, na qual nos ofertaram suas histórias de vida e percepções sobre o tema pobreza; e a produção de fotografias pelos participantes, expressando sua compreensão do que compõe o estado de pobreza.

Inicialmente foi realizado um processo intensivo de interlocução em cada local (Belo Horizonte e Recife), viabilizando aquilo que Araujo (s/d) chama de mobilização dos sentidos. Os participantes foram estimulados, por meio da conversação, a narrarem suas histórias de vida e as percepções e representações que possuem das interseções entre saúde e miséria/pobreza em suas próprias vidas. Tudo foi observado e registrado em áudio pela pesquisadora, sempre que possível e autorizado pelos participantes. Quando optaram pela não gravação, foram feitas apenas anotações em um diário de campo.

Num segundo momento, os participantes receberam, individualmente, uma máquina fotográfica descartável. Foram, então, convidados a fotografar imagens que pudessem traduzir elementos das histórias e situações narradas.

A proposta metodológica era que as fotografias, uma vez reveladas, pudessem ser organizadas como uma exposição coletiva, propiciando uma conversão ampliada, em forma de um debate sobre o conteúdo. Essa exposição/debate seria repetida com fotos do outro grupo, num segundo momento. No entanto, a discussão em grupo só ocorreu em Belo Horizonte. Em Recife, as fotos foram produzidas, mas o debate não aconteceu, por razões de dificuldades logísticas. Por essas mesmas dificuldades, não foi possível realizar o debate com fotos de grupos

trocadas, conforme planejado. No entanto, se esse formato enriqueceria nossa pesquisa (e para eles seria também um enriquecimento), o que pudemos receber foi muito importante e teve grande valor para nossos objetivos.

Os grupos participantes da pesquisa foram:

### **1. Pessoas em situação de rua – Belo Horizonte/MG**

Representadas por integrantes do Centro POP Sul – Belo Horizonte, um centro de acolhimento a pessoas em situação de rua localizado na região central da capital mineira (cf. com cap. Discursos, p. 140). A seleção dos participantes foi possível por meio de contatos com trabalhadores do Centro Pop.

Para tanto, foram realizadas diferentes reuniões com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Direitos de Cidadania (SMASAC) do município de Belo Horizonte. Foram os profissionais da secretária os responsáveis pela indicação do Centro para a realização da pesquisa.

Em um primeiro momento, pensamos em trabalhar com a República Reviver, que abriga homens em situação de rua no mesmo município, que são enviados a programas da prefeitura e outros parceiros visando a saída das ruas. Porém, após uma análise conjunta com os profissionais da Secretaria, decidimos trabalhar com o Centro Pop, por atender melhor aos objetivos da pesquisa (pelo fato de abrigar também mulheres e não só homens, e funcionar apenas no período diurno – seus participantes são, assim, pessoas que ainda vivem em situação de rua, sem ter, necessariamente, perspectivas de saída das mesmas). Ao todo, o estudo contou com a participação de 11 pessoas, sendo 4 mulheres e 7 homens, todos adultos. No caso das fotografias, participaram 7 pessoas.

### **2. Famílias de periferias urbanas – Recife/PE**

Representadas por moradores da Comunidade do Coque, uma antiga ocupação de uma área cobiçada pelos interesses imobiliários, distante 2,5 quilômetros do centro de Recife, localizada entre os bairros de São José e Afogados. A comunidade conviveu sempre e intensamente com o risco iminente de ser removida, o que fez com que surgissem alguns movimentos locais de resistência como o “Coque Re(Existe)” (cf. com cap. Discursos, p. 141). A seleção dos participantes foi possível por meio de contatos com lideranças da comunidade. Participaram da pesquisa 6 pessoas, sendo 5 homens e uma mulher. Todos adultos, sendo três deles militantes do movimento Coque R(Existe). No caso das fotografias, participaram 4 pessoas. Essas pessoas não estão encaixadas no critério da renda até R\$ 77,00 reais, mas o andamento e as circunstâncias das aproximações nos mostraram que elas seriam as mais indicadas para nossos fins.

Previamente a esta etapa da pesquisa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Icict, e por sua vez encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Pesquisas René Rachou. Contou, assim, com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (disponível em apêndice). Os nomes utilizados ao longo do estudo são fictícios, visando garantir a privacidade dos seus sujeitos.

### **3.5 Análise dos dados**

A partir das questões que emergiram da aproximação com os três núcleos, foram traçados caminhos para a análise dos discursos, método que procura descrever, explicar e avaliar criticamente a produção, a circulação e o consumo dos sentidos vinculados aos produtos culturais (textos) que se dão a partir de eventos comunicacionais existentes na sociedade (Pinto, 1999). A Semiologia que Pinto nos apresenta e a análise de discursos que dela decorre se nutrem de duas tradições: a análise do discurso francesa, que tentava articular linguística e história, cujos nomes mais influentes foram Michel Foucault e Michel Pêcheux e a tradição anglo-americana, que valorizava mais o empirismo e os conceitos da psicologia do consciente.

Nas palavras do autor:

A análise do discurso francesa [...] define os discursos como práticas sociais determinadas pelo contexto sócio-histórico, mas que também são parte constitutivas daquele contexto [...]. A tradição anglo-americana [...] prende-se mais ao empirismo e aos conceitos da psicologia do consciente. [...] Toda fala é uma forma de ação, o que tem muito haver com a ideia do discurso como prática social [...] (PINTO, 1999, p.20-21).

Ainda segundo Pinto (1999), a análise de discursos não se interessa tanto pelo que o texto diz ou mostra, mas sim em como e por que o diz e mostra. Suas metodologias são comparativas para que as interpretações sejam válidas. Assim, nossa análise não se fixou nas representações em si, embora estas estejam sempre presentes e sejam o referente, mas sim nas maneiras como elas são produzidas. A pergunta que fizemos, ao longo de todo o nosso percurso de pesquisa é: como os discursos significam quando a temática é a miséria? Utiliza-se o termo discursos, conforme proposto por Pinto (1999), buscando-se dar conta da multiplicidade da expressão.

A análise foi marcada também por um componente comparativo, crítico, dependente dos contextos e que trabalha marcas formais dos textos. Logo, buscou considerar os contextos e condições sociais de produção e evidenciar a naturalização e consolidação dos discursos sobre a miséria e a desarticulação dos sentidos propostos.

A ideia de contexto faz com que as abordagens sobre a miséria em sua interface com a saúde e com a comunicação estejam sempre em movimento. Isto porque, a partir de tal perspectiva, o estudo visou incluir as condições históricas, institucionais e simbólicas daqueles que produziram os textos a serem analisados. Os contextos aos quais estamos nos referindo são constitutivos da produção de sentidos por um texto, qualquer que seja sua natureza.

Como também utilizamos imagens (fotos) na metodologia, ressaltamos que uma imagem pode ser considerada um discurso, já que nela podemos encontrar os mesmos elementos presentes nos textos verbais, conforme destaca o autor: “Nas imagens encontramos intertextualidade, enunciadores e dialogismo, tal como nos textos verbais” (PINTO, 1999, p.37).

Nesse sentido, Joly (1996) lembra que Roland Barthes destacou, no artigo *Retórica da Imagem*, de 1964, a necessidade de conceituar a leitura simbólica da imagem, que seria uma espécie de leitura da imagem para além dos seus sentidos literais. Tal compreensão se relaciona, diretamente, aos contextos, que atuam na produção de sentidos, tanto das mensagens textuais, quanto das imagéticas. Segundo a própria Joly, a conduta analítica da imagem deve levar em conta, além da função e do horizonte da mensagem, os diversos tipos de contextos que a cercam.

Como a análise de discursos se interessa pelo como e porque o texto diz e mostra, nos apropriamos metodologicamente daquilo que Pinto chama de modos de dizer, entendendo que a imagem também possui esses modos de dizer. Assim, todas as imagens produzidas pelas pessoas incluídas na pesquisa foram analisadas discursivamente, tendo em mente que cada uma delas atribui sentidos ao que vê de acordo com seus contextos de produção.

Os modos de dizer descritos por Pinto são divididos em três tipos:

- **Modos de mostrar** - verifica como são criados os universos de discursos no processo comunicacional. Visa descrever as coisas ou pessoas de que se fala, estabelecendo relações entre elas, localizando-as no tempo e no espaço.

- **Modos de interagir** - verifica como são construídas as identidades e relações sociais dos participantes. Visa estabelecer os vínculos socioculturais. Consiste em interpelar e estabelecer relações de poder com o receptor.

- **Modo de seduzir** - verifica a busca de consenso pelo qual se distribuem os afetos dos discursos. Consiste em marcar as pessoas, coisas e acontecimentos referidos com valores positivos e negativos.

Por fim, construímos um mapa da rede semântica temática propiciada pela análise de cada um dos núcleos estudados. Tal rede nos permitiu visualizar de maneira mais clara e definida as vozes autorizadas, os sujeitos, os silêncios e a naturalização dos sentidos propostos.

Os mapas foram baseados no conceito do mapa do mercado simbólico, que procura identificar os caminhos por onde percorrem os discursos sobre um tema, até chegarem a seu destinatário (seu principal objetivo é o conhecimento das vozes e discursos que disputam o poder pela temática). Procura, assim, dar concretude ao conceito de mercado simbólico de Araújo (2002; 2004).

Os discursos são entendidos, nessa perspectiva, como espaços de confrontos, de disputas de poder. Mais importante do que entender o próprio conteúdo dos discursos é compreender a articulação das vozes neles presentes. Nesta tese, os mapas são utilizados para dar materialidade visual e assim ajudar a ver e a refletir sobre a temática da pobreza/miséria presentes discursivamente nos núcleos Estado, Mídia e População.

Metodologicamente falando, nossa análise dos discursos dos textos foi concretizada em cinco passos:

- **Passo 1** - Contextualização dos textos;
- **Passo 2** - Mapeamento e descrição/caracterização dos enunciados;
- **Passo 3** - Análise dos textos e imagens, com destaque para as palavras plenas e instrumentais e para os silêncios;
- **Passo 4** - Identificação de segmentos de uma rede de sentidos associados à pobreza e à miséria;
- **Passo 5** - Construção de Mapas Temáticos sobre a pobreza, produzido a partir da leitura dos passos anteriores.

Como recurso metodológico para a análise dos textos, optamos por trabalhar com os conceitos operacionais de palavras plenas e instrumentais, de forma a qualificar palavras ou expressões relevantes no contexto discursivo estudado, cujo sentido depende da formação discursiva em que o texto se inscreve e da qual se utilizam em cada novo contexto discursivo.

Segundo Mainguenu:

Mais exatamente é preciso distinguir dois tipos de palavras que acarretam dois tipos de problemas muito diferentes. Por um lado, há palavras tradicionalmente consideradas “plenas” e, por outro, palavras “instrumentais” e, em particular, aquelas que possuem uma função argumentativa e/ou servem para estruturar os enunciados (ora, aliás, pois, etc.). Se as primeiras possuem um significado suscetível de valores discursivos específicos, de acordo com os contextos, as segundas, em geral, têm um valor pragmático estável, mas só podem interessar à AD se estiverem inscritas em estratégias textuais particulares. (MAINGUENAU, 1997, p.130).

Araujo (2000), trabalhando sobre os conceitos de Maingueneau, ressalta que as palavras plenas têm seus significados formados na cultura e história e são testemunhos das lutas simbólicas segundo períodos específicos. São aquelas cujo “sentido depende da formação discursiva em que o texto se inscreve e que já está formado na consciência das pessoas (ARAUJO, 2000, p. 156).

As palavras instrumentais, por sua vez, agem como coadjuvantes na cena enunciativa, atuam como estruturantes de estratégias enunciativas. Elas não dependem dos contextos situacional e intertextual e “seu sentido pode ser avaliado em um dado co-texto” (ARAUJO, 2000, p. 158).

Para além das palavras plenas e instrumentais, buscamos observar os silêncios e seu lugar na produção dos sentidos sobre a pobreza, a partir da ideia de que o silêncio implica em expressão de sentidos, e não mudez, conforme destacado por Orlandi (2007).

Não se trata, entretanto, de um silêncio como sinônimo de censura ou, ao contrário, de um silêncio pacífico do dissenso. A dor, por exemplo, pode ser expressa pelo grito, pelo choro, ou pelo silêncio. Assim, pensa-se o silêncio a partir da sua relação com o dizível e com o indizível, sendo importante entender que:

Há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar em sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. [...] O estudo do silenciamento (que já não é o silêncio, mas “por em silêncio”) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do “implícito”. (ORLANDI, 1993, p. 12)

Na análise observamos não só o silêncio, como também o silenciamento, que é produzido pela subalternização das pessoas e, no caso dos documentos e jornais, pelo apagamento das falas. O silenciamento é fundamentalmente da ordem do político, como formas sutis de não dar acesso à fala de algum grupo. O silêncio, além de constitutivo da língua, pode ser uma estratégia de produção de sentidos também.

O imaginário da sociedade destinou, segundo Orlandi (2007), um lugar subalterno para o silêncio. As pessoas estão acostumadas e submetidas, a todo instante, a signos visíveis e audíveis. A autora afirma, entretanto, que o silêncio não é ausência, mas significação, e que a política do silêncio demonstra que o dizer do sujeito esconde sempre outros dizeres, logo, outros sentidos.

O procedimento de mostrar uma coisa e esconder outras, segundo Orlandi, tem uma conotação política. O silêncio não significa emudecer: ele exprime diversos sentidos. Para a

autora, “o silêncio é assim a ‘respiração’ (o fôlego) da significação, um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. [...] o silêncio abre espaço para o que não é ‘um’, para o que permite o movimento do sujeito” (ORLANDI, 2007, p. 13).

Foram identificadas, assim, as abordagens e as condições de produção dos sentidos da miséria/pobreza, as palavras plenas e instrumentais, bem como os silêncios e as palavras silenciadas nos textos (incluindo as imagens). Como demais passos, também construímos uma rede de sentidos evocada a partir da análise e mapas (representações gráficas) também dos sentidos sobre a questão da pobreza/miséria.

## 4 DISCURSOS

*“Luz do sol, luz de vela, luz de neon  
Luz da lamparina, luz que ilumina  
Luz das estrelas, luz da lua e  
Luz do poste de uma rua  
Luz do princípio e luz do fim do túnel  
Luz dos olhos é luz do coração  
Luz da estrela cadente  
É aquela que risca a noite no céu  
Luz branca, azul, verde e amarela  
Luz alegre, diferente e colorida  
Como as cores de uma aquarela  
Luz divina, luz de Deus,  
Que ele lhe deu e também me deu”*

*Luiz Carlos Marques*

*“A noite acendeu as estrelas porque tinha medo da própria escuridão”*

*Mario Quintana*

Neste capítulo, analisamos e discutimos os modos como três núcleos discursivos participam da conformação dos sentidos da miséria no Brasil, o Estado, a Mídia e a população. Além da análise de cada núcleo per se, correlacionamos as estratégias de significação dos três núcleos, por meio dos discursos que fizeram e/ou fazem circular em documentos oficiais (Estado), em matérias publicadas em jornais impressos (com versões também *on-line*) de grande circulação no país (Mídia) e nas falas e registros fotográficos de pessoas em situação de rua em Belo Horizonte e moradores da Comunidade do Coque, em Recife (População).

O capítulo está, assim, dividido em três grandes partes, cada uma referente a um núcleo. Além da análise propriamente dita, em cada núcleo convocamos autores que nos ajudaram a conduzir a análise.

Entretanto, o principal autor que nos auxiliou nessa tarefa foi Milton José Pinto (1994, 1999), com sua ênfase na ideia de contexto e a perspectiva do discurso ser ao mesmo tempo processo de comunicação e prática social. Nossa intenção foi, a partir dessa ideia, evidenciar a naturalização e a consolidação das práticas discursivas de comunicação sobre a miséria e, de forma associada, contribuir para a desarticulação dos sentidos propostos.

O capítulo ficou estruturado com esta sequência analítica:

**1) Estado** – discursos dos documentos oficiais que versam sobre o tema pobreza e pobreza extrema;

**2) Mídia** – discursos que circularam nos jornais selecionados;

**3) População** – discursos produzidos por pessoas em situação de rua de Belo Horizonte e por moradores da periferia de Recife, por meio de fotografias e conversações.

## **PARTE I - ESTADO**

O Brasil tem confirmado uma tendência no que se refere à desigualdade e nos níveis elevados de pobreza e pobreza extrema (também denominada em diferentes instituições e espaços sociais por miséria).

A evolução da pobreza no país pode ser reconstituída a partir da análise das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estas pesquisas domiciliares anuais permitem construir indicadores sociais que retratam, entre outras questões, a apropriação de renda (temática central nas políticas públicas na área) dos indivíduos e das famílias brasileiras.

Segundo a última dessas pesquisas, divulgada em abril de 2018, o número de brasileiros em situação de extrema pobreza aumentou 11,2% do ano de 2016 para 2017. De acordo com o estudo, ao todo, 14,83 milhões de pessoas viviam com até 136 reais mensais em 2017 no país. Essa é a linha de corte sobre a pobreza adotada pelo Banco Mundial para países de desenvolvimento médio-alto e seguida pelos pesquisadores do IBGE.

A pobreza, entretanto, não pode ser definida de forma única e nem ser restrita a quesitos e recortes financeiros apenas, como já apontamos no primeiro capítulo. Nesse sentido, buscamos aqui uma análise de textos institucionais, visando identificar discursos concorrentes e colaborativos sobre a temática.

No primeiro momento, realizamos uma busca por documentos que se referissem diretamente à construção de políticas públicas com enfoque na temática da pobreza e da miséria,

sem foco em nenhum enunciador específico. Nessa primeira etapa também não determinamos nenhum período histórico previamente.

De imediato, com nossas buscas sobre o tema chegamos ao Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo Ministério de Desenvolvimento Social do governo Dilma Roussef, em 2011, um plano específico para o combate à extrema pobreza no país. A partir dele, fizemos uma busca retrospectiva que remetesse aos seus antecedentes, que nos levou à Estratégia Fome Zero e, antes disso, ao Programa Fome Zero.

Centramos nossa análise em quatro documentos desses planos e incluímos uma página da Internet, pois observamos que também ali eram produzidos e circulavam discursos sobre a temática de nosso interesse:

- 1- INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Fome Zero – documento síntese**. Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001.
- 2- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Fome Zero – A Experiência Brasileira**. Brasília, DF: MDA, 2010.
- 3- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero – Uma História Brasileira**. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, 2010.
- 4- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil Sem Miséria**. Brasília: DF: MDS, 2011.
- 5- <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria>.

A definição desse corpus analítico trouxe consigo, adicionalmente, a facilidade de acesso em ambiente *on-line*. Todos os textos estão disponíveis nesse ambiente. Os três textos foram lidos integralmente, porém, como o segundo e o terceiro possuem um grande número de páginas e um conteúdo sobre o tema disperso no documento, fizemos um recorte nos subitens que fazem referência direta à proposta estabelecida pelo Fome Zero, enquanto iniciativa governamental. No segundo texto centramos a análise nos artigos que compõem a “Apresentação” e o subitem denominado “Projeto Fome Zero: Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar no Brasil” e, no o terceiro texto, focamos a análise na “Apresentação” e no subitem “A Estratégia”. Isso não significa que não analisamos todo o conteúdo dos textos, apenas que nosso foco e atenção estiveram mais centrados nos itens destacados.

Reiterando a estrutura de operacionalização da análise discursiva, adotamos um protocolo de ações que organiza em 5 passos os textos e os dados referentes.

- **Passo 1** - Contextualização;
- **Passo 2** - Mapeamento e descrição/caracterização dos enunciados;
- **Passo 3** - Análise dos textos e imagens.

- **Passo 4** - Identificação de segmentos de uma rede semiótica de sentidos;
- **Passo 5** - Construção de um Mapa Temático sobre a pobreza.

### **PASSO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO**

As agendas governamentais vêm demonstrando, desde a década de 1990 e mais intensamente a partir dos anos 2000, esforços no que diz respeito ao fenômeno da pobreza, visando erradicar os entraves frente ao que têm chamado de desenvolvimento social e humano. Podemos dividir nossa análise em dois recortes históricos: um relacionado aos documentos referentes ao Programa/Estratégia Fome Zero, o outro ao Plano Brasil Sem Miséria.

Sobre esse cenário histórico, Paes-Sousa (2013) lembra que, no início de 2011, ano de lançamento do Brasil Sem Miséria, o Brasil já se encontrava em expansão de cobertura de serviços de assistência social. Segundo o autor, duas iniciativas orientaram esse processo: a implementação do Suas e a cobertura plena do Programa Bolsa Família (programa de transferência de renda do Governo Federal, sob condicionalidades, instituído no Governo Lula pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal nº. 10.836).

O Brasil Sem Miséria foi lançado pela presidente Dilma Rousseff, tendo seu objetivo repercutido em diversas mídias nacionais: retirar da situação de pobreza extrema 16,2 milhões de pessoas que viviam com menos de R\$ 70 por mês. Os principais pontos do programa anunciados foram: a ampliação do Bolsa Família, a criação do Bolsa Verde (programa de transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas de relevância para a conservação ambiental), a capacitação de trabalhadores e a construção de reservatórios de água (cisternas).

A implementação de um programa de combate à miséria era uma das promessas de campanha da presidente. Ainda de acordo com Paes-Sousa (2013), nesta época, a maioria das políticas de proteção social brasileiras já estavam sob gestão do MDS.

O Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, instituiu o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), com a finalidade de “superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional” (BRASIL, 2011a, p.6). No decreto, foi considerada em extrema pobreza (miséria) a família cuja renda *per capita* mensal fosse de, no máximo, R\$ 70. Assim, qualquer pessoa residente em domicílios com rendimento menor ou igual a esse valor seria classificado como extremamente pobre.

Conforme já comentado no primeiro capítulo, para a formulação do Plano foram utilizadas informações do IBGE, que identificara um conjunto da população que se encontrava

em situação de extrema pobreza segundo os dados do Censo Demográfico de 2010. De acordo com o IBGE, o país possuía 16,27 milhões de pessoas em extrema pobreza (8,5% da população total), concentrados principalmente na região Nordeste, totalizando 9,61 milhões de pessoas (59,1%), em seguida no Sudeste (2,72 milhões) e no Norte (2,65 milhões), ambos com 17%. Desde então, nenhum novo Censo foi realizado, mas o MDS criou uma página virtual que conta com relatos de experiências de pessoas que dizem ter saído das estatísticas apontadas como forma de legitimar esses avanços (site: <http://obrasilmudou.mds.gov.br>).

Ainda sobre o Plano, a Secretaria Extraordinária para Superação de Extrema Pobreza era a responsável pela coordenação das ações e pela sua gestão, cujo texto de sua fundação indica que seu objetivo é “promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza” (BRASIL, 2011b, p.6). Para tanto, o PBSM articulava três compromissos:

1. **Elevar a renda familiar *per capita*** da população destinatária do plano;
2. **Ampliar o acesso aos bens e serviços públicos;**
3. **Propiciar o acesso a oportunidades de ocupação e renda**, por meio de ações de inclusão produtiva.

Anterior ao lançamento do Brasil Sem Miséria, encontramos o Fome Zero, criado em 2003 pelo governo federal brasileiro durante o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva - já presente desde 2001 no cenário político de enfrentamento da fome e da pobreza no país, por meio de publicação do Instituto Cidadania e esforços na área do Partido dos Trabalhadores (PT). O Fome Zero consistia num conjunto de mais de 30 programas complementares dedicados a combater as causas imediatas da fome e da insegurança alimentar, uma tida como sinônimo da outra.

Quando assumiu a Presidência da República, em 2003, Lula apresentou como missão de governo o acesso de todos os brasileiros a, no mínimo, três refeições diárias. As ações de combate à fome se estruturaram primeiramente como um programa – o Programa Fome Zero, sob coordenação do então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar. Em seguida, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, através do Grupo de Trabalho Fome Zero, integrando iniciativas de 16 ministérios. Progressivamente configurou-se a Estratégia Fome Zero.

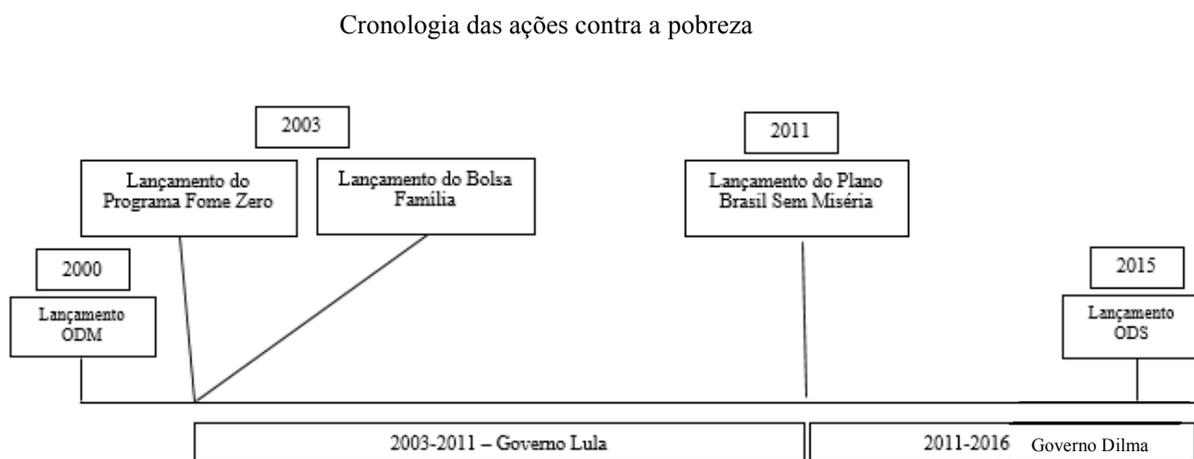
Além das motivações políticas, o Fome Zero estava ligado a aspectos operacionais em termos de políticas públicas, já que o Programa do Partido dos Trabalhadores há muito incorporava em suas discussões o projeto de crescimento econômico com a prerrogativa de inclusão (PAES SOUSA, 2013).

Assim, antes mesmo da estruturação do Fome Zero enquanto política de governo, um debate sobre a fome já estava em curso no país. Forte responsável por essa circulação foi, também, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, uma organização não governamental do Brasil, fundada pelo sociólogo Herbert de Souza – o Betinho –, a partir do Movimento pela Ética na Política. Em 1993, Betinho lançou o programa Ação da Cidadania, com o objetivo de mobilizar a sociedade brasileira na busca de soluções para as questões da fome e da miséria.

Para além de questões e preocupações específicas do Brasil, as discussões sobre a fome e a pobreza enquadram-se em uma preocupação também internacional sobre o assunto. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU número 1, por exemplo, diz ser prioridade para todos os países que aderiram à iniciativa: “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”. Como objetivo número 2, a iniciativa busca: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”.

A perspectiva vem igualmente sendo fortalecida desde os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e em ambas as iniciativas o enfrentamento da pobreza é visto de modo mais amplo, buscando-se combatê-la em todas as suas formas e lugares. Os ODS, por exemplo, abordam questões como o acesso a recursos econômicos, serviços sociais, propriedade e resiliência a vulnerabilidades.

Uma linha do tempo permite entender melhor essa cronologia:



*\*Figura 1 – Linha do Tempo  
Fonte: própria autora*

## **PASSO 2 – MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DOS ENUNCIADOS**

Inicialmente, sistematizamos os aspectos formais dos textos:

<b>Título do texto</b>	<b>Ano da publicação</b>	<b>Autoria</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Números de páginas</b>	<b>Imagem</b>
<b>Fome Zero – Documento Síntese</b>	2001	Instituto Cidadania	Proposta de uma política de segurança alimentar - Projeto Fome Zero	27	Apenas representações esquemáticas sobre o funcionamento do projeto
<b>Fome Zero – A Experiência Brasileira</b>	2010	MDA	Sugestões para formulação e implantação de políticas de segurança alimentar e nutricional	362 (Foco na “Apresentação” no “Projeto Fome Zero – Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil”)	Apenas representações esquemáticas sobre o funcionamento do projeto
<b>Fome Zero – Uma História Brasileira</b>	2010	MDS	Apresentar relatos sobre aspectos formais e o percurso histórico do Fome Zero	190 (foco na “Apresentação” e “Estratégia”)	Fotos e mapas em todo o conteúdo. Desenho de um prato com talhares marca o design
<b>Plano Brasil Sem Miséria</b>	2011	MDS	Apresentar o Plano Brasil Sem Miséria, visando o combate à extrema pobreza	16	Ícones, tabelas, mapas, esquemas.

*\*Tabela 4 – Aspectos formais dos textos  
Fonte: própria autora*

As taxonomias são formas de classificação de aspectos da realidade, logo, exercícios de poder. Na análise feita, podemos verificar que, inicialmente, no documento Fome Zero, redigido pelo Instituto Cidadania (Organização Não Governamental - ONG - então dirigida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva) fala-se em Projeto; já no segundo documento, do MDS, utiliza-se primeiramente o termo Programa e depois Estratégia.

Essa primeira modificação (de Projeto para Programa Fome Zero) remete ao próprio contexto histórico/político vivido no país, mais especificamente, à eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A discussão sobre uma possível iniciativa na área da alimentação nasce com o projeto do Instituto Cidadania que, basicamente, analisa que a solução do problema da fome é a melhoria do nível de renda da população pobre: tem fome quem é pobre e a pobreza é uma questão de carência econômica.

De acordo com o documento: “Existe fome não porque faltam alimentos, mas porque falta dinheiro no bolso do trabalhador para poder comprá-los” (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p.6). A pobreza, neste caso, aparece como causa da fome e está diretamente relacionada à má distribuição de renda no país.

Já em um segundo momento, após as eleições do presidente Lula, em 2003, dois anos depois do lançamento do Projeto, vemos a transformação do Fome Zero em Programa, em uma associação clara com uma política de governo (no segundo documento temos o termo “política de Estado”, que muda o estatuto da ação), que se aproxima de uma abordagem mais ampla referente ao conceito de pobreza em seus aspectos multidimensionais. Mais tarde, o Programa assume-se como Estratégia, ampliando ainda mais a sua estrutura, na qual o “combate” a fome e a “erradicação” da pobreza aparecem associados como possibilidade de construção da cidadania dos brasileiros.

Nos textos sobre a Estratégia vemos a transformação das interfaces estabelecidas entre fome e pobreza: ser pobre não significa não ter o que comer, mas pode significar comer mal e estar distante do conceito de cidadania, dos direitos humanos e dos direitos sociais providos em Constituição. Em nenhum dos documentos referentes ao Fome Zero, entretanto, existe uma clara definição sobre a mudança de nomeação apontada (de Programa para Estratégia), mas ela pode, ainda, estar fortemente associada à criação, em 2004, do MDS, segundo ressalta Paes-Sousa: “A consigna Fome Zero foi incorporada como logomarca do MDS, o Programa converte-se posteriormente em Estratégia Fome Zero, estando presente como eixo articulador do discurso ministerial” (PAES-SOUSA, 2013, p. 11).

No que se refere ao Brasil Sem Miséria, encontramos a classificação Plano no documento oficial, de acordo com os significados advindos da área do planejamento: plano como sinônimo de um modelo sistemático elaborado de ações antes que estas sejam realizadas. A transformação estabelece forte relação com o objetivo do Brasil Sem Miséria: **retirar** (ação futura) da situação de pobreza extrema 16,2 milhões de pessoas que vivem com menos de 70 reais por mês.

Os deslocamentos taxonômicos - Projeto, Programa, Estratégia, Plano - também interferem diretamente na forma como os documentos se apresentam e nas vozes presentes nessa apresentação. A começar pelo texto do Instituto Cidadania, vemos uma fala no plural - apesar da abertura do texto ser feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A construção narrativa destaca a atuação de vários grupos, como ONGs, institutos de pesquisas, organizações populares e movimentos sociais na sua produção e organização. O texto está diretamente

relacionado com o contexto existencial/situacional do próprio Instituto: que buscava (e ainda busca) congregar brasileiros de diferentes profissões em prol da cidadania.

A opção pela apresentação feita por Lula tinha, provavelmente, objetivos políticos eleitorais. Um ano após o lançamento do Projeto pelo Instituto Cidadania, ele candidatou-se à presidência. Como o texto ainda não pode ser considerado de governo, a enunciação é palco de um compartilhamento enunciativo. Neste cenário, a sua figura despertava um intertexto, mais especificamente uma memória - o saber discursivo que torna os dizeres possíveis -, sobre o assunto em interface com a própria trajetória de Lula.

A relação entre dois ou mais textos é denominada intertexto. Bakhtin (1992) deu primazia, nos estudos sobre a linguagem, à sua natureza cultural, modeladora de visão de mundo, tendo a ideia de que todo discurso reencontra o outro nos caminhos que levam ao referente. Assim, entendemos que no intertexto, cada enunciado ativa remissões que representam forças na constituição do sentido. Araujo (2002, p. 59) reforça tal perspectiva:

Nos domínios simbólicos, a interdependência é uma decorrência lógica da interdiscursividade. Se os contextos moldam e são moldados pelos discursos, então estão submetidos à sua lógica de funcionamento, que põe em relação cada enunciado com objetos e sujeitos sociais pré-constituídos. Os sentidos sociais nunca são construídos a partir do zero, já ensinava Bakhtin. As linhas que separam os discursos e os contextos de outros discursos e contextos são moles, maleáveis, porosas. São fronteiras movediças, deslizantes, podem ser linhas de tensão, mas são sempre, certamente, espaços de negociação.

O trecho a seguir ressalta os interdiscursos relacionados ao Fome Zero:

Lula, ao escolher o FZ [Fome Zero] como narrativa central de seu discurso como candidato, podia, em decorrência da própria experiência, vocalizar uma mensagem política potente: acabar com a fome no país. A mensagem era simples e possuía forte vinculação com a plataforma de movimentos sociais na luta contra a fome nos anos 1990. O Fome Zero converteu-se na metáfora que permitia comunicar de maneira simplificada as complexas mensagens de políticas contra a pobreza. (PAES-SOUSA, 2013, p.10)

Já no segundo documento - Fome Zero – A Experiência Brasileira -, encontramos artigos assinados por vozes autorizadas, especialistas de diversas áreas. Neste, há replicação de discurso do Lula presente no documento do Instituto Cidadania, mas ele aparece mais fortemente nomeado e entre aspas (na replicação de falas de sua autoria). O mesmo ocorre no documento seguinte: Fome Zero: Uma História Brasileira, que conta com artigos assinados por

pesquisadores diversos e citações aos feitos de Lula. No PBSM, por sua vez, encontramos um texto sem assinatura.

É muito significativa, nesse cenário, a mudança de dispositivo, da voz autoral, para a citação, depois para o texto cujo enunciador não se assume explicitamente. Passamos de um discurso assumido por Lula para um discurso assumido por especialistas sobre as políticas de Lula. Mais tarde, já no Brasil Sem Miséria, não encontramos autores, nem citações ao Lula. De toda forma, mesmo que não explicitamente, o documento assume-se enquanto voz autorizada do então atual governo – Dilma Rousseff.

Todos os três textos utilizam números para argumentar a necessidade das ações apresentadas, citando o “agravamento da pobreza” por meio de dados - porcentagem de extremamente pobres no país, por exemplo. Todos trazem discursos legitimados pelo saber estatístico, científico.

Ocorre, assim, em todos os documentos, uma associação da pobreza a números. Essa correlação encontra espaço também, mais uma vez, na interface entre fome e pobreza, na medida em que os documentos, especialmente os vinculados ao Fome Zero, reforçam o fato do pobre não possuir renda suficiente para manter uma alimentação adequada (são citados valores de renda *per capita* em relação à compra de cesta básica, por exemplo). Nesse âmbito específico, os números justificam o investimento em políticas públicas sobre a pobreza e legitimam a importância de tratar a temática no âmbito dos governos.

Além disso, os dados numéricos também são utilizados para orientar os beneficiários das iniciativas. Nesse sentido, os documentos traduzem uma opção em utilizar o critério das Nações Unidas, elaborado pelo Banco Mundial, que considera extremamente pobres as famílias com renda *per capita* de até US\$ 1,25 ao dia (valor de 2013).

Convertendo para o Brasil, o cálculo estabelece a renda mensal de R\$ 70 como o critério de classificação dos extremamente pobres. Podemos observar, ainda, que em todos os documentos, quando esses números são apontados, há um ambiente textual de guerra travada contra a pobreza, que dá ênfase a termos como “erradicar”, “combater” e “atingir”. Há, aí, um esvaziamento do conceito multidimensional da pobreza, já que ela se resume, no final, a dados numéricos sobre a condicionante renda.

Nos dois primeiros documentos, essas questões aparecem ainda mais claras, em frases como: “(...) banir o espectro da fome no nosso país” (Fome Zero – Uma História Brasileira, 2001, p.7); “alguns desafios estão constantemente colocados na construção de políticas públicas para erradicar a fome e a miséria” (Fome Zero – A Experiência Brasileira, 2010, p. 93); e “o combate a fome é um elemento de disputa política e favorece quem for ousado, permite que os

enfrentamentos sejam feitos e os adversários fiquem de costas para a parede” (Fome Zero – A Experiência Brasileira, 2010, p. 103). Temos, assim, um registro contábil – numérico – sobre a pobreza, que remete para uma abordagem mais administrativa, e outro registro de guerra, que convoca à luta contra essa mesma pobreza, incluindo adversários que não são, por sua vez, claramente descritos no texto, mas que podem ser considerados – após releituras – como as causas da problemática, dentre elas o desemprego e a má distribuição de renda.

Tanto o Fome Zero, quanto o Brasil Sem Miséria, são alinhados por eixos. O Fome Zero está organizado em quatro eixos:

1. **Acesso a alimentos;**
2. **Fortalecimento da agricultura familiar;**
3. **Geração de renda;**
4. **Articulação, mobilização e controle social.**

No Brasil Sem Miséria, por sua vez, temos:

1. **Garantia de renda;**
2. **Acesso a serviços públicos;**
3. **Inclusão produtiva.**

No caso do Brasil Sem Miséria temos, também, a seguinte representação esquemática sobre o item 2. Acesso a serviços públicos:



\*Figura 2 – Serviços - Brasil Sem Miséria  
 Fonte: Brasil Sem Miséria – MDS, 2011, p. 13

O item 3 (Geração de renda) do Fome Zero e o item 1 (Garantia de renda) do Brasil Sem Miséria apesar de abordarem os dois a questão da renda, partem de perspectivas diferentes. Fome Zero discorre sobre promover a geração, já o Brasil Sem Miséria discorre sobre garantir. A Garantia implica, por exemplo, garantia de compra da produção, garantia de emprego. Logo, é da ordem dos compromissos do Estado com o cidadão. Já o item Geração, é da ordem de uma atividade econômica, da criação de atividades, ou seja, obras públicas, condições melhores para a agricultura (como financiamento etc.).

Inicialmente, o item 1 (Acesso a alimentos) do Fome Zero aparece em uma dimensão ampliada no item 2 (Acesso a serviços públicos) do Brasil Sem Miséria. Porém, quando aprofundamos na leitura do Plano, e pensamos na representação esquemática reproduzida anteriormente, observamos que no Acesso a serviços públicos, o Acesso a alimentos está renomeado para Segurança alimentar.

Logo, no Fome Zero esse conceito acaba por ser mais amplo. Isso reflete uma mudança completa de abordagem. O Fome Zero com suas raízes nos movimentos sociais, nas ONGs sobretudo. O Brasil Sem Miséria como modelo estruturado de políticas públicas, já em bases mais técnicas e de planejamento político.

Com relação à interface miséria e fome, apesar de em nenhum momento o Plano Brasil Sem Miséria colocar o problema da fome como uma questão relacionada à pobreza – os termos fome; alimentação; nutrição; segurança alimentar e nutricional; e desnutrição, tão presentes nos outros documentos, desaparecem na perspectiva do Plano; ainda assim, encontramos no Plano um diagrama (Fig.2) incluindo a Segurança Alimentar e no site do Brasil Sem Miséria encontramos dois programas de segurança alimentar relacionados ao PBSM: o programa Cozinhas Comunitárias e o programa Bancos de Alimentos. Especificamente no Plano, entretanto, não há explicações específicas sobre o funcionamento de tais programas.

Retornando ao item Acesso à serviços, é nele que se localiza a saúde. Apesar de, considerando uma perspectiva ampliada da saúde, ela atravessar todo o Plano – particularmente em aspectos como a relação miséria e desigualdades sociais, saúde e ambiente (território) – para a operacionalização do PBSM ela aparece nomeada apenas por meio de programas e estratégias específicas do Ministério da Saúde, em parceria com outros ministérios. Interessante observar que, no caso do Fome Zero, não há nenhum item específico referente à saúde, mas a área está alinhada à Segurança Alimentar e Nutricional como um todo, que tem como base práticas alimentares promotoras de saúde.

A constatação pode ser reforçada pelo trecho disponível no Fome Zero – Uma História Brasileira (2001, p. 27):

Ainda que sejam números a comemorar, é necessário observar que um quarto da população brasileira, quase 50 milhões, é considerada pobre, portanto, com sua **qualidade de vida comprometida e saúde sob risco**. Outros 15 milhões de brasileiros são os extremamente pobres, aqueles cujos rendimentos não são suficientes para atender às suas necessidades básicas, entre elas o acesso aos alimentos. São milhões de brasileiros que ainda não tem assegurado seu direito a uma **alimentação promotora da saúde**, do bem estar e da dignidade humana, como estabelecem as recomendações brasileiras sobre segurança alimentar.

### **PASSO 3 – ANÁLISE TEXTUAL**

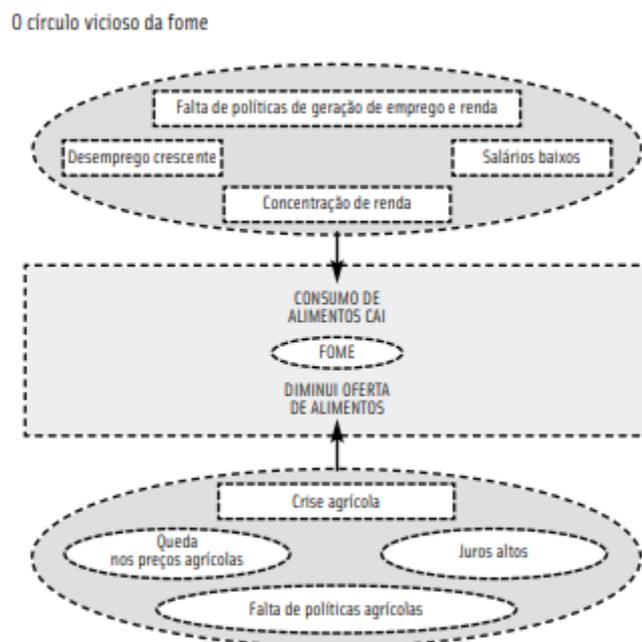
Para este passo foram identificadas as palavras plenas e instrumentais, e a ausência das palavras (o silêncio). Muitas delas já apareceram na caracterização feita anteriormente, mas aqui trabalhamos mais a fundo a análise. De um modo geral, para evocar e melhor identificar as palavras e ausências acima descritas e estabelecer correlações, procedemos à análise organizando os documentos em dois eixos: um deles sobre o Fome Zero e outro sobre o Plano Brasil Sem Miséria, este em suas interfaces com o site.

#### **1. FOME ZERO**

Como seria previsível, nos documentos que se referem ao Fome Zero, observamos amplamente exposta a palavra plena **fome**, inicialmente pelo seu próprio título, que a institui como objeto precípua do projeto. A palavra está presente em vários lugares do texto, conforme exemplificam os seguintes trechos: “Inicia-se uma inflexão com a superação da dicotomia entre política econômica e políticas sociais, integrando políticas estruturais e emergenciais no combate à **fome** e à pobreza” (Fome Zero: A Experiência Brasileira, 2010, p. 8). “A **fome** segue matando a cada dia, ou produzindo desagregação social e familiar, doenças, desespero e violência crescente” (Fome Zero: A Experiência Brasileira, 2010, p. 12). Ou, como no documento síntese do Projeto:

O Projeto Fome Zero identificou, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 1999, a existência de 9,3 milhões de famílias e 44 milhões de pessoas muito pobres (com renda abaixo de US\$ 1,00 por dia, que representa cerca de R\$ 80,00 mensais em R\$ de agosto de 2001), que foram consideradas o público potencial beneficiário deste Projeto, por estarem vulneráveis à **fome**. (Projeto Fome Zero – Documento Síntese, 2001, p. 9)

Esquema apresentado pelo mesmo documento, ao resumir a problemática da fome, também ressalta a força da palavra na discussão da Estratégia, sendo o núcleo ao redor do qual se estrutura o diagnóstico.



*\*Tabela 5 – O Círculo vicioso da fome  
Fonte: Instituto Cidadania, 2001.*

Fome é, assim, como já antecipa o próprio título do Programa/Estratégia, uma palavra plena no discurso da pobreza no Estado em sua interface com o Fome Zero. A palavra está alinhada com o próprio objetivo do Fome Zero, que foi lançado oficialmente como Política Pública de Combate à **Fome** do governo de Luiz Inácio Lula da Silva no dia 30 de janeiro de 2003. Plena como conceito, traz inscrita em si, ao estruturar o Fome Zero, ecos de sentidos produzidos por muitos discursos que lhe antecederam, desde muito antes, desde Vidas Secas, desde antes de Vidas Secas. Ressonâncias que conformam os sentidos possíveis que essa palavra possa despertar.

Para além dessa possibilidade, o Fome Zero define de maneira simples a fome: é a insuficiência de uma alimentação diária requerida para a manutenção do organismo, a insegurança alimentar. Os seus efeitos mais diretos são a morte, o deficiente desenvolvimento físico e mental e a menor resistência às doenças. A definição, entretanto, modula a ideia da fome por um aspecto econômico, já que esta ocorre porque faltam recursos financeiros à população para superá-la a partir de uma alimentação adequada.

Sempre associada à fome, está o uso de palavras que reforçam o “compromisso” da estratégia com a sua “erradicação” e “combate”. No primeiro capítulo do documento Fome Zero – A Experiência Brasileira, os termos se fazem presentes em distintos momentos e ainda são utilizados para reforçar uma menção aos parceiros da iniciativa, mas sempre tendo em vista que é o governo o responsável pela união dos mesmos, já que é ele quem os convida a participar da construção do Fome Zero:

A tarefa de **erradicar a fome** e assegurar o direito à alimentação de qualidade não pode ser apenas uma proposta de governo, mesmo que sejam articulados com eficiência todos os órgãos setoriais nos níveis federal, estadual e municipal. É vital engajar nessa **luta** a sociedade civil organizada: sindicatos, associações populares, ONGs, universidades, escolas, igrejas dos mais distintos credos, entidades empresariais – todos estão **convocados** a participar. (Fome Zero – A Experiência Brasileira, 2010, p.11)

O mesmo ocorre em outro documento relacionado ao Fome Zero:

A versão preliminar da proposta foi enviada para entidades da sociedade civil, parlamentares, religiosos, sindicatos, empresários e especialistas nacionais e internacionais que analisaram e propuseram modificações ao documento base. O resultado deste debate foi a reinserção do tema da Segurança Alimentar e **Combate à Fome** na agenda nacional. (Projeto Fome Zero – Documento Síntese, 2001, p. 24)

Mais um trecho destaca a perspectiva: “Trata-se de declarar um esforço nacional **sem tréguas para banir o espectro da fome** do nosso país, **sonho e compromisso** de nossas vidas” (Fome Zero – a Experiência Brasileira, 2010, p.13).

Nesse cenário, a erradicação da fome e combate à pobreza são anunciados como sinônimos de uma política social. A **pobreza**, mais uma palavra plena no contexto textual do Fome Zero, surge sempre associada à fome, como se fossem expressões extensivas uma da outra. Uma relação bi-causal é construída entre as palavras: a pobreza leva à fome e a fome pode ser caracterizada como pobreza. Pobreza é fome.

O tratamento dado às causas da fome e pobreza no Fome Zero as relaciona a fatores da estrutura histórico-cultural do país: a concentração de renda e o desemprego. Nessa busca pelo combate à **fome** e à **pobreza**, as demais palavras plenas do documento são, assim, **renda** e **emprego**. As palavras são associadas diretamente à fome, como causas da mesma, quando em estado de escassez. O trecho seguinte resume a exposição:

A conclusão é que a pobreza não é algo furtivo, ocasional, mas sim, o resultado de um modelo de crescimento perverso, assentado em salários muito baixos e que tem levado à crescente concentração de **renda** e ao **desemprego**. (Fome Zero – Documento Síntese, 2001, p.8)

Os textos mais recentes relacionados ao Fome Zero (Fome Zero – Uma História Brasileira; e Fome Zero – A Experiência Brasileira) estabelecem uma remissão ao passado, como demarcação do sucesso na estratégia de superação da fome. Usam, para tanto, dados quantitativos e palavras instrumentais operadoras de localização no tempo, associadas a palavras plenas investidas de sentidos positivos no universo das políticas sociais, além de manter a ideia de luta: “O Brasil **é hoje referência internacional** quando se trata de políticas de **segurança alimentar, desenvolvimento rural e de combate à pobreza**”; “As **reduções da pobreza e da desigualdade seguem** em ritmo intenso; “A renda da agricultura familiar  **aumentou em 33% no período de 2003 a 2009, superior à média nacional de 13%**” (Fome Zero – A Experiência Brasileira, p.7) e “**Nos últimos anos**, o Brasil **tirou 28 milhões** de brasileiros da pobreza” (Fome Zero: A Estratégia Brasileira, 2010, p. 11).

Nesse contexto textual, visualizamos outras palavras instrumentais, como os operadores e conectivos que estabelecem sua eficácia semiológica tanto mais quanto passam despercebidos (ARAUJO, 2000). Reconhecemos conectivos que apresentam uma relação de conclusão, com efeito argumentativo: “**Portanto**, podemos afirmar que a fome encontrada nas cidades [...] exige algumas políticas diferentes daquela que presenciamos no campo”; “É possível, **portanto**, tanto redirecionar parte do orçamento existente...” (Fome Zero - Documento Síntese, 2001, p. 12); de causa e efeito, em que a ação sobre a fome é o caminho para o fim da pobreza: “... **para** acabar com a fome” (idem, p. 6); conectivos de explicação: “As condições de pobreza são mantidas **porque** inclusive facilitam a perpetuação no poder de elites” (Idem, p. 6); “É um tipo de fome mais perverso do que a fome epidêmica, **porque** age sorrateiramente” (Fome Zero – Uma História Brasileira, 2010, p. 21).

Já os operadores são aplicados potencializando a capacidade argumentativa especialmente advérbios de quantidade em frases que se repetem ao longo dos documentos, como “**muito** pobres”, “salários **muito** baixos” e “**Infelizmente** esse quadro vem piorando nos últimos anos” (Fome Zero - Documento Síntese, 2001, p. 6; p.8). Nesse mesmo contexto, as imagens que fazem referência ao Fome Zero (que estão presentes apenas no documento Fome Zero – Uma História Brasileira, já que os demais não apresentam fotografias, apenas representações gráficas) incluem ícones que podem retratar a superação da extrema pobreza. As imagens nesse documento, que traz já algumas iniciativas realizadas pela Estratégia, não

somente o planejamento, corroboram a perspectiva de uma iniciativa que deu certo, com imagens que retomam as palavras plenas **fome** e **pobreza** em contexto de superação; e **renda** e **emprego** também na mesma perspectiva, de alcance da estratégia.

O trabalho, conforme exemplo a seguir, ilustra essa perspectiva ao trazer mulheres preparando alimentos, provavelmente em uma atividade comunitária. Tendo caracterizado a fome como escassez de atividade econômica, além de alimentos, essa imagem é a própria imagem do sucesso, a preparação do alimento, incorporando pessoas em uma atividade produtiva, geradora de renda. A camiseta da mulher em primeiro plano fala das parcerias com a sociedade e acentua a relação com uma atividade marcada pela ação solidária e sustentável, defendida pelo Fome Zero:



*\*Foto 1 – Fome-Zero*

*Fonte: Uma História Brasileira, 2010, p. 149*

Algumas imagens registram atividades relacionadas à superação da pobreza no ambiente rural. A foto a seguir retrata um técnico dando orientação, numa atividade classicamente vinculada ao desenvolvimento rural. Isso constrói a (in)formação profissional como superação da pobreza. Também constrói isso como atividade masculina. Nas fotos, o grupo que recebe as orientações é quase exclusivamente masculino.



*\*Foto 2 – Fome-Zero*

*Fonte: Uma História Brasileira, 2010, p. 172.*



*\*Foto 3 – Fome-Zero*

*Fonte: Uma História Brasileira, 2010, p. 173*

O texto que acompanha as imagens fala em “atividade econômica” (retoma assim a percepção de necessidade de redistribuição de renda trazida pelo primeiro documento referente ao Fome Zero):

O instrumento conceitual ofereceu uma contribuição para a criação, desenvolvimento e apoio a empreendimentos econômicos orientados para atuação em cadeias produtivas e, também, contribuiu para outros eixos de atuação da Fundação no âmbito da **geração de trabalho e renda**; mas o documento apontou um caminho para a geração de trabalho e renda no âmbito da dimensão estrutural do programa Fome Zero e, ainda, desafiou instituições parceiras a juntarem esforços no sentido de multiplicarem a **viabilidade de empreendimentos econômicos sustentáveis e solidários** (Fome Zero: A Experiência Brasileira, 2010, p. 172).

Por outro lado, as imagens também constroem um universo feminino, relacionado às atividades classicamente do cuidado da casa e da alimentação. As imagens evocam a vulnerabilidade da questão gênero, ao trazer, por exemplo uma mulher sozinha com uma criança



*\*Foto 4 – Fome-Zero*

*Fonte: Uma História Brasileira, 2010, p. 71*

Neste caso, caracteriza-se discursivamente a figura da mulher como responsável pelo provimento da água, que teve sua vida facilitada pela construção de uma cisterna, que foi um dos trunfos do Programa para o problema da água, enfocado tanto nos documentos preliminares, como parte do diagnóstico dos problemas a enfrentar, como nos documentos posteriores, que dão conta do que foi feito: “A construção de cisternas acabou sendo uma das ações estruturais de maior impacto na região” (Fome Zero: Uma História Brasileira, 2010, p. 63) e “A

metodologia da ASA<sup>5</sup> envolve ações educativas de capacitação e mobilização das famílias e das comunidades com relação à construção da obra e à utilização da água captada, e sua meta era atingir a construção de 1 milhão de cisternas (Fome Zero: Uma História Brasileira, 2010, p. 63).



*\*Foto 5 – Fome-Zero  
Fonte: Uma História Brasileira, 2010, p.125*

Na foto acima, está em pauta o tema da comida no prato, alimento como solução que o Programa apresenta para o problema da fome. A significação é clara: com o Fome Zero, a fome é superada. Nesse cenário, o texto cita a política desenvolvida que resulta na situação registrada pela foto:

Formados por maioria de representantes de organizações das comunidades, que eram eleitos em assembleias gerais, estes comitês atuaram diretamente na implantação do Cartão Alimentação, que era um dos quatro programas de transferência de renda unificados para a criação do Bolsa Família. (Fome Zero: a História Brasileira, 2010, p. 126)

O que está construído, então, com as imagens, são as formas de superação da pobreza: contra a carência de formação/informação, o Fome Zero promove palestras. Contra a falta d'água, o Fome Zero promove cisternas. As imagens reforçam, ainda, que o lugar da população

---

<sup>5</sup> A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede formada por mil organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas públicas visando o projeto político da convivência com o Semiárido.

nesses documentos é a do sujeito falado. Não há espaço para opiniões, testemunhos ou qualquer outra forma de enunciação vinda desses sujeitos nesse cenário.

## 2. BRASIL SEM MISÉRIA

No Plano Brasil Sem Miséria, a palavra fome dá espaço para a palavra plena **miséria**, que estabelece relação direta com a outra palavra plena comum ao Fome Zero - a **pobreza**. Uma torna-se extensão da outra. Permanece uma lógica de erradicação e combate, porém mudam-se as formas desse combate.

Observamos, textualmente, a predominância de compromissos, como no Fome Zero, típicos das políticas institucionais. A própria frase de abertura do documento revela o tom que compõe todo o material: “O Brasil **assume** o desafio de **acabar** com a miséria” (Plano Brasil Sem Miséria, p.3). Trata-se de compromisso do país, ali representado pela sua elite com o fim da miséria. O enunciador está, assim, se colocando como protagonista da ação (fim da miséria), a partir das questões que serão, em seguida, por ele expostas. Ao mesmo tempo, o enunciador também está, em seu texto, corresponsabilizando o interlocutor, já que o mesmo faz parte do Brasil citado.

Além do enunciado exposto de forma bastante contundente com o verbo “acabar”, existem também, ao longo de todo o documento, outras expressões que revelam o compromisso com o fim da miséria. Algumas vezes elas se apresentam de formas mais difusas, como em “promover”, “tornando residual”, “elevar”, “ampliar” e “aumentar”. Mas todas dizem respeito a uma ação de acabar com algo (a miséria) e promover outro estado de coisas. Expressões que acentuam o compromisso e protagonismo do Governo frente à temática da miséria também são constantes: “**governo criou** o plano Brasil Sem Miséria, que **aperfeiçoa e amplia o melhor da experiência brasileira** na área social” (Plano Brasil Sem Miséria, p.5).

Interessante observar que, em um primeiro momento, o sujeito da enunciação é o Brasil e, em outro, é o governo. O enunciador, quem assina o documento, é o governo, por meio do Ministério de Desenvolvimento Social. O sujeito da enunciação, o enunciador constituído discursivamente, tanto assume a forma do Brasil, quanto do governo. Quando citado o Brasil, existe uma ligação com o problema a ser enfrentado: a miséria. Quando correlacionado ao governo, que se compromete pelo país, que se institui como representante do país, são citadas as realizações. Existe um claro movimento, assim, de corresponsabilizar todos os cidadãos sobre a problemática da miséria, mas as vitórias já alcançadas ficam na ordem do governo apenas.

O mesmo ocorre com o site, que funciona mais como uma espécie de repositório de documentos que envolvem o Brasil Sem Miséria, do que de produção de notícias. Possui na apresentação/definição no Plano, expressões como “superar”, “lidar com tantos desafios”, “preservar as conquistas”, “continuar contando com uma estratégia” e “avançar na estratégia”.

Também como forma de legitimar seus enunciados, o Plano, assim como nos documentos do Fome Zero, traz muito dados numéricos: “Nos últimos anos, o Brasil tirou **28 milhões** de brasileiros da pobreza e levou **36 milhões** para a classe média” (Plano Brasil Sem Miséria, p. 5). No site também observamos o mesmo discurso:

Os aprimoramentos que o Plano proporcionou ao Bolsa Família permitiram acabar com a extrema pobreza no universo do programa, retirando **22 milhões** de pessoas da miséria. Mais de **1,75 milhão** de pessoas de baixa renda se matricularam em cursos de qualificação profissional do Pronatec, melhorando suas perspectivas de trabalho e renda. Mais de **960 mil** cisternas, incluindo as de consumo e as de produção, foram construídas e entregues desde o início do Brasil sem Miséria. Site Brasil Sem Miséria. (<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria>)

Outro resultado que emerge da análise refere-se aos discursos das instituições e os seus enunciadores. Todos os textos buscam demarcar que é a instituição quem está falando, ou seja, o locutor do discurso é o governo federal. Trata-se de um modo pelo qual o governo dá sentido a si mesmo.

O Fome Zero e o Brasil Sem Miséria trazem à tona os sentidos que o Estado dá às políticas sociais de enfrentamento à pobreza, as quais ele articula e determina um amplo conjunto de regulamentos para sua execução. Porém, no caso do Brasil Sem Miséria, especialmente, vemos muito claramente a corresponsabilização do interlocutor com a superação da miséria: na ordem dos compromissos, o Brasil assume a responsabilidade sobre a pobreza e não somente o governo federal. A análise das palavras instrumentais aponta, assim, para o uso do pronome possessivo, com o efeito de, sendo uma só entidade, todos serem parte desse compromisso. Esse dispositivo é fundamentalmente distinto do Fome Zero, onde a sociedade organizada era convocada como parceira do governo na luta contra a fome. Aqui, a sociedade organizada não aparece e sim uma sociedade inespecífica “Brasil”, que é instituído discursivamente como corresponsável pela implantação da política contra a miséria, com reforço do dispositivo de atribuição de protagonismo do governo, como em “nosso Brasil”.

Além da **miséria** e da **pobreza**, o Plano traz como palavra plena, assim como no Fome Zero, a **renda**. A palavra revela-se nos próprios objetivos específicos do plano: “Elevar a **renda** familiar *per capita*” e “Ampliar o acesso às oportunidades de ocupação e **renda** através de

ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural” (Plano Brasil Sem Miséria, 2011, p. 6). As outras palavras plenas presentes são expressões: **inclusão produtiva** (também presente no trecho assinalado anteriormente) e **acesso a serviços públicos**.

**Inclusão produtiva** remete à geração de emprego e estabelece correlação direta com a renda. Já a expressão **acesso a serviços públicos** amplia o sentido da pobreza, já que se propõe não somente a garantir uma renda básica (mesmo que mínima), como também articula uma série de outras políticas, as quais efetivam alguns direitos sociais.

Assim como no Fome Zero, no Brasil Sem Miséria a pobreza permanece sendo relegada, na maioria das vezes, ao não direito. Com isso queremos dizer que existe um não-dito de que políticas sociais são direitos, que acabam por reforçar o caráter assistencialista das políticas. O fato é endossado pela presença de um comprometimento que é da ordem dos planos e estratégias para com a melhoria das condições relacionada à pobreza, mas não existe a citação direta dessa relação com os direitos da sociedade. Ainda nesse cenário, o que observamos é que muito é dito sobre a distribuição de renda, mas não se enuncia a possibilidade de distribuição de riquezas. Existe, também, uma perspectiva de que, tanto o Fome Zero, quanto o Plano Brasil Sem Miséria, se contentam em resgatar os pobres, mas não em impedir que novas pessoas entrem na pobreza.

Do mesmo modo observamos mais uma palavra que se faz presente nos textos, mas que em suas entrelinhas é repleta de silêncios significantes, não sendo suficientemente problematizada: a palavra cidadania. Existe, nesse cenário um silêncio, conforme nos descreve Orlandi (2007, p. 13) “O silêncio é assim a ‘respiração’ (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido”.

Segundo os documentos que tratam do Fome Zero, a luta contra a fome é uma luta pela garantia a todos os cidadãos do acesso à alimentação em quantidade e em qualidade suficientes para atender as necessidades nutricionais básicas. Porém, se analisássemos conforme descrito pelo próprio Fome Zero, os cidadãos citados não são cidadãos, já que, segundo ele, o pressuposto básico à cidadania é o direito à alimentação ou acesso à alimentação de qualidade. Se há pessoas que não possuem esse direito básico, e é sobre elas que a estratégia vai atuar, estas não podem ser consideradas cidadãs na perspectiva emanada da própria iniciativa.

Entendemos, assim, que existe um silêncio na problematização da questão da cidadania. É como se o Programa utilizasse a cidadania como modo apenas de valorizar sua iniciativa de “acabar com a fome”. O fato reforça, mais uma vez, a pobreza como sinônimo somente da fome.

A desigualdade, por sua vez, também aparece nomeada em ambos os documentos, porém trata-se de uma desigualdade em interface com as questões econômicas – de renda. Está muito próxima, assim, das discussões que apontam indicadores e números sobre a pobreza no país. Pobreza e desigualdade se tornam sinônimos: se há pobres é porque existem desigualdades e as desigualdades aumentam por conta do aumento da pobreza. Não se enquadra nesse cenário, entretanto, nenhum tipo de discussão sobre desigualdades sociais em saúde, por exemplo.

Sobre as imagens do Plano Brasil Sem Miséria, por sua vez, estas restringem-se a ícones mais amplos sobre a relação que estabelecem com a pobreza e a miséria (ícones de família, carteira de trabalho, água, entre outros), conforme demonstrado a seguir:



*\*Figura 3 – Ícones Brasil Sem Miséria  
Fonte: Plano Brasil Sem Miséria, 2011, p. 1*

Os ícones retomam questões trabalhadas pelas fotos no Fome Zero: o trabalhador rural, a carteira de trabalho simbolizando a geração de empregos e conseqüentemente de renda, e a torneira representando a água. Reforçam, também, as palavras plenas utilizadas: **acesso à serviços** (ícones água, luz etc). Existem, ainda, ícones que não encontram expressão no Fome Zero, como o carro e o transporte. Mais uma vez, não existem imagens que ilustrem a pobreza em si, mas sim ícones relacionados à sua superação.

#### **PASSO 4 – REDE DE SEMIOSE INFINITA**

Nesse passo, percorrendo um pouco mais os documentos, buscamos identificar os principais eixos temáticos e tecer considerações sobre seus modos de presença sobre a pobreza e pobreza extrema/miséria. Para tanto, recorreremos mais uma vez à Semiologia dos Discursos Sociais, enfatizando a ideia de contexto.

Nesta caracterização preliminar, assinalamos eixos temáticos que estruturam os textos de forma transversal e associada:

- 1) A **miséria e a pobreza** são produtos da falta de **dinheiro (má distribuição de renda)**;
- 2) A **miséria e a pobreza** são produtos da **fome**;
- 3) A **fome** é produto da concentração de renda;
- 4) A **fome** é produto do desemprego.
- 5) A **miséria e a pobreza** são produtos da falta de **acesso a serviços públicos**.

Para chegar a estes eixos foi útil o entendimento do processo de semiose infinita (PEIRCE, 1995), que nos mostra o mecanismo da intertextualidade e permite ao analista rastrear o processo de remissão textual, até perceber “uma rede interdiscursiva da produção social do sentido” (VERÓN, 2005, p. 72). Nos textos que formam os documentos encontramos diversos segmentos de uma rede semiótica de sentidos associados à pobreza. Apresentamos esses segmentos articulados a partir das iniciativas governamentais cada uma per se.

#### **Fome Zero**

- Fome ↔ miséria
- Muito pobres → vivem com menos de 1 dólar por dia
- Fome → morte → desagregação familiar → deficiente desenvolvimento físico e mental → doenças → violência
- Sub-cidadania → exclusão social → negação de acesso a serviços públicos
- Direito à alimentação → direito de estar livre da fome → direito social → direito humano básico

- Fome Zero → acabar com a fome → desemprego → gera falta de dinheiro para alimentação adequada
- Fome Zero → vai acabar com a fome → que é produto do desemprego → que é causa da falta de dinheiro para alimentação adequada.
- Fome Zero → políticas estruturais → renda mínima → redistribuição de renda → geração de emprego e renda → aumento de renda → previdência social universal → diminuição das desigualdades
- Fome Zero → terra → agricultura familiar → reforma agrária
- Fome Zero → Bolsa Escola → educação
- Fome Zero → alimentação do trabalhador → combate à desnutrição infantil → aumento da merenda escolar → distribuição de cestas básicas → restaurantes populares → banco de alimentos → parcerias com varejistas → cooperativas → hortas comunitárias
- Direito à alimentação → Partido dos Trabalhadores → Ação Cidadania Contra Fome e a Miséria e Pela Vida
- Segurança alimentar → desenvolvimento

### Brasil Sem Miséria

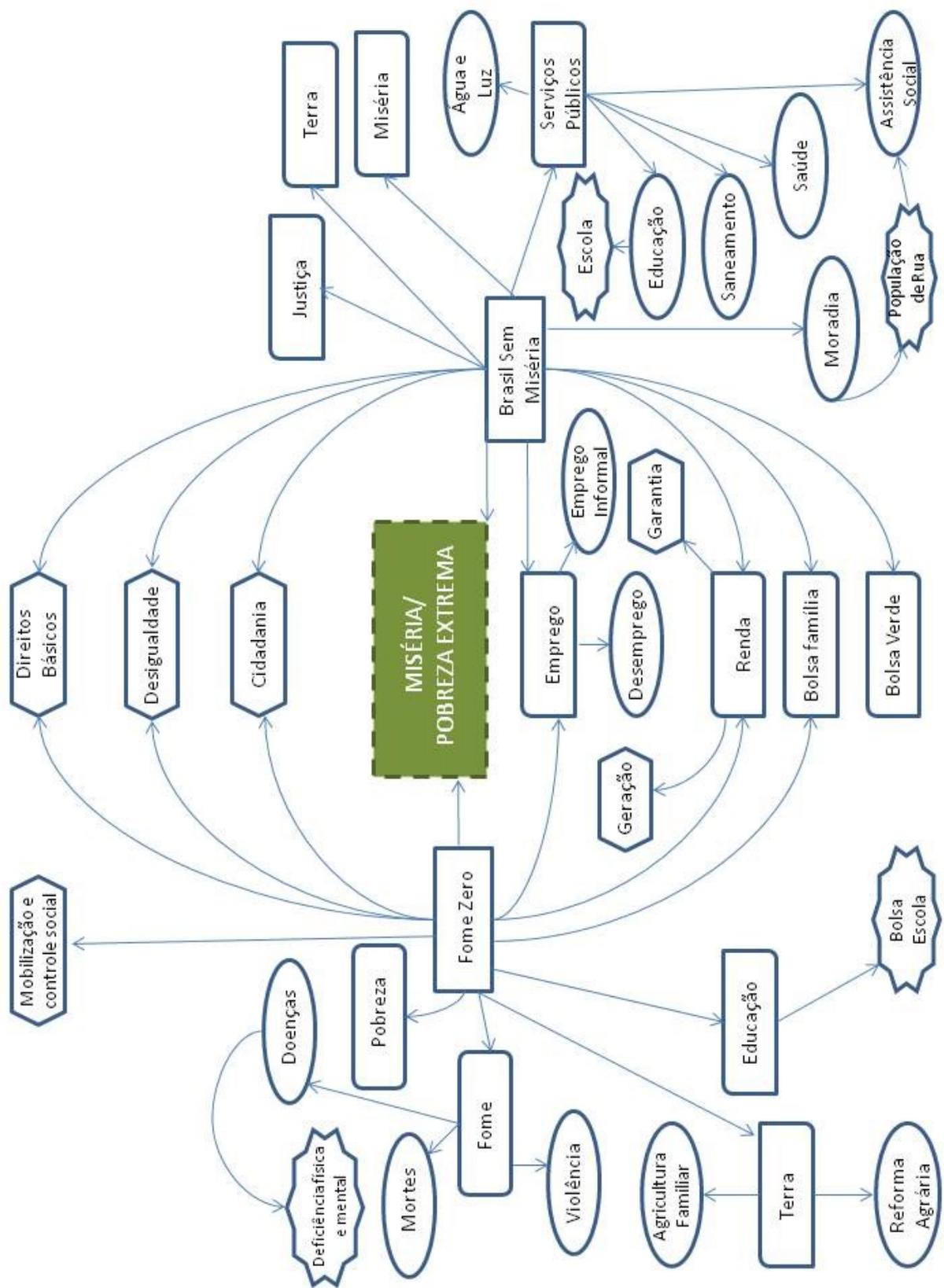
- Pobreza → insuficiência de renda → privações
- Extremamente pobres ↔ vivem com menos de R\$ 70 reais mês
- Pobres → desfavorecidos → carência → falta instrução → falta acesso à terra → falta saúde → falta moradia → falta justiça → falta apoio familiar → falta crédito → falta acesso a oportunidades

- Brasil Sem Miséria → acabar com a miséria → ascensão social → diminuir as desigualdades → ampliar o mercado interno → fortalecer a economia → acelerar o crescimento do país
- Superação da pobreza → inclusão social e produtiva → aumentar produção no campo → gerar ocupação e renda na cidade
- Superação da pobreza → elevar a renda → ampliação do Bolsa Família → criação do Bolsa Verde → conservação ambiental
- Superação da pobreza → ampliar o acesso a serviços públicos → educação → saúde → assistência Social → documentação → apoio a população em situação de rua → segurança Alimentar → luz → água → saneamento → trabalho infantil
- Superação da pobreza → ampliar acesso a oportunidades de ocupação

### **PASSO 5 – MAPA TEMÁTICO**

Por fim, todo o processo de semiose descrito anteriormente nos levou ao passo 5, à construção de um mapa temático sobre a miséria no núcleo Estado. Buscamos, nessa imagem, tornar visível todos os componentes expressos pelos documentos analisados quando a temática é a miséria e de que forma eles estabelecem associações entre si.

Em geral, vemos as associações já descritas anteriormente entre a miséria como produto da fome, da concentração de renda e da falta de acesso à serviços; e a fome como produto da falta de dinheiro. O mapa está disponibilizado na página seguinte.



\*Mapa 2 -Mapa Temático – Estado  
 Fonte: própria autora

## **PARTE II – MÍDIA**

Nesta etapa do estudo, desenvolvemos uma análise da produção de sentidos do campo dos mídias sobre os temas da pobreza e da miséria, a partir dos dispositivos enunciativos de dois jornais brasileiros, o Estado de Minas e o Diário de Pernambuco.

A escolha por analisar jornais da grande imprensa, entre outras mídias possíveis, decorre da premissa de que para os temas que impactam as políticas públicas, principalmente as de grande repercussão na sociedade, os jornais ainda têm um lugar relevante na constituição discursiva desses temas. Como campo de mediação dos demais campos, a mídia possui a capacidade de trazer à tona discursos circulantes na sociedade, nas instituições que a formam, no âmbito público e privado, no individual e no coletivo.

Oliveira (1995) reforça tal perspectiva:

Na pluralidade discursiva que se verifica na sociedade (discurso científico, publicitário, médico, político, jurídico) cada campo, dependendo da força que detém no conjunto da sociedade, adquire maior ou menor competência para se dirigir, interpretar ou interpelar os outros campos, assim como garantir sua presença no cenário público. Contudo, o conjunto do universo social implodiria se os mídias não pudessem reinterpretar e dar unidade a esta miríade discursiva que se verifica e deságua no cotidiano social. Sem essa unidade os sujeitos sociais não poderiam construir ou atribuir sentidos ao seu cotidiano e dessa forma participar do jogo social ou, ainda que minimamente, ter uma compreensão mais ou menos unitária sobre o funcionamento social (OLIVEIRA, 1995, p. 5).

O campo midiático é, então, um campo de mediação presente em todos os dispositivos que constituem os valores dos diversos campos sociais e tem como uma de suas características a legitimidade na mobilização discursiva do espaço público: é um campo reconhecido e legitimado pelos outros campos (RODRIGUES, 1999). Em sendo assim, a legitimidade se expande em termos da formação da opinião pública.

Podendo, então, ser visto como lugar de mediação entre os diferentes atores sociais que constituem a temática da pobreza em sua interface com o campo da saúde, os mídias têm seus próprios dispositivos de produção de sentidos, que operam sobre os discursos da sociedade, o que faz com que os discursos que ali circulam possam ser considerados discursos midiáticos. Por sua citada legitimidade, esses discursos constituem fortemente os sentidos sobre qualquer tema que contemplem, no caso específico do nosso interesse, os discursos sobre a miséria ou a extrema pobreza.

Nossa análise recobre matérias referentes ao Brasil Sem Miséria e ao Fome Zero e à pobreza em si. Objetivamos verificar como essas mídias atribuem sentidos sobre a temática. A sequência analítica compreende, a exemplo dos demais núcleos, a contextualização – condições de produção (passo 1), mapeamento e caracterização das notícias (passo 2), análise dos textos escritos e imagéticos (passo 3), identificação dos segmentos de uma rede semiótica associada à pobreza e à miséria (passo 4) e construção de um Mapa Temático (passo 5).

## **PASSO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DISCURSIVA DO ESTADO DE MINAS E DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO**

### **1. ESTADO DE MINAS**

O jornal Estado de Minas pertence aos Diários Associados. Fundado no dia 7 de março de 1928, é conhecido como “o grande jornal dos mineiros”. Circula diariamente com seus cadernos fixos: Política, Opinião, Nacional, Internacional, Economia, Gerais, Super Esportes e EM Cultura; e possui diversos suplementos, como, por exemplo, os cadernos Bem Viver (muito conhecido por incluir temáticas relacionadas à saúde) e Admite-se (relacionado ao tema emprego).

No verbete da Fundação Getúlio Vargas (FGV) a ele dedicado ficamos sabendo que o Estado de Minas foi fundado por Juscelino Barbosa, na época diretor do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais e também pelos membros do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte (hoje Câmara Municipal) Álvaro Mendes Pimentel e Pedro Aleixo:

Os três formaram uma sociedade sob a razão social de Estado de Minas Sociedade Limitada. Pedro Aleixo assumiu a direção do jornal, formando uma equipe de jovens que mais tarde teriam um desempenho marcante na vida mineira e nacional. Entre eles figuravam Leal Costa, José Maria Alkmin, Carlos Drummond de Andrade, Milton Campos, Francisco Negrão de Lima, Manuel Teixeira de Sales e Jair Silva (FERREIRA, s/d, s/p).

O objetivo dos fundadores era mais “dotar a imprensa mineira de um periódico que imprimisse novos padrões jornalísticos em Belo Horizonte do que criar um órgão engajado nas lutas políticas” (FERREIRA, s/d, s/p). Por isso, durante seus primeiros meses de existência, O Estado de Minas limitou-se a noticiar as discussões em torno da sucessão de Washington Luís na presidência da República, sem assumir partido.

Um ano após o seu lançamento - em 1929 -, Juscelino Barbosa desfez-se de sua parte no jornal, ficando o mesmo sob a responsabilidade de Pedro Aleixo e Álvaro Mendes Pimentel.

No mesmo ano, O Estado de Minas transformou-se numa sociedade anônima, cujo controle acionário foi adquirido por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, proprietário do que viria a ser os Diários Associados.

Nos anos seguintes, o jornal apoiou o movimento armado (outubro de 1930), reiterou sua solidariedade aos revolucionários e confirmou seu apoio ao presidente estadual Olegário Maciel e “à medida que o Governo Provisório estendia sua vigência, o jornal - seguindo orientação de Chateaubriand - iniciou uma campanha contra Vargas, apoiando mais explicitamente os setores do PRM ligados a Artur Bernardes e vendo com simpatia a Revolução Constitucionalista de 1932” (FERREIRA, s/d, s/p).

Com a derrota dos constitucionistas, Chateaubriand deixou o país. Dario de Almeida Magalhães foi chamado para assumir a direção de O Jornal (principal órgão dos Diários Associados), passando a direção do Estado de Minas a Afonso Arinos de Melo Franco. Em maio de 1933, diante da convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, O Estado de Minas voltou a se aproximar da situação, apoiando Vargas. Essa afinidade com o governo provocou significativas mudanças no jornal:

Com a morte de Olegário Maciel em setembro de 1933, dois nomes se apresentaram para assumir a interventoria mineira: de um lado, Gustavo Capanema, e, de outro Virgílio de Melo Franco, irmão de Afonso Arinos. Fugindo à expectativa, porém, Getúlio Vargas nomeou para o cargo Benedito Valadares. Decepcionado, Afonso Arinos passou a criticar o novo interventor em seus editoriais, o que o levou pouco depois a renunciar à direção do jornal. (FERREIRA, s/d, s/p).

Com as eleições de 1950, o Estado de Minas reafirmou seu antigetulismo, apoiando as candidaturas udenistas de Eduardo Gomes para a presidência da República e de Gabriel Passos para o governo mineiro. Ambos foram derrotados, mas o jornal manteve uma oposição a Getúlio e combateu a política de Vargas.

Naquele período, o principal inimigo de Vargas era o jornalista Carlos Lacerda, que editava o jornal Tribuna da Imprensa. Para ele, Vargas favorecia seus aliados, entre eles o jornalista Samuel Wainer, proprietário do Última Hora, que foi fundado exatamente para dar cobertura ao Governo Vargas. O que parecia ter começado apenas como um desentendimento entre jornalistas tornou-se uma crise política nacional, incluindo, inclusive, uma campanha de Carlos Lacerda para provar que Samuel Wainer só havia fundado o jornal Última Hora por ter obtido indevidamente uma série de empréstimos no Banco do Brasil.

Assim, em 1954, o Estado de Minas se engajou contra o jornal Última Hora, porém, contra outros veículos, manteve uma posição tida como moderada.

Um exemplo disso foi o episódio do atentado da Toneleros, incidente ocorrido em 5 de agosto de 1954 no Rio, no qual foi morto o major-aviador Rubens Vaz e saiu ferido o jornalista Carlos Lacerda. Enquanto toda a imprensa de oposição denunciava a participação do governo e acusava a família do presidente de envolvimento no escândalo, *O Estado de Minas*, embora clamasse pela punição dos culpados, não atribuiu à família Vargas nenhuma responsabilidade. (FERREIRA, s/d, s/p).

Outro ponto importante - referente a um período adiante -, é destacado no trecho a seguir:

A partir do estabelecimento do novo regime, em 31 de março de 1964, *O Estado de Minas* esteve plenamente identificado com os governos revolucionários. Sua maior afinidade, entretanto, manifestou-se em relação ao governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, ao qual o jornal deu apoio irrestrito e considerou como o mais rico em realizações. Em contrapartida, fez algumas restrições ao desempenho do general Emílio Garrastazu Médici, o qual, no seu entender, não deu um tratamento adequado a Minas Gerais. Essas pequenas considerações críticas em nada prejudicaram o relacionamento do jornal com os governantes militares, representantes das forças armadas, apoiadas e prestigiadas como responsáveis pela ordem e a integridade do país. (FERREIRA, s/d, s/p).

Ao longo dos anos, o Estado de Minas passou, assim, por muitas questões políticas que por sua vez também se revelavam em diversas reformas gráficas e editoriais. No final da década de 1980, por exemplo, o jornal teve seu parque gráfico ampliado e, em 1988, foi impressa na sua capa a primeira foto colorida.

Nos anos 2000 uma nova reforma gráfica foi comandada pelo design gráfico Francisco Amaral, do Correio Braziliense. Nesse período, a alta direção do jornal criou, ainda, o Cargo de Presidente do Conselho Consultivo dos Associados em Minas Gerais. Já em 2001 foi inaugurada a nova sede do veículo, na Avenida Getúlio Vargas, 291, na qual permanece até os dias de hoje.

Especificamente sobre a temática que aqui nos interessa, a pobreza, os anos 2000, de uma forma geral, foram marcados por publicações referentes ao Fome Zero e ao Brasil Sem Miséria, como veremos adiante. Entretanto, são escassos estudos científicos/acadêmicos que discorram sobre as possíveis vinculações entre o jornal e o governo Lula e Dilma Rousseff. Não sabemos precisar, assim, se neste período o jornal contou com verbas oficiais de publicidade.

Em estudo sobre a cobertura do jornal Estado de Minas, entretanto, Carrato (2002) lembra que pesquisadores acusam o Estado de Minas de manter com os grupos do poder, principalmente os políticos que se revezam no governo do Estado uma relação de trocas, tendo

em vistas que estes respondem por uma grande parte de sua receita de anúncios (CARRATO, 2002). No entanto, como a história do jornal aponta para posições políticas conservadoras, não podemos aqui afirmar nada sobre a natureza da relação com os governos do Partido dos Trabalhadores. Em 2018, o jornal completou 90 anos de existência, continuando a fazer parte dos Diários Associados e sendo considerado, até os dias atuais, como um dos mais reconhecidos jornais do estado.

## **2. DIÁRIO DE PERNAMBUCO**

Em outra região do país encontra-se o Diário de Pernambuco, jornal publicado em Recife que tem como editoriais Vida Urbana, Política, Superesportes, Brasil, Economia, Mundo e Viver. O jornal teve sua primeira edição em 7 de novembro de 1825, sendo hoje considerado o jornal mais antigo em circulação na América Latina. Assim como o Estado de Minas, o Diário de Pernambuco pertence também ao consórcio Diários Associados (desde 1933).

Durante toda a sua trajetória, o jornal sofreu censura e teve edições queimadas e rasgadas e depredações da sede devido a sua forte oposição ao Governo de Getúlio Vargas. Um dos fatos mais marcantes foi o assassinato do estudante universitário Demócrito de Souza Filho, num comício diante do prédio do jornal, pela polícia política de Getúlio Vargas, em 1945, conforme relata o trecho retirado de verbete da FGV:

Logo que começou o ano de 1945, o Diário de Pernambuco colocou-se ao lado da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Num comício realizado na noite de 3 de março, enquanto oradores discursavam da sacada do primeiro andar do prédio do jornal, a Polícia Militar resolveu dispersar a multidão, provocando a morte de um comerciante e do estudante de direito Demócrito de Sousa Filho, além de ferimentos em dez pessoas. No dia seguinte os policiais ocuparam a sede do matutino e ainda prenderam o repórter Hélio Pinto e o redator-chefe Aníbal Fernandes. Apoiado em um mandado de segurança, o jornal só voltou a circular no mês seguinte em edição extraordinária, na qual se enxertou uma página da edição empastelada de 4 de março, que não havia sido confiscada pela polícia. A página trazia críticas e informações sobre a repressão ao comício, acusando o governo estadual pelas duas mortes. Antes, a congregação da Faculdade de Direito havia feito a mesma acusação à Polícia Civil (ABREU, FERREIRA & BEZERRA, s/d, s/p).

Nas eleições de 1950, o Diário de Pernambuco, assim como O Estado de Minas, reafirmou seu antigetulismo, apoiando as candidaturas de Eduardo Gomes à presidência da República e de Manuel Neto Campelo Júnior ao governo do estado, lançada esta pela UDN, o PDC e o PL.:

A derrota de ambos colocou o jornal em aberta oposição tanto ao governo federal, chefiado por Getúlio Vargas, quanto ao estadual, chefiado por Agamenon Magalhães. O governo federal, embora criticado, era mais poupado, já que a ótica do jornal era privilegiar o noticiário relativo ao Nordeste, relegando a segundo plano a cobertura da política nacional. (ABREU, FERREIRA & BEZERRA, s/d, s/p).

Com a morte de Agamenon em 1952 tiveram início as articulações para a eleição de seu sucessor:

Lançada pelo PSD, a candidatura de Etelvino Lins contou com o apoio de praticamente todos os partidos de Pernambuco, inclusive a UDN. Nessas circunstâncias, o Diário de Pernambuco, que sempre se posicionava contra o PSD, viu com simpatia a indicação de Etelvino. Esse apoio teve entretanto curta duração, pois, uma vez eleito, o novo governador passou a sofrer a oposição do Diário de Pernambuco. (ABREU, FERREIRA & BEZERRA, s/d, s/p).

Mais tarde, o jornal apoiou o movimento político-militar de março de 1964, que depôs o governo de João Goulart e de Miguel Arrais do estado de Pernambuco:

A partir do estabelecimento do novo regime, o Diário de Pernambuco manteve-se identificado com os governos revolucionários, vindo com simpatia os governantes estaduais oriundos da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e posteriormente do Partido Democrático Social (PDS) (ABREU, FERREIRA & BEZERRA, s/d, s/p).

O jornal cobriu fortemente os governos militares, não tendo registros de casos de censura nesta época, conforme reforça o trecho a seguir:

Por essa época o jornal não teve problemas com a censura, devido a sua proximidade e apoio explícito ao regime. No plano estadual, apoiou o governo de Paulo Guerra e sua política de aproximação com as classes produtoras. As solenidades militares e a opinião dos militares que serviam em Pernambuco, tendo à frente o general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, figuram entre os principais assuntos abordados pelo jornal na época. (ABREU, FERREIRA & BEZERRA, s/d, s/p).

Ao longo desses anos, o jornal também sofreu mudanças editoriais e gráficas, sendo que em 1994, o Diário de Pernambuco passou a ser propriedade do Condomínio Associados, data em que iniciou as obras do seu novo parque gráfico. Em julho de 2004, a redação do Diário de Pernambuco mudou da sede na qual havia permanecido por 101 anos, passando a ocupar o prédio dos Diários Associados, localizado em Santo Amaro.

Assim como no Jornal Estado de Minas, não foi possível precisar se durante os governos Lula e Dilma, que tiveram as publicações sobre o Fome Zero e o Brasil Sem Miséria ocorreram verbas publicitárias ao jornal. Não existem apontamentos de pesquisadores, também, sobre essa relação política com o jornal. De toda forma, como foi possível perceber, tanto o Estado de Minas, quanto o Diário de Pernambuco, apresentam linhas editoriais próximas, já que pertencem, os dois, aos Diários Associados, um dos maiores conglomerados de mídia do país. São também e, por esse mesmo motivo, consideramos exemplares tradicionais de publicações em seus estados, tendo diversas editorias e suplementos.

Na época de seus lançamentos, davam grande dimensão aos problemas locais, que cresciam consideravelmente, o que continua a ocorrer ainda nos dias de hoje. Modernos e com projetos editoriais simples, continuam como exemplos importantes (e tradicionais) de veículos noticiosos nos estados que os abrigam.

## **PASSO 2 – MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DAS NOTÍCIAS**

Neste passo, foi realizado um cruzamento de palavras e expressões em uma busca por notícias sobre a temática da pobreza em ambos os jornais.

O levantamento das notícias foi produzido em duas fases. Na primeira delas, definimos que seriam analisadas notícias publicadas referentes ao Plano Brasil Sem Miséria e à Estratégia Fome Zero, documentos analisados no núcleo Estado. Porém, como foi difícil obter acesso aos jornais desses períodos (anos de lançamentos das iniciativas), optamos, em um primeiro momento, por fazer uma busca *on-line* nos próprios veículos (Estado de Minas e Diário de Pernambuco) utilizando as duas expressões (Brasil Sem Miséria e Fome Zero). Não restringimos datas neste momento, apenas fizemos a busca pela temática. Assim, tivemos as seguintes notícias:

<b>Jornal</b>	<b>Expressões-chave</b>	<b>Título da notícia</b>	<b>Repórter/Autoria</b>	<b>Data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Editoria</b>
EM	Brasil Sem Miséria	Plano Brasil Sem Miséria fracassa em identificar pessoas em extrema pobreza	Vinicius Sassini	15/12/2011	N/C	Política
EM	Brasil Sem Miséria	PF tem ordem de prisão para 11 fundadores do Fome Zero	Agência Estado	24/09/2013	N/C	Política
EM	Fome Zero	Coleção Fome Zero será lançada hoje	Agência Brasil	21/02/2011	N/C	Nacional
EM	Fome Zero	Miséria ainda é realidade dez anos após o lançamento do Fome Zero	Paulo Henrique Lobato	06/01/2013	1 foto	Nacional
EM	Fome Zero	ONU destaca modelo de luta contra a desnutrição em Belo Horizonte	N/C	15/10/2012	N/C	Gerais
DP	Brasil Sem Miséria	Dilma sanciona sem vetos medida que amplia licença paternidade para 20 dias	Agência Estado	08/03/2016	N/C	Política
DP	Brasil Sem Miséria	Com reajuste, benefício médio do bolsa família sobre para R\$ 176	Agência Brasil	01/05/2016	N/C	Política
DP	Brasil Sem Miséria	Campanha para atualizar caderneta de vacinas termina hoje	N/C	30/08/2013	N/C	Brasil
DP	Brasil Sem Miséria	Pressionado na ONU, Brasil declara que reduzirá população carcerária em 10%	Agência Estado	05/05/2017	1 foto	Brasil
DP	Brasil Sem Miséria	Países da América Latina investem pouco em crianças até 5 anos, diz estudo	Agência Brasil	10/03/2016	N/C	Política
DP	Fome Zero	Semiárido de Minas escapa de corte do governo e garante benefícios	Estado de Minas	29/07/2017	1 foto	Economia
DP	Fome Zero	Aumento de custo de vida corrói bolsa família e acorda fantasma da fome no Jequitinhonha	N/C	03/05/2015	1 foto e 3 gráficos	Economia
DP	Fome Zero	Ativista que venceu o Nobel da Paz faz campanha para indicação de Lula ao prêmio	Agência Estado	05/04/2018	1 foto	Política
DP	Fome Zero	Nordeste enfrenta maior seca em 100 anos	Agência Estado	09/01/2017	1 foto	Economia
DP	Fome Zero	Estudo diz que Brasil deve priorizar combate às desigualdades regionais	Agência Brasil	25/07/2017	1 foto	Brasil
DP	Fome Zero	Helder Barbalho é o novo ministro da Pesca	Agência Brasil	23/12/2014	N/C	Política
DP	Fome Zero	Candidato único, brasileiro José Graziano é reeleito diretor geral da FAO	Agência Brasil	06/06/2015	N/C	Brasil
DP	Fome Zero	Combate à pobreza foi o maior feito do PT no governo	Agência Estado	12/05/2016	N/C	Política
DP	Fome Zero	TJ-GO condena ex-prefeito por deixar apodrecer 400 kg de feijão do Fome Zero	Agência Estado	28/09/2016	N/C	Política
DP	Fome Zero	IBGE inicia coleta de dados de Pesquisa de Orçamentos Familiares	Agência Brasil	26/06/2017	N/C	Economia
DP	Fome Zero	“Miguel Arraes fez muitas restrições ao PT. Muitas mesmo..”, diz Fernando Henrique Cardoso ao Diário	Tércio Amaral	02/11/2015	3 fotos	Política

*\*Tabela 6 – Notícias Analisadas – Etapa 1  
Fonte: própria autora*

Em seguida, buscamos palavras-chave nas edições disponíveis *on-line* dos jornais do mês de julho de 2018. Este período foi definido pela proximidade com as eleições, supondo que o tema da pobreza estaria em pauta no debate público, o que possibilitaria avaliar comparativamente o modo como o tema foi tratado em distintas conjunturas históricas. A escolha do mês de julho também foi motivada por ser o prazo máximo no nosso cronograma para a coleta de textos para análise.

Para tanto, buscamos nos sites do jornal Diário de Pernambuco e Estado de Minas (e edições *on-line* disponíveis) as seguintes palavras:

- Miséria;
- Pobreza;
- Fome;
- Desigualdade;
- Favela;
- População de rua.

As palavras buscaram dar conta da multiplicidade de discursos sobre a temática, de forma correlacionada com a análise dos demais núcleos: Estado e população. Após a leitura de todas as notícias encontradas, excluímos as que referenciavam a pobreza nas editorias Cultura em ambos os jornais, já que a relacionavam somente a filmes ou peças teatrais e Bem Viver para o Estado de Minas, que as matérias nesta editoria relacionavam a palavra fome com dicas de alimentação saudável, que não eram relevantes para nossa pesquisa. Importante ressaltar, porém, que dica de alimentação saudável demonstra uma semantização presente nos dias de hoje e mostra com clareza como o tema perdeu importância política em favor dessa obsessão pela alimentação, dieta etc.

Nessa segunda etapa analisamos, então, as seguintes notícias:

### ESTADO DE MINAS

Jornal	Expressões-chave	Título da notícia	Repórter/ Autoria	Data	Imagens	Editoria
EM	Miséria	O Brasil pode dar certo	Carlos Alberto Di Franco	02/07/2018	1 desenho	Opinião
EM	Miséria; Fome	Resgate na Caverna	N/C	03/07/2018	1 foto	Internacional
EM	Miséria; Desigualdade	Ecos da alegria	Dom Valmor	06/07/2018	1 desenho	Opinião
EM	Miséria; Pobreza	Um país em crise existencial	José Pio Martins	13/07/2018	N/C	Opinião
EM	Miséria; Pobreza	Um país fragilizado	Editorial	30/07/2018	1 charge	Opinião
EM	Pobreza; Desigualdade	As responsabilidades de OBRADOR com o México	Editorial	03/07/2018	1 charge	Opinião
EM	Pobreza	Alianças para a Agenda 2030	Renato de Aragão Ribeiro Rodrigues e Luiz Tadeu Assad	07/07/2018	1 desenho	Opinião
EM	Pobreza	Crianças e jovens sofrem descaso	Editorial	16/07/2018	1 charge	Opinião
EM	Pobreza	Marta leva o título fora de campo	Paula Pacheco	19/07/2018	2 fotos	Negócios
EM	Pobreza; Fome; Desigualdade	Serviços ambientais e agronegócio	Adalberto Luis Val	31/07/2018	1 desenho	Opinião
EM	Desigualdade	Fintechs temem perdas com nova regra do BC	Mariana Barbosa	03/07/2018	1 foto	Mercado S/A
EM	Desigualdade	Desequilíbrio preocupante	Editorial	26/07/2018	1 charge	Opinião

Jornal	Expressões-chave	Título da notícia	Repórter/ Autoria	Data	Imagens	Editoria
EM	Fome	O Brasil perde ao dificultar a entrada de imigrantes	Jaqueline Mendes	05/07/2018	1 foto	Negócios
EM	Fome	Incertezas Econômicas	Editorial	11/07/2018	1 charge	Opinião
EM	Fome	Não é fácil ser Robert	Capa	15/07/2018	4 fotos	Capa
EM	Fome	Recordações à tailandesa	Luiz Ribeiro	15/07/2018	3 fotos	Gerais
EM	Fome	De volta para casa	Capa	19/07/2018	1 foto	Capa
EM	Fome	História do milagre terreno	N/C	19/07/2018	1 foto	Internacional
EM	Fome	Combate à gripe	Editorial	25/07/2018	1 charge	Opinião
EM	Favela	Olhar de solidariedade	Editorial	01/07/2018	1 charge	Opinião
EM	Favela	Depois de 10 meses, acordo garante desocupação de prédios	Larissa Ricci e Gabriel Ronan	03/07/2018	1 imagem	Gerais
EM	Favela	Família e anistia cobram punição	N/C	15/07/2018	2 imagens	Nacional
EM	Favela	Estradas da morte	Editorial	20/07/2018	1 charge	Opinião
EM	Favela; Desigualdade	Oportunidades para jovens empreendedores	Elian Guimarães	29/07/2018	1 foto	Negócios
EM	Favela	Voto em um eleger muitos	Flávia Ayer	30/07/2018	1 foto e 1 desenho	Política
EM	População de rua	Cultura e história no peito	Lilian Monteiro	05/07/2018	1 foto	Gerais
EM	População de rua	Desafio fora do centro	Capa	20/07/2018	1 foto	Capa
EM	População de rua	Migração de sem casa muda estratégia de PBH	Guilherme Paranaíba	20/07/2018	2 fotos e 1 desenho	Gerais
EM	População de rua	Sujeira debaixo do concreto	Guilherme Paranaíba	31/07/2018	2 fotos	Gerais

\*Tabela 7 – Notícias Analisadas Estado de Minas – etapa 2

Fonte: própria autora

## DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Jornal	Expressões-chave	Título da notícia	Repórter/ Autoria	Data	Imagens	Editoria
DP	Miséria	Vestibular da Unicap vai selecionar alunos para 24 cursos na instituição	N/C	08/07/2018	1 foto	Local
DP	Miséria	Rap feminino do Arrete lança novo trabalho, 'Não Te Quero Mais Mizéa'	Osnaldo Moraes	03/07/2018	4 fotos	Viver
DP	Pobreza	Missa do Vaqueiro é celebrada em Serrita neste domingo	N/C	22/07/2018	1 foto	Local
DP	Pobreza; Desigualdade	Obama denuncia política de Trump em homenagem a Mandela	Agence France-Presse	17/07/2018	1 foto	Mundo
DP	Pobreza	África do Sul homenageia Mandela, 'um gigante da história'	Agence France-Presse	18/07/2018	1 foto	Mundo
DP	Pobreza	Polícia de Nicarágua nega tiros de paramilitares contra médica residente	Agência Brasil	24/07/2018	2 fotos	Mundo
DP	Pobreza	Pobre país sem educação	Editorial	31/07/2018	N/C	Opinião
DP	Pobreza	Um país fragilizado	Editorial	30/07/2018	N/C	Opinião
DP	Pobreza	Democracia	Editorial	03/07/2018	N/C	Opinião
DP	Pobreza; Desigualdade	Com foco no futuro da educação, seminário Pense, Pernambuco! Será realizado nesta quinta-feira	N/C	25/07/2018	2 fotos	Política
DP	Pobreza; Desigualdade	As responsabilidades de OBRADOR com o México	Editorial	03/07/2018	N/C	Opinião
DP	Pobreza	Corpo de Pernambucana morta em Nicarágua chega a Recife na próxima sexta-feira	Agência Brasil	31/07/2018		Mundo
DP	Pobreza	Lições do Vietnã	Editorial	19/07/2018	N/C	Opinião

<b>Jornal</b>	<b>Expressões-chave</b>	<b>Título da notícia</b>	<b>Repórter/Autoria</b>	<b>Data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Editória</b>
DP	Fome	Seguranças retiram do STF grupo que iniciou greve de fome pela liberação de Lula	Agência Estado	31/07/2018	1 foto	Política
DP	Favela	Incêndio em favela de São Paulo deixa quatro mortos	Agência Brasil	05/07/2018	1 foto	Brasil
DP	Favela	Moradores relatam intensa troca de tiros no Morro Dona Marta, na zona sul do Rio	Agência Estado	18/07/2018	1 foto	Brasil
DP	Favela	Tiroteio em ação policial no Complexo do Alemão deixa homem ferido	Agência Estado	19/07/2018	1 foto	Brasil
DP	Favela	Lei institui no Rio o dia de luta contra o genocídio da mulher negra	Agência Brasil	18/07/2018	1 foto	Brasil
DP	Favela	Movimento utiliza o rap para promover debates sociais em Beberibe	Marcionila Teixeira	20/07/2018	3 fotos	Local
DP	Favela	Doria é chamado de mentiroso durante convenção de solidariedade em São Paulo	Agência Estado	22/07/2018	N/C	Política
DP	Desigualdade	Pernambucana é selecionada por Malala para participar da rede Gulmakai	N/C	10/07/2018	1 foto	Local
DP	Desigualdade	Desequilíbrio preocupante	Editorial	26/07/2018	N/C	Opinião

*\*Tabela 8 – Notícias Analisadas Diário de Pernambuco – Etapa 2*

*Fonte: própria autora*

Tivemos, assim, o seguinte total de notícias analisadas:

<b>Total de Notícias Analisadas</b>	
<b>Jornal</b>	<b>Número de notícias</b>
Estado de Minas (EM)	34
Diário de Pernambuco (DP)	38
<b>Total – 72 notícias</b>	

*\*Tabela 9 – Total de Notícias Analisadas*

*Fonte: própria autora*

A partir deste mapeamento e caracterização das 72 notícias, demos início à análise sobre os modos de presença da miséria/pobreza nos jornais Estado de Minas e Diário de Pernambuco, conforme veremos em seguida.

### **PASSO 3 – ANÁLISE DAS NOTÍCIAS**

Pobreza, como é possível conferir nas tabelas, é um tema que aparece em diversas editoriais dos jornais analisados. Mas de que pobreza se está falando? É interessante observar a

diferente atribuição de sentidos segundo as editoriais em que a matéria esteja publicada, se Política, Economia/Negócios, Brasil, Internacional ou no próprio Editorial/Opinião.

No caso das matérias que dizem respeito ao Plano Brasil Sem Miséria e ao Fome Zero, as editoriais principais são Política, Economia e Brasil; e as fontes são, em sua maioria, outras agências de notícias, como a Agência Brasil, muito citada nesses casos. Tal fato reforça o teor de voz autorizada dessas matérias, já que a Agência Brasil tem como foco a cobertura de atos e fatos relacionados ao Estado.

Os editoriais, que incluem ou se organizam em torno das palavras chaves, relacionam a temática da pobreza com questões atuais, abarcando desde falas do Papa Francisco sobre a violência em sua correlação com a desigualdade social, até notícias sobre o agronegócio, com impactos nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Há duas abordagens nas reportagens ou editoriais quando se trata de falar da pobreza. Uma delas, predominante, se caracteriza por ter como referente os programas e políticas governamentais sobre a miséria e a fome. Por esta, as matérias convocam vozes autorizadas sobre a temática, especialmente secretários de governo. Em ambos os jornais essas vozes se fazem fortemente presentes e são, muitas vezes, associadas a perspectivas globais. A ideia que organiza essas falas é a de que quando pensamos na pobreza devemos alinhá-la ao mundo – a pobreza não ocorre isoladamente no Brasil, sendo isso reforçado pelas citações sobre os ODS e a inserção do Brasil nesse cenário.

A segunda abordagem traz a cena a voz dos sujeitos da pobreza, quando a temática está relacionada aos documentos do Brasil Sem Miséria e do Fome Zero. Esta pode ser verificada mais frequentemente no jornal Estado de Minas, uma vez que o Diário de Pernambuco abre pouco espaço para essas vozes. Se formos comparar à presença das vozes autorizadas, as vozes dos pobres recebem lugar irrisório.

No entanto, quando ocorrem, seja nos editoriais, ou nas notícias em editoriais diversas dos jornais, constatamos que a memória é estruturante das narrativas, ao trazer experiências de pobreza pelas quais os sujeitos revisitam seus passados e reconstroem, junto com a mídia, suas lembranças, que reivindicam, também, outras maneiras de viver.

O mapeamento da territorialidade da pobreza no jornal Estado de Minas apontou para o relato na presença da expressão plena **Bolsa Família**, que surge especialmente quando tratadas temáticas referentes à Estratégia Fome Zero e ao Plano Brasil Sem Miséria. Nesse cenário observamos, ainda, a co-presença da palavra plena **Lula**:

**Lula** foi a Itinga, acompanhado de Aécio para lançar o Programa Fome Zero, substituído pelo **Bolsa Família**. (ESTADO DE MINAS, 06/01/13)

Desempregados, os pais tentam receber o **Bolsa Família**. “Moramos de favor nessa casa. Nossos pais nos ajudam”[...] Dona Teresa Fernandes Pessoa, 55, é beneficiária do **Bolsa Família**, ela recebeu **Lula** em seu barraco de dois cômodos em 1993, na Carvana da Cidadania [...] Tinha apenas farinha para comer. “Hoje, além da farinha, tem arroz e feijão”. (ESTADO DE MINAS, 06/01/13)

Outra palavra plena presente em ambos os jornais é a **pobreza**. Ela não se mostra em associação direta com a palavra plena renda, como nos documentos do Estado, mas ainda assim percebemos que a associação entre pobreza e dinheiro é o que predomina nos jornais, caracterizando a ênfase na dimensão econômica da pobreza e sua forma de superação. Nesse sentido, algumas matérias citam iniciativas governamentais de superação à pobreza, que envolvem a questão financeira, com a distribuição de bolsas para a superação da pobreza, por exemplo:

Na Amazônia, foi necessário recorrer à ajuda do Exército para localizar famílias **extremamente pobres** e responsáveis pela preservação da vegetação, foco do **Bolsa Verde**, um benefício trimestral de **R\$ 300 reais**. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/12/11).

Nesse cenário, existe a objetiva replicação de discursos do Estado sobre a relação entre os programas Fome Zero e Brasil Sem Miséria e a transferência de renda como busca da superação da pobreza. A voz que se faz presente é a voz do Estado e não a do próprio jornal:

Em nota, **o ministério diz** que “a medida dá continuidade ao ciclo de aperfeiçoamento e valorização do Bolsa Família, iniciado em 2011, com o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/05/16).

No mesmo contexto, o Bolsa Família surge mais uma vez como solução do governo para o problema da pobreza:

O principal programa de **redução da pobreza** é o **Bolsa Família** [...] O **Bolsa Família** foi preservado e teve seu valor reajustado em 9% (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 12/05/16)

A situação **só não foi pior** por causa do **Bolsa Família**: 2.367 famílias recebem o benefício (R\$ 2,7 milhões em 2012). Alessandra, por exemplo, tem direito a R\$ 102 mensais. É a única fonte de receita fixa da família. Ela e o

marido, Reinaldo Silva, estão desempregados. (ESTADO DE MINAS, 06/01/2013)

Ao mesmo tempo em que o Bolsa Família aparece como sinônimo de uma política governamental de combate à pobreza, são citados exemplos de pessoas que continuam a viver nessa pobreza, mesmo como beneficiários do programa. As palavras instrumentais, nesse caso, ajudam a construir essa dicotomia. Por exemplo, o **mas** evidencia um tipo de relação conflitiva, contestatória e de contra argumentação sobre os próprios benefícios do programa, apontando que a política não é capaz de retirar determinados grupos da pobreza. Pode ser observada uma tensão entre assistencialismo e autonomia, nas discussões que põem em cena os direitos humanos e as injustiças sociais, mas sem aprofundamento:

A Cemig (companhia energética de Minas) levou minha geladeira velha embora e me deu essa nova há mais ou menos dois anos, quando a energia elétrica chegou em minha casa. Já o banheiro foi construído há cinco anos. Antes, precisava ir ao mato. O banho era no rio. **Agora está um pouco melhor, mas emprego que é bom...** (ESTADO DE MINAS, 06/01/2013).

O treco destacado traz, ainda, a palavra instrumental modalizadora de quantidade: “pouco”, utilizada para reforçar a perspectiva difícil que ainda vive a entrevistada.

Nesse contexto, os jornais fazem recurso à palavra dos pobres, resguardando-se das críticas aos programas dos governos por parte de seus repórteres/autores das matérias jornalísticas. A crítica é feita pela voz dos próprios pobres e miseráveis. Trata-se de uma iniciativa que busca produzir um efeito de imparcialidade da notícia, deslocando o enunciador, sem abrir mão de fazer circular uma perspectiva crítica ao Fome Zero e ao Brasil Sem Miséria:

O presidente disse que **a vida de todos iria melhorar**. Mamãe, infelizmente, **não teve tempo de esperar**. Ela morreu, no dezembro seguinte, de câncer. Já minha filhinha... Ela tinha 4 aninhos e, dois anos depois, decidi entregá-la a um tio, que a cria numa cidade perto de Belo Horizonte. Não tenho o endereço. Ele a traz em Itinga no fim de cada ano, **mas** não apareceram em 2012. Apesar da saudade, acho que Jéssica **terá melhor futuro longe daqui** (ESTADO DE MINAS, 06/01/2013).

Da primeira leva do programa, a mulher que impressionou **Lula** por sua **pobreza** diz que o **Bolsa Família** “**mudou bastante**” sua vida, **mas** reclama da situação atual. As despesas de água e luz representam cerca da metade dos R\$ 140 que recebe. A outra parte **não é suficiente** para comprar comida para o mês inteiro. **Como não tem outra renda, o jeito é pedir alimentos para os outros**. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/05/2015).

Nesses enunciados se percebe a tensão operada pelas palavras plenas pobreza, Lula, Bolsa Família, renda, emprego, futuro, articuladas em outras que relativizam seu valor positivo, por palavras instrumentais, sobretudo *mas* e *pouco*, apesar, o jeito é. As palavras instrumentais são estratégicas na construção dos sentidos. Se, por acaso, a entrevistada da citação “Agora está um pouco melhor, mas emprego que é bom...” tivesse invertido os termos de sua frase, o sentido seria inverso: “emprego, que é bom (não temos), mas agora está um pouco melhor. E na outra citação, se em vez da frase “[...] diz que o Bolsa Família “mudou bastante” sua vida, mas reclama” fosse “reclama da situação atual, mas diz que o Bolsa Família mudou bastante sua vida”, certamente os sentidos produzidos seriam outros.

De um modo geral essas palavras – as plenas e as operacionais – são estratégicas na construção do texto midiático, conduzindo o leitor na direção intencionada. Possivelmente houve uma intenção editorial de apontar as falhas e fragilidades dos programas de combate à pobreza. Vejamos outras situações que ilustram o que afirmamos.

Nas matérias referentes aos grupos que permanecem na perspectiva da **pobreza** e que mencionam explicitamente o **Bolsa Família**, outra palavra plena que se utiliza é **emprego** ou seu reverso, o **desemprego**, palavra que é associada a outras cujo sentido é subsidiário nesse universo temático, como **fracasso** e **falta de oportunidades**, ou no reverso **poder aquisitivo**, sendo acentuado seu valor negativo pelo uso de palavras instrumentais (*mas*, *alto*, *baixo*, *pior*).

A **falta de oportunidades** é crônica na região – onde uma série de projetos de geração de **emprego** e **renda fracassou** nos últimos anos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/05/11)

Nos 10 anos do governo do PT, o **desemprego** diminuiu e o poder aquisitivo dos brasileiros aumentou, **mas** os avanços não chegaram como deveriam a todos os lugares. Em Itinga, com 14,5 mil moradores, o **desemprego** continua **alto** e a **renda** permanece **baixa**. Para se ter ideia, segundo o último Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), divulgado pela Fundação João Pinheiro (FJP) em 2010, a cidade era a **pior** para se viver no estado. (ESTADO DE MINAS, 06/01/2013)

**Desempregados**, os pais tentam receber o **Bolsa Família**. (ESTADO DE MINAS, 06/01/2013)

A correlação entre pobreza, Bolsa Família e fracasso é consolidada na imagem disponível em matéria do jornal Estado de Minas. Nem todas as notícias analisadas trazem imagens, mas quando elas se fazem presentes são utilizadas para descrever o pobre e a sua condição de pobreza, inclusive chegando a associar a temática do **Bolsa Família**, como é o caso da foto abaixo. Tratam-se de representações dos mesmos pobres que tiveram voz nos textos.

São imagens que expressam o que foi enunciado textualmente. Evocam vulnerabilidade, especialmente pelo viés de gênero. Ao contrário das fotos no núcleo do Estado, não são imagens da superação da pobreza e sim da pobreza em si.



 Alessandra Sandra Cardoso está grávida e recebe R\$ 102 do bolsa família

(foto: Marcos Michelin/EM/D.A Press)

*\*Foto 6 –Estado de Minas, 06/01/2013*

Os sentidos acionados pela imagem, estando ela associada a uma reportagem que aponta as fragilidades do Programa e uma legenda que especifica essa situação particular, são claros: o **Bolsa Família** é a política de erradicação da pobreza, **mas** ela não foi e não é capaz de acabar com a mesma. A mulher da foto, apesar de beneficiada com o cartão do Bolsa Família continua em situação de pobreza, reforçada pelo cenário das casas pobres e sem saneamento e pela expressão de Alessandra, que ao mesmo tempo acusa e cobra. O tratamento discursivo dado ao Bolsa Família é, além da insuficiência e ineficácia, o da dependência (assistencialismo) e não o da autonomia (cidadania).

Uma palavra que está sempre presente quando os textos trazem as vozes das pessoas que vivem na pobreza, ou dados quantitativos para demonstrar a problemática do assunto no Brasil, é **fome**. Assim, a palavra – plena de sentidos, investidos secularmente –, potencializada pelo uso estratégico de modalizadores linguísticos – mesmo, agora –, é utilizada tanto para associar a temática da pobreza ao Fome Zero e ao Brasil Sem Miséria, quanto para associar ao pobre, inclusive em sua dimensão de periférico. Neste caso, observamos a mesma relação bi-causal do núcleo Estado: é pobre quem tem fome e quem tem fome é pobre.

Belo Horizonte desenvolveu um exemplar e precursor trabalho no combate à **fome na periferia** da cidade. [...] (ESTADO DE MINAS, 15/10/12)

Não é todo dia que há mantimentos em casa e, volta e meia, o fantasma da **fome** bate à porta, admite a doméstica. Aí, tem que recorrer à solidariedade alheia. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/05/11)

A palavra instrumental agora, dêitica de temporalidade, também reforça a relação pobreza-fome:

Pelo Vale afora, beneficiários do programa repetem a mesma história: **mesmo** com o auxílio do governo, precisam **agora** recorrer à ajuda de parentes e conhecidos para não passar **fome**. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/05/11)

A relação entre fome e pobreza, nessa edição do Diário de Pernambuco, também é estabelecida por uma foto, cujo contexto retratado abre a possibilidade semiológica de uma ser causa ou consequência da outra.



*\*Foto 7 - Diário de Pernambuco, 03/05/2015*

Apesar de não possuir legenda, a foto demonstra - pela panela vazia - a expressão inequívoca da fome nesta fotografia. Além disso, retratando uma mulher com os signos da atividade doméstica, retoma os sentidos de gênero vinculados à vulnerabilidade e à responsabilidade da mulher por essas atividades. Toda ambientação reforça a situação precária de moradia (pobreza = moradores de favelas = moradores de periferia).

Fome e pobreza são construídos neste e em outros contextos textuais como sinônimos. Não há, porém, uma discussão mais profunda, por exemplo, sobre as deficiências nutricionais ou sobre as doenças que decorrem do aporte alimentar insuficiente. O que se vê é um discurso da luta contra a fome sendo igualado a um discurso da luta contra a pobreza, como um imperativo moral.

Por parte do Jornal Diário de Pernambuco, especificamente, existe uma correlação nesse ponto também com a questão da educação - a educação como antídoto da pobreza:

Educação é coisa muito séria. Não há país no mundo que tenha conseguido resolver seus **problemas crônicos**, como a **pobreza extrema**, sem que fosse adotado um plano para **ampliar o acesso à escola e para melhorar a qualidade do ensino**. Exemplos no mundo não faltam. Infelizmente, **o Brasil não faz parte desse time de vencedores**. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/05/11)

Algumas notícias, por sua vez, trazem mais explicitamente as relações entre pobreza e condições de vida. Nesse caso, elas reforçam as perspectivas presentes nos textos de que:

- Pobres = Moradores de favelas;
- Pobres = Moradores de periferia;
- Pobres = Moradores de rua;

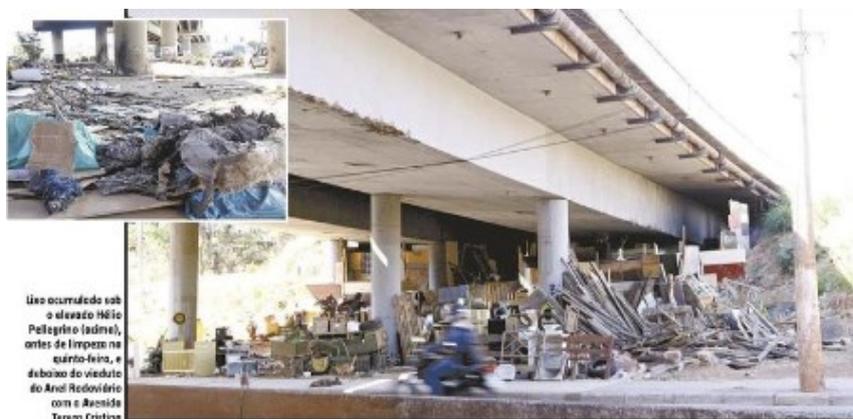
As matérias que estabelecem a relação pobreza-pessoas em situação de rua são mais frequentes no Estado de Minas, o que se justifica pela série de políticas na área que vêm sendo desenvolvidas nos últimos governos no estado e mais especialmente no município de Belo Horizonte. A foto que segue, por exemplo, de algum modo concede voz a um morador de rua ao retratá-lo apontando alguns signos que lhes são caros, como a bandeira e dizeres religiosos, o que pode sugerir uma cobrança (também sou filho deste país e dependendo da misericórdia divina), mas pode também falar de sua crença em condições melhores de vida, apesar de todas as dificuldades. A legenda que acompanha a imagem retoma, mais uma vez, a questão do desemprego: Há oito anos vivendo na rua José Carlos revela: “Trabalhei a vida inteira, criei minha família, e agora vivo de migalhas”.



Há oito anos  
vivendo na rua,  
José Carlos revela:  
“Trabalhei a vida  
inteira, criei  
minha família e  
agora vivo de  
migalhas”

\*Foto 8 - Estado de Minas, 20/07/2018

As imagens de ambientes também se fazem presentes, ambientes estes que retratam as condições de vida difíceis dos pobres:



*\*Foto 9 - Estado de Minas, 31/07/2018*

O texto que acompanha a imagem acima define a relação entre entulho/lixo e o crescimento da população em situação de rua na capital mineira:

Construídos para desatar os nós de trânsito impostos pelo volume crescente de veículos nas grandes cidades, vistos de cima os viadutos não revelam problemas que ficam aparentes nas partes escondidas por vigas de concreto e blocos de aço. Em Belo Horizonte, áreas sob uma parcela de elevados das cidades escondem pontos de acúmulo de lixo e objetos inservíveis que, para a pessoas que moram ou trabalham perto dos pontilhões, têm ligação com a expansão da população em situação de rua na cidade. (ESTADO DE MINAS, 31/07/18)



*\*Foto 10 - Estado de Minas, 20/07/2018*

A matéria que a foto acima ilustra é a única que aborda a temática da saúde em interface com a pobreza, mais especificamente em interface com a população em situação de rua. O texto associa a falta de saúde às doenças e vícios:

Dos cerca de 4,5 mil **moradores de rua** presentes na cidade com base em um cadastro único da prefeitura, aproximadamente a metade **sofre de algum tipo de sofrimento mental ou é viciada em álcool e outras drogas** [...] (ESTADO DE MINAS, 20/07/2018)

Por isso, a equipe de saúde da família do Centro de Saúde Carlos Chagas vai ganhar a companhia de outra equipe, do Centro de Saúde Oswaldo Cruz, com o foco 100% voltado para a população em situação de rua que exige uma abordagem diferenciada. “Não é ação policial, é um atendimento médico de uma forma humanizada, de maneira que todas as pessoas sejam tratadas com dignidade”, diz o secretário. O objetivo é incentivar essas pessoas a usarem todos os serviços públicos disponíveis, já que muitas **sofrem de diversos problemas de saúde**. (ESTADO DE MINAS, 20/07/2018)

Diferentemente dos documentos do Estado, observamos que nenhuma das imagens retrata o pobre em atividades que levam à superação da pobreza. Pelo contrário, nos jornais os pobres têm sua pior faceta reproduzidas nas fotografias, que vão desde sua correlação com a fome até condições de moradia.

A análise das palavras plenas e instrumentais e das imagens nos permite constatar que a pobreza:

1. Predominantemente, é um mal contra o qual a sociedade luta constantemente. Essa abordagem fica clara em matérias que citam o Fome Zero e o Brasil Sem Miséria e que relacionam a pobreza à números pelos quais o governo precisa “lutar”, o objetivo do governo, nesse caso, é extinguir a pobreza. Nesse sentido, a pobreza é vista como uma condição de atraso ao desenvolvimento do país. Pobreza é antônimo de boa economia. Nessa perspectiva a pobreza é vista como um objeto susceptível às ações dos seres humanos.
2. A pobreza é vista como uma situação em que muitas pessoas vivem, afetando suas vidas. A pobreza é algo que tem ação sobre a vida das pessoas e essas pessoas reforçam isso em suas falas e imagens: fome e condições precárias de moradia são alguns exemplos descritos. Os editoriais também reforçam a perspectiva de uma pobreza que provoca mudanças nas vidas das pessoas e no mundo. Nesse contexto a pobreza assume, muitas vezes, características tipicamente humanas já que tem a capacidade de realizar ações e de atingir outras pessoas.

3. A pobreza é condição de vida especialmente para três categorias: população em situação de rua, moradores de periferias/favelas e, para o jornal Estado de Minas, para os sertanejos (em associação direta com o Vale Jequitinhonha – Sertão mineiro).

Ainda que em poucos casos, o pobre deixa, então, de ser o sujeito falado para ganhar voz nessas páginas dos jornais. O tipo de informação que está sendo levada ao leitor, nessas circunstâncias, revela o pobre como uma pessoa carente, por uma perspectiva assistencialista e predominantemente relacionado aos seguintes núcleos:

- Pobres = Catadores de papel;
- Pobres = Pessoas que recebem Bolsa Família;
- Pobres = Pessoas desempregadas, em especial mulheres desempregadas;
- Pobres = Pessoas que vivem no Vale Jequitinhonha;
- Pobres = Moradores de favelas = Moradores de periferia;
- Pobres = Moradores de rua;
- Pobres = Pessoas que passam fome = Pessoas desnutridas;
- Pobre = Pessoas que vivem sem saneamento (esgoto a céu aberto).

Na lógica dos dois jornais, os pobres estão vinculados a uma determinação de ordem econômica, quando relacionados ao Bolsa Família, mas, por outro lado, nota-se uma multimodalidade da pobreza, especialmente quando aparecem categorias relacionadas às condições de vida da população em seu sentido mais amplo. Nesses casos, mais do que relacionar a pobreza à situação econômica em geral, os jornais a estabelecem em sua interface com o lugar e as condições em que vivem os pobres (mais uma vez vemos o território presente nesta construção). Nesse cenário, o termo desigualdade aparece como desigualdade econômica, que gera, por sua vez, desigualdade na condição de vida (uma espécie de círculo vicioso, segundo os jornais).

Os jornais analisados não deixam clara a metodologia adotada como referência para definir os que são extremamente pobres e os que são pobres. Não há, também, diferenciação entre os termos pobreza e miséria. Como já expressamos anteriormente, tanto no mundo, quanto no Brasil, existem diferentes indicadores relacionados à extrema pobreza ou miséria. No caso dos jornais, não existem citações a esses indicadores e definições e é obscura a “medida” utilizada para designar os pobres e miseráveis no país.

O que existe nesse cenário é uma correlação entre a pobreza no Brasil com a pobreza global, com muitas citações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Estes aparecem em mais de uma matéria quando as palavras procuradas são desigualdade, pobreza e fome:

Trata-se de um convite aberto a todos, organizações e indivíduos de todos os países, idades e condições, para aceitar uma série de princípios gerais e forjar compromissos para o avanço do desenvolvimento sustentável (ESTADO DE MINAS, 07/07/2018)

Um grande desafio das próximas décadas será produzir alimentos para uma população crescente em um mundo cada vez mais exigente (ESTADO DE MINAS, 07/07/2018)

No início de março deste ano, o governo federal lançou o Prêmio ODS Brasil, com o objetivo de reconhecer boas práticas globais para o cumprimento das metas que compõem os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ESTADO DE MINAS, 31/07/2018)

Serão nove vezes mais equipes para atuar na abordagem e no convencimento dessa população, para que ela deixe as ruas e os objetos que obstruem o espaço público sejam removidos (ESTADO DE MINAS, 20/07/2018)

Se não existe uma definição clara quanto à metodologia de definição e delimitação pobreza, existe a replicação de alguns conceitos de corte econômico quando a temática da pobreza remete ao conteúdo do Brasil Sem Miséria e/ou do Fome Zero. Existe também uma correlação entre fome e pobreza, mas também sem foco na despesa das famílias com a compra de alimentos (e cestas básicas, como é feito em muitas pesquisas domiciliares sobre o tema). O que há, na verdade, é uma espécie de investigação subjetiva sobre o tema. Trata-se de avaliar a segurança alimentar do ponto de vista das famílias, por meio de discursos que captam as percepções das pessoas quanto aos seus consumos alimentares.

Quando o assunto é a relação entre fome e pobreza, comum aos dois jornais, muitas questões vêm à tona, deixando claro a complexidade dessa relação. A pobreza não é medida, segundo os jornais, pela falta da capacidade econômica das pessoas comprarem alimentos, mas a má alimentação, por outro lado, é reflexo de uma família que vive em condições de vida abaixo das desejáveis (= condições de pobreza). Ou seja, para esses veículos, o padrão alimentar é sim uma forma de avaliação da situação de pobreza em que vive uma pessoa.

Vale ressaltar, ainda, que não existe, em nenhum momento, responsabilização dos pobres pela situação de pobreza em que se encontram, a responsabilização é atribuída às políticas de Estado. Não há responsabilização por condutas individuais, nem mesmo coletivas. Assim, não há o apagamento das condições de vida, das desigualdades e até das determinações sociais nesse contexto.

Ao mesmo tempo em que a responsabilização pela pobreza é atribuída ao governo, são apontados diversos números como forma de divulgar seus feitos. Quando as vozes autorizadas

se fazem presentes, existe um reforço de números e ações, de forma a intensificar o próprio discurso público sobre o tema.

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) mostram que a proporção de pobres no País caiu de **23,4%** em 2002, último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, para **7%** em 2014. Em números absolutos, são **26,3** milhões de pessoas a menos vivendo abaixo da linha de pobreza - uma redução de **40,5** milhões de pobres para **14,2** milhões em **12** anos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 12/05/2016).

O principal programa de redução da pobreza é o Bolsa Família. Em 2015, chegou a **13,9** milhões de famílias, somando 46,6 milhões de pessoas, e teve investimentos de R\$ **27,6** bilhões (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 12/05/2016).

Neste caso, existe a replicação da lógica disposta nos documentos do Estado: a estreita relação entre a pobreza e números, a quantificação da pobreza e da miséria, de forma a evidenciar o alto contingente de pessoas nessa situação no Brasil. Quando as vozes dessas pessoas - dos pobres -, se fazem presentes, entretanto, as reportagens estão repletas de juízos de valor ou afetividade em relação ao descrito. Importante observar que existe um silêncio absoluto sobre as interfaces entre saúde e pobreza pelo conceito ampliado de saúde. Há predomínio no noticiário de política nacional e internacional, mas nenhuma presença nas editorias ligadas à saúde propriamente. Essa saúde também não é citada nem mesmo nas notícias em si, apenas uma delas, como já apontado, faz a correlação, mas com a doença especificamente, e não necessariamente com a saúde enquanto campo propriamente dito.

#### **PASSO 4 – REDE DE SENTIDOS**

As associações que identificamos destacam a presença de caracterizações da pobreza e pobreza extrema. Nelas, por meio das falas autorizadas e dos personagens designados pobres, a condição de pobreza é associada ao desemprego e a insuficiência de programas, como o Bolsa Família.

As redes textuais estruturam, ainda, as narrativas nas quais a condição de pobreza resume-se não somente à falta de dinheiro, mas também de trabalho, bens materiais e principalmente comida. A ideia da miséria marcada pelo desemprego e pela falta de emprego formal, pela fome e pela invisibilidade da população pelo poder público também é ressignificada e enfatizada pelo dispositivo midiático, na escolha das editorias, do texto e das imagens que ilustram as reportagens, conforme conferimos acima.

Essas associações também são feitas ao longo de todas as reportagens e buscam demonstrar que a pobreza gera condições desumanas de vida (falta de alimentação adequada etc.) e que é caracterizada exatamente por estas condições nas quais o ser humano vive do lixo, com poucos bens materiais e sem documentos. Assim, temos uma rede de sentidos entrelaçada nos dois jornais quando o assunto é a pobreza/miséria:

Miséria ↔ pobreza

Miséria ↔ pobreza → Bolsa Família → Fome Zero → Lula

Miséria ↔ pobreza → Bolsa Família → Plano Brasil Sem Miséria

Miséria ↔ pobreza → esforço global de superação → Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Miséria ↔ pobreza → população de rua → abrigos

Miséria ↔ pobreza → população de rua → Bolsa Moradia

Miséria ↔ pobreza → população de rua → restaurante popular

Miséria ↔ pobreza → desemprego ↔ falta de moradia → migração para a rua → população de rua → rua → lixo → falta de condições adequadas de vida → sub cidadania → desigualdades → violência

Miséria ↔ pobreza → desemprego ↔ falta de moradia → migração para a rua → população de rua → rua → deficiência mental → álcool → drogas

Miséria ↔ pobreza → desemprego → emprego informal ↔ catadores de papel

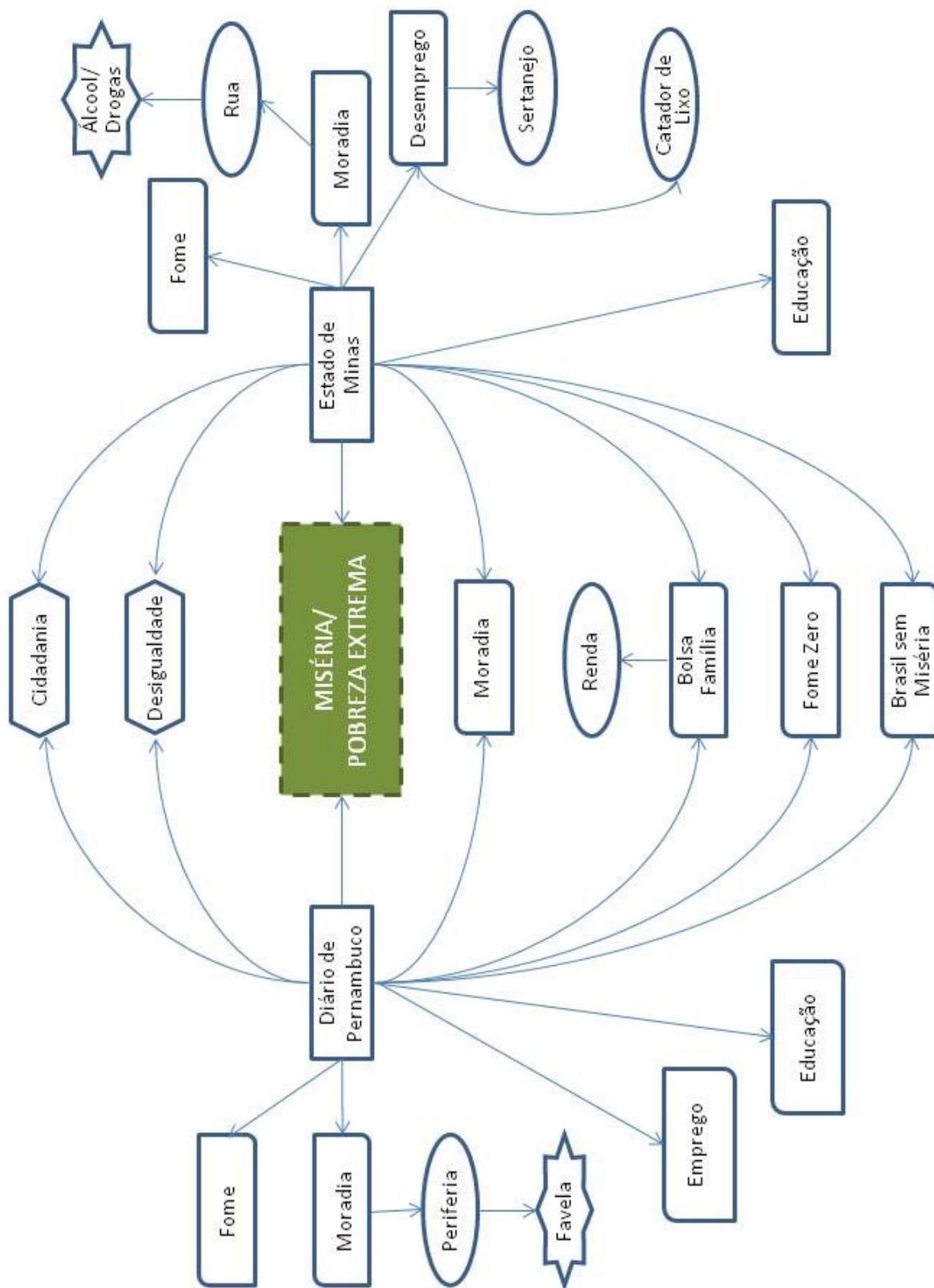
Miséria ↔ pobreza → sertanejo → moradores do Vale Jequitinhonha → desemprego → falta de renda → fome → desnutrição

Miséria ↔ pobreza → falta educação → falta acesso à escola → violência

Miséria ↔ pobreza → moradores de periferia ↔ moradores de favela → falta de saneamento → falta de condições adequadas de moradia

### **PASSO 5 – MAPA TEMÁTICO**

Tendo em vista os sentidos que percebemos na análise, constatamos que a mídia trabalha a temática da pobreza como um mal a ser eliminado, sem responsabilizar os indivíduos sobre a sua existência (da própria pobreza). Observamos também que os jornais ressaltam muito os dados numéricos na criação de uma ambiência textual que ressalte a situação de pobreza e da necessidade de seu combate. Tal rede temática está descrita no mapa a seguir configurado.



\*Mapa 2 - Mapa Temático – Mídia  
Fonte: própria autora

### **PARTE III – POPULAÇÃO**

Nas próximas páginas você, leitor, será apresentado à parte desta tese para qual convergem as demais. As próximas páginas estão repletas de personagens e suas histórias. E, desde o início deste estudo, entendemos que são eles e elas a ‘alma’ da nossa pesquisa. São os personagens e suas histórias os grandes ausentes dos sentidos dominantes, mas que na nossa pesquisa são considerados tão ou mais sujeitos da enunciação sobre a miséria quanto os demais núcleos.

Para esta etapa, contamos com um total de 17 histórias (sendo 11 histórias compartilhadas conosco em Belo Horizonte e 6 histórias em Recife) bastante distintas, mas com pontos de convergência. Essas histórias não foram narradas em sua totalidade, mas principalmente naquilo que têm em comum, que é o desejo por reconhecimento, uma resistência como processo de se fazer existir (ver, ser ouvido e levado em consideração) e, ao mesmo tempo, por algum tipo de reinserção na atual cena social urbana. Esses desejos foram sempre precedidos – e isto também foi comum – por uma primeira visão sobre o tema da pobreza e da miséria, aparentemente naturalizada e correspondente a um discurso “asséptico”, ou então preparado para “estranhos ouvirem”. Esse discurso foi sendo desconstruído ao longo do trabalho de campo e da pesquisa, cedendo lugar a uma outra abordagem, correspondente às suas vidas e lutas.

Todas as informações e percepções que registramos foram frutos de conversas individuais e em grupos (três grupos, no caso de Belo Horizonte, e um grupo em Recife) que geraram vínculos e diferentes tipos e possibilidades de interlocuções. As pessoas individuais e os participantes destes grupos receberam o estatuto de sujeitos da pesquisa, participantes ativos da arena social e discursiva que juntos buscamos compreender. Também tiveram seus nomes preservados, conforme já apontado anteriormente.

Sendo assim, eles foram fundamentais para a condução do estudo e os caminhos a serem tomados. Por vezes ultrapassamos fronteiras, ou mesmo mudamos algumas direções por conta dos próprios encaminhamentos trazidos nas conversas.

Nossa entrada em campo foi fruto de sucessivas aproximações sobre a regiões a serem trabalhadas. Em Belo Horizonte, a sugestão de trabalhar com o Centro Pop veio após longas conversas com representantes da então Subsecretaria de Assistência Social de Belo Horizonte. Inicialmente, pensamos em trabalhar com a República Reviver, também na capital mineira, mas após algumas investigações optamos pelo Centro Pop, por acolher também mulheres – diferentemente da República, que só conta com homens –, e por abrigar pessoas que ainda

dormem nas ruas. Trabalhar com o Centro Pop também nos permitiu uma aproximação mais ágil dos nossos sujeitos de pesquisa, ao contar com uma instituição na qual eles se reúnem para atividades diversas.

Em Recife também contamos com diálogos prévios com lideranças da comunidade e, já em campo, foi possível e desejável buscar novos participantes da pesquisa. Por outro lado, por Belo Horizonte ser nossa cidade de moradia, foi possível fazer mais intervenções no campo do que em Recife, no qual passamos apenas cinco dias de pesquisa. Apesar do curto período de tempo, que nos apresentou limitações, inclusive para melhor reconhecimento nosso do território e de nós pelos participantes da pesquisa, foi possível obter muitos resultados relevantes.

Em ambas as regiões, tivemos que saber conduzir um primeiro lugar de interlocução de “estrangeiro”, a nós atribuído pelos sujeitos de pesquisa. Esse lugar foi sendo transformado a partir de nossas interações. Em Recife, o fato de termos menos tempo para essas interações, dificultou, em parte, esse movimento. Ainda, assim, os resultados obtidos nos pareceram suficientes para chegar a um conjunto frutífero de percepções.

Para a apresentação e análise dos resultados, mantivemos a mesma estrutura de passos empregada nos núcleos Estado e Mídia. Especificamente, trabalhamos com textos das conversações com os participantes, além das fotografias (também consideradas textos) produzidas pelos mesmos sobre os temas debatidos nas conversas individuais e em grupos. São eles:

- **Passo 1** - Contextualização;
- **Passo 2** - Mapeamento das conversas com os participantes de pesquisa;
- **Passo 3** - Análise das conversas e imagens produzidas, com destaque para as palavras plenas, instrumentais e silêncios;
- **Passo 4** - Nova leitura das conversações e fotografias, privilegiando a identificação de segmentos de uma rede semiótica de sentidos associados à pobreza e à miséria;
- **Passo 5** - Construção de uma Mapa Temático.

### **PASSO 1 – CENTRO POP E COQUE: HISTÓRICOS E HISTÓRIAS**

Belo Horizonte, capital mineira, tem uma população de cerca de 2.5 milhões de habitantes, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo o 6º município mais populoso do país, o 3º mais populoso da Região Sudeste e o mais populoso do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte já foi conhecida como uma ótima cidade brasileira para se viver, tendo sido, inclusive, indicada pelo *Population Crisis Committee*, da ONU, como a metrópole com melhor qualidade de vida na América Latina.

Atualmente, entretanto, quem caminha pelas ruas da cidade, reconhece facilmente o grande desafio que se tornou a população em situação de rua para as próprias ruas da capital e suas possíveis políticas públicas na área. Visando tratar da temática, em setembro de 2017, a Prefeitura de Belo Horizonte apresentou o Plano Municipal Intersetorial de Atendimento à População em Situação de Rua. Inédito no município, o plano – um pacote de medidas que prevê ações voltadas para a gestão do espaço urbano e a desobstrução dos logradouros –, contempla ações nas diversas áreas das políticas públicas, como saúde, educação, moradia, segurança alimentar, trabalho e renda e assistência social.

Para a construção do plano, a Prefeitura realizou, primeiramente, um amplo diagnóstico no qual traçou o perfil da população em situação de rua do município. O levantamento identificou 103 pontos e cerca de 350 pessoas no hipercentro da cidade. As seis principais ações citadas no plano, de acordo com informações disponíveis no site da Prefeitura ([prefeitura.pbh.gov.br](http://prefeitura.pbh.gov.br)) são:

#### **1) Ampliação do atendimento**

- Publicação de decreto prevendo políticas de habitação, trabalho e renda, saúde, educação, assistência social, segurança alimentar, cultura, esporte, lazer, entre outras.
- Definição de metodologia específica para a atuação de agentes públicos na abordagem à população de rua.
- Publicação de edital para incorporar 18 assistentes sociais e psicólogos nas equipes de referência para atendimento nas regionais.
- Contratação de 9 pessoas com trajetória de vida nas ruas e também 6 arte-educadores.

#### **2) Inclusão produtiva**

- Criação de frentes de trabalho na Prefeitura, estimulando o empreendedorismo e a qualificação profissional e articulando o setor privado para geração de emprego e renda.

#### **3) Moradia e Assistência Social**

- Assinatura do termo de parceria com o Instituto Darcy Ribeiro para imediata disponibilização de um total de 120 vagas em duas unidades de acolhimento na cidade.
- O Programa Bolsa Moradia permitirá a locação em conjunto de habitações de melhor qualidade, favorecendo a permanência da população em situação de rua no programa da Prefeitura de Belo Horizonte.

#### **4) Saúde**

- Atenção às gestantes, puérperas e seus bebês em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

- Atuação conjunta, no atendimento à população em situação de rua, das equipes de abordagem da Assistência Social, do Consultório de Rua e do projeto BH de Mãos Dadas contra a Aids.
- Melhoria da articulação entre as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), do Serviço de Urgência Psiquiátrica e do transporte sanitário.
- Qualificação contínua das equipes dos centros de saúde para acolhimento e cuidado à população em situação de rua em serviços da rede SUS de Belo Horizonte.

### 5) Educação

- Abertura de vagas para pessoas em situação de rua na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

### 6) Gestão do espaço urbano

- Ampliação de banheiros públicos.

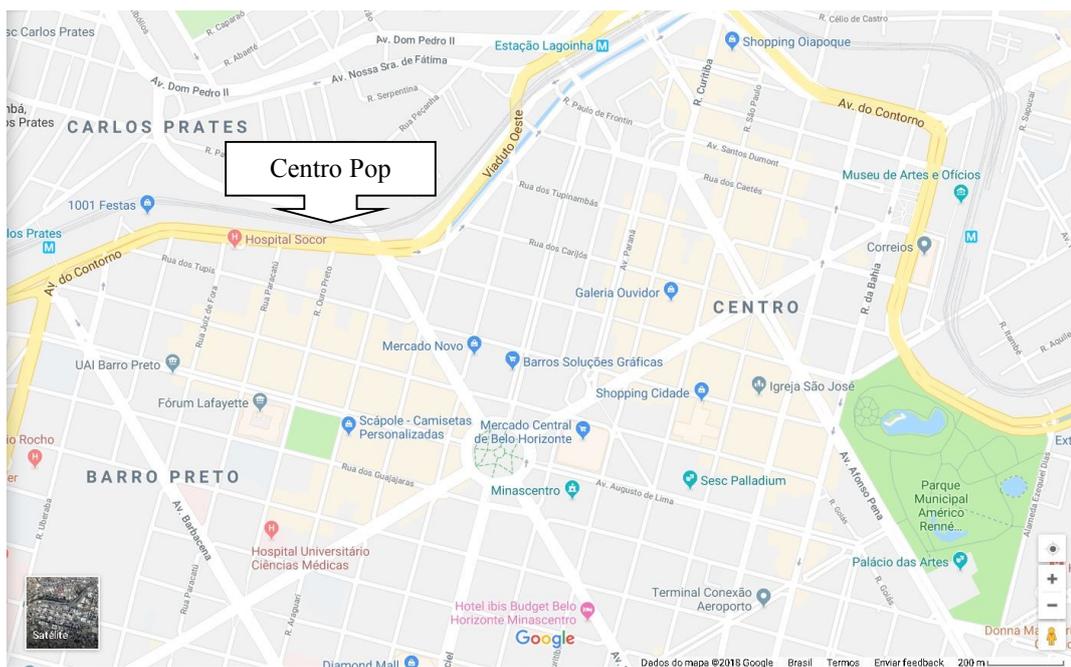
Buscando atuar nesse contexto, Belo Horizonte conta com três Centros de Referência da População em Situação de Rua (Centro Pop) e cinco albergues espalhados pela cidade, além de outros serviços. O Centro de Referência da População em Situação de Rua da Região Centro-Sul - Centro Pop Sul - foi um dos escolhidos pela nossa proposta de pesquisa.

Serviços para População em Situação de Rua em BH		
Serviços	Unidades	Endereços
<b>Centro de Referência da População em Situação de Rua – Centro Pop</b>	Centro POP Centro - Sul:	Av. do Contorno, 10.852 - Barro Preto - (31) 3277-4555

*\*Tabela 10 – Centro Pop Sul  
Fonte: Prefeitura PBH*

O local oferece oficinas socioeducativas, espaço para higienização pessoal, telefone e guarda-volumes. No Centro Pop existem, ainda, atendimentos individuais e coletivos, estudo de casos, encaminhamentos a serviços e projetos socioassistenciais e de demais políticas públicas.

No mapa pode-se ver a localização do Centro Pop Sul:

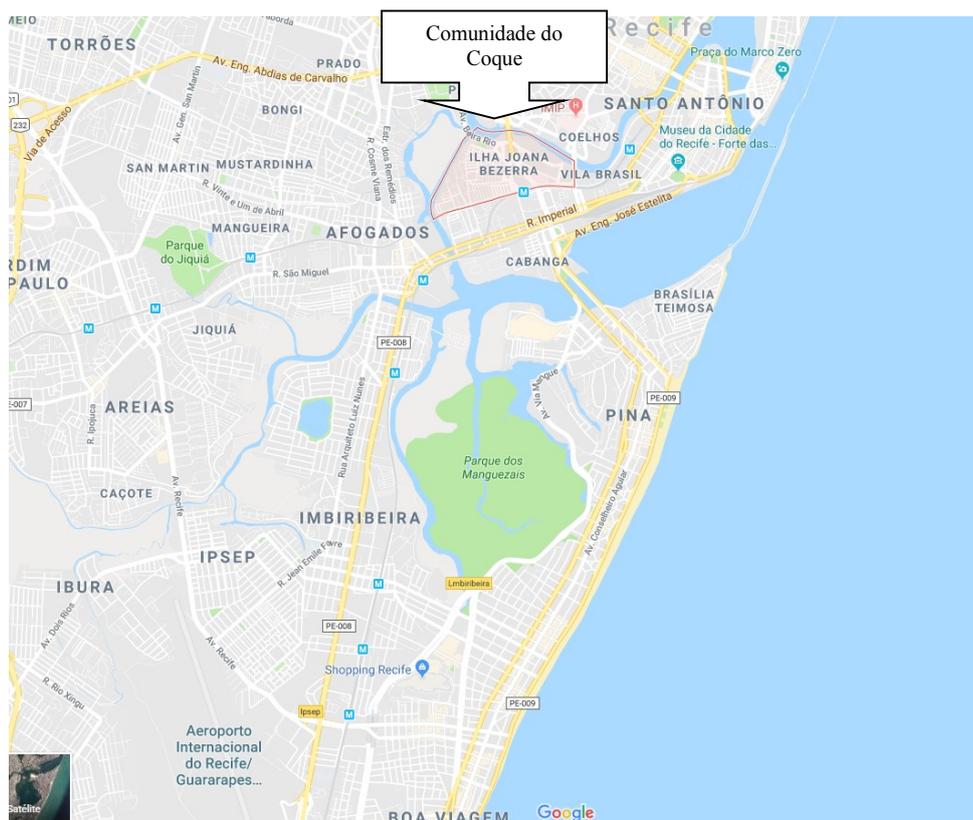


*\*Mapa 4 – Localização do Centro Pop Sul  
Fonte: Google Maps*

A forma de acesso é a partir de demanda espontânea ou por meio de encaminhamentos do Serviço de Abordagem Social, com horário de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h (as atividades desenvolvidas na parte da manhã necessitam de inscrição prévia para participação, pois funcionam como espécies de oficinas – atividades em grupo). Foi no espaço dessas atividades que desenvolvemos três grupos de pesquisa. Em dois deles nos apresentamos e conversamos sobre o tema da pobreza (além de outros assuntos, como Saúde e Comunicação); no terceiro, discutimos as imagens produzidas em seguida a essas conversas e já reveladas.

A mais de 2.000 km de distância do Centro Pop Sul em Belo Horizonte encontra-se a Comunidade do Coque, em Recife. Capital do estado de Pernambuco, na Região Nordeste, Recife possui o quarto aglomerado urbano mais populoso do Brasil, com cerca de 1,6 milhões de habitantes, superado apenas pelas concentrações urbanas das cidades de São Paulo, do Rio de Janeiro e da própria Belo Horizonte.

A Comunidade do Coque, especificamente, está localizada na Ilha Joana Bezerra, entre os bairros São José e Afogados. A comunidade está cerca de 2,5 km do centro de Recife e 3,5 km do bairro de Boa Viagem, na Zona Sul da cidade, conforme destacado no mapa 5 (destaque para a Ilha Joana Bezerra, não se especificando Comunidade do Coque):



*\*Mapa 5 – Localização da Comunidade do Coque – Ilha Joana Bezerra  
Fonte: Google Maps*

Em sua tese de doutorado, o pesquisador Alexandre Simão de Freitas, da Universidade Federal de Pernambuco, informa que o censo de 2000 elaborado pelo IBGE indicou uma população (no Coque) de cerca de 13 mil habitantes. No entanto, levantamentos realizados pela Empresa de Urbanização do Recife, no mesmo ano, apontaram uma população expressivamente maior, contabilizando aproximadamente 40 mil pessoas (FREITAS, 2005). Hoje, alguns pesquisadores e até mesmo moradores de Recife calculam que esse número pode ser ainda mais expressivo. Residentes da comunidade que fizeram parte da nossa pesquisa, por exemplo, acreditam que esse número gira em torno de 60 mil (número de pessoas vivendo no Coque no ano de 2018).

Ainda segundo Freitas, a comunidade do Coque começou a ser povoada no final do século XIX, tendo seu processo acelerado nos anos 1940 e 1950 e também em 1970 e 1980. Segundo palavras do autor: “A maioria das famílias é constituída por antigos moradores de municípios do Agreste e da Zona da Mata do Estado de Pernambuco, que chegaram à região metropolitana de Recife há cerca de 50 anos” (FREITAS, 2005, p.252).

Freitas lembra, ainda, que a criação do Coque remonta a um agrupamento de indivíduos armados, contratados pelos donos de engenho para “fiscalizar” o transporte do comércio de

produtos no Porto do Recife. Essas pessoas começaram a se reunir perto do Porto, na região dos Coqueiros – daí o nome Coque. Os moradores dos Coqueiros foram chamados de “cocudos” e ficaram conhecidos por serem pessoas “bravas” e pessoas que também andavam sempre armadas.

O Coque, desde então, ficou muito conhecido como um local com foco de atos violentos, como uma região “perigosa”. Ou seja, o Coque passou a ser lembrado, muitas vezes, por um histórico de violência. Nas palavras do pesquisador:

Toda a área que vai do bairro São José até a região dos Coqueiros (Cabanga Coque) ficou conhecida como um foco de desordens. Os moradores foram denominados de ‘cocudos’, ou seja, gente brava, de cabeça dura, facilmente voltada para ações de valentia e demonstração pública de poder. (FREITAS, 2005, p. 263).

Um dos participantes da pesquisa, nascido no Coque, ressalta tal cenário:

Cocudos eram pessoas tidas como violentas. Éramos nós na visão do outro, de fora do Coque. (Carlos)

Em meio a essa conjuntura de insegurança remetente ao Coque, surgiu o personagem Galeguinho do Coque, um criminoso. Galeguinho se mudou para o Coque buscando refúgio e, segundo Freitas, já surgiu como um personagem midiático, ocupando vasto espaço na imprensa local. O autor relembra a história de Galeguinho:

Em 1971, Galeguinho já era perseguido por quatro estados nordestinos. Acuado, procurou a comunidade do Coque para se esconder. Com a dificuldade da polícia para se deslocar à região manguezal, cercada por barracos e mocambos, ele conseguiu enganar o sistema de segurança durante quatro anos. (FREITAS, 2005, p.264).

Galeguinho ficou conhecido, entretanto, por manter uma atuação externa à comunidade, que servia apenas de refúgio. A população local raramente era envolvida nos conflitos. Um dos participantes da pesquisa, Adriano - nascido e criado na comunidade – também lembra parte da história que envolve o Coque:

O Coque é uma das mais antigas comunidades do Recife. Eu suponho que o Coque começou quando começaram a fazer a linha férrea. O Coque começou a ser ocupado. Primeiro o pessoal do interior vinha para a cidade e achava muito bonito, porque isso aqui tudo era água. Só tinha a linha férrea, a linha do trem. O pessoal começou a vir para o Coque e ocupar, e foi na beira da linha que eles começaram a fazer palafita. A gente foi ocupando, ocupando. Com essa ocupação, começou a construir a península, casinhas que vão

baixando para o rio [...]. Quando a gente começou a se organizar, nesse meio tempo, apareceram os donos do Coque, queriam expulsar a gente. Eles eram foreiros. Viajavam de helicóptero, escolhiam a terra e pagavam por ela. Começamos a resistir. (Adriano)

Mais especificamente sobre Galeguinho, Adriano ressalta:

A gente ficou com má fama. Aqui moravam algumas pessoas que não tinham cultura e nem educação... Galeguinho do Coque... Isso pegou fama na gente. Para arrumar emprego era muito difícil, agora está melhor. (Adriano)

Ainda na década de 70, a visão do Coque associada à violência e à marginalidade também se fazia muito presente na mídia, não só em relação à Galeguinho, mas à comunidade como um todo. Essa aura de violência permaneceu e, conforme Freitas, criou uma “barreira invisível” ao redor da comunidade. Essa barreira pode ser revelada na fala de outra participante, Nilda:

Quando alguém conta a história da gente, conta sobre a violência. A memória está lá: na violência da Comunidade. Mas a gente também tem outras histórias, de luta mesmo. (Nilda)

Galeguinho foi preso em 1975. Na prisão converteu-se em um homem religioso e, depois de libertado, foi encontrado assassinado. Também em 1975, o Jornal Diário de Pernambuco publicou uma matéria relatando a vida dos habitantes do Coque, ligando-as a grupos marginais. Palavras como prostituição, promiscuidade, marginalização, bandidos e crime caracterizavam as mesmas (FREITAS, 2005).

No ano de 1976, o Diário de Pernambuco publica uma outra reportagem com o título bastante sugestivo: ‘Coque não muda: fome, crime e promiscuidade. Mas continua divertido.’ Trata-se, na verdade, de uma crônica que visa descrever o ambiente social da favela [...]. Esse modo de abordar a comunidade constitui imagens que passaram a circular no espaço social, mais amplo, consolidando sentidos e significados sobre a vida no interior do bairro. Essas imagens quase sempre vinham acompanhadas de ‘depoimentos’ e ‘casos modelos’ que serviam para confirmar e generalizar a situação dos moradores, em comparação com outras áreas do Recife. (FREITAS, 2005, p. 266-267)

Em 1983, Freitas (2005) informa que o Coque se tornou uma Zona Especial de Interesse Social, ou seja, foi considerada pelo Governo Municipal uma área demarcada no território de Recife para assentamentos habitacionais de população de baixa renda. Nas Zonas Especiais de

Interesse, tais áreas podem ser já ocupadas por assentamentos, como é o caso do Coque, ou demarcadas em terrenos vazios. Devem, ainda, estar previstas no Plano Diretor da cidade. Em outras palavras, o Município pode instituir Zona Especial de Interesse Social para o planejamento municipal e a regularização de áreas ocupadas.

Ainda em 1996, o Coque era tido como um problema de segurança pública para a cidade. Mas, mais do que um bairro marcado pela violência, o Coque é marcado por uma história de resistência, de onde surgiu o Movimento Coque (R)Existe. O Coque já perdeu muitos de seus moradores por desapropriações. Ao longo dos anos, suas casas foram destruídas por tratores e, por várias vezes, os moradores resistiram e reergueram seus lares. Hoje, as ameaças da especulação imobiliária e do poder público contra a comunidade continuam. Por isso, moradores, líderes comunitários, movimentos e ativistas de dentro e fora da comunidade se uniram para criar o movimento.

O objetivo do Coque (R)Existe é dar voz aos moradores e defender o direito à moradia, conforme destaca um dos participantes:

A briga da gente no Coque é para permanecer no Coque. O Coque R(Existe) surgiu num movimento que eles queriam colocar 58 famílias para fora do Coque e queriam também desapropriar o pessoal do Canal pagando 2,3 mil (reais) para a pessoa ir embora [...] O movimento começou aqui, com entidades do Coque. A ideia é resistir. Resistir. Quando o prefeito e o governador viram que estava muito grande o movimento para resistir, nós fomos chamados, mas até agora os políticos fizeram muito pouco pela comunidade. (Adriano)

Apesar das diferentes narrativas, como pontos de interseção percebemos que, tanto o Centro Pop, quanto a Comunidade do Coque, estão localizados em regiões de fácil acesso aos centros das cidades. Porém, estando nessa localização central (Centro-Sul, mais especificamente), são territórios que se destacam por contradizer aquilo pelo qual o centro dessas cidades se caracteriza, com relação ao seu referencial histórico, cultural, social e, em muitos momentos, econômico. O Centro Pop e o Coque são lugares com animais (cachorros de rua, galinhas e cavalos em carroças - principalmente), lixo (papelões e plásticos) e muitas, muitas pessoas. Reforçada simbólica e concretamente por essas mesmas características, esses locais são percebidos, de forma naturalizada, como lugares violentos.

### **Território, um conceito necessário**

Para entendermos algumas das dimensões desses sujeitos em suas moradas ou abrigos, nos apropriamos da ideia de território, recorrendo, mais uma vez, ao geógrafo Milton Santos (1997; 2002; 2014). Reiterando o já comentado (cf. com pág. 68), o território é para Santos uma categoria central que engloba as características físicas de uma dada área e as marcas produzidas pelo homem. Reúne, assim, o conjunto do substrato físico – natural ou artificial – e mais o seu uso, não devendo ser percebidos somente como espaços, exclusivamente, físicos ou administrativos, de divisão geográfica.

Os territórios compreendem as realidades que não podem ser apenas encaradas como heranças físico-territoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas (SANTOS, 2002b, p.43). Expressam, assim, a produção e a reprodução das relações socioeconômicas, políticas e culturais presentes na sociedade que ele abriga. No território, encontram-se diferentes segmentos populacionais vivendo em condições de vida diversas, causadas pela própria disputa pela delimitação do território; o território não deriva somente de sua estrutura física e econômica, mas também da simbologia que os atores que o compõem criam.

Assim, os territórios do Centro Pop e da Comunidade do Coque são carregados de disputas que significam modos diferentes a depender dos contextos. São territórios que fazem emergir distribuições desiguais de condições: muito lixo cerca ambos os territórios, muitas pessoas, muitos animais, muitas construções inacabadas... São territórios, assim, que nos fazem (re)pensar a lógica da relação entre centro e periferia, em que o polo central promove seu modelo de industrialização para as demais regiões a fim de beneficiar-se, ampliando, dessa forma, as desigualdades.

Afinal, tanto o Centro Pop Sul, quanto o Coque, são territórios privilegiados por suas localizações geográficas, pois encontram-se, ambos, na região Centro-Sul de Belo Horizonte e de Recife. Porém, não encontram representação de centro para os outros, para os quais são tidos como invasores. Ocupam, assim, espaços de concorrência no mercado imobiliário das empresas, especialmente no caso do Coque – de onde vem, também, grande parte do movimento de resistência e existência dos moradores locais.

A iniciativa de resistência, denominada de Coque R(Existe) surge da união de moradores e líderes com instituições da comunidade, como o Ponto de Cultura (espaço destinado à memória da comunidade e de outras atividades culturais), visando recontar a história da comunidade por um viés afetivo. O movimento visa, ainda, manter as casas para seus moradores, afastando possibilidades de construções comerciais nos espaços já ocupados

por moradores do Coque. Trata-se de um movimento para defender o direito à moradia, de permanência nos lares do Coque.

Nas palavras dos próprios moradores da Comunidade do Coque:

Todos estão de olho aqui. Os grandes empresários queriam, na verdade, usar esse espaço para suas empresas, seus negócios. Mas seguimos resistindo. (Nilda)

A gente mora no centro da cidade. Aqui é chamado de centro expandido. Os empresários têm muito olho na gente. Aqui vamos a pé para Afogados, para o Centro da cidade. (Adriano)

Nesse contexto, não sabemos precisar ao certo em que momento um lugar como o Coque, com um passado e uma herança simbólica tão pesada em sua correlação com a violência, passa a ser denominado comunidade. Fato é que os moradores do Coque o intitulam como comunidade e reforçam, em suas falas, que caracterizar o espaço como favela seria pejorativo. Eles também reconhecem o uso do título comunidade há anos, sem precisar datas.

Utilizar o termo comunidade não ameniza as situações de pobreza extrema existentes no local, nem as imagens que reforçam as desigualdades sociais na comunidade, mas ameniza, segundo seus moradores, as interfaces feitas entre o Coque e a violência. Como se as cobranças por parte das lideranças, ao longo dos anos, focalizassem melhorias a ponto de o local ser considerado uma comunidade.

Usamos comunidade. Porque favela lembra violência, né? (Antônio)

Utilizamos comunidade, né? Favela remete à violência, não queremos ser vistos assim. (Artur)

Os territórios apontados rompem, assim, com a lógica de hierarquia dos lugares e com a noção de centro e periferia pelo viés dos valores econômicos somente. O centro passa a ser a periferia e vice-versa: não é mais o subúrbio que se encontra distante, social e economicamente – ele está no centro. Porém, ao mesmo tempo em que ocupa esse lugar central no território geral, de certa maneira encontra-se “à margem”, como afirma Declerck (2006) ao abordar os sujeitos que compõem esses territórios, ou seja, às bordas da relação periférica-central.

Apesar de estarem no centro, se considerados sob um critério de divisão administrativa, os lugares que elegemos para estudo são periferia, por uma perspectiva social, econômica e simbólica, entendendo a periferia não como o espaço geográfico localizado às margens das cidades, mas como espaço cuja (in)visibilidade aos olhos da sociedade é marcada por uma

discriminação calcada em critérios produtivistas característicos da economia capitalista. Seus habitantes são vistos como “desocupados”, “perigosos”, “invasores”, pessoas que ousaram transpor a linha abissal que separa os que estão autorizados a ocupar os centros das grandes cidades e os que devem ficar às margens.

Pela mesma perspectiva, o Centro Pop Sul, que já abriga em seu nome a região em que se destaca – a Sul – localiza-se em uma avenida privilegiada de Belo Horizonte – Avenida do Contorno – porém, ao mesmo tempo, em uma parte desta mesma avenida conhecida pela sujeira (existe um centro de recolhimento de recicláveis ao lado do Centro-Pop) e pelos carros que passam com os vidros fechados por medo dos ocupantes das calçadas que compõem a avenida. Aos olhos de quem passa por ali, os ocupantes do Centro POP Sul são mendigos, pedintes, vivem às margens da sociedade, logo, às margens do centro-sul da cidade, são estranhos à essa paisagem central da cidade.

## **PASSO 2 – CENTRO POP E COQUE: DISCURSOS COMUNS E DIVERSOS**

A tarefa de definir e medir a pobreza é regida por diversos parâmetros. Como já demonstramos ao longo dos capítulos iniciais, não é uma tarefa fácil, especialmente para um país com tantas desigualdades quanto o Brasil. Relembremos o que Rocha (2003) afirma ao examinar a evolução da pobreza brasileira, aproximando pobreza e desigualdade de renda como duas realidades que caminham sempre juntas: pobreza é a insuficiência no atendimento de necessidades, que variam de acordo com os contextos socioeconômicos.

Segundo a pesquisadora, a pobreza assume duas formas diferentes: absoluta e relativa. A relativa, aplicada aos países desenvolvidos, está vinculada a uma condição mediana de vida proporcionada pela riqueza de cada país, que não está obrigatoriamente relacionada à carência de bens e serviços essenciais. Pobreza absoluta, por sua vez, confronta-se ao não atendimento de necessidades tidas como básicas, independentemente da riqueza nacional.

Para o primeiro grupo, a riqueza nacional não depende de sua distribuição. Para o segundo, a pobreza absoluta resulta de uma crônica desigualdade de renda, por consequência, do não atendimento às necessidades básicas. Tais necessidades nos remetem diretamente para um dos eixos de atuação do PBSM: acesso a serviços públicos. Nesse eixo encontra-se a oferta de serviços especializados e continuados às pessoas em situação de rua, mendicância ou abandono, por meio de uma unidade pública e estatal da assistência social, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas).

O morador de rua, ou mendigo, como muitas vezes é nomeado, está historicamente inscrito no contexto da pobreza absoluta: indivíduos vivendo com pouca comida, dinheiro e

acesso aos serviços básicos, como educação e saúde. Mas o que esses homens, classificados como extremamente pobres pela política brasileira têm a dizer sobre a questão? O que é pobreza para os sujeitos que experimentam essa realidade? Mas, será mesmo que todos os que estão em situação de rua têm a percepção de que experimentam a realidade da pobreza? A pesquisa nos obrigou a relativizar essa premissa que estabelecia uma relação da situação de pobreza com falta de condições mínimas materiais e financeiras, não só com as pessoas em situação de rua, mas também com os moradores do Coque.

Observamos que refletir sobre a pobreza/miséria é uma forma de pensar sobre a memória, especialmente sobre a presença de interdiscursos nos textos, avaliando como os sentidos da pobreza foram sendo produzidos com base nos dizeres já inscritos no livro da Vida (como diria Roland Barthes).

Essa observação, no caso dos participantes da pesquisa em situação de rua, deve ser aplicada sobretudo em seus depoimentos. Constatamos que neles ocorrem muitos processos discursivos de significação que estabelecem relações estreitas entre a casa e a rua, tendo a casa como espaço privado de conflitos e a rua como espaço de solução temporária para os conflitos. Porém, em um segundo momento, a rua se revela como uma situação miserável (ainda que não seja esta a nomeação utilizada), não só no sentido de falta de trabalho, de cama (lugar para dormir), de aconchego de família, como também no sentido pejorativo do termo.

A temática remete à tratativa de Bourdieu (1997) sobre a miséria, ao descrever o que denomina por “misérias de posição”, ou sejam, misérias causadas no ser humano a partir de uma espécie de queda de estatuto social (neste caso específico, da casa para a rua). As trocas de sentidos que essa queda revela, a rua ora como solução temporária de conflitos e fuga da casa, ora como geradora de conflitos por falta de uma casa, se estabelecem em um processo circular de significação que se alimenta mutuamente, conforme Verón (1980).

Podemos analisar também essa discursividade em seu caráter cultural: possuem definições sobre o certo e o errado, o justo e o injusto. Nas definições sobre o certo e o errado, o justo e o injusto, observamos duas relações muito presentes nos depoimentos: trabalho e mendicância x roubo e malandragem.

Muita gente olha estranho, porque acha que quem está na rua vai fazer o errado. Mas não é assim... O errado não vem de qualquer pessoa que mora na rua. Nem todo mundo rouba. (Maria)

As pessoas olham estranho, Quando acordo, saio correndo do passeio, pra evitar esses olhares. (Marta)

Sou necessitada. Não sou ladra. Não sou marginal. Não roubo para viver.  
(Maria)

Já fiz coisas erradas. Tomei caminhos errados. Mas não mais. Não acho certo.  
(Carlos)

Existe um entendimento, por parte dessas pessoas, da pobreza como “um não lugar”, como uma categoria de exclusão. Esse entendimento aparece quando citam a transição da rua para a casa, no caso dos integrantes do Centro Pop, mas também aparece em outros discursos produzidos em ambos os locais - Centro Pop e Comunidade do Coque – que frequentemente focaram as temáticas comunicação, saúde e pobreza.

A pobreza, para todos os participantes da nossa pesquisa – pessoas em situação de rua e moradores do Coque – é a condição de quem é pobre, sendo a miséria tratada da mesma forma, como condição de quem é miserável, quem vive em pobreza extrema, como uma amplificação da ideia de pobreza por si só. Na maioria das falas, entretanto, esses termos se confundem e não há uma definição clara das diferenças existentes entre pobreza e miséria.

Pobreza é miséria, né? Quem passa fome, quem não tem o que comer é pobre, ou muito pobre, miserável. (Leo)

A miséria é uma pobreza acentuada. Quem não tem o que comer, por exemplo, é muito pobre, vive na miséria. (Maria)

Entretanto, nenhuma dessas pessoas se reconhece como pobre ou miserável, sendo esta uma das principais constatações da pesquisa. O pobre é o Outro, o que vive outra situação, que não a sua. Eles não se relatam nas situações de pobreza, mas relatam os outros em situações que concretamente eles também estão vivendo ou já viveram.

Ou seja, eles não afirmam estarem nessa situação, mas ainda assim, relatam situações em que se encontram em face direta com o preconceito e com a exclusão, na qual, como nos lembra Patrick Declerck (2006), a sociedade forja a imagem do outro que é pobre. Muitos chegam a falar sobre essa imagem do outro forjada sobre si, ao reforçar os olhares que sofrem por dormirem nas ruas:

Quando dá o horário de acordar a gente acorda. Sabe que tem que acordar, porque dorme na rua e os passeios parecem ter donos. Quando dá a hora das lojas abrirem, a gente acorda. Eu não tenho maloca. É hora de ir para outro lugar. Porque as pessoas olham com olhar estranho se você continua no passeio, dormindo, quando a loja já abriu. (Marta)

As pessoas olham. Olham de novo. Olham com olhar de reprovação. É preconceito mesmo, sabe? Por dormir na rua, por não ter um local certo para tomar banho. (Maria)

A gente incomoda. O morador de rua incomoda a paisagem. (Marcos)

Essa exclusão também é sentida pelos moradores do Coque:

Muitas pessoas olham de forma receosa quando você afirma que mora no Coque. Existe sim uma violência atrelada ao próprio passado da Comunidade. Uma ideia de que aqui só mora gente perigosa. (Ancelmo)

Ainda existe preconceito, quando alguns falam no trabalho, por exemplo, que moram no Coque. (Adriano)

Esses olhares de que tratam os depoimentos são uma maneira, segundo Declerck (2006), de estigmatizar o outro, de torná-lo uma espécie de exilado, ou excluído. Como afirma o autor, não existe uma categoria homogênea de excluído. Logo, cada sujeito percebe e constitui essa ideia de exclusão da sociedade de uma forma diferente. Essa recusa ao epíteto de pobre ou miserável pode estar, assim, relacionada à recusa da identidade (ou a caracterização) imposta a eles pela sociedade.

Assim, buscando fugir das nomeações que o termo pobre carrega consigo (como mendicância, roubo, malandragem etc), essas pessoas enxergam a figura do homem pobre nos Outros, não em si mesmos. A negação da pobreza se estabelece, assim, como a negação de um sofrimento vindo com a nomeação que o termo pobre carrega consigo. Como uma estratégia simbólica de recusa à violência simbólica da nomeação arbitrária, discriminatória e excludente. Nomeação que instaura uma linha abissal entre eles e a sociedade. Reforçam, a todo instante, a perspectiva de que estar na rua não representa ser pobre:

Estar na rua pode ser muito melhor do que estar em casa. Não tenho carência. Não me falta nada: tenho roupa, comida, sapato, até atendimento jurídico se eu precisar, peço ajuda no Centro Pop. Comeu e bebeu? Já não é pobre. (Roni)

Morador de rua anda bem vestido, tem dinheiro, faz bico. Estar na rua não é o mesmo que ser pobre. Além disso tem morador que mesmo vivendo na rua é feliz. E felicidade não é pobreza. (Marcos)

Eu sou classe média. A maioria do Coque é classe média. Mas tem pessoas aqui que vivem a pobreza sim, que não têm emprego, por exemplo. (Nilda)

Se, por um lado existe uma constatação do pobre como o Outro, por outro lado, as condições de vida como moradores de rua ou de uma comunidade com histórico (e memória) de violência leva os sujeitos às chamadas “misérias de posição”, conforme denominado por Bourdieu (2006). Tratam-se das misérias do cotidiano, causadas por uma queda no estatuto social, por aqueles que ocupam uma posição subalterna e sofrem com a precariedade de suas situações.

Embora não reconheçam essa miséria como a miséria de suas próprias vidas, os sujeitos da pesquisa refletem sobre a temática quando afirmam que estar nas ruas ou morar no Coque também traz consigo, em alguns casos, padrões indignos de vida. Nas palavras de Bourdieu (2006), as disparidades sociais aumentam a pobreza e a miséria coletiva acomete todos aqueles que estão nos lugares de rejeição social. Os padrões indignos de vida levam em consideração tal rejeição e, por sua vez, correlacionam-se com as desigualdades.

Embora não usem esses mesmos termos (padrões indignos, disparidades sociais etc), os sujeitos reforçam a ocupação desses lugares em suas narrativas:

Desigualdade é o problema. Deveríamos ter mais chances. Chances de um bom emprego, por exemplo. Como fazer? Como contar para quem vai me dar trabalho que eu moro na rua, que eu durmo na rua? Eu não tenho a mesma chance de quem tem casa para morar. (Roni)

Eu trabalho toda sexta-feira fazendo faxina. Gasto o dinheiro dormindo em hotel no final de semana. A patroa não sabe, nem sonha. Eu perco a oportunidade do trabalho se ela souber, morar na rua não combina com moça que trabalha em casa de família, né? (Marta)

Quem não quer sair dessa situação? Você acha que eu não queria todos os dias chegar do meu trabalho, tirar os sapatos, calçar um chinelinho e abrir a geladeira para tomar uma água ou um suco? Como fazer isso na rua? (Fernando)

Por aqui ainda falta escolas para os meninos mais velhos. Eles têm que sair do Coque para estudar. Então, não vão. Ainda faltam mais médicos, ainda falta saneamento em algumas partes. Ainda vivemos na desigualdade quando pensamos em locais também privilegiados do ponto de vista da geografia, né? Estamos no centro-sul de Recife. (Nilda)

Morar no Coque também leva em consideração uma paisagem nem sempre muito bonita, né? Tem partes com lixos, esgoto... Isso não é um padrão bonito de se ver, nem de viver. (Ancelmo)

### PASSO 3 – CENTRO POP E COQUE: PALAVRAS, IMAGENS E SILÊNCIOS

Ficou patente na pesquisa que aquele que habitualmente se denomina população em situação de rua, não corresponde a um bloco homogêneo de pessoas com os mesmos determinantes de suas condições de pauperismo, mas são pessoas com diferentes contextos e histórias de vida, o que resulta em diferentes visões de mundo, da sociedade e de si mesmo. Da mesma forma, a população ou os moradores do Coque representam uma grande pluralidade de modos de estar e perceber o mundo e a vida, sendo múltiplas e diversas as histórias pessoais e condições sociais que os levaram até ali. No entanto, foi possível observar, discursivamente, algumas constâncias em relação à ideia de pobreza e miséria.

Tanto os participantes de Belo Horizonte, como os de Recife, reconhecem a pobreza – ainda que no Outro - como carência, no sentido de falta mesmo, sendo esta relacionada a temas que se articulam discursivamente à ideia de exclusão. Além disso, foi comum aos dois grupos o reconhecimento de que a miséria é um agravamento da pobreza, uma espécie de extensão da mesma. Na prática do discurso, entretanto, essa distinção se dá de maneira bastante difusa.

Por parte da população em situação de rua de BH, a ideia de carência (falta) dos itens abaixo produz pobreza/miséria:

- **Comida** (fome e/ou falta de nutrição adequada);
- **Fé** (pobreza espiritual);
- **Saúde** (ligada às drogas lícitas (álcool, principalmente) e ilícitas (crack, principalmente));
- **Educação** (no sentido de atitude pessoal, indivíduo mal-educado, que suja a cidade, que picha os muros, que transgride as regras sociais).

Nesse contexto, identificamos nossa primeira palavra plena referente ao Centro Pop: a **comida**. Vale ressaltar que nem todas essas palavras descritas sobre a carência são, entretanto, as palavras plenas do grupo população em situação de rua. Retornando a palavra plena **comida**, reforça-se aqui a ideia de que a pobreza é tida como uma categoria pertencente ao Outro - o pobre -, já que a **comida** se faz presente no dia-a-dia de todos os participantes da pesquisa, mesmo que eles estejam em condições de moradia nas ruas, conforme destacado nas falas que seguem:

Tomo café, almoço e janto no restaurante popular. Sempre tenho **o que comer**. Não passo fome. (Fernando)

BH é como uma mãe. As pessoas não negam **comida** para ninguém aqui. Mas quem não pede, ou não conhece os caminhos... (Flávia).

Assim, temos o uso das expressões “falta de comida” e “quem não tem o que comer” para estabelecer a relação com a pobreza e a miséria pela população em situação de rua. Falta de comida e pobreza é a interface mais claramente produzida por esses participantes. A palavra plena também se revela na intertextualidade das imagens, já que essa não é restrita aos textos escritos e/ou verbais.

### **Sobre as imagens**

Nesse cenário, Joly (1996) nos lembra que Roland Barthes, no artigo *Retórica da Imagem* apontava a necessidade de contextualizar a ‘leitura simbólica da imagem’, os conotativos e denotativos da imagem. As imagens produzidas pelos participantes da pesquisa foram resultantes dos sujeitos a partir de seus contextos existenciais, ou seja, a partir daqueles contextos que dizem respeito aos referenciais do receptor, sua história de vida, sua relação com aquele tema específico, como ele se situa no espaço e no tempo e a que grupos sociais pertence (ARAÚJO, 2006).

Vale destacar que foi também a partir deste contexto existencial que os próprios participantes definiram que tipos de imagens seriam fotografadas. No caso do Centro POP, foi definido por eles que seriam tiradas fotografias que retratassem temáticas da pobreza, comunicação e saúde. Já no caso dos moradores do Coque, a decisão foi fotografar realidades da comunidade, sem uma prévia classificação. O resultado, no entanto, acabou aproximando os registros dos dois núcleos.

Tivemos um total de 12 câmeras distribuídas, todas descartáveis, com filme para 27 poses cada uma (o que não quer dizer que obtivemos 27 fotos para cada câmera distribuída, já que se trata de um material analógico, que necessitou de revelação dos filmes, logo o número de imagens variou em cada caso). Os participantes ficaram com as câmeras em torno de 2 a 4 dias, sendo que que não tivemos retorno de apenas uma delas.

A tabela seguinte mostra a distribuição dos aparelhos pelos participantes que retornaram:

<b>Distribuição das Câmeras</b>	
<b>Nome</b>	<b>Local</b>
Fernando	Centro Pop
Leo	Centro Pop
Júlio	Centro Pop
Lucas	Centro Pop
Caio	Centro Pop
Marcos	Centro Pop
Maria	Centro Pop
Antônio	Comunidade do Coque
Artur	Comunidade do Coque
Nilda	Comunidade do Coque
Carlos	Comunidade do Coque

*\*Tabela 11 – Distribuição das Câmeras  
Fonte: Elaboração própria autora*

As fotografias retrataram três ambientes, vinculados aos espaços de moradia e convívio dos participantes que as produziram:

- **Centro Pop:** Ruas de Belo Horizonte;  
Instalações do Centro Pop.
- **Coque:** A própria comunidade.

### **Retomando a palavra plena “comida”**

Conforme descrevemos, um dos ambientes mais apontados pelas imagens refere-se à palavra plena “comida”. São imagens que retratam, especialmente, o espaço do Restaurante Popular. Não são imagens, dessa forma, que revelam a pobreza em sua interface com a **falta de comida**, mas sim que demonstram como esses sujeitos estão distantes dela por fazerem uso desses espaços disponíveis na cidade de Belo Horizonte.

Assim, no caso das pessoas em situação de rua, as imagens revelam que elas possuem uma relação muito específica com o espaço urbano; mesmo sem ter posse sobre os terrenos, elas estabelecem uma relação de identidade com o espaço, com preferência em habitar certos locais. Obtivemos imagens de diferentes pessoas que retratam as mesmas regiões da cidade, sendo que essas imagens reforçam diretamente ou indiretamente a temática da comida.

A primeira delas, por exemplo, é a imagem do Centro Pop, no qual os sujeitos “descobrem” o caminho para as refeições a serem tomadas no Restaurante Popular:



*\*Foto 11 - Fachada Centro Pop-Sul I  
Foto: Marcos*



*\*Foto 12 - Fachada Centro Pop-Sul II  
Foto: Marcos*

As falas reforçam o que foi descrito sobre a comida/alimentação em sua relação com o espaço do Centro Pop:

O Centro Pop me mostrou que eu poderia comer bem no Restaurante Popular.  
(Roni)

Aqui é um caminho para descobrirmos as coisas. Encontramos outras pessoas e ficamos sabendo aonde vai ter distribuição de comida, banho, roupas... É o caminho para o Restaurante Popular também. (Flávia)

O Centro Pop me leva a outros lugares... Como o Restaurante Popular (Maria)

Em seguida, temos imagens do próprio Restaurante. As imagens reforçam o fato de que a espacialização das pessoas em situação de rua se dá pelas imposições do espaço urbano. A escolha de locais para passar o dia leva em conta a proximidade com o Centro Pop o Restaurante Popular. A escolha de locais para dormir, por sua vez, leva em consideração fatores como segurança, tranquilidade e também a proximidade com os locais em que passam o dia.



*\*Foto 13 - Restaurante Popular – Entrada I  
Foto: Leo*



*\*Foto 14 - Restaurante Popular - Interior  
Foto: Lucas*



*\*Foto 15 - Restaurante Popular - Lateral  
Foto: Lucas*



*\*Foto 16 - Restaurante Popular – Entrada II  
Foto: Flávio*



*\*Foto 17 - Restaurante Popular – Fachada I  
Foto: Flávio*

A partir das imagens e conversas, entendemos que a rua é o espaço que resta (onde as pessoas ocupam espaços específicos de alimentação e dormem, principalmente) e que não há, do ponto de vista da territorialização, posse desses ambientes, nem qualquer tipo de controle sobre eles. Assim como o Restaurante Popular, o Centro Pop estabelece uma relação central no dia a dia desses sujeitos, é um local com finalidade de acolhimento, que em muitas imagens é retratado como espaço para realização de atividades diversas (tomar banho, conversar e lavar roupa) – atividades essas que se assemelham às atividades que envolvem o espaço de uma casa propriamente dito.

Nesse caso, podemos constatar o espaço do Centro Pop, como o espaço do Coque, de uma rede de solidariedade. É o espaço da casa, um local físico – então ator – como descreve DaMatta (1997). Ela (a casa) também só faz sentido, como nos explica o antropólogo, quando comparada ao mundo exterior (o mundo da rua).

A casa define tanto um espaço íntimo de uma pessoa (por exemplo: o quarto de dormir) quanto um espaço público, no caso o Centro Pop como a casa das pessoas em situação de rua e a própria Comunidade do Coque como a casa dos que nasceram e cresceram nessa mesma comunidade. Se, por um lado, a rua se mostra a solução temporária para os conflitos da casa, por outro, a casa enquanto Centro Pop e Comunidade do Coque se mostra como rede de afetividade. É no espaço do Centro Pop, por exemplo, que os sujeitos desenvolvem as atividades mais relacionadas ao ambiente de uma casa, como lavar roupa, estendê-la e secá-la no varal:

No Centro Pop somos muito bem acolhidos. Venho sempre. Lavo minhas roupas, seco, tomo banho. Tenho até um armário para guardar as coisas, porque venho sempre. (Flávio)

Aqui eu posso tomar um bom banho e lavar as roupas. (Luísa)

Aqui venho com meu companheiro conversar, lanche, tomar banho, lavar a roupa (Maria)



*\*Foto 18 - Centro Pop - Pátio I  
Foto: Fernando*



*\* Foto 19 - Centro Pop – Pátio II  
Foto: Fernando*



*\*Foto 20 - Centro Pop – Pátio III  
Foto: Júlio*



*\*Foto 21 - Centro Pop – Pátio IV  
Foto: Lucas*

Verificamos que existem muitos processos de significação desses discursos que estabelecem relações estreitas entre a casa e a rua, tendo a casa como espaço privado de conflitos, e a rua como espaço de solução temporária para os conflitos. Porém, em um segundo momento, a rua se revela como uma situação desagradável e difícil, não só no sentido de falta de cama (lugar para dormir), de aconchego de família; como também no sentido pejorativo do termo:

A rua traz destruição. Mas eu aprendo com ela. (Júlio)

A rua é o fim. Muita destruição. Mas a gente segue. (Luísa)

Nas frases acima, observamos que o **mas**, palavra instrumental adversativa, nestes casos, faz a conexão entre as duas circunstâncias do morar nas ruas, criando uma hierarquia favorável à rua (primeira frase) e uma relação de inexorabilidade (segunda frase).

Essas trocas de sentidos, a rua ora como solução temporária de conflitos e fuga da casa, ora como geradora de conflitos por falta de uma casa, se estabelecem em um processo de semiose infinita, conforme afirma Verón (1980), um sentido que liga ao outro, e ao outro. Ainda nesse cenário, o Centro Pop aponta como um espaço que produz uma rede de solidariedade, que em muito lembra o espaço da casa. As pessoas passam a ocupá-lo, assim, na prática (sendo usado para lavar roupas etc), e na perspectiva moral/social (como espaço de solidariedade entre os “moradores” que ocupam essa casa).

Ainda nesse cenário do Centro Pop, outra palavra plena encontrada é o **emprego/trabalho**. Nesse caso, porém, o emprego (principalmente o formal) surge como algo que falta aos sujeitos da pesquisa, mas que ainda assim faltando, não faz com que os mesmos se vejam como pobres.

O que eu queria mesmo é um **emprego**. (Fernando)

Estou procurando **emprego**. (Flávia)

Eu já tive um **trabalho** em restaurante bacana, que muita gente fina vai. Mas agora, está difícil arrumar **emprego** morando nas ruas. Eu era garçom. Já servi muita gente bacana por aí. Mas eu acabei parando nas ruas, perdi a cabeça por conta de uma crise em casa. Larguei **emprego**, larguei tudo. (Leo)

Existe um silêncio nesse cenário sobre a relação pobreza-desemprego. Apesar de citarem o problema vivido por muitos de falta de emprego que os mantém nas ruas, os participantes da pesquisa não discorrem sobre essa interface com a pobreza. Reafirmam, mais uma vez, a pobreza como sendo uma realidade do Outro, mesmo que eles estejam carentes de emprego como ressaltam.

Assim, um espaço revelado pelas fotos é o das ruas como espaço – além da alimentação - do trabalho, que desta vez surge na perspectiva informal. Nesse cenário, a prática de geração de renda pela reciclagem fixou muito dos sujeitos na rua. O fato de ter um espaço de coleta ao lado do próprio Centro Pop também correlaciona esse local como ponto importante de trabalho para os que frequentam o Centro. Da reciclagem emerge, assim, uma nova maneira de estar nas ruas.

Moro e trabalho nas ruas. Junto uns papelões para ganhar um dinheiro. R\$ 20 reais, mais ou menos. (Fernando)

Eu cato alguns papelões com meu companheiro (Luísa)

Muita gente cata papelão, latinha... Porque não tem trabalho. (Júlio)

Pelas imagens, também é possível ressaltar tal associação rua-trabalho-reciclagem:



*\*Foto 22 - Trabalho I*  
*Foto: Júlio*



*\*Foto 23 – Trabalho II*  
*Foto: Leo*

As fotografias revelam, assim, muito sobre os ambientes em que vivem esses sujeitos, sobre as relações que possuem com os centros urbanos e com as cidades como causadoras não somente de pobreza, mas também de desigualdades. Nas palavras de um dos sujeitos da pesquisa:

A pobreza fica visível com as desigualdades. Se todos vivessem nas mesmas condições, com moradias, alimentação, água, empregos e bons salários, não se perceberia a pobreza (Marcos)

Pobreza e desigualdades tornam-se sinônimos, como semantizado também no núcleo Estado, nas discussões referentes ao Fome Zero e ao Brasil Sem Miséria. Para estes sujeitos, entretanto, a desigualdade abriga um papel mais amplo do que somente a desigualdade econômica em sua interface direta com a renda. Diz respeito também ao cenário social. Essa forma de entender a desigualdade encontra apoio na própria visão ampliada que apresentam do conceito pobreza.

Por outro lado, se esses territórios estabelecem uma relação distinta com aqueles que estão de fora, essa relação se dá por meio do julgamento que leva a entender, por parte de quem não vive nas ruas, que aqueles não são locais de livre circulação. Por isso, muitas das pessoas em situação de rua têm medo de se manterem nos locais em que dormem na parte da manhã, por exemplo, quando o fluxo de pessoas é grande:

Não fico de dia aonde durmo, porque tenho medo de acharem ruim e tentarem se vingar. Só durmo quando as lojas já fecharam. A calçada fica sem dono. (Marta)

Durmo depois que todo mundo já foi. Quando a rua está vazia. (Luisa)

Ou seja, apesar de serem pessoas em constante deslocamento, aqueles que vivem nas ruas tendem a circular espaços comuns, submetidos às temporalidades do dia e da noite. Dia e noite são marcados, assim, pela circulação das demais pessoas nas ruas (comércios principalmente). Existem espaços e temporalidades diferenciadas para que cada atividade desta ocorra. As pessoas em situação de rua têm sua existência nos espaços relacionados a determinados horários. A apropriação local se dá, assim, por suas simples presenças, suas barracas, colchões e objetos diversos.



*\*Foto 24 - Pessoas em Situação de Rua I*  
*Foto: Leo*



*\*Foto 25 - Pessoas em Situação de Rua II*  
*Foto: Caio*

Assim, ao mesmo tempo em que revelam seus próprios espaços de convivência em suas fotos, em seus próprios registros, os sujeitos desta pesquisa revelam também outros ângulos da pobreza. Eles retratam, nas fotografias, imagens de pessoas em situação de rua e, apesar de não as definirem como imagens da pobreza, ressaltam a temática da desigualdade como uma possibilidade de agravamento daquilo que acreditam ser a pobreza em si:

Uma imagem de uma pessoa na rua mostra como esse país é desigual. Quem dorme na rua, mesmo que em um primeiro momento seja por escolha, vive um lado desigual do Brasil. E quem mora na rua tem possibilidades menores de arrumar um emprego, por exemplo. Como vai trabalhar se não tem nem cama para descansar, nem endereço para colocar no currículo? (Leo)

Dormir no chão não é bom. Porque uns dormem assim e outros não? (Júlio)

Morar na rua aumenta alguns problemas que podem tornar o homem pobre: como não ter o que comer. Mas nem sempre quem mora na rua não tem. Depende de cada caso. (Caio)

A imagem de pessoas em situação de rua surge para definir uma situação de pobreza pelos próprios sujeitos da pesquisa. Porém, ainda sem a definição de si próprios como pobres, mas mais como uma possibilidade de que quem more nas ruas também viva na pobreza em algum aspecto dela. Orlandi nos ensina que existem silêncios múltiplos: “o silêncio das emoções, o místico, o da contemplação, o da introspecção, o da revolta, o da resistência, o da disciplina, o do exercício do poder, o da derrota da vontade etc.” (2007, p. 42). Observamos nesse cenário, um silêncio sobre a relação rua-pobreza quando diz respeito às suas próprias histórias de vida. Não se trata, entretanto, de um silêncio como sinônimo de censura ou, ao contrário, de um silêncio pacífico do dissenso, mas sim de um silêncio tático (uma forma de evitar a dor e uma resposta encontrada por esses sujeitos para um processo negativo a eles imposto).

Mesmo que em suas falas as pessoas em situação de rua definam o pobre como o Outro, silenciando sobre si mesmos, em suas imagens a pobreza está bem próxima de suas realidades, nos territórios ocupados e nos espaços que são definidos pela ausência da saúde em seu conceito ampliado, ausência que estabelece inapelavelmente uma relação direta entre pobreza e saúde. Essa imagem da pobreza aparece mais fortemente exposta quando as imagens retratam moradores de situação de rua dormindo. Essa é a face mais retratada da pobreza: o dormir nas ruas, para quem não tem uma casa, qualquer que seja a razão disso.

A pobreza, para muitas dessas pessoas é definida também nas fotografias por imagens que revelam pichação, lixo, sujeira... Neste caso, a pobreza está sendo vista por eles como carência de educação.

As pessoas não têm educação. Não respeitam os espaços das ruas. Picham, jogam lixo. É uma vergonha. (Marcos)

As ruas são sujas. Cada dia mais sujeira. O povo joga tudo nas ruas e ainda acham que a culpa é de quem dorme nas ruas. (Flávia)



*\*Foto 26 - Pichação*  
*Foto: Leo*



*\*Foto 27 - Lixo I*  
*Foto: Leo*

A saúde, por sua vez, é representada em imagens com diferentes perspectivas. Aparece em registros que remetem às doenças, como na parede de um centro de saúde ou em notícias de um jornal:



*\*Foto 28 – Centro de Saúde  
Foto: Leo*



*\*Foto 29 - Febre Amarela  
Foto: Júlio*

Essa perspectiva de saúde correlacionada com a doença encontra forte amparo nos depoimentos, que reforçam dois espaços de saúde de Belo Horizonte para o atendimento médico: o Hospital de Pronto-Socorro João XXIII - HPS, e o Centro de Saúde Carlos Chagas. Este último é reconhecido pelos moradores como espaço de atendimento à população em situação de rua.

Eu precisava de remédio para o psicológico, mas não tomo. Mas se eu surtar, ou tiver um acidente e precisar de atendimento, eu consigo. Consigo no João XXIII. Mas é muito difícil eu ir para o hospital. Me higienizando bem, é mais difícil contrair doenças. (Marcos)

Se precisa marcar alguma consulta, a gente marca no Carlos Chagas. Mas é muito difícil de precisar. Não fico doente. (Lucas)

Não fico doente. Mas se ficar, vou ao Carlos Chagas. (Luísa)

Já a foto do jornal traz à cena uma temática muito em pauta na época: a febre amarela. Durante as reuniões em grupo, os participantes questionaram, inclusive, sobre a vacina e sua efetiva validade, demonstrando estarem inseridos nas discussões mais amplas sobre a temática tão presente nas mídias. De um modo não aprofundado, podemos dizer que a comunicação em saúde, traduzida como informação, é indissociável desses registros, uma vez que são cartazes e jornais os escolhidos como forma de representar a saúde.

Os depoimentos correlacionados com as imagens reforçam a importância de uma prática de saúde mais interdisciplinar e contextualizada, já que eles destacam em suas falas que não ficam doentes. Isso aponta para uma compreensão oposta dos critérios que habitualmente qualificam o que é doença, de forma padronizada para todos os indivíduos. Por outro lado, existe uma perspectiva muito centrada na ideia de risco quando o assunto é cuidado em saúde.

Se eu tomar água direito, me alimentar, não fico doente. Eu sou saudável. (Jefferson)

Se fizer higienização adequada, não fica com a saúde ruim. Eu odeio tomar remédio, não vou ao centro nunca. Mas se tiver um acidente sei que posso ser atendido lá [no Carlos Chagas]. (Marcos)

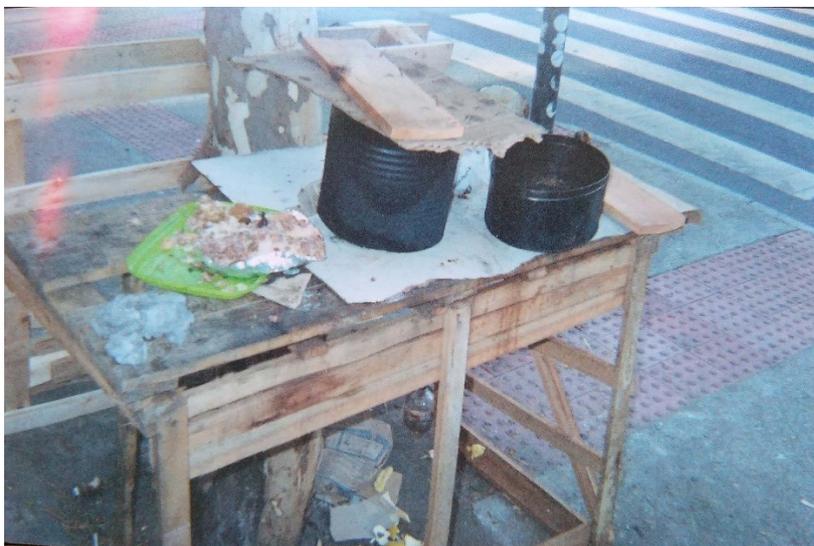
A saúde também ganha forma em imagens que retratam alimentação e água, ampliando o conceito restrito a doenças e assistência. Registros de restos de comida, ainda que aos nossos olhos despertem outros sentidos, os participantes da pesquisa, analisando seus próprios registros, percebem como saúde, ou seja, a comida como fonte de saúde e mais, que não lhes falta.

Belo Horizonte é uma mãe. Ninguém passa fome aqui. (Leo)

Comida é saúde. Quem tem uma boa alimentação e bebe líquidos, tem boa saúde. (Leo)

Quem precisa de comida e água é só pedir. Ninguém nega comida e água. (Marcos)

A imagem a seguir não suscitou nenhum tipo de problematização sobre a qualidade da comida recebida, ou sobre a qualidade da comida exposta na imagem especificamente. Apenas foi referida como registro de alimentação e relacionada à saúde.



*\*Foto 30 - Alimentação*  
*Foto: Leo*

A foto seguinte aponta para a disponibilidade de água, que eles consideram requisito de saúde, como a alimentação.



*\*Foto 31 - Água Tratada*  
*Foto: Fernando*

Ainda sobre a saúde existe uma discussão nas falas dos sujeitos da pobreza relacionada à degradação social causada pelas drogas de uma forma geral. Em toda a análise, houve

apontamentos sobre a dificuldade de atender princípios na vivência cotidiana nas ruas sem o uso de drogas, sejam elas ilícitas ou lícitas (álcool é bastante citado nesse contexto). As drogas são, assim, vistas como um problema que leva muitos às ruas e como um problema vindo também da moradia nas ruas, como num ciclo vicioso.

As drogas são um problema grave, né? Muita gente vai parar nas ruas por causa delas e depois não sai por causa delas. É uma pobreza enorme. A saúde vai embora, o vício destrói. (Roni)

Droga é pobreza né? Quem vive nesse mundo perde tudo, e pobreza é isso. Você ficar sem nada. (Maria)

Nesse contexto, surge também a noção de pobreza espiritual (pobreza como carência/falta de fé):

Às vezes a pessoa perde tudo com as drogas, aí fica sem crença na vida. Fica pobre espiritualmente. Tem gente que é pobre assim, sem acreditar que vai melhorar. (Marcos)

Tem pobre porque não acredita. É pobre na fé. Vive tantas coisas na vida, que fica pobre no acreditar. (Leo)

A comunicação, por sua vez, aparece em imagens que revelam os veículos de comunicação (jornais principalmente) e informativos, como já visto. A comunicação também se faz presente em ambientes como o próprio Centro Pop, pois é lá, que segundo os próprios sujeitos, eles encontram muitos conhecidos e tomam conhecimento de muitas questões sobre o mundo das ruas.

Lá fora, o próprio morador de rua tem medo de falar com o outro. Tem desconfiança. Aqui [no Centro Pop] ficamos sabendo de tudo. Conversamos sobre tudo. Sabemos onde terá distribuição de roupas, comidas e outros assuntos. (Fernando)

Aqui [no Centro Pop] conversamos sobre o que acontece lá fora. Lá fora é difícil de falar sobre isso. Além das oficinas, tem a conversa mesmo, com os colegas. (Flávia)



*\*Foto 32 - Centro Pop Interior I*  
*Foto: Fernando*



*\*Foto 33 - Centro Pop Interior II*  
*Foto: Júlio*

De uma forma geral, as imagens registradas nas fotos praticamente percorrem um dia na vida dessas pessoas em situação de rua. Estão muito bem relacionadas à lógica de temporalidades que pretende encurtar o futuro e alongar o presente, e nas carências que elas revelam. Não se constata, entretanto, a hegemonia do sentido economicista da pobreza ou miséria, como em documentos oficiais sobre a temática. Tal sentido está intrínseco somente às questões debatidas sobre o trabalho, que, por sua vez, relacionam a pobreza ao processo de não geração de renda.

Vale, ainda, ressaltar que as imagens apresentam poucas pessoas (quando as pessoas se fazem presentes são também retratos de pessoas em situação de rua, que eles, no lugar de fotógrafos, definem como bons exemplos do campo da Comunicação - quando estão conversando entre si. Com isso, eles querem dizer que é por meio das próprias pessoas em situação de rua que tomam ciência de diversas atividades na cidade, por exemplo. Optamos por não exibir as fotos, de modo a respeitar a privacidade dos fotografados. Em contrapartida, são muitas imagens de ambientes e instituições presentes no dia a dia deles (Corpo de Bombeiros, Restaurante Popular, Centro POP, rodoviária etc).

O Restaurante Popular fica do lado do Crpo dos Bombeiros. Quem come por lá passa nesse caminho todo dia. (Marcos)

Esse é o meu caminho: Centro Pop, Corpo de Bombeiros, Restaurante Popular, por aí vai... (Fernando)

Na rodoviária tem muita gente que mora nas ruas. Em torno dela. (Caio)



*\*Foto 34 - Corpo de Bombeiros I  
Foto: Marcos*



*\*Foto 35 - Corpo de Bombeiros II  
Foto: Caio*



*\*Foto 36 - Restaurante Popular - Fachada  
Foto: Fernando*



*\*Foto 37 - Rodoviária - Fachada*  
*Foto: Caio*



*\*Foto 38 - Estação*  
*Foto: Lucas*



*\*Foto 39 - Belo Horizonte – Viaduto Santa Tereza  
Foto: Lucas*

Por parte da Comunidade do Coque de Recife, pobreza e miséria estão associadas a carência (falta) de:

- **Moradia** (forte relação com a história de resistência da comunidade, com destruição de casas e assentamentos ao longo dos anos na região);
- **Trabalho** (aqui se referem ao desemprego, à falta de oportunidades de trabalho; subemprego ou emprego informal não aparecem como categorias a serem problematizadas)
- **Saúde e Saneamento Básico** (saúde em conceito ampliado, mas também muito focada no acesso aos serviços de saúde e ao meio ambiente da Comunidade);
- **Educação** (acesso restrito aos serviços no campo da Educação, acesso às escolas, cursos e outras atividades da área).

Nesse caso, **moradia e trabalho** são nossas palavras plenas no Coque.

Pobre é quem não tem onde **morar**, nem em que **trabalhar**. (Carlos)

Pobreza é **falta de moradia**. A gente tem uma preocupação muito grande com moradia, saneamento, questão de... falta de médico, medicamento, atenção básica que é a mais importante para a parte da pobreza... A questão da cultura social, para trabalhar em cima da questão da classe e da pobreza, tem que se falar de **moradia**. O apoio governamental não dá suporte para a gente fazer um trabalho social na comunidade. Para gente trabalhar em cima da questão da carência. (Artur)

A pobreza tratada aqui tem um selo urbano: deriva da disputa e necessidade de integração pela apropriação do espaço urbano, na busca pela moradia. Importante observar que

aqui, claramente, a falta da moradia é tida como pobreza, diferentemente das pessoas em situação de rua, que mesmo tendo a rua como morada, em suas falas não fazem desse item um problema em suas vidas. Essa perspectiva reforça o fato de que a pobreza é uma categoria variável em função dos contextos de vida e entendimento da mesma de cada sociedade.

A importância da moradia fica ressaltada, quando os moradores do Coque que participaram da pesquisa definem pobreza, sendo que o que caracteriza essa pobreza é a moradia, ao lado de outros itens, como o desemprego.

Hoje o Coque está mudado, são praticamente só pessoas que se vêm como classe média. Teve uma mudança muito grande. Mas há ainda a necessidade de muita gente que não tem **moradia**, não tem dinheiro, vive na dificuldade muito grande. Muitas pessoas estão **desempregadas** na comunidade. Então, a gente vê tudo isso. (Artur)

Dar assistência a essas pessoas, que se vêm nesse cenário de pobreza se torna um fator de equilíbrio e coesão social da comunidade como um todo. Podemos estabelecer aqui uma correlação entre a **moradia** e a importância que o movimento Coque R(Existe) encontra na comunidade, já que este busca garanti-la a todos os seus integrantes. Além disso, existe um histórico, uma memória importante ao grupo da construção do Coque pela comunidade:

Aqui foi aterrado pelos próprios moradores, entende? Foi construído com a força dos braços de cada um que você vê aqui. (Carlos).

Algumas fotos retratam a força da moradia e da ideia de comunidade para o Coque:



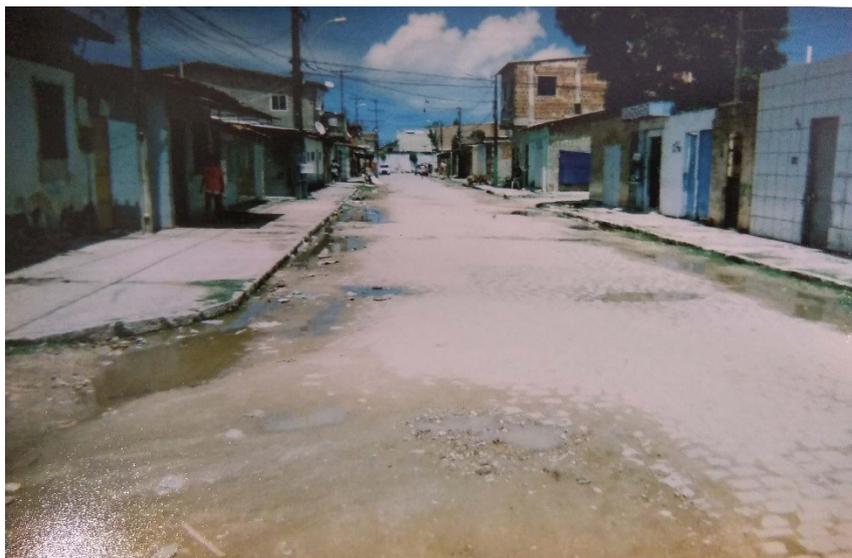
*\*Foto 40 – Moradia  
Foto: Antônio*



*\*Foto 41 – Comunidade I*  
*Foto: Antônio*



*\*Foto 42 – Comunidade II*  
*Foto: Artur*



*\*Foto 43 – Comunidade III  
Foto: Artur*

Com relação ao **emprego/trabalho**, as falas e imagens retratam bem a dinâmica de vida na Comunidade do Coque e os diversos serviços existentes na própria comunidade, que semantizam ao contrário da ideia de pobreza: uma comunidade “classe média”, como eles mesmo definem.

No Coque todo mundo dá um jeito de trabalhar. Tem um mercadinho, uma vendinha, uma banquinha. Está sempre trabalhando para não ficar na pior. (Carlos)

Você olha ao seu redor e vê que é um povo trabalhador. Se não tem emprego lá fora, busca aqui dentro mesmo, da comunidade. (Nilda)

Muitas vezes, tudo gira aqui mesmo: a vendinha, o motorista. Olhe ao seu redor: tem barraquinhas, tem mercado, tem táxi, tem tudo... (Adriano)

Tem muita gente trabalhando ao redor. Olhe. (Artur)

Várias fotos tiradas por outros participantes registram situações em que o trabalho está presente, em situações ou lugares de trabalho.



*\*Foto 44 – Trabalho I*  
*Foto: Antônio*



*\*Foto 45 – Trabalho II*  
*Foto: Antônio*



*\*Foto 46 – Trabalho III*  
*Foto: Antônio*



*\*Foto 47 – Trabalho IV*  
*Foto: Antônio*

A saúde e a educação aparecem como categorias sensíveis na realidade do Coque. Nesse sentido, os moradores da Comunidade do Coque reforçam, nas imagens que registraram em fotografias, as carências da comunidade: lixo e falta de saneamento são comuns em alguns dos retratos tirados.



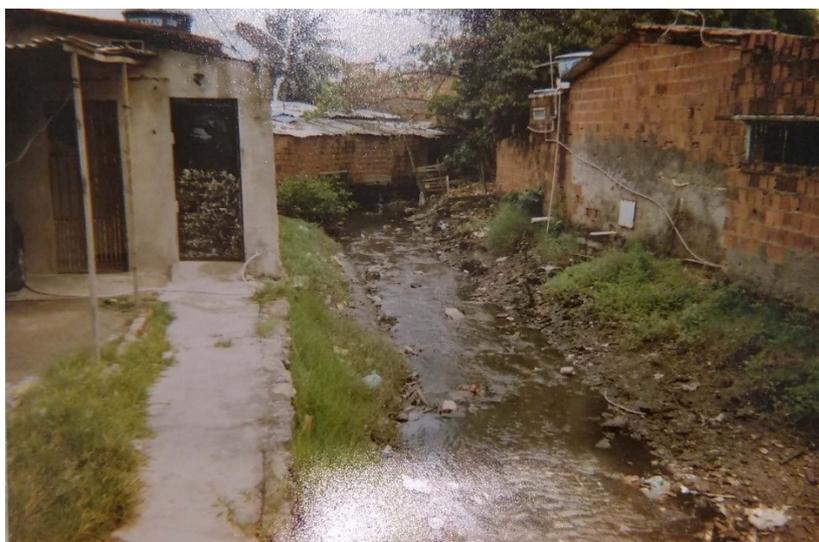
*\*Foto 48 – Lixo II*  
*Foto: Artur*



*\*Foto 49 - Lixo III*  
*Foto: Artur*



*\*Foto 50 – Lixo IV*  
*Foto: Artur*



*\*Foto 51 - Saneamento*  
*Foto: Antônio*

A única foto que está relacionada positivamente com a saúde, é a que registra a presença de uma farmácia no Coque, portanto acesso relativo a medicamentos. A fala de um dos participantes assinala essa relativização:

Temos um posto aqui, com acesso a medicamento, mas ainda falta mais atendimento médico. (Antônio)



*\*Foto 52 - Saúde  
Foto: Antônio*

Do nosso ponto de vista, que operamos com um conceito ampliado de saúde, as demais fotos falam também de saúde (pela presença – trabalho, moradia – ou pela ausência – lixo, saneamento), mas essa correlação não foi estabelecida pelos participantes da pesquisa.

As imagens registradas (e as falas a elas correlacionadas) revelam que a pobreza é uma categoria social, que se relaciona diretamente ao conceito de cidadania, a pobreza existe quando existem grupos sociais em negação de direitos. Assim, a pobreza é fotografada a partir de situações de carências de necessidades básicas:

Quando falta a educação, surge também a pobreza, né? (Nilda)

Sem educação e saúde, com certeza somos mais pobres. (Carlos)

Observamos que a pobreza não é um problema moral para os moradores do Coque. A responsabilidade sob a pobreza não pode ser dada a Deus, nem aos próprios poderosos (apesar da maioria deles não contribuir para suprir as necessidades dos pobres, não existem imagens de pobres objetos de caridade). Para os participantes da pesquisa, a pobreza não está relacionada a uma condição de nascença e os ricos não têm o dever moral de contribuir para elevar as condições de vida dos considerados pobres, ainda que assim o façam em alguns casos. A pobreza não é algo incontornável. Por outro lado, também não existe uma corresponsabilização do próprio pobre por seu estado de pobreza. Não existe, para estes participantes, penalização, nem culpabilização dos pobres exercidas por práticas de dominação.

A pobreza é social, um problema político (ligado à satisfação de necessidades básicas que são pelos sujeitos de pesquisas tidas como carências, no sentido de falta). A pobreza existe, segundo nossos interlocutores no Coque, quando falta a uma pessoa necessidades básicas para a sua sobrevivência. No caso deles, são essas necessidades: “falta de **moradia**”, “falta de **emprego**”, que mobilizam duas palavras plenas para eles, investidas historicamente de sentido.

Assim, seja para as pessoas em situação de rua de BH, seja para os moradores da Comunidade do Coque, a pobreza não está no corpo individual e doente (sofredor fisicamente), mas sim nos territórios que a compõem. Um território pode ser considerado menos ou mais pobre se seus habitantes tiverem suas necessidades básicas atendidas. A pobreza evidencia, assim, processos históricos dos territórios que desencadeiam condições precárias de sobrevivência. A pobreza não é causada pela natureza e cujas razões encontram-se nas crises. A pobreza é social e política, além de econômica (mas não economicista, no sentido somente de falta de dinheiro).

Além disto, para todos eles, moradores do Coque ou pessoas em situação de rua, o pobre é o Outro. O fato de estarem morando em locais que traduzem de forma naturalizada carências (de saúde, educação, saneamento etc.), não os torna pobres propriamente ditos. Apesar de visibilizarem a pobreza nos espaços que ocupam, eles entendem que a pobreza está no Outro, que de forma mais expressa não tem o que comer – retomamos aqui a ideia presente no núcleo Estado de que é pobre quem tem fome, quem tem fome é pobre - ou onde morar ou trabalhar, no caso do Coque.

Importante destacar que todos os sujeitos sentem a chamada exclusão aqui citada, fora dos ambientes de pesquisa, do Centro Pop e da Comunidade do Coque. Ainda que não se reconheçam como pessoas pobres, vivem a exclusão por viverem em um ambiente que para quem está de fora é visto como pobre e violento.

Falar em exclusão, aqui, implica uma discussão para além de aspectos objetivos (como é o caso de falta de moradia e emprego). Implica considerar aspectos que mobilizam sentimentos de rejeição e quebra de mecanismos de solidariedade. A ideia de exclusão é vista, assim, quando os indivíduos não estão integrados numa rede de solidariedade, ou seja, quando estão fora desses ambientes (da Comunidade do Coque e do Centro Pop). Aparece menos como um estado de carência, e mais como percurso de situações de desvalorização social. Afinal, nesses locais há família, amigos ou vizinhança que estabelecem, como afirma Declerck (2006), uma linha de diferenciação entre a exclusão e a precariedade. Os depoimentos reforçam essa rede de solidariedade com o Coque:

Eu não saio daqui. Sou do Coque com muito orgulho. Aqui tenho tudo o que preciso. Se preciso de algo peço a um vizinho, um amigo da comunidade. Todo mundo se conhece aqui. É uma família. (Nilda)

Aqui vivemos em comunidade de verdade. Tudo e casa. Todos em casa. (Carlos)

Há bairros, em situação econômica precária, mas em que os sistemas e redes de solidariedade são produzidos economicamente, muitas vezes entre os próprios moradores, como é o caso da Comunidade do Coque. Os laços ali proporcionados fazem com que muitos de seus habitantes não cogitem abandonar o local.

Se eu quero sair do Coque? Não. Não. Aqui é minha vida, aqui é minha casa. Aqui é tudo. (Artur)

Sou nascido e criado aqui. Vou fazer 40 anos, a minha idade é o que tenho de Coque. Não quis sair quando o Coque era mais difícil de viver, não vou sair agora. Minha vida é aqui. (Antônio)

Olhe ao redor. Todos se conhecem. Todos são amigos. É como uma rede. Para que sair dela? (Adriano)

Outra fala reforça tal perspectiva sobre o preconceito vivido fora da rede de solidariedade do próprio Coque:

O preconceito não se acaba de um dia para outro, mas nós vamos combatendo isso. Vimos que podemos sobreviver com o próprio recurso. Viramos uma sociedade anônima e de amizade. Conhecemos o outro pelo nome, se quer uma calça para sair, o outro empresta; e assim vivemos aqui, todos nos conhecemos, sobrevivemos na própria comunidade. (Adriano)

Coorroborar-se, assim, a ideia de Declerck (2006) de que o excluído não é mais apenas aquele que vive em lugares onde a miséria reina, mas aquele em que, de alguma forma encontra ausente o laço social e a fraternidade sobre sua própria situação social e econômica fora do espaço em que habita propriamente dito. Nesses espaços são formadas, assim, redes de solidariedade (reforçada pela presença da família, dos amigos, vizinhos etc.) que evitam a exclusão social vivida pelos sujeitos em outros ambientes.

Cabe ainda nesse cenário uma discussão sobre o estigma, relacionado com uma condição econômica e social muito precária, que joga essas pessoas para a periferia do poder discursivo. O estigma encontra espaço também fora das redes de solidariedade citadas. Ele pode manifestar-se por meio de expressões depreciativas, ou mesmo de atitudes que demonstrem o sentimento de pena exagerada, podendo também gerar sentimentos de baixa autoestima e insegurança (GOFFMAN, 2008).

Não temos com quem dialogar lá fora. Falar, reivindicar. A gente já fala pouco até com quem vive na rua, porque existe um medo de quem é o outro de verdade. (Roni)

Nós lutamos também pelo direito da comunidade ter voz. Não é por ser uma comunidade que não deve ser ouvida. O Ponto de Cultura busca reunir essas vozes, fazê-las valer (Adriano)

Mais uma vez, aqui nos deparamos com as questões sobre visibilidade e negligenciamento. O binômio visibilidade/invisibilidade aqui pode ser pensado como resultado das relações assimétricas de uma mesma sociedade. Nesse contexto, alguns grupos têm o poder da fala, enquanto outros não. Assim, a partir do momento em que o indivíduo não aparece como alguém que age e fala, reconhece o mundo, reflete e opina sobre ele, deixa de aparecer como cidadão. O cidadão desaparece para aparecer como integrante de um grupo social marginalizado e estigmatizado.

Encontram-se, nesse cenário, sujeitos excluídos do processo comunicativo e político, onde se acentuam as desigualdades sociais e econômicas determinantes da saúde e promovem diferentes vulnerabilidades em questões relacionadas ao bem-estar físico e mental. Contradizem, assim, os princípios fundamentais de universalidade, equidade e integralidade do SUS.

O estigma, afirmam Soares, Bill e Athayde (2005), corresponde a uma forma de preconceito, logo, a uma forma de invisibilidade. No preconceito, uma hipervisibilidade oculta a individualidade da pessoa para o estereótipo imposto, assim, todas as características que distinguem uma pessoa das outras, todas as suas singularidades, desaparecem.

A invisibilidade está, nessa perspectiva, relacionada a uma oposição à visibilidade, a ver ou não ver aquilo que determinada sociedade e sua cultura permitem ou não ver, conforme demonstra o texto a seguir:

A gente simplesmente percebe ou deixa de perceber, de acordo com limites e pressões psicológicas, sociais e culturais [...] a cultura é uma espécie de moldura ou linguagem que nos orienta como uma bússola ou mapa, articulando os ingredientes naturais e sociais, históricos e institucionais e, configurando uma pauta, a partir da qual compomos “canções e sinfonias” (SOARES; BILL; ATHAYDE, 2005, p. 164).

Assim, a fala dos sujeitos de pesquisa traz à tona um problema de invisibilidade que pode ser colocado como um problema de indiferença. Assim como na invisibilidade provocada pelo preconceito, na invisibilidade como indiferença há, segundo Soares, Bill e Athayde,

anulação dos indivíduos. Porém, nesse caso específico, a invisibilidade refere-se a uma negligência sobre a presença de alguém.

O olhar das pessoas para quem mora na rua é um olhar de medo. Algumas pessoas da própria rua fizeram isso. 90% não quer mudança, está acostumado. E tem quem realmente comete erros na ruas. Os demais pagam por esses erros, aguentando os olhares de reprovação pelo simples fato de estarem nas ruas. (Carlos)

Tem gente que acha que só porque mora na rua é vagabundo. Tem gente que chama a gente de vagabundo. (Fernando)

Estamos aqui. No meio da sociedade. Mas quem é que vê que na verdade precisamos é de emprego? É preciso conversar com esse povo [população em situação de rua] para saber do que precisamos. Tem que olhar para esse povo, conversar com ele! Estamos carentes de emprego, nos falta emprego... (Roni)

De uma forma geral, a carência descrita está muito próxima da noção de negligência desenvolvida por Araujo, Moreira e Aguiar (2013), ao tratar das relações entre a temática e a comunicação. A ideia de carência pode ser entendida pela perspectiva do negligenciamento, que correlaciona um grupo de doenças endêmicas com condições de pobreza em que vivem as populações que delas sofrem. São nomeadas doenças negligenciadas e estudadas pelo campo da saúde pública, inclusive pela sua dimensão comunicacional (cf. c/ ARAUJO, MOREIRA & AGUIAR, 2013).

Dos depoimentos oferecidos pelos participantes da pesquisa, emergem diversos sentidos que correlacionam a carência com o negligenciamento:

- Carência como negligenciamento de **moradia**;
- Carência como negligenciamento de **trabalho**;
- Carência como negligenciamento **territorial** (relação periférica com a sociedade);
- Carência como negligenciamento do **acesso à saúde**;
- Carência como negligenciamento do **acesso à educação**;
- Carência como negligenciamento da **comunicação**.

Esta última forma de negligenciamento é bem mais sutil que as demais, porque opera no nível simbólico. Diz respeito às formas de visibilidade não só das demais carências, mas das próprias pessoas e coletividades. Vale ressaltar que a associação da ideia de carência ao negligenciamento retira a despolitização que eventualmente o termo carente pode apresentar.

Entendemos que o “carente” foi construído pelo discurso governamental e corroborado midiaticamente como aquele que deve ser objeto de políticas compensatórias, do tipo cesta

básica. Ao associar a pobreza a tal termo teríamos, então, uma ideia paternalista sobre a mesma. Porém, entendemos que ao usarem o termo carente, os sujeitos da pesquisa estão se referindo a um negligenciamento, à falta de cuidado para com algumas temáticas, ou em outras palavras, a falta/negligenciamento de direitos básicos. A falta de alimentação, moradia e emprego, nesse sentido é evidência do negligenciamento, devendo estar entre os fatos que caracterizam uma situação de pobreza/pobreza extrema.

#### **PASSO 4 – CENTRO POP X COQUE: SEMIOSE COMUM OU DIVERSA**

Neste passo, buscamos identificar os principais eixos temáticos produzidos discursivamente pelos representantes do núcleo População e traçar uma rede semiótica de seus modos de significar a pobreza e pobreza extrema/miséria. A partir dos temas que mais se destacaram nesta caracterização, identificamos eixos que estruturam os textos de forma transversal e associada. A palavra chave da temática pobreza/miséria, nesse núcleo, é carência, no sentido disposto em dicionário mesmo: falta de algo, privação, necessidade.

Obtivemos a seguinte rede de significados sobre a pobreza e a miséria para as pessoas em situação de rua e moradores do Coque:

#### **Centro Pop-Sul**

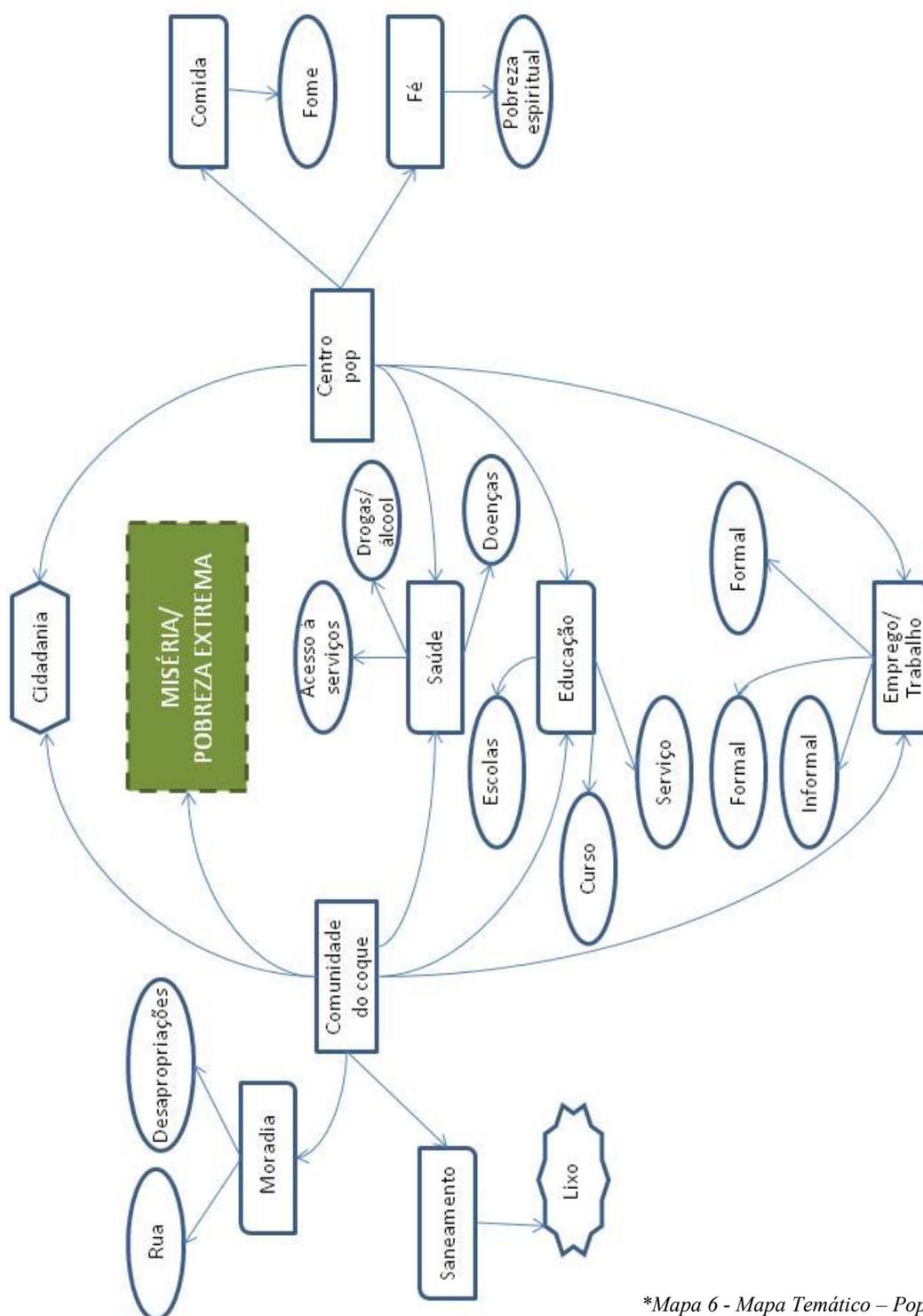
Miséria ↔ pobreza → falta do que comer → falta de uma refeição → lixo → sujeira → doenças ↔ falta de saúde ↔ drogas → álcool → situação de dependência → degradação pessoal ↔ ausência de cidadania ↔ ruptura com o convívio social → situação de humilhação → falta de fé para mudar ↔ pobreza espiritual

#### **Comunidade do Coque**

Miséria ↔ pobreza → falta de trabalho ↔ trabalho → falta de moradia → desapropriações → rua → população em situação de rua → falta de Saúde → falta de saneamento → falta de acesso a serviços de saúde → falta de cultura e educação → falta de acesso à serviços de educação → poucas escolas → poucos cursos disponíveis → falta de oportunidades

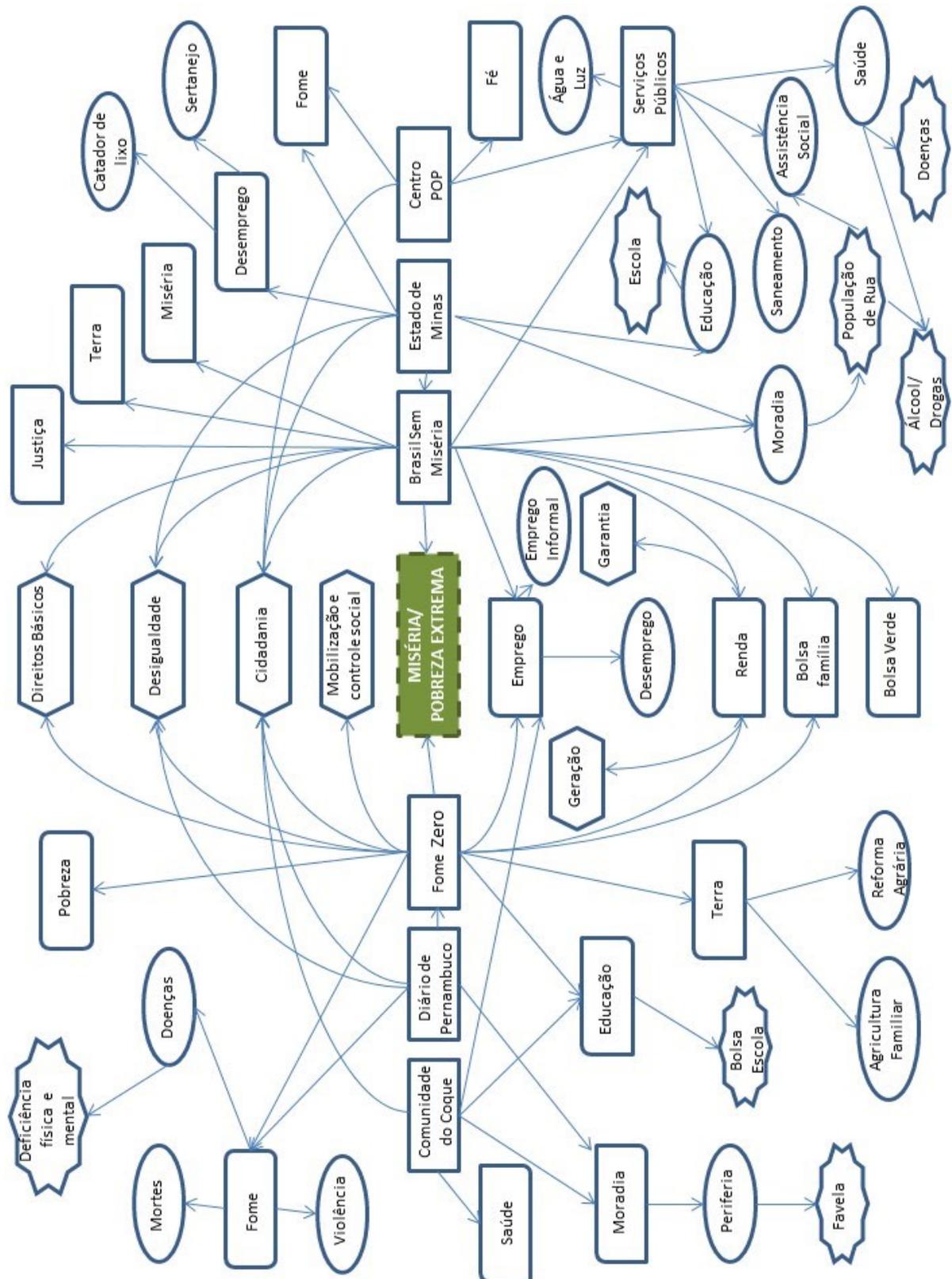
## PASSO 5 – MAPA TEMÁTICO

Essas redes de sentidos foram representadas em um mapa, cuja elaboração constituiu o Passo 5. O mapa traz, visualmente, as potencialidades simbólicas da miséria como carência (falta), especialmente em sua interface com questões referentes à alimentação, moradia e trabalho.



\*Mapa 6 - Mapa Temático – População  
Fonte: própria autora

O último dos mapas reúne e dá materialidade visual às três redes de sentido sobre a pobreza e a miséria, possibilitando uma percepção de suas articulações e singularidades.



\*Mapa 7 - Mapa Temático – Três Núcleos 189  
Fonte: própria autora

## 5 RECENARIZANDO

*“Comovo-me em excesso, por natureza e por ofício.  
Acho medonho alguém viver sem paixões.”*

*Graciliano Ramos*

*“Enquanto eu tiver perguntas e não houver respostas...  
continuarei a escrever.”*

*Clarice Lispector*

No último ano, diversos jornais e revistas nacionais publicaram matérias apontando os agravos sobre a situação de pobreza no Brasil. Segundo a revista Istoé (2018), por exemplo, o número de pessoas em situação de pobreza no Brasil subiu de 52,8 milhões em 2016 para 54,8 milhões em 2017, de acordo com dados do IBGE, que são, por sua vez, baseados em parâmetros do Banco Mundial. Ainda segundo a revista, o número de pobres no Brasil é maior que a população total de países como Colômbia, Argentina e Espanha.

O aumento tem deixado muitos setores preocupados com o possível retorno do país ao Mapa da Fome. Ao deixar a relação de países que têm mais de 5% da população ingerindo menos calorias do que o recomendável, o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU em 2014. Isso só foi possível porque o país reduziu em 82% a população considerada em situação de subalimentação entre 2002 e 2013. Naquela época, o país foi citado como caso de sucesso no esforço mundial pela redução da fome.

Atualmente, entretanto, os números crescentes de pobreza e pobreza extrema sugerem que o país voltará ao Mapa da Fome. Os dados fazem parte do relatório sobre o estado de insegurança alimentícia em todo o mundo, publicado pela ONU no ano de 2014. Se, por um lado, a fome continua como centro das atenções das estratégias da Organização, contando inclusive com uma campanha sobre o tema com o velocista jamaicano Usain Bolt, por outro

lado o Brasil, ao que tudo indica quanto à conjuntura econômica e política, não está acompanhado o cenário.

Sobre o Brasil Sem Miséria, é possível afirmar que, até a finalização desta tese, o Programa não foi extinto, formalmente, da agenda política brasileira. Porém, as mudanças políticas ocorridas no país nos últimos anos, incluindo o afastamento de Dilma Rousseff (PT), no dia 12 de maio de 2016 e a ascensão do vice Michel Temer (PMDB) à presidência da República deram início a novas abordagens políticas às pautas na área. Além disto, o Ministério de Desenvolvimento Social, responsável por políticas sociais da natureza do PBSM no país, foi incorporado ao Ministério da Cidadania (que representa a união do Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Esporte e Ministério da Cultura) no governo do Presidente Jair Bolsonaro (PSL, 2019-2022). Outra importante alteração nesse cenário foi a extinção, pelo presidente Jair Bolsonaro, de um dos mais importantes instrumentos de combate à fome no país, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Mesmo assim, podemos dizer que o novo cenário político é muito recente para permitir avaliar prospectivamente quais serão as consequências das mudanças para as políticas públicas na área. Do ponto de vista econômico, entretanto, o PBSM permanece aparentemente desativado. No site <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria>, o último resultado divulgado data de 2014. Além disso, o veículo não conta com atualizações de notícias e agendas/eventos desde 2017.

Mesmo com plena ciência dos estreitíssimos limites de minha possibilidade de ingerência nesse cenário, meu desejo inicialmente era de produzir uma tese que pudesse de algum modo contribuir para a sua compreensão. A dimensão simbólica dos processos sociais geralmente é ignorada no conjunto das análises e, no entanto, quanto de realidade é construída pela força dessa dimensão!

O espaço deste capítulo é destinado às reflexões e conclusões (ainda que não peremptórias) que pude obter no meu esforço de produzir essa contribuição. Aqui vou escrever na primeira pessoa do singular, ao modo da Introdução. Lá, estava falando de uma experiência pessoal. Quando passei aos capítulos, o enunciador foi o “nós”, por se referir à presença no texto de outras vozes, que me ofereceram contribuições para ver e pensar. Retomo agora meu lugar de enunciativa, porque aqui é o lugar em que desagua não só o conhecimento produzido, mas também a experiência vivida, e essa é uma experiência pessoal.

Tenho pela frente a difícil missão de concentrar em um único capítulo os conhecimentos que pude produzir ao longo da pesquisa, conhecimentos que me transformaram enquanto pessoa e pesquisadora em formação, durante esses quatro anos de investigação.

Para atingir os objetivos traçados, procurei, em primeiro lugar, mapear e contextualizar os aspectos históricos e sociais da pobreza e da miséria desde a Idade Média, fazendo emergir a ideia de pobreza como aflição individual e de pobreza parasitária, transitando pela responsabilização do pobre por sua situação/condição de pobreza ocorrida com o surgimento do Capitalismo e pelo nascimento da figura do hospital – inicialmente destinado ao acolhimento dos loucos e dos pobres. Por fim, cheguei à realidade brasileira. Registrei que o Brasil, alinhado à perspectiva global do Desenvolvimento Sustentável - com objetivos visando a erradicação da fome e o combate à pobreza -, criou programas específicos para a superação da pobreza e pobreza extrema, dentre eles o Fome Zero e o Brasil Sem Miséria, que foram objetos do meu estudo.

Procurei assim demonstrar que, ao longo dos tempos, distintas instituições e seus diferentes atores sociais construíram discursos sobre a temática pobreza/miséria que ainda hoje se fazem presentes no cenário brasileiro, incluindo as políticas públicas da área. Consolidei meu entendimento de que uma política pública nunca se legitima sem negociações que, por sua vez, representam a visão de mundo que naquele momento teve maior força de legitimidade.

É o caso do Fome Zero, que trouxe consigo a representação simbólica do ex-miserável que o constituiu: o pobre chegou ao poder. Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a política de governo com muitas produções simbólicas sobre sua própria figura enquanto retirante e homem que fala sobre a fome tendo vivido a experiência. Foi possível observar a força da construção simbólica da chegada das classes subalternas ao poder ao longo da análise dos documentos do núcleo discursivo Estado. A chegada de Lula à Presidência representou um importante momento de presença dos sindicalistas nas elites brasileiras.

Dos documentos assinados por Lula (Início do Fome Zero), passei a documentos assinados por técnicos, legitimando os feitos de Lula (ainda com relação ao Fome Zero), até um documento sem assinatura explicitada (Plano Brasil Sem Miséria), mas ainda assim emanando de um governo que sucedeu, mais uma vez, a figura de Lula – o Governo Dilma Rousseff.

Seguindo o percurso, busquei verificar como os discursos sobre a temática produziam sentidos nos núcleos Mídia e População. Analisei discursivamente os textos produzidos nos três núcleos, tendo os contextos como eixos estruturantes.

Para alcançar os objetivos, utilizei uma metodologia que combinou procedimentos, buscando as especificidades do objeto empírico. Assim, para o núcleo População, foi importante desvelar e dar relevo aos processos de produção simbólica sobre a temática da pobreza dos sujeitos das periferias, tanto territoriais quanto discursivas. A estratégia foi

movimentar/mobilizar sentidos sobre o tema a partir de conversações e fotografias, em um processo intensivo de interlocução em Belo Horizonte e em Recife, que foi finalizado com uma análise discursiva dos textos emanados das fotos e conversações, contrapostos aos seus contextos de produção.

Para os núcleos Estado e Mídia, a estratégia metodológica foi proceder também a uma análise de discursos, mas a partir de textos impressos. Em relação ao Estado, privilegiando documentos oficiais referentes ao tema do enfrentamento da fome e da pobreza. Em relação à Mídia, utilizando textos de jornais – Estado de Minas e Diário de Pernambuco –, selecionados pelo critério de equivalência territorial com o núcleo População.

O passo seguinte foi contextualizar a discussão no âmbito das desigualdades sociais em saúde e em comunicação, considerando a comunicação como disputa por sentidos sociais, na qual indivíduos e instituições negociam discursivamente suas visões sobre as realidades do mundo. Assim, entendo que os discursos sobre a miséria podem evidenciar não só os sentidos, mas as disputas por sentidos, e, pelo seu poder de criar realidades, participar da configuração das desigualdades e iniquidades em saúde.

Tendo em vista os objetivos, metodologia, contextualização, análise e percurso em todo o processo de pesquisa, me permito chegar a algumas conclusões, desde já afirmando seu caráter de fronteira, ou seja, um lugar que abriga pontos de chegada, mas que imediatamente se convertem em pontos de partida, pois demandam novos investimentos de pesquisa.

### **Primeiras aproximações**

A pesquisa centrou-se na dimensão comunicacional da temática da miséria e da pobreza no Brasil. Miséria e pobreza são resultantes de muitas determinações, de distintas ordens, sendo uma delas a ordem simbólica. Como tal, apresenta-se como resultante de uma permanente negociação de sentidos, que circulam através de discursos que emanam de diferentes interesses e que atuam na sua consolidação na sociedade, consolidando assim as relações de poder que conformam essa sociedade. Essas relações foram evidenciadas, na pesquisa, pelos dispositivos discursivos de produção de sentidos, inferidos pela análise de textos dos campos das políticas públicas e dos mídias e os da população, especificando-se para o tema contemplado.

Nessa disputa de sentidos, a voz autorizada é seguramente a do Estado, sendo que a Mídia atua na sua visibilização para além dos meios técnicos e políticos. O dispositivo midiático, no caso estudado, reconstrói a abordagem do tema da pobreza em seus parâmetros de visibilidade sem, no entanto, alterar significativamente o discurso dos documentos do Estado, estruturado pelo seu contexto de documento técnico, político e frequentemente

econômico. Essa constatação associa-se à percepção de que, confirmando a proposição de Foucault (1986, p.62), o discurso “é um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos”. Os discursos sobre a pobreza estiveram circulando e ainda circulam por um território simbólico que ignora as barreiras temporais e territoriais. Assim, pude constatar a presença de abordagens similares em textos de gênero tão distintos, que circularam em momentos distintos, por vezes com lugares de fala absolutamente distintos. Poderia dizer que houve e há um processo de recíproca “contaminação discursiva”, muito embora alguma diversificação tenha se apresentado, muito como decorrência dos contextos de produção dos sentidos.

Uma similitude entre os núcleos Estado e Mídia, importante para nossos objetivos, é tratar as pessoas – aquelas classificadas como pobres ou miseráveis – como objetos de seus discursos, como sujeitos falados. Sua presença se dá em fotografias que ilustram as matérias dos jornais ou os planos e relatórios dos governos, excetuando-se quatro reportagens do Estado de Minas e Diário de Pernambuco que deram voz a essas pessoas.

São essas pessoas que formaram o terceiro núcleo discursivo, que teve então como participantes moradores de periferias urbanas. Como já adiantei, essas pessoas tiveram protagonismo e centralidade na pesquisa. As análises que procedi dos demais núcleos foram, ao fim e ao cabo, subsidiárias do olhar lançado sobre esses participantes.

### **Aproximando um pouco mais**

Nas inferências sobre os discursos em sua “rede de lugares distintos”, pude ver que pobreza e miséria surgem, em todos os núcleos, como representações muito próximas uma da outra ou mesmo em situação de equivalência. Nos textos escritos, núcleos Estado e Mídia, a miséria surge como uma extensão da pobreza na sociedade nos aspectos econômico e social. Em contraposição, nos relatos dos participantes do núcleo População, elas apresentam-se como sinônimos e revelam sentidos indivisos uns dos outros.

A separação entre pobreza e miséria é, assim, bastante difusa. A exacerbação de sua diferença ocorreu em discursos do Estado, de forma localizada na referência a dados quantificáveis sobre a renda das populações consideradas pobres ou extremamente pobres que são, nesse cenário, os designados miseráveis.

É justamente a renda que emerge como um elemento de destaque nos discursos estudados. A renda é o índice mais utilizado por políticas públicas na área social e econômica. A garantia de renda é tida como uma possibilidade de saída da situação de pobreza e a pobreza é vista como consequência da ausência da renda. Essa relação está presente nos discursos tanto

no núcleo Estado, quanto no núcleo Mídia. O uso recorrente das palavras renda e fome, em relação co-textual de proximidade, esteve presente nos textos de ambos os núcleos, assim como seus diagnósticos e análises. Mas, me fazendo ver que não há homogeneidade discursiva monolítica, mesmo quando os discursos se apresentam mutuamente constitutivos, nos discursos da População a situação se apresenta diferentemente.

Os participantes da pesquisa – tanto moradores da Comunidade do Coque, quanto pessoas em situação de rua em Belo Horizonte – não fazem uso, em nenhum momento, do critério renda para caracterizar a pobreza ou a miséria. O discurso deles, que elege outros parâmetros, encontra similitude em alguns trechos dos próprios documentos oficiais que, ainda que elegendo a renda como critério de qualificação para se ser beneficiário dos programas, problematizam em alguns aspectos a exclusividade desse valor para definição de pobreza ou miséria, com base em teorias econômicas não hegemônicas que questionam a unidimensionalidade do conceito, versus a complexidade de problemática. Uma complexidade que envolve profundamente a noção de “território”.

Os espaços em que essas pessoas se reúnem enquanto coletividades – O Centro Pop Sul e a Comunidade do Coque – funcionam como lugares de afetos que conferem certa visibilidade e direitos sociais. Representam o espaço da casa, segundo o que ela possui de melhor, pela ótica de DaMatta (1997): os vínculos afetivos. Elas são vistas nesses espaços e neles têm direito a voz.

Entretanto, quando elas ultrapassam as fronteiras desses espaços de conforto, quando estão fora da Comunidade do Coque e do Centro-Pop, ocorre a produção de uma visibilidade ao avesso. Isso porque, historicamente, a hipervisibilidade dada à pobreza por meio da naturalização de alguns sentidos que correlacionam pobreza-mendigo; pobreza-doença; pobreza-marginalidade, favela-pobreza e rua-pobreza -, reconstituída, inclusive, em discursos midiáticos, repercutiu e ainda repercute negativamente sobre a pobreza e o homem pobre, ou sobre a miséria e o homem miserável, recobrando essas pessoas com um estigma que as anula enquanto indivíduos e a constitui enquanto estereótipo. O estigma decorre do aprofundamento e cristalização de preconceitos e acaba por gerar um efeito contrário ao da própria visibilidade, ao substituí-la pela classificação imposta à pessoa.

### **Pobreza e comunicação – a visibilidade como chave para a compreensão**

Talvez como uma reação de auto-proteção, muitas vezes os sujeitos de nossa pesquisa consideram “pobre” o Outro. Assim, num só movimento enunciativo, afastam-se da (hiper)visibilidade/(in)visibilidade atribuída socialmente à pobreza e aos que a vivenciam, e

objetificam aquilo que pode ofender e humilhar. Este é um silêncio feito de palavras, um silêncio tático, uma forma de evitar o sofrimento e a dor. Um silêncio fundador, que existe nas palavras significando o não dito (Orlandi, 2007).

Vistos como membros de um grupo pobre pela Mídia e pelo próprio Estado, esses sujeitos buscam distanciar-se da temática pobreza. Falam sobre experiências negativas com relação às formas de visibilidade de que são objeto, que fazem com que estejam sempre na periferia dos sentidos e mais concretamente às margens da sociedade (náufragos, no dizer de Declerk, 2006), mas na recusa das nomeações que consideram indevidas transferem a condição ao Outro que julgam mais desfavorecido, como os que não têm com que se alimentar (no caso das pessoas em situação de rua) ou os que não têm aonde morar (no caso dos moradores do Coque).

Esse deslocamento discursivo, entretanto, não tira essas pessoas desses territórios de invisibilidade: continuam periféricos e sujeitos a várias formas de produção de inexistência, mesmo quando sua imagem é estampada nos jornais, porque os sentidos que predominam são de grupos sociais que demandam piedade e ajuda.

Uma palavra emerge nesse e desse cenário como central na semantização da pobreza pelos participantes do núcleo População: carência. Por parte da população em situação de rua de Belo Horizonte, pobreza e miséria podem ser resumidas como pessoas carentes de comida, fé, saúde e educação. Por parte da Comunidade do Coque de Recife, pobreza e miséria podem ser traduzidas como carência de moradia, emprego, saúde, saneamento básico, educação.

Não se trata, entretanto, de uma carência vista pela perspectiva assistencialista. Seus sentidos são encontrados com mais nitidez na interface com os sentidos do negligenciamento em saúde e em comunicação. As pessoas que participaram da pesquisa e que elas provavelmente representam (pessoas em situação de rua e moradores da Comunidade do Coque) perceberam e semantizaram o negligenciamento como carência.

Assim, não estou despolitizando o assunto ao falar em carência. O discurso dessas pessoas não é o do pobre como alguém que deve receber políticas compensatórias, mas do pobre como alguém que vive sob condições de negligenciamento, na saúde (em seu conceito ampliado), na comunicação (em seu direito a voz, a ser ouvido e levado em consideração) e em todas as áreas de sua vida como cidadão.

A etimologia da palavra negligência está ligada à falta de atenção ou cuidado. Negligenciar é não dar atenção, menosprezar, até mesmo esquecer. As pessoas nessas situações de carência vivem essa negligência. Assume-se, portanto, ampliando o sentido de negligência, a iniquidade de não tornar visíveis as múltiplas carências dessa população.

Sendo a invisibilidade da ordem comunicacional, posso afirmar, com Araujo, Moreira e Aguiar (2013), a estreita relação da comunicação com o negligenciamento a que estão submetidas essas pessoas e que resultam em fome, desemprego, falta de moradia, de oportunidades de educação, de saúde. Por constituírem vozes periféricas nos demais discursos, as vozes das pessoas das periferias demonstram como o silêncio sobre as suas visões de mundo configura desigualdades e injustiças que, entre outras consequências, produzem demandas em saúde sobre as quais pouco se ouve ou se busca entender seus pontos de vista. Estas demandas acabam sendo traduzidas, aos meus olhos, pelas fotografias que eles produziram.

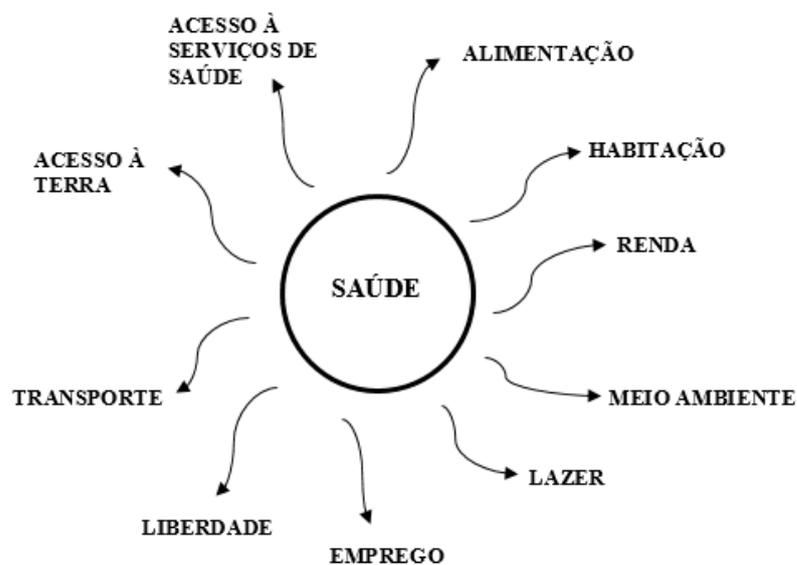
### **Pobreza e saúde: temáticas que as unem e as separam**

A saúde, em sua relação com a pobreza, não tem centralidade nos discursos do Estado e, por decorrência, nos da Mídia. Sua associação ocorre muito mais pelo meu olhar de analista, informado por um conceito ampliado de saúde. Assim, podemos encontrá-la na importância conferida à alimentação, que por sua vez é, nos documentos, uma variável dependente da renda ou concomitante ao fortalecimento da agricultura familiar, como no Fome Zero.

Podemos vê-la, também, como potencialmente resultante da articulação, mobilização e controle social, um dos eixos do Fome Zero, e da inclusão produtiva e acesso a serviços públicos, eixo do Brasil Sem Miséria. Mais do que acesso a assistência médica ou a medicamentos, como fotografias que os participantes registraram, a saúde viria da capacidade de lutar por um maior acesso aos direitos de cidadania, como direito à saúde e direito à comunicação.

Por outro lado, se pode pensar que, em qualquer um dos núcleos, a saúde atravessa todos os sentidos da pobreza, se considerada pelo mesmo conceito ampliado. Neste caso, estaria implícita. Se aceitarmos essa possibilidade, a pobreza - para todos os núcleos estudados (ainda que mais fortemente na População), encontra um conceito aliado ao próprio entendimento da saúde. A ideia multidimensional de pobreza, pensando na ampliação dos conceitos de todos os núcleos analisados, inclui alimentação, habitação, meio ambiente, renda, emprego, acesso à moradia, acesso à serviços de saúde e acesso à serviços de educação. Tal como o da saúde, que inclui alimentação, habitação, renda, meio ambiente, lazer, emprego, liberdade, transporte, acesso à terra e aos serviços de saúde.

O conceito ampliado de saúde poderia ter a seguinte representação gráfica:



*\*Figura 3 - O que é Saúde?  
Fonte: Elaboração própria*

Seguindo a mesma concepção, podemos visualizar as temáticas relacionadas ao conceito de pobreza:



*\*Figura 4 - O que é Pobreza?  
Fonte: Elaboração própria*

Possivelmente, muitas dessas interfaces se fazem presentes pelos próprios conhecimentos gerados sobre os estudos das iniquidades e desigualdades em saúde. Embora esses conhecimentos se façam por acúmulo, a relação que pude estabelecer e representar nos diagramas decorre mais da terceira geração de estudos entre pobreza e saúde, dedicada principalmente à saúde e aos determinantes sociais em saúde (NANCY ADLER, 2006).

Entendo que essa atual geração deve, ainda, aprimorar os estudos referentes às interfaces sobre as desigualdades sociais e a pobreza, incluindo a dimensão comunicacional, reiterando a importância da comunicação como fator que evidencia as desigualdades. Os muitos movimentos – nacionais e sobretudo internacionais – que vêm conseguindo a atenção da sociedade e dos representantes do Estado para a temática da pobreza em todo o mundo iluminam cenários e reverberam nos meios de comunicação. Porém, esses movimentos ainda são tímidos do ponto de vista de pensar a comunicação também como um direito humano que influencia decisivamente nas condições de vida de uma população e nas suas relações com a pobreza.

### **Começando a terminar**

Gostaria de registrar o acerto em escolher moradores de periferias como sujeitos da pesquisa. Seria inviável trabalhar com a temática pobreza sem levar em consideração aqueles que se encontram nessa situação, ou pelo menos habitam territórios periféricos, físicos e simbólicos. Conforme nos lembra Pinto (1997, p.87), “as narrativas têm um papel central no que se chama de natureza humana. As histórias contadas pelas pessoas são fundadoras de sua identidade social e a construção de uma história de vida é crucial para nossa auto-identidade”.

Por outro lado, fica exposto aqui também parte dos objetos do meu porão, aquele quartinho escondido de nossa tese-casa, em que coloquei o que não se pode, presentemente, possibilitar a visão. São as limitações do estudo.

Dentre elas, volto à temática do tempo e das temporalidades. Precisaria de muito mais tempo com os sujeitos da pesquisa, especialmente de Recife, para obter mais interlocução e assim conseguir acessar outras discursividades sobre as situações e problemas que envolvem suas histórias de vida. O tempo na pesquisa é sempre um fio condutor e delimitador.

Entender, conhecer e fazer ouvir os sujeitos de pesquisa demanda um tempo do Outro, com sua própria lógica de temporalidade. Um tempo que não é o do pesquisador, e esse foi de fato um limitador deste estudo. Ainda que eu tenha utilizado uma metodologia que buscou considerar essa outra lógica, ela ainda se fez presente, muitas vezes, na lógica temporal moderna

de encurtar o presente pelas demandas diárias que nos fazem produzir cada dia mais, em favor de um conhecimento que se produz num tempo futuro.

Outra limitação da pesquisa encontra-se no fato de basear o estudo apenas na análise de textos do Estado e mídia. Isso limita o acesso às condições de produção desses discursos. Seria necessário que também para esses núcleos eu tivesse conseguido estabelecer conversações ou qualquer outra forma de aproximação dos enunciadores, escutar aqueles que foram responsáveis pelas condições de produção dos textos analisados. O que eles têm a dizer sobre suas produções? Que sentidos atribuem aos pobres e à pobreza no país? Quais as circunstâncias históricas, institucionais e operacionais que pautaram a produção daqueles textos? Acrescento ainda que dois jornais não podem representar o universo da imprensa, além da dificuldade encontrada para acesso a seus arquivos. Portanto, considero que os resultados do núcleo Mídia têm limites quanto à sua possibilidade de generalização.

Indo mais adiante: para além das regiões que foram incluídas no trabalho de campo, quem são, quem fala e escuta os considerados pobres em outras regiões do país? Em que situações os pobres são invisíveis aos olhos dos poderes constituídos e da sociedade? Em que situações têm tido sua imagem deturpada e/ou estereotipada? Nos foi possível a aproximação com dois grupos muito ricos em sua vivência e que deram uma extraordinária contribuição à pesquisa, mas eles não poderiam representar a totalidade das pessoas que vivem em territórios periféricos neste país.

### **Agora sim, terminando**

Desta forma, chego ao fim da escrita da minha tese, que teve como propósito discutir a produção simbólica sobre a miséria e o miserável em suas correlações com as desigualdades e iniquidades sociais em saúde.

As perguntas são muitas, talvez muito mais numerosas que no início da pesquisa e todas elas convergem para repensarmos as práticas de comunicação nas especificidades da pobreza urbana no Brasil, particularmente no campo da saúde. Este é um desafio que abre à nossa frente um longo e desafiante percurso. A produção de sentidos me parece um caminho que nunca se encerra em si mesmo. Ressalto – assim como refleti no início desta tese – **que esta será, para sempre, uma casa em construção!**

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU JÚNIOR, J. B.; FERREIRA, M. M. & BEZERRA, R.L. Verbetes Diário de Pernambuco. In: CPDOC FGV, s/d. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>. Acesso em novembro de 2018.
- ADLER, N. Behavioral and social sciences research contributions in NIH Conference on Understanding and Reducing Disparities in Health, October 23- 24, 2006 NIH Campus, Bethesda, Maryland. Disponível em: <http://obsr.od.nih.gov/HealthDisparities/presentation.html>. Acesso em: dezembro de 2018.
- ALVES, Maria Elisa & GALDO, Rafael. Os Miseráveis. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 31 de mai a 7 de jun de 2015. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/os-miseraveis-retrato-sem-retoques-de-um-rio-de-excluidos-16274605>. Acesso em outubro de 2018.
- ARAUJO, I. S. **A Reversão do Olhar**: prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Mercado simbólico**: interlocução, luta, poder Um modelo de comunicação para políticas públicas. Tese (Doutorado em Comunicação). Rio de Janeiro, 2002, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação.
- \_\_\_\_\_. **Mercado Simbólico**: um modelo de comunicação para políticas públicas. Interface - Comunic., Saúde, Educ., 2004, v.8, n.14, p.165-77.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de Pós-Doutorado**. Ainda não publicado.
- ARAUJO, I. S.; CARDOSO, J. M. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.
- ARAUJO, I., MOREIRA, A., & AGUIAR, R. Doenças negligenciadas, comunicação negligenciada. Apontamentos para uma pauta política e de pesquisa. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, 6(2), 1-11, 2012.
- ARAUJO-JORGE, T. C. **Embasamento técnico e sugestões para ações de controle das Doenças da Pobreza no Programa de Erradicação da Pobreza Extrema no Brasil**. (Nota Técnica n.º 1/2011/ Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz-/Diretoria, versão 4, 2 de setembro de 2011). Disponível em:[http://www.fiocruz.br/ioc/media/NotaTecnica\\_1\\_2011\\_IOCAtual.pdf](http://www.fiocruz.br/ioc/media/NotaTecnica_1_2011_IOCAtual.pdf). Acesso em 01 de março 2016.
- BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo, Hucitec, 1992.
- BAPTISTA, T.W.F. Histórias de políticas de saúde no Brasil: a trajetória do direito a saúde. In: Matta GC, Pontes, ALM. **Políticas de Saúde**: organização e operacionalização do Sistema único de Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz; 2007. p. 29-60.
- BARATA, R.B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde?** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000.
- BARTHES, R. O prazer do texto. Lisboa: Edições 70, 1973.

BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2005.

BORDIEU, P. *et al.* **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Decreto n.º 7.492, de 2 de junho de 2011a, Institui o Plano Brasil Sem Miséria. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jun. 2011a. Seção 1. p. 6-7. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm). Acesso em 01 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Plano Integrado de Ações Estratégicas de Eliminação da Hanseníase, Filariose, Esquistossomose e Oncocercose como Problema de Saúde Pública, Tracoma como Causa de Cegueira e Controle das Geelmintíases - Plano de Ação 2011 – 2015**. Brasília: DF: MS, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Fome Zero – A Experiência Brasileira**. Brasília, DF: MDA, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero – Uma História Brasileira**. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil Sem Miséria**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011b.

BREILH, J. **Epidemiologia**: economia, política e saúde. Tradução: Luiz Roberto de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP: Hucitec, 1991.

BUSS, P. M. Globalização, pobreza e saúde. Conferência Leavell apresentada ao VIII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e XI Congresso Mundial de A Saúde e seus Determinantes Sociais **Physis: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(1):77-93, 2007 91 Saúde Pública, Rio de Janeiro, agosto de 2006. Disponível em: [www.fiocruz.br](http://www.fiocruz.br). Acesso em dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2000 [acesso em agosto de 2018]; 5:163-177. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7087.pdf>.

BUSS, P.M. & PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. 2007. [acesso em setembro de 2018]; vol.17, n.1, pp.77-93. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-73312007000100006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-73312007000100006&script=sci_abstract&tlng=pt)

CAMPELLO, T. H. G. B. **Desenvolvimento, inclusão social e intersetorialidade**: do orçamento participativo ao Brasil sem Miséria. Memorial descritivo (Fundação Oswaldo Cruz). Brasília, 2017.

CARRATO, Â. Imprensa mineira: um monopólio próximo do fim. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Orgs.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002. p. 469-481.

DAMATTA, R. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

DECLERCK, P. **Los Náufragos**: con los indigentes de París. Espanha:Asociación Española De Neuropsiquiatria. 2006.

ESCOREL, S. **Vidas ao Léu**: trajetórias da exclusão social. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

FERREIRA, M. M. Verbetes Estado de Minas. In: CPDOC FGV, s/d. Disponível em [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-minas-o](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-minas-o). Acesso em novembro de 2018.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20ª ed. São Paulo, Ed. Loyola, 2010.

FREITAS, A. S. M. et al. **Fundamentos para uma sociologia crítica da formação humana**. Um estudo sobre o papel das redes associacionistas. Tese (Tese em sociologia) – UFPE. Recife, 2005.

GEREMEK, B. **Os Filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na literatura Europeia – 1400-1700. Companhia das Letras, 1995.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HUGO, V. **Os Miseráveis**. Tradução por Renina Célia de Oliveira. São Paulo: Martin Claret, [1860] 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Resultados Gerais da Amostra. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Resultados\\_Gerais\\_da\\_Amostra/resultados\\_gerais\\_amostra.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/resultados_gerais_amostra.pdf). Acesso em: 27 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2018.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Fome Zero - documento síntese**. Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001.

ISTOÉ. **Número de pobres cresce a 52,8 milhões no Brasil**. Brasil, 5 de dez. 2018.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília 56(2): 137-160, 2005.

JOLY, Martine. Imagem Protótipo. In: \_\_\_\_\_. Introdução à Análise da Imagem. Campinas: Papius, 1996. p. 69-114.

MAINGUENEAU, D. Novas tendências em análise do discurso. Campinas, SP: Editores da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. São Paulo. 1989.

MOREL, C. M. A pesquisa em saúde e os objetivos do milênio: desafios e oportunidades globais, soluções e políticas nacionais. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, abr./jun. 2002.

- \_\_\_\_\_. Promotoras da pobreza. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, 1 fev. 2011. Opinião.
- \_\_\_\_\_. Inovação em saúde e doenças negligenciadas. **Cad. Saúde Pública**, v. 22, n. 8, p.1522-1523, 2006.
- NUNES, et, al. **Medindo as desigualdades em saúde no Brasil: uma proposta de monitoramento**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.
- OLIVEIRA, V. de C. Os mídias e a mitificação das tecnologias de saúde. In PITTA, A.M.R. (org.). **Saúde e Comunicação: visibilidades e silêncios**. Rio de Janeiro, Hucitec/Abrasco, 1995. p.133-145.
- ONU. **The Millennium Development Goals Report**. United Nations. New York, 2015.
- \_\_\_\_\_. *The staty of food insecurity in the World. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition*. Rome, 2014.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Carta de Ottawa para la promoción de la salud. In: **Promoción de la Salud: una antología**. Publicación Científica 557, p. 367-372, Washington, DC: OPS [acesso em agosto de 2018]. Disponível em: [www.fmed.uba.ar/depto/toxico1/carta.pdf](http://www.fmed.uba.ar/depto/toxico1/carta.pdf).
- ORLANDI, E.P. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, Ed. da Unicamp, 2007.
- PAES-SOUZA, R. Plano Brasil Sem Miséria: Incremento e mudança na política de proteção e promoção social no Brasil. **IPC-IG Working Paper**, n. 113, 2013.
- PEIRCE, C. S. **Semiótica**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- PELIANO, A. M. T. M.; RESENDE, L. F. L.; & BEGHIN, N. O Comunidade Solidária: uma estratégia de combate à fome e à pobreza. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 12, p.19-39, 1995.
- PERES, A. C. A Peleja para não Cruzar a Linha. **Revista Radis**. Rio de Janeiro, nº 186, p. 16-24, março de 2018.
- PERES, T. H. A. Comunidade Solidária. A proposta de um outro modelo para as políticas sociais. **Civitas**, v. 5, n. 1, p. 109-126, 2005.
- PINTO, M. J. **As marcas linguísticas da enunciação**: esboço de uma gramática enunciativa do português. Rio de Janeiro: Numn, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Comunicação e Discurso** - Introdução à análise de discursos. São Paulo: Ed. Hackers; 1999.
- RAMOS, G. **Vidas Secas**. 46 ed. São Paulo: Record, 1980.
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- RODRIGUES, A.D. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa, Editora Presença, 1990.
- ROMÃO, M.E.C. Considerações sobre o conceito de pobreza. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 355-370, Out./Dez. 1982.
- SCHWARTZMAN, S. **Os paradoxos da pobreza no Brasil**. Apresentado no Rio Workshop on Inequality, Rio de Janeiro, 3 a 6 de julho, 2001. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/paradoxos.htm>. Acesso em julho de 2018.

SANTOS, B. S. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**, In: SANTOS, B. S. (org.), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente*. São Paulo: Cortez Editora, 777-821, 2004.

\_\_\_\_\_. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. São Paulo, Recife: Hucitec. 1978 .119p.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2006. 273p.

\_\_\_\_\_. O Tempo nas cidades. In **Revista Ciência e Cultura – Temas e Tendências Contemporâneas**. (SBPC) São Paulo, v. 54. n. 2, 2002a. (mimeo, s/p.).

\_\_\_\_\_. **O país distorcido**. In: RIBEIRO, W.C. (Org.). São Paulo: Publifolha, 2002b.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Udesp. Ed. 7. 2014.

SOARES, L.E.; BILL, M.V., & ATHAYDE, C. (2005). *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva.

TELLES, V. S. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Ed. 34, 2001

VALE, J.H. Prefeitura de BH remove 122 toneladas de materiais em áreas ocupadas por moradores de rua. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, 15 de setembro de 2018. Disponível em [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/09/15/interna\\_gerais,988978/prefeitura-de-bh-remove-122-toneladas-de-materiais-em-areas-ocupadas-p.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/09/15/interna_gerais,988978/prefeitura-de-bh-remove-122-toneladas-de-materiais-em-areas-ocupadas-p.shtml). Acesso em novembro de 2018.

VALLADARES, Lícia. **Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil**. In: BOSCHI; Renato R.(Org).*Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo,IUPERJ,1991.

VERÓN, E. **A produção do sentido**. São Paulo: Cultrix/USP, 1981.

\_\_\_\_\_. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.

WHITEHEAD, M. **The concepts and principles of equity and health**. EUR/ ICP/RPD 414, 7734r, Geneva: WHO, 2000.

## **APÊNDICE**

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa *A Construção Simbólica da Miséria e dos Miseráveis: Estado, Mídia e População*, bem como de estar ciente da necessidade do uso de meus depoimentos e das imagens que posso vir a produzir para a pesquisa, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio deste documento, a pesquisadora Daniela Savaget Barbosa Rezende, aluna do curso de doutorado do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (Icict/Fiocruz), a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes; e a utilizar as fotos produzidas para fins de estudos (livros, artigos, apresentações em congressos e seminários). A utilização das fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos obedecerá ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Pesquisadora Responsável

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O/A Sr/Sr<sup>a</sup> está convidado/a a participar da pesquisa *A Construção Simbólica da Miséria e dos Miseráveis: Estado, Mídia e População*, sob a responsabilidade da pesquisadora Daniela Savaget Barbosa Rezende, aluna do curso de doutorado do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (Icict/Fiocruz). A pesquisa, com a intenção somente científica, vai buscar conhecer e compreender quais são as imagens existentes sobre a pobreza e a miséria no Brasil e a relação das duas com as desigualdades sociais em saúde. Por meio da sua participação, o/a Sr/Sr<sup>a</sup> estará contribuindo para a reflexão sobre quais são as visões que a sociedade brasileira possui sobre a pobreza, quem são as pessoas que constroem tais visões e quais os interesses que elas possuem.

Sua participação é voluntária, não demanda despesa, nem envolve remuneração. Ela se dará a partir do método de **Contação de Histórias**. O/A Sr/Sr<sup>a</sup> será convidado/a a narrar sua história de vida e o que entende das relações entre saúde, comunicação e pobreza. Os depoimentos serão gravados e transcritos e, caso deseje, o/a Sr/Sr<sup>a</sup> poderá verificá-los. Após a **Contação de Histórias**, um grupo menor de participantes receberá máquinas fotográficas descartáveis. Caso o Sr/Sr<sup>a</sup> receba uma dessas máquinas, será convidado/a a fotografar imagens que representem as histórias narradas. Após a produção das imagens, ocorrerá um debate com o grupo sobre o que foi retratado. Tais fotos serão utilizadas para fins científicos e de estudos (livros, artigos, apresentações em congressos e seminários). Caso concorde em participar da pesquisa, o/a Sr/Sr<sup>a</sup> reconhece que tomou conhecimento da possibilidade dessa divulgação.

Os selecionados para a **Contação de Histórias** e, posteriormente, **Produção de Fotografias** nesta pesquisa fazem parte do grupo de integrantes do **Centro POP** (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), em **Belo Horizonte/MG** e de um grupo de moradores da **Comunidade do Coque**, em Recife/PE. Consideramos importante não esconder a identidade desses participantes, afim de contribuir para a discussão de invisibilidade que cerca a temática, porém, caso o/a Sr/Sr<sup>a</sup> concorde em participar, mas prefira não divulgar seu nome, assim será feito. Se não, ele constará na divulgação dos resultados da pesquisa.

Durante a realização da **Contação de Histórias** e da **Produção de Fotografias**, a previsão de riscos é mínima. Poderá acontecer um desconforto psicológico por parte do participante ao reviver sua história de vida, porém, ele será evitado pela pesquisadora, que se compromete a respeitar o tempo e espaço de cada participante durante a narrativa. Informamos também que, caso o/a Sr/Sr<sup>a</sup> vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não neste documento, terá direito à indenização, por parte da pesquisadora e das instituições envolvidas na pesquisa, segundo estabelecido na Resolução CNS N° 466 de 2012 (item IV.3), que trata de pesquisas com seres humanos. Lembramos ainda que, a qualquer momento, o/a Sr/Sr<sup>a</sup> terá o direito de esclarecer dúvidas sobre a pesquisa, assim como poderá desistir da sua participação. A pesquisadora Daniela Savaget Barbosa Rezende poderá ser contatada pelo telefone (31) 99548-5924 ou e-mail: [danielasavaget@gmail.com](mailto:danielasavaget@gmail.com). Mais informações poderão ser obtidas na Gestão Acadêmica do Icict/Fiocruz (Avenida Brasil, 4036/ sala 210, Manginhos, RJ; telefones 21 3882-9033/9063) ou junto ao Comitê de Ética em Pesquisas do Centro de Pesquisas René Rachou – cujo contato está no final desta página.

Com a aceitação deste TCLE, o/a Sr/Sr<sup>a</sup> assume que tomou conhecimento dos objetivos da pesquisa *A Construção Simbólica da Miséria e dos Miseráveis: Estado, Mídia e População* e que leu este documento e esclareceu possíveis dúvidas. Confirma, também, que recebeu uma via assinada deste documento.

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura do/a Participante

Assinatura da Pesquisadora

Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos do Centro de Pesquisas René Rachou  
Av. Augusto de Lima, 1715, sala 104, Barro Preto – CEP - 30.190-002 - Belo Horizonte – MG  
Tel: (31) 3349-7825 – e-mail: [cepsh-epqrr@cpqrr.fiocruz.br](mailto:cepsh-epqrr@cpqrr.fiocruz.br)